

Ministério da Administração Interna
BIBLIOTECA E
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO
CENTRAL

Data de 3.98. 15/67/98

(C.9.1)

RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA

1997

(I e II Partes)

RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA DE 1997

I PARTE

INDIÇE DA I PARTE

Preâmbulo	1
Apresentação	2
Apreciação global	5
1. Evolução da criminalidade denunciada	6
2. Tráfico e consumo de estupefacientes	12
3. Delinquência juvenil	13
4. Controlo da fronteira e movimento de estrangeiros	14
5. Cumprimento da lei e sinistralidade no espaço marítimo	15
6. Sinistralidade rodoviária	15
7. Cooperação internacional e participação na União Europeia	16
8. Síntese da apreciação e principais orientações para 1998/1999	17
1. ANEXO	21

PREÂMBULO

Nos termos da Lei nº 20/87, de 12 Janeiro, com a alteração consagrada na Lei nº 8/91, de 1 de Abril, o Governo elaborou o presente relatório anual de segurança interna referente ao ano de 1997.

Este relatório é constituído por duas Partes. Na I Parte, aprecia-se a situação do País no que respeita à segurança interna, com base na informação estatística da criminalidade registada pelas diferentes forças e serviços de segurança, complementada com dados provenientes do Gabinete de Estudos e Planeamento (GEP/MJ) e do Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga (GPCCD/MJ), ambos do Ministério da Justiça.

Com efeito, e à semelhança do procedimento adoptado pela primeira vez no ano transacto, recorreu-se para a apreciação geral da criminalidade ocorrida durante 1997, incluindo a apreciação pelas grandes categorias criminais e sua evolução recente, aos elementos estatísticos do Ministério da Justiça. Este procedimento permite efectuar apuramentos e comparações expurgadas de duplas contagens e dispor assim de valores mais próximos da realidade. Igual procedimento foi adoptado para a apreciação das apreensões de estupefacientes, recorrendo para o efeito à consulta dos dados agregados que o GPCCD/MJ publica.

Da II Parte constam os relatórios de actividade das forças e serviços de segurança.

INTRODUÇÃO

A abordagem que no presente relatório se empreende sobre a segurança interna obedece a uma nova preocupação e a uma nova visão deste domínio, vital para o aprofundamento da democracia e para o desenvolvimento da sociedade portuguesa.

Já visível no relatório elaborado no ano anterior, este novo entendimento não se esgota no elenco das tendências verificadas no curto horizonte de um ano quanto à evolução de determinados indicadores da criminalidade, justapondo os elementos estatísticos provenientes das forças e serviços de segurança. Antes pressupõe uma reflexão assente num conceito estratégico de segurança para os portugueses, de onde emanam orientações claras quanto às mudanças que importa introduzir no sistema, designadamente as que resultam de uma maior e mais rigorosa atribuição de meios a essas forças e serviços de segurança, à implementação de novas políticas, necessariamente interdisciplinares, posto que a segurança não se resume a uma questão de polícia.

Prevenir a criminalidade, reprimir as práticas criminais, oportunistas ou organizadas, promover as condições de desenvolvimento social e económico, são tarefas que se impõem para devolver à comunidade um sentimento profundo de segurança, dimensão fundamental da qualidade da vida colectiva numa sociedade democrática.

Ao longo de 1996 e de 1997 foram introduzidas profundas melhorias no domínio dos meios que as forças e serviços de segurança devem dispor para o cumprimento das suas tarefas. Algumas dessas melhorias estarão já, por certo, na origem da melhoria de um conjunto de indicadores que a seguir se apresentam. Outras, de implementação progressiva, só se verão repercutidas num horizonte temporal mais dilatado, dada a sua natureza estrutural e os bons resultados a curto e médio prazo que pressupõem.

Há, em síntese, um trabalho de fundo que se iniciou e que irá continuar. Trata-se de um esforço permanente de acréscimo e melhoria dos meios, materiais e humanos, de aprofundamento das relações de cooperação e entreajuda entre as forças de segurança e as populações. Estas relações, para além de potenciarem a própria actuação específica das autoridades policiais, constituirão, sem dúvida, um elemento fundamental na promoção da sua própria imagem e, nesse sentido, facilitarão o entrosamento com os cidadãos.

A clarificação sobre a evolução do número de ocorrências e da respectiva taxa de variação (1996/1997), permite, em face dos resultados adiante apresentados, sublinhar os seguintes aspectos positivos:

- Diminuição da criminalidade global (-0,4%), mantendo-se, assim, a tendência já verificada no ano anterior;
- Manutenção de uma taxa de criminalidade geral, e designadamente do crime violento, muito abaixo do valor médio europeu;
- Diminuição do número de homicídios consumados ou tentados, mantendo igualmente a tendência verificada em 1996;
- Desagravamento de alguns tipos de roubo/assalto à mão armada;
- Significativo decréscimo da generalidade da criminalidade económico-financeira, nomeadamente dos crimes de emissão de cheques sem cobertura, corrupção, falsificação, abuso de confiança, burla, desvio de subsídios, abuso de cartão de garantia ou de crédito, crimes fiscais e fiscais-aduaneiros;
- Decréscimo verificado na generalidade dos crimes contra o património;
- Regressão nos furtos em viaturas;
- Significativo progresso na taxa de recuperação de veículos furtados;
- Inexistência de actividades terroristas no território português, mantendo-se o controlo de alguns movimentos pouco significativos mas que exigem uma atenção permanente (skinheads, hooliganismo);
- Reduzida expressão de crimes praticados com engenhos explosivos, e sem indícios de envolvimento de organizações ou outras formas de associação criminosa;
- Incremento das acções policiais que se traduziram por maiores apreensões de droga;

- Diminuição do número de ocorrências do tipo “milícias populares” ou de outros fenómenos como sejam as perturbações da liberdade de circulação promovidas por grupos de diferente consistência e motivações;
- Diminuição muito significativa do número de mortos, feridos graves, e feridos ligeiros em acidentes de viação.

Devem ainda ser considerados os seguintes aspectos, merecedores de preocupação

- Manutenção de um número elevado de diligências judiciais (mandados de notificação, pedidos de paradeiro, pedidos de situação económica, mandados de condução, entre outras solicitações) efectuadas pelas forças de segurança. Este tipo de actividade processual - que representou para a GNR e PSP o cumprimento de mais de 2,2 milhões de acções em 1997 - deverá diminuir com a aprovação e entrada em vigor das novas disposições do Código Penal;
- Tendência para o acréscimo dos crimes contra as pessoas, devido essencialmente a uma participação crescente às forças policiais de ameaças, difamações, calúnias, injúrias e ofensas corporais simples, cujos processos compete ao Tribunal Singular julgar;
- Apesar de se manter com um número de ocorrências muito abaixo da generalidade dos países europeus (representando, objectivamente, menos de 4% do total da criminalidade participada), aumento ligeiro de alguns dos crimes considerados violentos;
- Aumento da criminalidade praticada em contexto grupal;
- Acréscimo dos furtos de viaturas;
- Aumento dos crimes de moeda falsa e contrafacção/falsificação de títulos de crédito, bem como algumas ocorrências no domínio dos crimes informáticos;
- Continuação do agravamento da delinquência juvenil, sobretudo traduzida pela prática de dano e furto/roubo por esticão;

Manutenção de níveis de criminalidade acima da média nacional
nalgumas áreas urbanas e suburbanas.

APRECIÇÃO GLOBAL

O conjunto dos dados disponibilizados sobre a evolução observada no último ano permite concluir que as orientações estratégicas do Governo no domínio da segurança interna estão correctas e delas se começam a colher resultados.

Sublinhando a natureza complexa de determinados fenómenos criminais, que extravasam por certo o domínio da acção preventiva das forças de segurança, bem como a necessidade de continuar o esforço de modernização e de obtenção de maior eficácia, o Governo reconhece que muito há ainda a fazer em Portugal no sentido de melhorar a segurança e diminuir a sua dimensão subjectiva.

Os objectivos a prosseguir na política de segurança interna nos próximos dois anos, e que se encontram resumidos no final da I Parte deste relatório, testemunham essa motivação e empenhamento.

1. Evolução da criminalidade denunciada

- *Diminuição, pelo segundo ano consecutivo, da criminalidade global reportada às forças e serviços de segurança*

Os dados provenientes das forças e serviços de segurança referentes ao número de ocorrências criminais registadas durante o ano de 1997 indicam uma descida global de 0,4% relativamente ao ano anterior (ver Quadro 1 em Anexo).

A tendência global indicada assenta, em particular, na seguinte evolução:

- a) Decréscimo dos crimes contra o património, cuja importância no total das ocorrências (2/3 do total) contribui para a desaceleração verificada;
- b) Acréscimo dos crimes contra as pessoas, resultante do aumento da participação de ocorrências consideradas de menor gravidade de um ponto vista penal (ameaças, injúrias, calúnias, difamações, ofensas corporais simples, cabendo aos Tribunais Singulares julgá-las;
- c) Decréscimo dos crimes contra os valores e interesses da vida em sociedade - conjunto de ocorrências com uma vitimação mais difusa.

Importa referir que, de acordo com a generalidade dos especialistas no domínio da sociologia criminal e criminologia, os fenómenos criminais exigem uma espessura temporal mais dilatada, pelo que muitas das variações, mais ou menos acentuadas, num e noutro sentido, não são particularmente sintomáticas. Todavia, parecem consolidar-se, com os dados agora disponibilizados para o ano de 1997, algumas tendências que permitem concluir pela desaceleração da criminalidade, acompanhando o decréscimo da vitimação patrimonial, aumentando (embora mais em termos relativos do que absolutos), a vitimação pessoal. Como se sublinhou, este aumento resulta, em larga medida, da participação de ocorrências que tradicionalmente eram pouco comunicadas às forças policiais, sobretudo pelo facto de pertencerem ao que se poderia designar pela esfera da regulação social sem a intervenção das instituições do Estado (Policia e Tribunais).

Outro aspecto a reter prende-se com a evolução do número de ocorrências registadas pelas diferentes forças de segurança. Quer a GNR, quer a PSP, pelas características próprias da sua actuação como forças de segurança instaladas no território nacional,

designadamente na generalidade dos aglomerados populacionais, registaram um aumento de participações (respectivamente +6,6% e +0,4%)¹, enquanto que a PJ registou uma diminuição sensível (-8,4%). No conjunto, estas três forças de segurança registaram 316.968 ocorrências, o que equivale ao mais baixo índice de criminalidade europeu (cfr. dados da Eurostat publicados no Anuário de 1996).

Para a apreciação dos valores observados, das diferenças verificadas entre as duas forças de segurança com efectivos em todo o território (GNR e PSP), bem assim como para a apreciação das tendências divergentes entre estas e a PJ, importa ter presente os seguintes aspectos evolutivos:

- a) O reforço das competências da GNR e da PSP nalguns domínios da pequena criminalidade, designadamente no combate ao tráfico de droga (cfr. artº 2º do DL nº 81/95, de 22 de Abril, que deu nova redacção ao artº 57º do DL nº 15/93, de 22 de Janeiro);
- b) O reforço de meios operacionais (materiais e humanos) que tem vindo a ser conseguido com o investimento massivo nas forças de segurança;
- c) As alterações nas áreas de responsabilidade das forças de segurança (correspondendo ao alargamento da área de responsabilidade da GNR e diminuição da PSP);
- d) Aumento da transferência de processos entre as forças, revelando uma maior interconexão das forças policiais.

Sublinham-se ainda as seguintes características da criminalidade em Portugal:

- *Decréscimo global dos crimes contra o património (vitimação patrimonial)*

No que respeita aos crimes contra o património, os decréscimos mais significativos registaram-se nos crimes de furto no interior de veículos, de furto por carteirista, de emissão de cheques sem cobertura, de burla, de furto em edifícios e de roubo em postos de abastecimento de combustível.

¹ Sublinha-se que estas variações, expurgadas das ocorrências transferidas para a PJ, se traduzem por um acréscimo menor no caso da GNR (+41%) e por uma diminuição real na PSP de -0,3%.

• *Novo desagravamento nos crimes de homicídio*

Ainda no domínio dos crimes contra as pessoas, **sublinha-se**, pela sua importância, o facto de se ter registado nova diminuição dos homicídios voluntários consumados e tentados, tendência que se vem verificando desde o início da presente década.

• *Manutenção do carácter residual dos crimes contra o Estado, designadamente contra a autoridade pública*

No âmbito dos crimes contra o Estado, relevam fundamentalmente os crimes de desobediência e coação de/ou ofensa a funcionário. Ambos conheceram um acréscimo, mantendo esta categoria criminal uma importância residual no total das ocorrências registadas.

Merece ainda ser relevada a diminuição dos crimes por abuso de autoridade praticados por funcionários públicos.

De salientar, também, a reduzida, ou mesmo nula, expressão de acções e organizações relacionadas com o terrorismo internacional.

• *Melhoria da actuação policial, do respectivo padrão ético, e das condições para o seu exercício*

No que respeita à actuação policial, e de acordo com os dados da Inspeção-Geral da Administração Interna, houve uma diminuição significativa no número de queixas por alegados maus tratos praticados por agentes policiais. Houve, pelo contrário, e citando a mesma fonte *“um esforço notório de modernização e de interiorização de um projecto de qualidade na acção policial porquanto, os direitos fundamentais do cidadão e a sua defesa são a razão de ser e o limite da eficácia da acção policial.”*² Esse projecto consubstanciou-se, desde logo, nas seguintes medidas:

- a) No encerramento de nove locais de detenção temporária considerados indignos, e obras de melhoramento em 17 (iniciado em 1996 e concluído em 1997);
- b) No forte incremento das acções inspectivas da IGAI nas zonas detentivas e sobre os procedimentos inerentes à detenção (cerca de 200 acções em 1997);

² Maximiano, A. Rodrigues (1998) - *Direitos do Homem e Controlo Policial*, Cadernos de Cidadania, Lisboa

- c) Na disponibilização em todos os Postos e Esquadras de um livro de registo de detidos e na obrigatoriedade de comunicar, por fax, ao Magistrado competente as detenções, no mais curto período de tempo (objectivo cumprido em 1997);
- d) Na colocação de aparelhos de fax em todas as instalações policiais que carecessem deste equipamento (colocação concluída em 1997);
- e) No lançamento de um programa de formação contínua universal (GNR e PSP), dando prioridade aos módulos de formação em Direitos Fundamentais e Padrões de Actuação (desenvolvidos em 1997).

• *Maior participação dos cidadãos das ocorrências relacionadas com os crimes sexuais*

A variação observada no número de violações e de outros crimes sexuais, sobretudo devido às participações efectuadas quer à PSP, quer à GNR, foi positiva. A essa variação não será alheio o facto destas duas forças de segurança se encontrarem hoje progressivamente apetrechadas para a recepção deste tipo de ocorrências, em face das novas orientações no sentido de um melhor e mais adequado atendimento às vítimas nos Postos e Esquadras da GNR e PSP, consubstanciadas no programa INOVAR. Deste modo, admite-se que o número de casos ocorridos mas não reportados tenha diminuído, tendo para tal contribuído, também, o facto de ser do conhecimento público o aumento do número de identificações e/ou detenções de suspeitos de crimes sexuais.

O acréscimo verificado no número de ocorrências classificadas como raptos e sequestros, deverá ser interpretado não esquecendo que existe um conjunto não desprezível de situações que correspondem, quer ao desrespeito por decisões judiciais proferidas no âmbito da regulação do poder paternal, quer a ajustes de contas em sede de actividades menos lícitas.

As ofensas corporais graves estabilizaram, mantendo-se a tendência decrescente deste tipo de ocorrências que se vem verificando nos últimos anos.

• *Forte diminuição da criminalidade praticada nos transportes públicos urbanos*

Em 1997 consolidou-se a forte tendência decrescente das ocorrências (designadamente furtos e roubos) registadas nos transportes públicos, denotando uma eficácia operacional muito elevada (crescente número de detenções, desaparecimento de alguns marginais de vários terminais ferroviários, diminuição do vandalismo). Este esforço

prosseguirá em 1998 com o alargamento desta medida à linha da Azambuja e aos transportes suburbanos do Porto, sendo necessário combater firmemente as ocorrências praticadas contra condutores de veículos de transportes públicos, nomeadamente a taxistas.

• *Evolução menos favorável nalguma criminalidade específica*

Registaram aumentos que se consideram merecedores de medidas imediatas os crimes de furto ou roubo por esticção - sendo que este valor havia diminuído no ano transacto - os furtos em residências, os furtos de veículos motorizados e os danos.

Persistem alguns focos de instabilidade e conflitualidade em áreas relacionadas com a xenofobia (skinheads) e violência desportiva (hooliganismo), que têm exigido uma actuação, cabal, de natureza preventiva e de investigação por parte das forças e serviços de segurança, como atestam os números relativos aos processos judiciais relativos a arguidos suspeitos da prática de actos relacionados com este domínio específico da violência.

Isolam-se igualmente, pelos seus efeitos menos positivos sobre o tecido social, a manutenção da tendência para o aumento da delinquência juvenil - suscitando medidas sociais integradas que combatam um fenómeno que, sendo comum a todo o mundo ocidental, exige uma reflexão estratégica e uma intervenção local, o aumento da criminalidade grupal (de resto, muito associada à delinquência juvenil), e de algum tipo de criminalidade violenta.

Fez-se anteriormente referência às ocorrências participadas que mais contribuem para o acréscimo da vitimação pessoal, as quais continuam a ser as ofensas corporais simples, as ameaças, e as difamações, calúnias e injúrias. Este conjunto de ocorrências, que se podem considerar de menor gravidade, denotando um aumento da conflitualidade interindividual participada às forças policiais, representam mais de $\frac{3}{4}$ do total dos crimes contra as pessoas e quase $\frac{1}{5}$ da criminalidade total.

• *Resposta policial eficaz no combate a diferentes tipos de práticas criminais e/ou condutas perigosas e ilícitas*

Em 1997, a GNR e a PSP efectuaram um total aproximado de 44.000 detenções, valor próximo do observado no ano anterior, mas substancialmente superior à média dos últimos anos. Este indicador da actividade policial, que nas áreas (urbanas) com

maiores índices de criminalidade registou mesmo um aumento importante (4,9%), expressa a capacidade de resposta decorrente do bom desempenho dos profissionais destas forças de segurança, associado a uma maior disponibilidade de meios. Atestam-no, igualmente, outros indicadores da actividade policial, como sejam:

- a) o número crescente de detenções em operações policiais;
- b) o aumento de diversos tipos de patrulhamento (a cavalo, motorizado);
- c) as acções de fiscalização de trânsito, com aumento das infracções cometidas detectadas;
- d) o número de viaturas apreendidas e recuperadas (situando-se em 1997 a taxa de recuperação de veículos roubados em 64%);
- e) o empenhamento dos corpos especiais das forças de segurança em acções de patrulhamento - decorrente de orientações da tutela neste sentido.

No que respeita a este último indicador, sublinha-se a excelente prestação que os corpos especiais da GNR e da PSP vêm tendo no policiamento de áreas consideradas de maior risco na Área Metropolitana de Lisboa, minimizando os efeitos de insegurança daí decorrentes. Estes bons resultados suscitaram já a determinação do policiamento urbano, com recurso aos corpos especiais, se estender à Área Metropolitana do Porto, bem como a determinação de, conjugadamente com os efectivos policiais dessas zonas, se implementarem novas estratégias de policiamento urbano, procurando ganhos de eficácia.

A actuação das forças e serviços de segurança permitiu, numa outra vertente da sua actividade que remete mais directamente para a investigação criminal, interceptar a actividade de 29 associações criminosas que se vinham dedicando ao tráfico de droga, ou de veículos, ou a burlas.

- *Melhorias significativas em várias zonas do País e manutenção de um baixo padrão de criminalidade na generalidade do território nacional*

A análise distrital da criminalidade denunciada evidencia a grande concentração das ocorrências em três distritos (em Lisboa, Porto e Setúbal reúnem 54,2% do total da criminalidade), à semelhança do que se vem verificando nos últimos anos, embora com diminuição desse peso percentual. Dentro destes três distritos, alguns concelhos (num total não superior a 15) apresentam níveis de concentração de ocorrências que os

distinguem claramente dos restantes, e ainda com maior expressão e significado estatístico, da esmagadora maioria dos concelhos do Continente e Regiões Autónomas.

Todavia, a observação pelas diferentes categorias revela que a hegemonia dos três distritos mais densamente povoados apenas se verifica nos crimes contra o património, significando que a incidência de determinados crimes (nomeadamente contra as pessoas) acompanha de perto as características sociais, económicas e culturais diferenciadas que se podem observar entre os distritos e Regiões Autónomas.

A apreciação dos dados de 1997, tendo por referência os dados de 1996, permite concluir que nos distritos de Beja, Braga, Bragança, Coimbra, Évora, Leiria, Lisboa, Setúbal e na Região Autónoma dos Açores se registou uma diminuição absoluta de ocorrências reportadas às forças de segurança. Esta diminuição é tão significativa quanto sabemos que nalguns destes distritos e Região Autónoma (Lisboa, Setúbal e R. A. dos Açores) as taxas brutas de criminalidade se encontram acima da média.

Pela sua importância, designadamente pelos resultados que foram obtidos, destacam-se seguidamente um conjunto específico de domínios que integram a segurança interna - alguns dos quais já anteriormente referenciados.

2. Tráfico e consumo de estupefacientes

- *Aumento da quantidade de droga apreendida e manutenção de um elevado número de detenções por tráfico*

O combate ao tráfico e consumo de droga registou durante o ano de 1997 uma evolução significativa, caracterizada por uma selectividade nas acções de apreensão de estupefacientes, verificando-se um aumento das quantidades apreendidas, por relação com o número de acções desencadeadas, com especial destaque para o aumento de na eficácia das acções relacionadas com a apreensão de cocaína e heroína.

Com efeito, o número de apreensões significativas permitiram por cobro, ou abalar muito significativamente, a actividade de algumas importantes redes de tráfico, apesar do número total de apreensões por alegado tráfico de droga ter diminuído.

Noutro plano, o número de detenções (de traficantes-consumidores) aumentou, denotando que esta prática ilícita não goza em Portugal de impunidade, e que o esforço

neste domínio se tem feito na tentativa de combater prioritariamente o grande tráfico, não menosprezando o pequeno tráfico, alegadamente associado ao consumo.

Alterações significativas têm sido registadas no contexto específico do tráfico de droga. Como no Relatório Anual de Segurança Interna de 1996 se sublinhou, e aqui se reproduz por manter actualidade, a evolução do tráfico de droga tem-se vindo a caracterizar pela sua crescente complexidade, quer em termos do reforço dos meios disponíveis, quer no que respeita à sofisticação do modo de actuação, sendo de mencionar a utilização progressiva de menores, sobretudo para o transporte de pequenas quantidades, e a concentração da actividade de venda em locais onde os traficantes beneficiam da cumplicidade de alguns moradores, dificultando sobremaneira a actividade policial.

Tudo indica que o número das ocorrências registadas não reflectirá totalmente nem a dimensão já atingida pelo fenómeno, nem a circunstância de ele continuar a actuar como factor gerador de práticas criminais, nomeadamente no domínio da pequena e média criminalidade contra o património, para além de se destacar como a principal causa da criminalidade apontada em diferentes estudos de opinião.

3. Delinquência juvenil

- *Persistência de uma tendência preocupante quanto à evolução do número de práticas ilícitas de jovens com menos de 16 anos de idade*

O fenómeno da evolução dos delitos praticados por jovens com menos de 16 anos, verificável na generalidade, se não mesmo na totalidade dos países ocidentais, conhece em Portugal um crescimento expressivo desde 1992.

No último ano esse aumento foi igualmente significativo (45% na área da responsabilidade da PSP e 6,9% na área de responsabilidade da GNR), o que significa que a delinquência juvenil se apresenta como uma realidade esmagadoramente urbana e suburbana. Importa todavia esclarecer, para evitar injustas e catastrofistas generalizações, que o número total de menores indiciados pela prática de delitos foi de 3.411 em 1997 (pertencendo a um universo de aproximadamente 1 milhão de jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 15 anos de idade).

De extrema complexidade, o fenómeno da delinquência juvenil repercute-se essencialmente nos crimes contra o património (furtos, nomeadamente no interior de estabelecimentos de ensino, danos voluntários e roubo por esticção). Estas práticas, aliados ao abaixamento da idade dos consumidores de droga, indicam a manutenção da tendência (verificada nas estatísticas judiciais de anos anteriores) no sentido da entrada em trajectos criminais se efectuar cada vez mais cedo, assinalando um sério perigo para a sociedade e para os jovens ameaçados por esse risco.

4. Controlo da fronteira e movimento de estrangeiros

- *Normalidade no domínio do controlo das fronteiras e aceleração do processo de regularização da presença de muitos milhares de residentes estrangeiros*

Em relação a este domínio especificamente cometido ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, sublinham-se, como mais relevantes, os seguintes aspectos:

- Estabilização do movimento de vistos consulares para residência;
- Manutenção de um elevado número de vistos para frequência escolar e para estadias de curta duração;
- Manutenção da tendência para que a maioria dos estrangeiros que solicitam vistos de entrada em Portugal seja proveniente dos países do espaço lusófono;
- Elevado número de acções de fiscalização realizadas em todo o território nacional;
- Dos 31.117 pedidos admitidos no âmbito do processo de regularização extraordinária que decorreu no 2º semestre de 1996, 84% foram já instruídos e emitidos 24.683 títulos de residência, permitindo assim a normalização da situação ilegal em que se encontravam estes milhares de cidadãos, e viabilizando a sua plena integração na sociedade portuguesa. A acrescer a esse número elevado de títulos de residência, foi ainda possível emitir 1.013 novos títulos provenientes de pedidos de renovação;
- Ligeiro aumento dos pedidos de asilo.

5. Cumprimento da lei e sinistralidade no espaço marítimo

• *Baixa criminalidade e sinistralidade no espaço marítimo*

Durante o ano de 1997 não se registaram acontecimentos que justifiquem apreensão ou que não se enquadrem no normal funcionamento das actividades marítimas. Manteve-se a actividade de vigilância e a protecção de pessoas e bens por parte da Autoridade Marítima, tendo-se observado o reforço dessa actividade na época balnear, através do alargamento do efectivo de militares da Marinha nas actividades de vigilância do litoral em praias de banhos.

No que respeita às ocorrências delituosas, registou-se uma diminuição apreciável nos furtos de embarcações e aumentos sensíveis nos furtos em embarcações. Os restantes dados sobre a criminalidade registada pela Autoridade Marítima não sofreram alterações dignas de relevo.

No que respeita à sinistralidade, de notar a diminuição do número de sinistros marítimos, bem como de acidentes com banhistas, embora o número de afogamentos tenha subido muito ligeiramente.

6. Sinistralidade rodoviária

• *Significativa melhoria nos elevados índices de sinistralidade rodoviária*

Em 1997, os índices de sinistralidade rodoviária registaram uma significativa redução, que se traduziu na diminuição do número de mortos e de feridos graves, contabilizáveis respectivamente em decréscimos de -12,2% e de -15,7%.

Estes resultados são, em parte, imputáveis a medidas que, durante 1997, foram tomadas, quer em relação à segurança dos veículos ou à formação e à sensibilização dos condutores, quer em relação ao melhoramento das condições de segurança das vias. Não menos importante se revelou a intensificação da fiscalização das estradas portuguesas, tendo-se verificado em 1997 um aumento significativo de autos de contra-ordenação (mais 7.320 do que em 1996), ao mesmo tempo que se aumentava a capacidade de concretizar as sanções por infracções ao Código da Estrada (1.229.117 decisões, em 1997, contra 942.839, em 1996, isto é, mais 286.178). Verificou-se também que o número de casos detectados com taxa de álcool igual ou superior a 1,2 g/l (10.012,

em 1997, contra 10.074, em 1996) conheceu uma fase de ligeira diminuição, contrariando a tendência anterior para o aumento progressivo de casos registados.

Todavia, a sinistralidade rodoviária continua a apresentar índices que não são admissíveis, designadamente por causas imputáveis à condução sobre o efeito de álcool, à negligência, ao excesso de velocidade e ao desrespeito pela sinalização.

Torna-se, pois, necessário prosseguir a política de prevenção da sinistralidade, consolidando os instrumentos que melhor podem contribuir para a sua redução: aperfeiçoamento do sistema de ensino e avaliação da condução (já aprovado em Conselho de Ministros), Código da Estrada (em vigor a partir de 31 de Março), inspecções sobre os veículos automóveis, fiscalização e intervenções sobre a via.

O Plano Integrado de Segurança Rodoviária (PISER) que se iniciou em 1997 e prosseguirá em 1998, prevê justamente, para além dos já citados, o desenvolvimento dessa política de prevenção da sinistralidade em domínios estruturantes para a segurança, como sejam, a educação rodoviária escolar, a informação e sensibilização, a introdução de medidas de segurança nas vias, o ordenamento do trânsito e a fiscalização, a assistência a acidentes e acidentados, o desenvolvimento de um Observatório de Segurança Rodoviária.

7. Cooperação internacional e participação na União Europeia

Regista-se com apreço a manutenção, e nalguns casos, intensificação, do esforço de cooperação internacional que as forças e serviços de segurança vêm desenvolvendo neste domínio da cooperação internacional, considerado fundamental para o seu aperfeiçoamento técnico, coordenação da actividade operacional internacional e prestígio de Portugal no contexto internacional.

A resenha de iniciativas que consta dos respectivos relatórios de actividade (cfr. II Parte) permite concluir, com efeito, que Portugal intensificou a sua participação em operações internacionais de manutenção da paz (Bósnia, Saara Ocidental, Albânia, Croácia, Angola), apoiou iniciativas no domínio da formação de quadros policiais de alguns países lusófonos, bem como cooperou no plano material e técnico. Este esforço é igualmente expressivo em termos do número elevado de formandos estrangeiros que frequentam os cursos, nomeadamente de formação de oficiais e de aperfeiçoamento, ministrados nas escolas da GNR e da PSP.

Por último, de referir que no âmbito da participação da União Europeia, as forças e serviços de segurança participam regularmente nos grupos de trabalho que integram o Grupo I (Polícia e Segurança/Schengen) e Grupo Director II (JAI).

8. Síntese da apreciação e principais orientações para 1998/1999

Nesta I Parte do Relatório Anual de Segurança Interna, destacaram-se, por se entenderem como as mais relevantes, as seguintes tendências:

- *Diminuição, pelo segundo ano consecutivo, da criminalidade global reportada às forças e serviços de segurança;*
- *Decréscimo global dos crimes contra o património (vitimação patrimonial);*
- *Novo desagravamento nos crimes de homicídio;*
- *Manutenção do carácter residual dos crimes contra o Estado, designadamente contra a autoridade pública;*
- *Melhoria da actuação policial, do respectivo padrão ético, e das condições para o seu exercício;*
- *Maior participação dos cidadãos das ocorrências relacionadas com os crimes sexuais;*
- *Forte diminuição da criminalidade praticada nos transportes públicos urbanos;*
- *Evolução menos favorável nalguma criminalidade específica;*
- *Manutenção de índices de criminalidade elevados em determinadas áreas urbanas e suburbanas;*
- *Aumento da delinquência juvenil e de certos tipos de criminalidade grupal, também associada à delinquência juvenil;*
- *Resposta policial eficaz no combate a diferentes tipos de práticas criminais e/ou condutas perigosas e ilícitas;*
- *Melhorias significativas em várias zonas do País e manutenção de um baixo padrão de criminalidade na generalidade do território nacional;*
- *Diminuição muito significativa nos principais indicadores de sinistralidade rodoviária*

A actuação das forças e serviços de segurança foi, por certo, decisiva para que os resultados obtidos fossem globalmente positivos, sem menosprezar as evoluções negativas registadas nalguns indicadores.

Em observância das orientações programáticas do Governo para a segurança interna, têm vindo a consolidar-se nos dois últimos anos um conjunto de investimentos nas forças e serviços de segurança, cujos resultados se podem desde já observar no aumento da eficácia operacional das forças policiais, sendo certo que melhorias mais significativas não deixarão de ser observadas no curto e médio prazo.

Tendo em vista a melhoria da segurança interna do País, foi já materializado/a:

- Um investimento de cerca de 17 milhões de contos em equipamento diverso, incluindo neste o reapetrechamento da frota de viaturas das forças de segurança (mais de 1.500 viaturas já adquiridas e mais 1.000 a adquirir até 1999), a modernização dos sistemas de comunicações e transmissões, e a aquisição de muito outro material operacional;
- Uma renovação das instalações policiais, traduzida pela conclusão de 25 edifícios, 39 obras a decorrer, 22 obras em concurso e 28 projectos em elaboração, criando as condições efectivas para um melhor exercício da actividade;
- A celebração de protocolos com as autarquias - para que esse esforço de modernização das instalações não cesse, e mesmo se intensifique nos próximos anos, identificando o poder local como parceiro estratégico neste domínio;
- O aumento da capacidade instalada de formação em 40%, tendo permitido a entrada ao serviço de 4.200 novos agentes, estando prevista a formação de mais 4.250 nos próximos dois anos lectivos, permitindo, pela primeira vez desde há vários anos, saldos líquidos positivos entre o número dos que entram e o número dos que se retiram por diferentes motivos;
- O desenvolvimento de um programa alargado de formação contínua para todos os profissionais da GNR e PSP, organizado em diferentes módulos temáticos, recorrendo para o efeito às novas tecnologias de formação;
- A implementação à escala nacional de novos programas de policiamento de proximidade dirigidos aos grupos sociais com maior vulnerabilidade (crianças, idosos, vítimas).

A política neste sector tem consistido, e prosseguirá, no cumprimento dos seguintes objectivos:

- Prosseguir o esforço de investimento em novas instalações e na remodelação das existentes;

- Incrementar a formação de novos agentes e desenvolver a qualificação profissional dos agentes das forças de segurança;
- Melhorar os meios operacionais, investindo na aquisição de novos veículos, mais maquinaria e equipamento operacional;
- Desenvolvendo a informatização das forças de segurança e as redes de transmissões;
- Desenvolver e consolidar os programas de policiamento de proximidade;
- Promover a intensificação do policiamento em áreas de maior risco (de vitimação), acompanhado de medidas de política integrada de combate à exclusão social;
- Desenvolver acções de prevenção da pequena criminalidade;
- Actualizar o modelo policial tendo em vista a criação de polícias municipais;
- Incentivar a criação de conselhos locais de segurança.

Anexo

Quadro 1 - Variação absoluta e percentual da criminalidade registada entre 1996 e 1997, por grandes rubricas criminais *

Ocorrências registadas contra:										
anos	Pessoas	Δ (%)	Património	Δ (%)	Valores e interesses da vida em sociedade	Δ (%)	Estado	Δ (%)	TOTAL (a)	Δ (%)
1996	71.020	+ 5,8	210.862	-2,3	33.941	- 2,0	2.312	+ 12,2	318.135	-0, 4
1997	75.169		205.939		33.250		2.595		316.968	

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça

* Os processos das forças de segurança transitados da GNR e PSP para a Polícia Judiciária não foram incluídos

(a) Inclui os crimes não especificados

RELATÓRIO ANUAL DE SEGURANÇA INTERNA DE 1997

II PARTE

INDICE

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA
 - a. CARACTERIZAÇÃO GERAL
 - b. CARACTERIZAÇÃO PARTICULAR
 - (1) CONFLITUALIDADE
 - (2) CRIMINALIDADE
2. ACTIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA
 - a. CARACTERIZAÇÃO GERAL
 - b. ACTIVIDADES MAIS SIGNIFICATIVAS
 - (1) NO ÂMBITO POLICIAL
 - (2) NO ÂMBITO DAS MISSÕES DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA
 - (3) NO ÂMBITO DAS MISSÕES DE FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO RODOVIÁRIO
 - (4) NO ÂMBITO DA MISSÃO FISCAL-ADUANEIRA
 - (5) NO ÂMBITO DA MISSÃO DE APOIO E SOCORRO
 - c. RESULTADOS DE ACTIVIDADE OPERACIONAL
 - (1) BAIXAS SOFRIDAS DURANTE O CUMPRIMENTO DA MISSÃO
 - (2) PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS
 - a. NO ÂMBITO DE POLÍCIA GERAL
 - b. NO ÂMBITO DA FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO
 - c. NO ÂMBITO FISCAL-ADUANEIRO E DO CONTROLO DE FRONTEIRAS
 - d. SINISTRALIDADE DIVERSA REGISTADA NO PERÍODO
 - (1) SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA
 - (2) SUICÍDIOS
3. COOPERAÇÃO E MISSÕES INTERNACIONAIS
 - a. COOPERAÇÃO COM OS PALOP NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO
 - b. ACORDO TRIPARTIDO F.I.E.P.
 - c. COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA
 - d. COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DAS NAÇÕES UNIDAS
4. CONDICIONAMENTOS E LIMITAÇÕES À CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO DA GUARDA

a. DÉFICIT DE EFECTIVOS

b. SERVIÇOS SOLICITADOS À GUARDA PELOS TRIBUNAIS

c. RESTRIÇÕES DE MOBILIDADE

5. CONCLUSÕES

ANEXOS

1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE SEGURANÇA

a. CARACTERIZAÇÃO GERAL

CRIMINALIDADE na área da criminalidade, de referir o aumento verificado nos índices gerais, relativamente ao ano anterior, de 109.783 para 117.073 crimes, de que resultou um acréscimo de 7.290 crimes notados, correspondente a uma variação percentual da ordem dos 6,6%.

Não foram registados quaisquer actos de terrorismo, subversão, sabotagem ou espionagem.

b. CARACTERIZAÇÃO PARTICULAR

(1) CONFLITUALIDADE – PRINCIPAIS OCORRÊNCIAS

Relativamente às situações de conflitualidade, será de referir, como geradoras das mais graves alterações da ordem e tranquilidade públicas, as seguintes:

- Cortes de estrada, como forma de contestação ao mau estado de conservação/insegurança de algumas infra-estruturas rodoviárias. Salientam-se os casos da EN 106-2, em Cete (Paredes), EN 205, em Cabanelas (Vila Verde) e EN 232, em Mesquitela (Mangualde).
- Manifestações de protesto, com recurso a cortes de estrada, contra a previsível localização/funcionamento de aterros sanitários em diversas localidades, com destaque para Sermonde (Vila Nova de Gaia) e S. Pedro da Torre (Valença).
- Manifestações de intolerância contra minorias, nomeadamente comunidades ciganas, face à alegada prática de tráfico de droga por indivíduos daquela etnia, nos acampamentos onde habitam, e consequente fomento da pequena criminalidade a ela associada, em Cabanelas (V. Verde) e Francelos (V.N. Gaia).
- Em consequência, populares organizaram-se "em milícias" e tentaram combater tal alegada actividade, destacando-se os casos de Francelos (V.N. Gaia) e Calendário (V.N. Famalicão).
- Manifestações, com recurso a cortes de estrada, de trabalhadores de empresas/fábricas em situação económica difícil, reivindicando pagamento de salários em atraso e/ou viabilização das mesmas. Salientam-se os casos das firmas Grundig (Braga), Garça Real (Vizela), FIMPER e Construções Técnicas (Alverca) ou contra o não eventual cumprimento do horário de 40 horas semanais de trabalho, nas regiões de Guimarães, V.N. Gaia e Palmela.
- Em Vilar Formoso, foram desencadeadas movimentações de camionistas, como forma de retaliação a bloqueios registados em Espanha e França.

(2) CRIMINALIDADE

Na área da criminalidade, foram registados 117.073 crimes, que se encontram especificados no Apêndice 1 ao Anexo A, distribuídos da seguinte forma:

	<u>1997</u>	<u>1996</u>	DIFERENÇA	VARIAÇÃO
Contra as Pessoas	36.554	33.876	+ 2.678	+ 7,9 %
Contra o Património	65.236	60.619	+ 4.617	+ 7,6 %
Contra a Vida em Sociedade	14.498	14.570	- 72	- 0,5 %
Contra o Estado	785	718	+ 67	+ 9,3 %
TOTAIS	117.073	109.783	+ 7.290	+ 6,6 %

De referir, os aumentos verificados nos crimes **Contra as Pessoas** e **Contra o Património** e a diminuição ocorrida nos crimes **Contra a Vida em Sociedade**.

Relativamente aos aspectos particulares da criminalidade, potenciadores de sentimentos de insegurança (Anexo A), será de referir:

(a) CRIMES CONTRA AS PESSOAS

Verifica-se que as "Ofensas Corporais Voluntárias Simples", com mais 1.186 casos (+ 7,9%) são responsáveis por cerca de 44,3% do aumento verificado nesta rubrica.

(b) CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO

- Verificam-se aumentos generalizados nesta rubrica.
- Continua a manter-se a tendência de crescimento de "Furtos de Veículos Motorizados", com mais 1.622 casos (+ 27%), e de "Furtos em Residências com Arrombamento, Escalamento ou Chaves Falsas", com mais 1.122 casos (+ 10,2%), correspondendo a 35,1% e a 24,3%, respectivamente, do aumento verificado nesta rubrica.
- De referir a estabilização verificada no número de Assaltos/Roubos em postos de abastecimento de combustível (162 para 161).
- De salientar ainda que esta rubrica configura 55,7% da totalidade dos crimes registados.

(c) CRIMES CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE

- Verifica-se uma descida generalizada em todos os tipos de crimes desta rubrica.

- Salienta-se que o crime de "Incêndio/Fogo Posto", com um decréscimo de 306 casos (- 9%), é aquele que apresenta a descida mais significativa nesta rubrica.
- Contrariando uma tendência sempre crescente dos crimes por Tráfico/Consumo de Estupefacientes, constata-se a diminuição verificada no Tráfico de Droga, com menos 77 casos (- 7,7%), bem como uma ligeira descida relativamente à Posse ou Consumo de Drogas, com menos 23 casos (- 3,1%), relativamente ao ano anterior.

(d) CRIMES CONTRA O ESTADO

Salienta-se o aumento verificado no crime de Desobediência/Resistência, com mais 57 casos (+ 16,5%).

(e) DELINQUÊNCIA JUVENIL

Verifica-se um acréscimo de 62 casos (+ 6,9%) detectados, relativamente a delitos do foro criminal praticados por jovens com menos de 16 anos, tendo passado de 896 para 958 casos em 1997. O tipo de delito mais praticado por estes menores é o furto em residências com arrombamento, escalamento ou chaves falsas.

De referir que, ao invés da tendência geral registada no ano de 1996 (- 1,4%), os principais índices de segurança interna registaram um aumento de 8%, correspondente a um aumento de 4.125 crimes, relativamente ao ano anterior.

O aumento verificado fica a dever-se, fundamentalmente, ao aumento de ofensas corporais voluntárias simples, furtos de veículos motorizados e de furtos em residências/habitações.

c. PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

CRIMINALIDADE

Atendendo aos parâmetros verificados nos últimos anos, prevê-se uma estabilização dos principais indicadores de segurança interna, bem como dos índices gerais da criminalidade que deverão apresentar oscilações pouco significativas nas diferentes rubricas.

2. ACTIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA

a. CARACTERIZAÇÃO GERAL

Não obstante os factores exógenos que obrigaram a restrições orçamentais e a carência de efectivos que se situa na ordem dos 2.500 homens em relação aos Q.O. aprovados por lei, pode referir-se que, as exigências e os desafios colocados à Guarda em 1997,

tiveram uma resposta francamente satisfatória, sob o ponto de vista operacional, contribuindo assim para o reforço da imagem e prestígio da Guarda como Força de Segurança de natureza militar.

Foi privilegiado, de forma bastante positiva, o contacto com as populações, através do patrulhamento intensivo de toda a área à responsabilidade da Guarda, que abrange cerca de 90% do Território Nacional, e dada uma ênfase particular à actuação preventiva das suas forças relativamente à criminalidade, sendo de salientar as seguintes formas de empenhamento:

(1) Manutenção do patrulhamento a cavalo, em que se salienta o levado a efeito nas áreas urbanas e suburbanas das cidades de LISBOA, PORTO e COIMBRA, em colaboração com a PSP.

(2) Incremento do esforço de policiamento e segurança do perímetro exterior dos estabelecimentos de ensino, em especial daqueles que estão incluídos no quadro do protocolo estabelecido entre o ME e o MAI, no âmbito do programa "ESCOLA SEGURA".

(3) Intensificação da actividade que se consubstancia através dos Controlos Móveis executados no âmbito da cooperação bilateral entre a Guarda e os Corpos de Segurança de Espanha (Guarda Civil e Policia Nacional), para prevenir e reprimir a imigração ilegal, a fraude fiscal no transporte de mercadorias em circulação e o tráfico ilícito de outros produtos, nomeadamente contrabando, tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

(4) Desenvolvimento da actividade operacional dos Núcleos de Investigação Criminal (NIC) junto dos Destacamentos Territoriais na prevenção e repressão das diversas formas da criminalidade, em que se destaca a luta contra o tráfico de droga, no âmbito das competências atribuídas à Guarda pelo DL 81/95, de 22Abr, sendo de realçar, especialmente neste campo, os resultados bastante satisfatórios obtidos na área Metropolitana do Porto e regiões de Braga e do Algarve.

(5) O recurso a um significativo quantitativo de meios humanos e materiais para reforçar, durante a época estival, o policiamento da orla marítima e principais centros de veraneio e intensificar, simultaneamente, o patrulhamento preventivo contra a eclosão dos incêndios florestais.

(6) Decurso da fase experimental do Programa "IDOSOS EM SEGURANÇA" com a intervenção da Guarda na recolha de informação para a produção de 100.000 folhetos para divulgação do Programa junto dos idosos e actuação de alguns Postos Territoriais

(18) nesta fase de implementação através de um policiamento de proximidade.

(7) Intensificação das acções de fiscalização do trânsito rodoviário por todo o dispositivo da Guarda, em especial por parte da sua Brigada de Trânsito. As consequências dos acidentes foram quantitativamente inferiores nas três vertentes (Morto, Feridos Graves e Feridos Ligeiros), embora se tenha verificado ligeiramente um aumento de um número de acidentes.

b. ACTIVIDADES MAIS SIGNIFICATIVAS

Da actividade operacional/policial desenvolvida no período e cujos dados estatísticos se apresentam nos Anexos B, C e D, salientam-se como mais significativos os seguintes:

(1) NO ÂMBITO POLICIAL

(a) PATRULHAMENTO

Foram executadas 808.971 patrulhas, o que corresponde a uma média de 2216 patrulhas/dia, e se traduz num aumento de 6% em relação ao ano anterior.

Do total referido:

- 340.359 (42,2%) foram apeadas
- 18.535 (2,3%) a cavalo
- 444.879 (54,9%) motorizadas (auto e moto)
- 5.198 (0,6%) fluviais e marítimas

(b) SERVIÇOS SOLICITADOS À GUARDA

Manteve-se a tendência de crescimento das actividades supletivas à missão da Guarda que vêm aumentando desde há anos atrás, principalmente, no desempenho de acções como órgão de Polícia Criminal.

- - Registado, em relação a 1996, um aumento de 833.498 para 931.965 (12%).
- - De entre os valores registados (Apêndice 1 ao Anexo B) salientam-se os seguintes aumentos:
 - Notificações.....460.375 (13%)
 - Mandados de condução a Tribunal.....9.369 (14%)
 - Outros serviços.....380.133 (13%)

(De salientar as solicitações das Companhias de Seguros, DGV, PSP e Órgãos Autárquicos).

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

O cumprimento destas tarefas a que a Guarda não se pode eximir, por imperativo da sua missão geral, afectou de forma significativa a sua actividade prioritária que deve ser desenvolvida em prol da protecção das pessoas e bens.

(c) POLICIAMENTO DE ESPECTÁCULOS DESPORTIVOS

Foram policiados 29.931 recintos desportivos (-5,1% do que em 1996) que corresponde a uma média da ordem de 624 recintos policiados em cada semana (especialmente aos sábados e domingos) e que se traduziu no empenhamento de um total de 99.008 militares da Guarda.

(d) REFORÇO DO DISPOSITIVO DURANTE A ÉPOCA ESTIVAL

- Período: 25Jun a 12Set97 (88 dias)

- Objectivos:

- Intensificação do patrulhamento preventivo contra os incêndios florestais e de repressão, relativamente aos seus agentes.
- Reforço do policiamento da orla marítima e principais centros de veraneio, combate ao campismo selvagem e melhoria da fiscalização, regulação e ordenamento do trânsito rodoviário.

- Efectivos empenhados

- Em média mensal.....7.662
- (Inclui Estagiários do CFP de 10Jul a 12Set ..488)

- Encargos (contos)

- Com combustíveis e lubrificantes6.676

(2) NO ÂMBITO DAS MISSÕES DE SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

(a) Diminuição de 23 para 16 (-30,4%) do número de casos de intervenção pròpriamente dita para restabelecimento da Ordem Pública.

(b) Escoltas

Efectuado um total de 1.281 escoltas (+ 139%) do que em 1996, das quais se destacam:

- 388 Escoltas ao transporte de presos...
- 127 Escoltas de segurança ao transporte de valores do Banco de Portugal

(3) NO ÂMBITO DAS MISSÕES DE FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO RODOVIÁRIO

Manteve-se um intenso esforço de fiscalização e patrulhamento nos pontos mais críticos dos itinerários nos períodos de maior tráfego, designadamente Natal/Ano Novo, Páscoa, época estival e fins de semana mais prolongados.

Relativamente a este tipo de actividade destacam-se os seguintes valores:

- Cerca de 3,4 milhões de condutores fiscalizados.
- Cerca de 3,2 milhares de acções de Acompanhamento e Desembarçamento de trânsito (c/patrulhas de Batedores).
- Cerca de 28 mil operações stop (inclui também as acções da B.Fiscal para fiscalização de mercadorias em circulação).

(4) NO ÂMBITO DA MISSÃO FISCAL-ADUANEIRA

De salientar, em especial, um acréscimo na ordem dos 761,1% do número de "Acompanhamentos de Mercadorias" (de 3.239 para 27.890), o que traduz um aumento acentuado da circulação de mercadorias sujeitas a controlo aduaneiro, que vem decorrendo com a implementação do Mercado Único Europeu.

(5) NO ÂMBITO DA MISSÃO DE APOIO E SOCORRO

De salientar o número de 54.319 acções de Auxílio e Apoio a Condutores nas estradas do país (+ 12,2% do que em 1996).

c. RESULTADOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL

(1) BAIXAS SOFRIDAS DURANTE O CUMPRIMENTO DA MISSÃO

Durante o ano em apreço registaram-se as seguintes baixas:

- Mortos3 (4 em 1996)
- Feridos graves10 (4 em ")
- Feridos ligeiros25 (19 em ")

De salientar como causas principais os acidentes de viação (19), as agressões (11) e o uso de armas de fogo (5).

(2) PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS

Juntam-se os quadros gerais dos Resultados da Actividade Operacional referentes a 1997 (Anexos "C" e "D").

Dos valores apresentados destacam-se os seguintes, cuja variação relativamente a 1996 se indica entre parentesis:

(a) NO ÂMBITO DE POLÍCIA GERAL

1. Número de autuações por infracção à Legislação Policial,....33.374 (+40,1%)

2. CAPTURAS/DETENÇÕES

Registou-se um total de 17.191 (- 7,0%), detenções das quais:

- Em flagrante5.165 (-18,5%)
- Em cumprimento de Mandados Judiciais11.926 (+0,1%)

Entre os casos de detenção em flagrante delito, salientam-se particularmente os seguintes:

- Por posse/tráfico de droga2072 (-16,7%)
- Por fogo posto30 (-61%)
- Por crimes contra a GNR819 (+68,5%)
- Por caça ilegal.....186 (+14,1%)

(b) NO ÂMBITO DE FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO

1. Registou-se um total de 468.027 autuações por infracções à legislação de trânsito, continuando a verificar-se um aumento relativo de algumas infracções (excesso de velocidade e álcool) mais directamente relacionadas com a segurança rodoviária:

- Falta de cinto de segurança36.645 (-15 %)
- Excesso de velocidade67.029 (+6,5%)
- Excesso de álcool14.259 (+5,6%)
- Detenções por condução c/TAS, ≥ 1.26.370 (-1,7 %)
- Excesso de peso3.802 (-50,1%)

2. De referir, também, o número de infracções detectadas quanto ao Excesso de Ruído, 1.039 (-45,8%).

(c) NO ÂMBITO FISCAL-ADUANEIRO E DO CONTROLO DE FRONTEIRAS

1. Relativamente à actividade fiscal-aduaneira salienta-se:

- Número de infracções detectadas12.957 (-30%)

- Meios de transporte apreendidos8.875 (+98%)
- Valor das apreensões2,0 milhões de contos

2. Relativamente ao controlo de fronteiras, salienta-se:

- A diminuição do número de pessoas controladas (de 64.092 para 52.679), que se explica pelo facto do controlo das fronteiras aéreas e algumas marítimas terem passado à responsabilidade do SEF.
- O aumento em 13% (de 128 para 144) no número de clandestinos detectados em navios.

d. SINISTRALIDADE DIVERSA REGISTADA NO PERÍODO

(1) SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA (Anexo C)

Continua a verificar-se que os seus valores embora menos acentuados do que o do ano transacto, ainda se mantêm elevados:

- N° de acidentes93.604 (+0,1%)
- N° de mortos1.534 (-15,1%)
- N° de Feridos graves5.612 (-11,6%)
- N° de Feridos ligeiros.....36.680 (-4,9%)

(2) SUICÍDIOS

Durante o ano de 1997, a Guarda registou na sua Zona de Acção (ZA) um total de 710 suicídios (737 em 1996), cuja distribuição geográfica (por distritos) e incidência por sexos, grupos etários e dos meios utilizados, se especifica no Anexo E.

Relativamente aos dados registados, salientam-se os seguintes valores:

- * O número de suicídios do sexo masculino (582) é superior aos do sexo feminino (128).
- * O maior número de suicídios ocorreu na faixa etária dos indivíduos com mais de 55 anos (422 suicídios, o que representa cerca de 60% do total).
- * O meio mais utilizado na prática do suicídio foi o enforcamento (344 casos), o que representa cerca de 49% do total.
- * O maior número de casos registou-se no distrito de Lisboa (97), seguido do Porto (81) e o menor número, no distrito da Guarda (8).

Apesar de tudo, verificou-se que, em termos relativos - se introduzido o factor de correcção " número de suicídios /10.000 habitantes " - ocorreram proporcional-mente mais suicídios no distrito de Portalegre (2,95/10.000), seguido do de Beja (2,52/10.000), sendo o distrito de Braga aquele em que, efectivamente, se verificaram menos casos (0,28/10.000).

DISTritos	POPULAÇÃO	Nº SUICÍDIOS	Nº SUICÍDIOS 10.000 HABITANTES
VIANA DO CASTELO	248.290	15	0,60
BRAGA	754.760	21	0,28
PORTO	1.615.970	81	0,50
VILA REAL	233.130	13	0,56
BRAGANÇA	154.680	19	1,23
REGIONAL BRG	3.006.830	149	0,50
AVEIRO	658.300	27	0,41
COIMBRA	425.420	30	0,71
VISEU	398.770	26	0,65
GUARDA	185.410	8	0,43
CASTELO BRANCO	211.810	20	0,94
REGIONAL BRG	1.879.710	111	0,59
LEIRIA	426.200	52	1,22
LISBOA	2.047.980	97	0,47
SANTARÉM	441.860	60	1,36
SETUBAL	716.180	55	0,77
REGIONAL BRG	3.632.220	264	0,77
PORTALEGRE	132.400	39	2,95
ÉVORA	172.380	42	2,44
BEJA	166.470	42	2,52
FARO	342.040	63	1,84
REGIONAL BRG	813.290	186	2,29
TOTAIS GERAIS	9.332.050	710	0,76

3. COOPERAÇÃO E MISSÕES INTERNACIONAIS

No decorrer do período em apreço a actividade da Guarda, neste domínio, desenvolveu-se fundamentalmente nas seguintes vertentes:

a. COOPERAÇÃO COM OS PALOP NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO

1. Nos termos dos acordos firmados entre Portugal e os Palop, no ano de 1997 foi levado a efeito o programa de cooperação com Angola que abrangeu cerca de 42 elementos entre Oficiais, Sargentos e Praças da Polícia Nacional daquele País.

Entre as várias acções de formação realizadas e que se especificam no Anexo F, evidenciam-se as destinadas a Oficiais, particularmente os Estágios para Oficiais Gerais e Superiores (Do Estágio para Oficiais com funções de Comando e Direcção-sete desses Oficiais eram Gerais).

2. De salientar ainda a realização de duas acções no âmbito da formação Cinotécnica (Cino/Droga e Cino/Patrolha) em que àquela PNA foram oferecidos 4 cães de Droga e 4 cães de Patrolha).

b. ACORDO QUADRIPARTIDO F.I.E.P.

Na sequência da sua adesão ao acordo firmado em MAI96 entre as congéneres de natureza militar de França - Itália - Espanha e Portugal (FIEP), a GNR participou nas seguintes eventos realizados neste âmbito:

- * Reunião da Sub-Comissão "Organização do Serviço", organizado pela França;
- * Reunião da Sub-Comissão "Pessoal", organizada pela Itália;
- * Reunião da Sub-Comissão "Novas Tecnologias" organizada pela Espanha;
- * Reunião anual de Directores e Comandantes-Gerais FIEP, organizada em QUT97 pela GNR em Portugal.

c. COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA

1. No ano de 1997 a Guarda Nacional Republicana participou regularmente nas reuniões dos seguintes grupos de trabalho que integram o GRUPO DIRECTOR II (JAI) da UE:
 - Cooperação Policial;
 - Europol;
 - Cooperação Aduaneira.
2. A GNR participou ainda de forma regular nas reuniões do Grupo I - (Policia e Segurança)/Schengen.

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos neste Grupo, merece destaque a realização no primeiro semestre de 97 de uma operação de controlo de viaturas furtadas no espaço Schengen. Esta operação foi desenvolvida em três fases distintas e contou com a participação da GNR, PSP, SEF, DGAIEC e PJ. O Centro Coordenador Operacional (CCO) funcionou em permanência, durante cada uma das fases, no CG/GNR.

3. No mesmo período e tendo em vista o enriquecimento dos conhecimentos e a modernização das práticas a adoptar face a situações que, de dia para dia, exigem novos tipos de actuação, a GNR promoveu um intenso esforço de participação em seminários, conferências e estágios. A actividade nesse sentido desenvolvida encontra-se espelhada em Anexo G.

d. COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DAS NAÇÕES UNIDAS

Durante o ano de 1997 a Guarda manteve o seu empenhamento na MONUA, em Angola, assegurando as funções de 2º Comandante da componente, com um contingente de 30 Oficiais e 8 Sargentos, observadores de Polícia.

4. CONDICIONAMENTOS E LIMITAÇÕES À CAPACIDADE DE ACTUAÇÃO DA GUARDA

Durante o ano de 1997 a GNR continuou a confrontar-se com alguns problemas que limitaram a sua capacidade de actuação e que, se não forem minimizados, são susceptíveis de afectar a sua eficiência operacional.

Pelo seu significado e importância destacamos os seguintes:

a. DÉFICIT DE EFECTIVOS

De acordo com o DL 231/93, de 26JUN (Lei Orgânica), o efectivo do pessoal militar da GNR foi fixado em 1993 em 26.864 homens, sendo considerado na altura como o indispensável para o cumprimento da missão que lhe está atribuída.

Contudo, o efectivo existente apresenta, relativamente ao efectivo orgânico fixado, um déficit da ordem dos 2.500 homens, o qual se vem reflectindo principalmente no dispositivo territorial.

Por outro lado, constata-se que está por completar a reestruturação das Forças de Segurança que previa a transferência para a PSP da responsabilidade de policiamento das zonas urbanas englobadas nas áreas da grande Lisboa e do grande Porto e possibilitaria libertar os efectivos da Guarda nelas hipotecados.

Estas situações reflectiram-se, naturalmente, no reordenamento do dispositivo territorial da Guarda que se pretendia levar a cabo, para satisfazer, não só, as necessidades de criação de novos Postos, mas, principalmente, o reforço de muitos outros, localizados em zonas de maior crescimento demográfico e, deste modo, atender aos insistentes pedidos das populações e autarquias locais, que reclamam por mais segurança.

b. SERVIÇOS SOLICITADOS À GUARDA PELOS TRIBUNAIS

Paralelamente, com a falta de efectivos, verifica-se que, de ano para ano, aumentam acentuadamente as solicitações feitas à Guarda, especialmente pelos Tribunais, para execução de notificações e outras tarefas, o que se traduz no empenhamento de maior número de efectivos.

Não obstante as tentativas para colmatar este problema, esta situação mantém-se com grave prejuízo, pelo desvio de efectivos para o cumprimento da restante missão.

c. RESTRIÇÕES DE MOBILIDADE (FALTA DE VIATURAS)

Como forma de compensar a falta de efectivos, impôr-se-ia, no mínimo, como alternativa, que a GNR dispusesse dos meios suficientes que lhe garantissem uma maior mobilidade do seu efectivo, como forma de criar as condições mínimas para se exigir das Unidades uma resposta pronta e mais adequada às necessidades de patrulhamento, fiscalização e policiamento das suas áreas de competência e às expectativas no que concerne à segurança e tranquilidade das populações.

5. CONCLUSÕES

Face ao conjunto de análises que precedem, e comparativamente ao ano de 1996, poder-se-á concluir que:

- a. Os níveis gerais da criminalidade tiveram um aumento não muito significativo, na ordem dos 6,6%, relativamente ao ano transacto, tendo os principais indicadores de segurança interna sofrido igualmente um aumento de 8%.
- b. Em ambas as áreas não se verificaram, na Zona de Acção da Guarda situações susceptíveis de constituir ameaça grave à segurança interna do país.
- c. Âmbito Operacional
 - Esforço no policiamento às Escolas e, em geral, na ZA;
 - Manutenção do patrulhamento normal a cavalo e algum aumento com o programa "ESCOLA SEGURA".
 - Maior empenhamento de efectivos da GNR nos serviços supletivos, em especial nos solicitados pelos Tribunais.

ANEXOS:

- A - ANÁLISE QUANTITATIVA DOS PRINCIPAIS INDICADORES DE SEGURANÇA INTERNA
- B - QUADRO GERAL DA ACTIVIDADE OPERACIONAL REALIZADA
- C - QUADRO GERAL DOS RESULTADOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL
- D - QUADRO GERAL DA ACTIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA NO ÂMBITO FISCAL - ADUANEIRO E NAS FRONTEIRAS
- E - ESTATÍSTICA DE SUICÍDIOS
- F - COOPERAÇÃO COM OS PALOP NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO

G - COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DA UNIÃO EUROPEIA.

H. MAPA DE DESLOCAÇÕES AO ESTRANGERO EM 1997

PRINCIPAIS INDICADORES DE SEGURANÇA INTERNA

Anexo A

CRIMINALIDADE		NÚMERO DE CRIMES		VARIAÇÃO (A+B)		
		01JAN97 a 31DEC97 (A)	01JAN96 a 31DEC96 (B)	DIFERENÇA	%	
CONTRA PESSOAS	HOMICÍDIOS VOLUNTÁRIOS	127	111	+16	14.4%	
	OFENSAS CORPORAIS VOLUNTÁRIAS SIMPLES	16.236	15.050	+1186	7.9%	
	OFENSAS CORPORAIS VOLUNTÁRIAS GRAVES	390	389	+1	0.3%	
	VIOLAÇÕES E OUTROS CRIMES SEXUAIS	485	441	+44	10.0%	
CONTRA O PATRIMÓNIO	FURTOS	POR ESTICÃO	1.223	1.093	+130	11.9%
		DE VEÍCULOS MOTORIZADOS	7.614	5.992	+1622	27.1%
		EM VEÍCULOS MOTORIZADOS	10.475	10.082	+393	3.9%
		EM RESIDÊNCIAS/HABITAÇÕES	12.106	10.984	+1122	10.2%
	ROUBOS	EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	1.137	1.083	+54	5.0%
		A BANCOS E OUTRAS INSTAL. DE CRÉDITO	45	26	+19	73.1%
		A POSTOS ABASTECIMENTO COMBUSTÍVEL	161	162	-1	-0.6%
CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE	INCÊNDIO/FOGO POSTO	3.080	3.386	-306	-9.0%	
	DETENÇÃO OU PORTE ILEGAL DE ARMAS	242	319	-77	-24.1%	
	POSSE OU CONSUMO DROGAS	713	736	-23	-3.1%	
	TRÁFICO DE DROGA	927	1.004	-77	-7.7%	
CONTRA A AUTORIDADE (GNR)	AMEAÇAS E/OU INJÚRIAS	215	250	-35	-14.0%	
	DESOBEDIÊNCIA/RESISTÊNCIA	402	345	+57	16.5%	
TOTAL		55.578	51.453	+4125	8.0%	

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS INDICES DA CRIMINALIDADE

Apêndice 1 ao Anexo A

ÍNDICES	01JAN97 a 31DEC97	01JAN96 a 31DEC96	DIFERENÇA	VARIAÇÃO %
CRIMES CONTRA AS PESSOAS				
0100 - Homicídio voluntário consumado	127	111	+16	14,4%
0200 - Homicídio por negligência em acidentes de viação	1.120	1.115	+5	0,4%
0300 - Homicídio por negligência em outras circunstâncias	73	77	-4	-5,2%
0400 - Aborto	9	11	-2	-18,2%
0500 - Ofensas corporais voluntárias graves	390	389	+1	0,3%
0600 - Ofensas corporais voluntárias simples	16.236	15.050	+1186	7,9%
0700 - Ofensas corp. por neglig. em acidentes de viação	5.889	5.904	-15	-0,3%
0800 - Ofensas corp. por neglig. em outras circunstâncias	256	359	-103	-28,7%
0900 - Rapto e sequestro	62	67	-5	-7,5%
1000 - Ameaças	4.658	4.019	+639	15,9%
1100 - Violação	223	206	+17	8,3%
1200 - Outros crimes sexuais	262	235	+27	11,5%
1300 - Difamação, calúnia e injúrias	4.876	4.173	+703	16,8%
1400 - Abuso de liberdade de imprensa	14	9	+5	55,6%
1500 - Violação de domic. ou de lugar vedado ao público	410	374	+36	9,6%
1600 - Devassa da vida privada e violação de segredo	31	78	-47	-60,3%
1700 - Outros crimes contra as pessoas	1.918	1.699	+219	12,9%
A - TOTAL DA RUBRICA	36.554	33.876	+2678	7,9%
CRIMES CONTRA O PATRIMONIO				
1800 - Furto ou Tráfico de obras de arte e bens culturais	53	70	-17	-24,3%
1900 - Furto ou roubo por esticão	1.223	1.093	+130	11,9%
2000 - Furto de veiculo motorizado	7.614	5.992	+1622	27,1%
2100 - Furto em veiculo motorizado	10.475	10.082	+393	3,9%
2200 - Furto em residênc. com arromb. escal. ou chaves falsas	12.106	10.984	+1122	10,2%
2300 - Furto em edif.comer.ou Indust. c/ arr. esc. ou chaves falsas	7.823	7.797	+26	0,3%
2400 - Furto em estabel. de ensino c/ arr. esc. ou chaves falsas	1.137	1.083	+54	5,0%
2500 - Furto em outros edific.com arromb. escl. ou chaves falsas	1.856	1.935	-79	-4,1%
2600 - Furto por carteirista	667	837	-170	-20,3%
2700 - Furto em supermercado	425	499	-74	-14,8%
2800 - Outros furtos	7.271	6.175	+1096	17,7%
2900 - Roubo na via pública (excepto por esticão)	346	243	+103	42,4%
3000 - Assalto/roubo a bancos ou outros estabel. de crédito	45	26	+19	73,1%
3100 - Assa./roubo a tesourarias ou estações de correio	29	23	+6	26,1%
3200 - Roubo em posto de abastecimento de combustível	161	162	-1	-0,6%
3300 - Roubo a motorista de transportes públicos	18	16	+2	12,5%
3400 - Outros roubos	275	327	-52	-15,9%
3500 - Dano	9.024	8.258	+766	9,3%
3600 - Abuso de confiança	668	579	+89	15,4%
3700 - Emissão de cheques sem cobertura	2.558	2.992	-434	-14,5%
3800 - Burla	987	949	+38	4,0%
3900 - Extorsão	18	24	-6	-25,0%
4000 - Falência				
4100 - Receptação	32	25	+7	28,0%
4200 - Abuso de cartão ou garantia de crédito	17	26	-9	-34,6%
4300 - Outros crimes contra o património	408	422	-14	-3,3%
B - TOTAL DA RUBRICA	65.236	60.619	+4617	7,6%

ANÁLISE QUANTITATIVA DOS INDICES DA CRIMINALIDADE

Apêndice 1 ao Anexo A

	01JAN97 a 31DEC97	01JAN96 a 31DEC96	DIFERENÇA	VARIAÇÃO %
4400 - CRIMES CONTRA A PAZ E A HUMANIDADE				
C - TOTAL DA RUBRICA				
CRIMES CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE				
4500 - Omissão de assistência à família	80	70	+10	14,3%
4600 - Subtracção de menores	35	15	+20	133,3%
4700 - Contrafacção ou fals.de moeda e e passa.de moeda falsa	251	234	+17	7,3%
4800 - Contrafacção, falsificação de títulos de crédito	49	50	-1	-2,0%
4900 - Falsificação de docum.,cunhos, marcas, chancelas, pesos	213	214	-1	-0,5%
5000 - Incêndio/fogo posto em edifício	789	680	+109	16,0%
5100 - Incêndio/fogo posto em searas	281	332	-51	-15,4%
5200 - Incêndio/fogo posto em florestas ou matas	2.010	2.374	-364	-15,3%
5300 - Detenção ou porte de armas de guerra ou proibidas	91	100	-9	-9,0%
5400 - Detenção ou porte de armas não proibidas mas n/licenc.	151	219	-68	-31,1%
5500 - Motim, instigação ou apologia pública do crime	6	8	-2	-25,0%
5600 - Associações criminosas		1	-1	-100,0%
5700 - Terrorismo e associações terroristas				
5800 - Pirataria aérea e crimes contra a segur.da aviação civil				
DROGA 5900 - Tráfico de estupefacientes ou psicotrópicos	927	1.004	-77	-7,7%
6000 - Consumo de estupefacientes ou psicotrópicos	713	736	-23	-3,1%
6100 - Crimes contra a saúde	44	42	+2	4,8%
6200 - Crimes contra os direitos de autor	28	41	-13	-31,7%
6300 - Crimes contra a propriedade industrial	329	242	+87	36,0%
6400 - Caça e pesca ilegais	200	199	+1	0,5%
6500 - Crimes fiscais	18	30	-12	-40,0%
6600 - Crimes fiscais aduaneiros	36	58	-22	-37,9%
6700 - Fraude na obtenção de subsídios, subvenções ou créditos		1	-1	-100,0%
6800 - Especulação	11	10	+1	10,0%
6850 - Condução com taxa de alcool igual ou sup. a 1,2G/L	6.929	6.874	+55	0,8%
6900 - Outros crimes contra a vida em sociedade	1.307	1.036	+271	26,2%
D - TOTAL DA RUBRICA	14.498	14.570	-72	-0,5%
CRIMES CONTRA O ESTADO				
7000 - Crimes eleitorais	17	1	+16	1600,0%
7100 - Coacção de/ou ofensa a funcionário	215	250	-35	-14,0%
7200 - Desobediência a funcionário	402	345	+57	16,5%
7300 - Tirada, evasão e motim de presos	5	7	-2	-28,6%
7400 - Usurpação de funções	2	5	-3	-60,0%
7500 - Declarações e testemunhos falsos	20	16	+4	25,0%
7600 - Prisão ilegal	1		+1	100,0%
7700 - Abuso de autoridade	2	1	+1	100,0%
7800 - Corrupção	10	12	-2	-16,7%
7900 - Peculato	1	3	-2	-66,7%
8000 - Violação de providências públicas	4	2	+2	100,0%
8100 - Outros crimes contra o Estado	106	76	+30	39,5%
E - TOTAL DA RUBRICA	785	718	+67	9,3%
TOTAL GERAL (A + B + C + D + E)	117.073	109.783	+7290	6,6%

CRIMINALIDADE POR DISTRITOS
ANO DE 1997

CRIMES DISTRITO	CONTRA AS	CONTRA O	CONTRA A PAZ E	CONTRA A VIDA	CONTRA O	TOTAL
	PESSOAS GNR	PATRIMONIO GNR	A HUMANIDADE GNR	EM SOCIEDADE GNR	ESTADO GNR	
AVEIRO	3.292	5.732		1.030	98	10.152
BEJA	470	527		586	27	1.610
BRAGA	3.817	4.974		1.106	61	9.958
BRAGANÇA	774	853		334	14	1.975
CASTELO BRANCO	826	1.083		411	25	2.345
COIMBRA	1.783	1.983		661	46	4.473
ÉVORA	525	561		284	23	1.393
FARO	2.299	8.404		945	54	11.702
GUARDA	686	634		435	18	1.773
LEIRIA	1.849	3.068		761	35	5.713
LISBOA	4.916	9.994		2.328	80	17.318
PORTALEGRE	455	688		425	27	1.595
PORTO	5.215	12.692		1.023	72	19.002
SANTARÉM	2.861	2.867		1.082	38	6.848
SETUBAL	2.478	5.884		1.060	65	9.487
VIANA DO CASTELO	1.206	1.934		754	32	3.926
VILA REAL	1.224	1.255		530	25	3.034
VISEU	1.863	2.088		708	44	4.703
R.A. AÇORES	9	12		29		50
R.A. MADEIRA	6	3		6	1	16
TOTAIS	36.554	65.236		14.498	785	117.073

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA COMANDO GERAL 3ª REPARTIÇÃO	ANEXO "B" AO REPERISITOP Nº (RELATIVO AO PERÍODO DE 01JAN97 A 31DEC97)
	QUADRO GERAL DA ACTIVIDADE OPERACIONAL « PRINCIPAIS ACÇÕES REALIZADAS »

TIPO DE ACTIVIDADES	Nº ACÇÕES REALIZADAS			VARIAÇÃO	
	NO PERÍODO	IGUAL PERÍODO DO ANO TRANSACTO	DIFERENÇA		
	(A)	(B)	(A-B)	%	
Patrulhamento	Apeado	340.359	347.967	-7.608	-2,2%
	A Cavallo	18.535	16.834	1.701	10,1%
	Motorizado (Auto e Moto)	444.879	394.152	50.727	12,9%
	Naval (Fluviais e Maritimas)	5.198	4.075	1.123	27,6%
	Soma	808.971	763.028	45.943	6,0%
Polícia Geral	Serv Solicitados à Guarda	931.965	833.498	98.467	11,8%
	Festas e Romarias Policiadas	4.406	4.164	242	5,8%
	Espect Desport. Policiados	29.931	31.541	-1.610	-5,1%
	Rusgas	242	283	-41	-14,5%
Seg Ord Publ	Concent Prev Forças	303	226	77	34,1%
	Interv P/Restab OP	16	23	-7	-30,4%
	Outras Acções Seg Guarnição	33	27	6	22,2%
	Escoltas a Presos	388	295	93	31,5%
	Escoltas a Fundos	127	78	49	62,8%
	Escoltas - Outras	766	162	604	372,8%
Trânsito	Acompanhamentos	1.603	1.619	-16	-1,0%
	Desembaraçamentos	1.637	917	720	78,5%
	Escoltas Trânsito (AE)	228	141	87	61,7%
	Seg Provas Desp Estrada	1.438	1.383	55	4,0%
	Acções Stop	28.387	30.533	-2.146	-7,0%
Fiscal Aduaneira	Aguardos	29.950	28.031	1.919	6,8%
	Acções Vigilância PO	54.082	39.023	15.059	38,6%
	Acções Fiscalização	9.307	8.040	1.267	15,8%
	Acomp Mercadorias	27.890	3.239	24.651	761,1%
	Sentinelas	129.399	153.471	-24.072	-15,7%
	Buscas	461	565	-104	-18,4%
	Varejos	1	26	-25	-96,2%
	Interv Eq Cinotécnicas	4.749	5.532	-783	-14,2%
Interv Eq Endoscópicas	117	84	33	39,3%	
Honorifica	Guardas de Honra	125	120	5	4,2%
	Escoltas e Alas de Honra	46	60	-14	-23,3%
Apoio e Socorro	Auxilio a Condutores	54.319	48.425	5.894	12,2%
	Outras Acções Ap Soc	2.250	2.246	4	0,2%

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA COMANDO GERAL 3ª REPARTIÇÃO	APÊNDICE 1 AO ANEXO "B" AO REPERISITOP Nº (RELATIVO AO PERÍODO DE 01JAN97 A 31OUT97) <hr/> SERVIÇOS SOLICITADOS A GNR
--	---

SERVIÇOS SOLICITADOS À GNR EM 1997

Mês	Localiz Desap	Pedidos Paradeiro	Notifica- ções	Pedidos M/Capt	M Cond Tribunal	Apreens Armas	Apreens Viaturas	Outros	Soma
JAN	36	6.533	39.151	315	984	75	534	32.406	80.034
FEV	62	6.011	37.756	525	898	44	335	29.932	75.563
MAR	56	6.275	40.501	503	758	67	806	32.005	80.971
ABR	41	5.898	39.884	699	1.069	51	402	31.070	79.114
MAI	41	6.339	41.391	331	944	128	437	32.316	81.927
JUN	41	5.725	40.537	264	812	112	854	32.051	80.396
JUL	54	5.798	40.233	656	440	106	905	33.622	81.814
AGO	40	3.766	25.146	134	75	52	221	25.050	54.484
SET	44	4.491	29.598	81	374	83	195	28.016	62.882
OUT	30	6.836	44.704	897	1.139	93	421	36.574	90.694
NOV	30	6.324	44.061	211	1.189	46	718	34.951	87.556
DEC	37	5.521	37.413	259	687	72	407	32.134	76.530
TOTAIS	532	69.517	460.375	4.875	9.369	929	6.235	380.127	931.965

SERVIÇOS SOLICITADOS À GNR EM 1996

Mês	Localiz Desap	Pedidos Paradeiro	Notifica- ções	Pedidos M/Capt	M Cond Tribunal	Apreensão Armas	Apreensão Viaturas	Outros	Soma
JAN	41	6.409	33.869	292	869	188	526	26.781	68.975
FEV	25	6.195	33.666	331	832	71	462	26.189	67.771
MAR	33	6.439	38.316	412	979	46	529	29.054	75.808
ABR	56	5.648	32.738	406	693	33	372	26.782	66.728
MAI	49	6.538	35.887	405	861	164	480	30.240	74.624
JUN	35	5.898	35.046	229	759	56	441	28.034	70.498
JUL	34	6.463	35.962	235	424	41	473	30.333	73.965
AGO	20	4.384	22.668	162	80	24	190	23.804	51.332
SET	42	4.410	24.851	91	371	89	227	24.345	54.426
OUT	42	6.308	38.241	303	921	54	1.524	31.689	79.082
NOV	51	6.434	38.513	276	817	110	503	30.789	77.493
DEC	25	5.767	36.032	289	612	60	426	29.585	72.796
TOTAIS	453	70.893	405.789	3.431	8.218	936	6.153	337.625	833.498

Varição %	17%	-2%	13%	42%	14%	-1%	1%	13%	12%
--------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	----	-----	-----

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA COMANDO GERAL 3ª REPARTIÇÃO	ANEXO "C" AO REPERISITOP Nº (RELATIVO AO PERÍODO DE 01JAN97 A 31DEC97)
	QUADRO GERAL DOS RESULTADOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL

PRINCIPAIS RESULTADOS DA ACTIVIDADE OPERACIONAL		TOTALS			VARIAÇÃO	
		NO PERÍODO (A)	IGUAL PERÍODO DO ANO TRANSACTO (B)	DIFERENÇA (A-B)	%	
Policia Geral	Caça	Caçadores fiscaliz	29.761	29.937	-176	-0,6%
		Infracções lei da caça	476	286	190	66,4%
		Armas caça apreend	188	162	26	16,0%
	Capturas	Flagrante delito	5.165	6.334	-1.169	-18,5%
		Mandado/pedido	11.926	11.914	12	0,1%
		Iniciativa GNR	100	236	-136	-57,6%
		Soma	17.191	18.484	-1.293	-7,0%
	Detenções	Crimes contra GNR	819	486	333	68,5%
		Posse/Tráfico Droga	2.072	2.487	-415	-16,7%
		Fogo posto	30	77	-47	-61,0%
Caça Illegal		186	163	23	14,1%	
Autuaç.Infracç Legisl Polic		33.374	23.827	9.547	40,1%	
Armas Apreend/Recup		991	875	116	13,3%	
Veiculos Apreend/Recup		2.711	2.560	151	5,9%	
Fiscalização Trânsito	Nº Conduz Fiscalizados		3.397.844	3.378.356	19.488	0,6%
	Detenç Exc Alcool (TAS>1.2)		6.370	6.483	-113	-1,7%
	Detenç Outros Motivos		3.354	2.892	462	16,0%
	Aut Infracç Leg Trânsito		468.027	496.516	-28.489	-5,7%
	Contra-Ordena ao CE/RCE		393.784	420.223	-26.439	-6,3%
	Infrações	Falta Cinto Seg	36.645	43.105	-6.460	-15,0%
		Excesso Alcool	14.259	13.507	752	5,6%
		Excesso Velocid	67.029	62.931	4.098	6,5%
Excesso Peso		3.802	7.626	-3.824	-50,1%	
Excesso Ruído		1.039	1.916	-877	-45,8%	
Falta Seguro/Insp		6.926	6.126	800	13,1%	
Fiscalização Aduaneira	Infrações	Crimes Detectados	785	578	207	35,8%
		Contra-Ordenações	12.957	17.957	-5.000	-27,8%
		Transgressões	8	18	-10	-55,6%
	Meios Transporte Apreend		8.563	4.484	4.079	91,0%
	Mercadorias Apreend (Valor)		2.015.824	1.411.197	604.627	42,8%
	Pessoas Detidas		97	163	-66	-40,5%
	Controlo Fronteiras	Pessoas Contr	77.853	64.092	13.761	21,5%
Interd Entradas		84	8	76	950,0%	
Interd Saidas		136	0	136		
Sinistralidade Rodoviária	Nº Acidentes		93.604	93.487	117	0,1%
	Nº Mortos		1.534	1.806	-272	-15,1%
	Nº Feridos Graves		5.612	6.348	-736	-11,6%
	Nº Feridos Ligeiros		36.680	38.555	-1.875	-4,9%
Baixas Sofridas	Mortos-GNR		3	4	-1	-25,0%
	Feridos Graves-GNR		10	4	6	150,0%
	Feridos Ligeiros-GNR		25	19	6	31,6%

GUARDA NACIONAL REPUBLICANA COMANDO GERAL 3ª REPARTIÇÃO	ANEXO "D" AO REPERTOP Nº (RELATIVO AO PERÍODO DE 01JAN97 A 31DEC97)
	QUADRO GERAL DA ACTIVIDADE OPERACIONAL ÂMBITO FISCAL ADUANEIRO E FRONTEIRAS

RESULTADOS MAIS SIGNIFICATIVOS DA ACTIVIDADE DESENVOLVIDA
NO ÂMBITO FISCAL / ADUANEIRO

ACTIVIDADES / ACÇÕES				
Designação	Quantificação			Valor (contos) ANO DE 1997
	1997	1996	% Var	
Apreensões (Por redes tipificadas)				
- Géneros Alimentícios	258	199	30%	49.160
- Tabaco	9	11	-18%	105.702
- Máquinas de Jogo	388	192	102%	183.996
- Vestuário	309	260	19%	490.452
- Gado	75	100	-25%	21.180
- Meios de Transporte	8.885	4.484	98%	137.360
- Electrodomésticos	131	126	4%	18.256
- Diversos	175	183	-4%	61.229
- Droga	45	53	-15%	948.489
< Soma >	10.275	16.777	-39%	2.015.824
Pessoas Detidas	101	163	-38%	
Processos Instaurados	5.068	5.082	0%	
Infracções Registadas	12.957	18.553	-30%	

PRINCIPAL ACTIVIDADE DESENVOLVIDA NAS FRONTEIRAS

ACTIVIDADES / ACÇÕES				
Designação	Quantificação		Variação %	Obs
	1997	1996		
Passageiros Controlados	52.669	64.092	-18%	
Capturas	1	1	0%	
Interdição de Entrada	0	0		
- Falta de Visto	1	7	-86%	
- Falta de Documento de Viagem	0	1	-100%	
- Outros Motivos	0	0		
Interdição de Saída	0	0		
- Documento Caducado	0	0		
- Falta de Documento de Viagem	0	0		
- Medida Cautelar Pendente	0	0		
Diversos	0	0		
- Vistos Trânsito Concedidos	1.813	1.755	3%	
- Clandestinos Detect. Navios	144	128	13%	

ASSUNTO: (COOPERAÇÃO COM OS PALOP NO ÂMBITO DA FORMAÇÃO) AO
RELATÓRIO DE SEGURANÇA E DE ACTIVIDADE OPERACIONAL
DESENVOLVIDA NO ANO DE 1997

CURSOS/ESTÁGIOS	PERÍODO CURSO	Nº ELEMENTOS
CURSO FISCAL P/OFICIAIS	01OUT a 18DEC97	10
CURSO CINO/PATRULHA	08OUT a 18DEC97	04
CURSO CINO/DROGA	08OUT a 18DEC97	04
CURSO DE OFICIAIS	09OUT a 31DEC97	14
EST.OF. SUP.C/FUNÇÕES COM./DIRECÇÃO	08NOV a 21NOV97	10

CABO-VERDE

CURSOS/ESTÁGIOS	PERÍODO CURSO	Nº ELEMENTOS
CURSO CINO/DROGA	16OUT95/21DEC95	03
CURSO CINO/PATRULHA	18SET95/21DEC95	03

ANEXO -G - (PARTICIPAÇÃO EM SEMINÁRIOS E CONFERÊNCIAS A NÍVEL INTERNACIONAL) AO RELATÓRIO DE SEGURANÇA E DE ACTIVIDADE OPERACIONAL DESENVOLVIDA NO ANO DE 1997

SEMINÁRIO/CONFERÊNCIA	DATA	LOCAL
REUNIÃO DA TASK FORCE CIGARROS	27JAN97	MADRID
SEMINARIO SOBRE ANÁLISE DE RISCOS	17 e 18MAR97	BRUXELAS
SEMINÁRIO SOBRE O CONTROLO DA VIOLÊNCIA NO FUTEBOL	19 a 20 de MAR97	AMSTERDÃO
SEMINÁRIO SOBRE COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA	14 e 15ABR97	LISBOA
CONFERÊNCIA DA UE SOBRE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE AO NÍVEL EUROPEU	11 a 14 de MAI97	HOLANDA
JORNADAS SOBRE A FRONTEIRA SUL DA EUROPA	22 a 24MAI97	ESPANHA
REUNIÃO DE DIRECTORES DAS ESCOLAS DE POLÍCIA EUROPEIA	4 a 6 de JUN/97	ROMA
DEBATE SOBRE OS CORPOS POLICIAIS IBERO-AMERICANOS DE NATUREZA MILITAR PERANTE A MODERNA CONFLITUALIDADE SOCIAL	08 a 11JUL97	ESPANHA
SEMINÁRIO SOBRE "TRÁFICO DE VEÍCULOS"	27 a 29OUT97	LUXEMBURGO
SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA MENORES	03 a 06NOV97	MADRID
VII CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE ESTILOS DE VIDA E COMPORTAMENTOS ADITIVOS	20 e 21NOV97	LISBOA
"TASK GROUP CIGARETTES COORDINATION MEETING"	24 a 26NOV97	FINLÂNDIA
SEMINÁRIO EUROPEU "A POLÍCIA CONTRA O RACISMO:INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS"	01 a 03DEZ97	MADRID

ASSUNTO: OUTRAS DESLOCAÇÕES AO ESTRANGEIRO EM 1997

ACTIVIDADES	PARTICIPANTES	PAÍS	PERÍODO
Est. Inf. Sobre Org. e Meios da Gendarmerie	Cap.T. Correia	França	10MAR a 04ABR97
1ª Confª sobre Diminuição Letal Uso Força	Cap. V. Fernandes	Holanda	02ABR a 04ABR97
Basic Instructional. Techniques	Cap. Pimenta	Reino Unido	12MAI a 16MAI97
Basic Instructional. Techniques	Ten. Moisés	Reino Unido	12MAI a 16MAI97
Instructor.Surpervisor Course	Cap. Pimenta	Reino Unido	12MAI a 16MAI97
Instructor.Surpervisor Course	Ten. Moisés	Reino Unido	19MAI a 22MAI97
Desl. da Delegação GNR Acordos FIEP	Ten.Cor.Pereira	Itália	21MAI a 24MAI97
Desl. da Delegação GNR Acordos FIEP	Major T. Pinto	Itália	21MAI a 24MAI97
Seminário Cães Det.Expl. Droga Odor Humana	Ten Almeida	Holanda	26MAI e 27MAI97
IV Jornadas Farmaceuticas Militares	Major Ribeiro	Espanha	28MAI a 30MAI97
Formação Binómios Cinotécnicos	Sargº Lourenço	Espanha	01ABR a 27JUN97
Formação Binómios Cinotécnicos	Soldº Conceição	Espanha	01ABR a 27JUN97
International Security Course	Cap. Pereira	Inglaterra	12MAI a 04JUL97
13º simpósio Int. met. Engenhos Terroristas	Cap. Paixão	Inglaterra	28JUL a 01AGO97
Curso Int. Alta Esp. P/Forças Policiais	Cor. Terraquente	China	02SET a 09SET97
English Police Studies Course	Malor R. Moura	Inglaterra	15SET a 26SET97
Form. Quad. Tec. P/Utilização Sist. Seguimento	Ten. Guerreiro	França	28OUT a 31OUT97
Curso TestingTechniques Course	Cap. Carreira	Inglaterra	29SET a 03OUT97
18º Confª Esp. Inact. Eng. Expl. Improvisados	Cap. Paixão	Alemanha	06OUT a 10OUT97
18º Confª Esp. Inact. Eng. Expl. Improvisados	Cap. Pereira	Alemanha	06OUT a 10OUT97
29º Forum Mundial Hospital Consultorio Médico	Ten. Cor. Lima Duque	Alemanha	19NOV a 22NOV97
10ª Salão Âmbito Seg. Interna dos Estados	Ten. Cor Crespo	França	25NOV a 28NOV97
10ª Salão Âmbito Seg. Interna dos Estados	Cap. Oliveira	França	25NOV a 28NOV97
10ª Salão Âmbito Seg. Interna dos Estados	Cap. Paixão	França	25NOV a 28NOV97
Curso Estado Maior da Gendarmerie	Cap. Paulo Soares	França	01SET97 a 30JAN98

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE
DA
POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
PSP

INDICE

A SITUAÇÃO SÓCIO-CRIMINAL

1. CARACTERIZAÇÃO GERAL

a. CRIMINALIDADE

- (1) PEQUENO AUMENTO DA CRIMINALIDADE
- (2) AGRAVAMENTO DO CRIME VIOLENTO
- (3) DELINQ. PRATICADA POR GRUPOS DE INDIV. DE ASCENDÊNCIA AFRICANA
- (4) DELINQUÊNCIA JUVENIL
- (5) PROBLEMÁTICA DO TRÁFICO/CONSUMO DE DROGA
- (6) ASSALTOS A TAXISTAS
- (7) FURTO DE VIATURAS
- (8) A QUESTÃO DOS RAPATRIADOS NOS AÇORES

2. CARACTERIZAÇÃO GERAL

a. GENERALIDADES

b. CRIME VIOLENTO

- (1) GENERALIDADES
- (2) HOMICÍDIOS VOLUNTÁRIOS
- (3) COLOCAÇÃO DE ENGENHOS EXPLOSIVOS
- (4) ROUBOS COM ARMA A PESSOAS
- (5) ROUBOS ARMADOS A ESTABELECIMENTOS
- (6) ASSALTOS A BANCOS
- (7) ROUBOS/FURTOS POR ESTICÃO
- (8) RAPTOS E SEQUESTROS
- (9) VIOLAÇÕES
- (10) CRIMINALIDADE GRUPAL
- (11) DELINQUÊNCIA JUVENIL
- (12) TRÁFICO DE DROGA
- (13) CONSUMO DE DROGA

c. CRIME COMUM

- (1) ROUBOS/FURTOS A PESSOAS
- (2) ROUBOS/FURTOS A HABITAÇÕES
- (3) ROUBOS/FURTOS A ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS
- (4) ROUBOS/FURTOS NO INTERIOR DE VIATURAS
- (5) ROUBOS/FURTOS DE VIATURAS

- (6) ROUBOS/FURTOS DE ARMAS
- (7) DETENÇÃO/POSSE DE ARMAS PROIBIDAS
- (8) NOTÍCIAS ALARMANTES
- (9) DESRESPEITO À AUTORIDADE
- (10) EMISSÃO DE CHEQUES SEM PROVISÃO

B - ACTIVIDADE OPERACIONAL

- 1. DETENÇÕES
- 2. SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA "112-115"
- 3. OPERAÇÕES POLICIAIS E EMPENHO DO CI E GOE
- 4. RECUPERAÇÃO E APREENSÃO DE VIATURAS
- 5. ARMAMENTO RECUPERADO
- 6. SEGURANÇA ESPECÍFICA DIVERSA
 - a. SEGURANÇA A ENTIDADES DIVERSAS
 - b. SEGURANÇA A ACONTECIEMNTOS DESPORTIVOS
 - c. SÉGURANÇA A ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
 - d. SEGURANÇA NAS REDES DE TRANSPORTES PÚBLICOS
 - e. SEGURANÇA A BAIROS DEGRADADOS
- 7. CONSEQUÊNCIAS DAS INTERVENÇÕES POLICIAIS
- 8. AGENTES DA PSP
- 9. OUTROS (CIVIS, DELINQUENTES, ETC)
- 10. FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO
- 11. AUTUAÇÕES POR INFRACÇÕES DE TRÂNSITO
- 12. ACIDENTES DE VIAÇÃO
- 13. FISCALIZAÇÃO DA TAXA DE ALCOOLÉMIA NO SANGUE (TAS)
- 14. ACTIVIDADE PROCESSUAL
- 15. DILIGÊNCIAS E SOLICITAÇÕES DIVERSAS
- 16. INQUÉRITOS
- 17. COMPARÊNCIAS EM TRIBUNAL
- 18. EXPEDIENTE ELABORADO
- 19. MISSÕES NO ESTRANGEIRO

D - SEGURANÇA À EXPO 98

E - CONCLUSÕES

ANEXOS

A. SITUAÇÃO SÓCIO-CRIMINAL

1. Caracterização geral

a. Criminalidade.

Em termos gerais, são de salientar os seguintes aspectos:

(1) Pequeno aumento da criminalidade global.

A evolução da criminalidade global em 1997, embora traduzida por um ligeiro agravamento (0,4%) face ao ano anterior, não deixou de ir ao encontro da tendência de estabilização verificada desde há alguns anos. Para isso contribuiu de forma decisiva¹, mais uma vez, o significativo desagravamento verificado nos crimes de emissão de cheques sem provisão, nos furtos/roubos comuns a pessoas e em estabelecimentos, o que foi contrabalançado essencialmente com o agravamento registado em alguns crimes residuais contra as pessoas (injúrias, difamação, etc), nos roubos/furtos de viaturas e nas ofensas corporais voluntárias.

Verificou-se um agravamento global na ordem dos 4% dos crimes contra as pessoas (já que determinados crimes de menor gravidade, como as ameaças e as difamações, calúnias e injúrias, evoluíram influentemente nesse sentido, para além das ofensas corporais voluntárias, conforme foi referido), ao contrário dos crimes contra o património, que diminuíram 1%, especialmente devido ao comportamento evolutivo das três rubricas criminais atrás citadas. Os crimes contra a vida em sociedade registaram, no seu conjunto, um pequeno agravamento (2%), enquanto os crimes contra o Estado, embora de pequena dimensão em termos absolutos, registaram um agravamento sensível (+21%), especialmente no que concerne aos casos de coacção/ofensa a funcionário.

Confirmou-se a tendência para alguns tipos de crime tradicionalmente de grande dimensão diminuírem gradualmente o seu peso relativo ao longo do tempo, como é o caso dos cheques sem provisão e dos roubos/furtos em estabelecimentos, ao contrário de outros, como as ofensas corporais simples e os roubos/furtos de viaturas, que o têm vindo a intensificar.

Em termos geográficos relativos, refira-se que o distrito da Guarda foi o que registou o maior acréscimo de criminalidade, logo seguido de Aveiro e Vila Real, enquanto que Lisboa e Setúbal registaram um abrandamento. Isto vem de encontro à tendência recente de alastramento da criminalidade por locais onde tradicionalmente não se registavam aumentos no número de ocorrências (veja-se o caso de Beja, Castelo Branco, Portalegre e Viana do Castelo, que sofreram também um agravamento sensível), facto a que não será alheia a disseminação do fenómeno da droga por quase todas as regiões do país, explicando, em parte, o altô desequilíbrio entre os níveis de criminalidade real e os de insegurança psicológica. Assim, o distrito de Lisboa, que concentrava em si cerca de 47% da criminalidade em 1994, representa agora pouco mais do que 41%, ao

¹ O contributo de cada uma das rubricas criminais para a evolução da criminalidade como um todo é quantificado, como habitual, através do chamado factor de alavanca, como é referido mais à frente.

contrário do que aconteceu com o bloco dos distritos de menor dimensão, que intensificaram o seu peso relativo (o conjunto dos distritos do país, excluindo Lisboa, Porto, Setúbal, Braga, Faro, Leiria e Funchal, representava no final do ano em análise 19,2% do total de criminalidade, ou seja, mais 2,3 pontos percentuais do que em 1994).

Faro e Viseu continuam a ser os distritos com maior índice de crimes por mil *habitantes-residentes*, enquanto que a região da Madeira e a Horta apresentam o menor valor. Refira-se que este índice não pondera a população-flutuante que, como é óbvio, o influencia fortemente.

(2) Agravamento do crime violento.

Contrariamente ao crime comum, o crime violento, entendido aqui como aquele que, *a priori*, é mais susceptível de provocar especiais danos físicos e/ou psicossociológicos à comunidade como um todo e, conseqüentemente, influenciar significativamente a sensação de insegurança global - homicídios, raptos / sequestros, atentados bombistas, violações, roubos armados, algumas ofensas corporais graves voluntárias, assaltos a bancos e roubos por esticção -, ao contrário do que sucedeu no ano anterior, sofreu um agravamento na sua globalidade (15%). Neste sentido, podemos dizer que, embora quantitativamente a criminalidade esteja a diminuir em Portugal, ela agrava-se em termos qualitativos.

Ao todo, registaram-se 7.914 crimes violentos, maioritariamente roubos/furtos por esticção (58% do total) e roubos armados a pessoas, em estabelecimentos e em habitações (perfazendo 29% do total). A rubrica criminal que mais contribuiu para o agravamento do crime violento foi, sem dúvida, a dos roubos/furtos por esticção, muito embora os raptos/sequestros, violações, homicídios voluntários e os assaltos a bancos, tenham verificado um agravamento, em termos percentuais, bastante superior, como adiante veremos.

O crime violento não parece querer seguir a tendência geográfica do crime comum. De facto, existe uma forte concentração desse tipo de criminalidade em cinco concelhos do país (Lisboa, Porto, Amadora, Almada e Funchal), onde ocorre cerca de ¾ da mesma, sendo que só em Lisboa ocorre 50% dos casos.

Ao contrário do que à primeira vista poderia parecer, somente 5% do crime violento ocorre no interior dos bairros suburbanos das grandes cidades. A explicação para isso pode residir essencialmente em dois factores:

- O interior desse bairros, pela sua natureza (habitantes geralmente de fracos recursos económicos, raramente são zonas de passagem de forasteiros, etc.) não são atractivos para os delinquentes.
- Esse valor é afectado por uma alta taxa de *cifras negras*, derivado da fraca cooperação com as autoridades por parte dos residentes por medo de represálias ou por simples "corporativismo";

Os bairros suburbanos mais problemáticos foram, por ordem decrescente, a Azinhaga dos Besouros, o Alto dos Moinhos, a Musgueira, o Bairro do Zambujal e, finalmente, o Bairro da Serafina.

(3) Delinquência praticada por grupos de indivíduos de ascendência africana.

Outro tipo de fenómeno criminal merecedor de especial atenção consiste na criminalidade praticada por grupos de três ou mais indivíduos de ascendência africana, normalmente da segunda geração de imigrantes dos PALOP. Este tipo de criminalidade tem vindo a agravar-se regularmente - em 1997 subiu mais de 50% -, enquanto que a delinquência grupal em geral² tem alternado períodos de estabilização com outros de algum agravamento, como é o caso do ano em análise.

Em geral, este tipo de criminalidade não se pode considerar, tecnicamente, criminalidade organizada, sendo mais um tipo de criminalidade oportunística: não é previamente planeada, surgindo num contexto de euforia colectiva e catalisada pelo sentimento de anonimato e de invulnerabilidade (em função da sua superioridade numérica relativamente às vítimas)³ e, conseqüentemente, de impunidade.

Assim, os crimes são geralmente praticados em forma de "varrimento", isto é, incidindo sobre alvos que se situem ou ocasionalmente estejam dentro do seu trajecto (desde os bairros onde residem até ao local de destino, normalmente locais de diversão e de lazer - discotecas, bares, praias, zonas de espectáculos musicais ou outros - e vice-versa, etc), não sendo portanto de estranhar que o grupo horário mais sensível seja o das 20h00 às 01h00, em que se verificam 52% das ocorrências (ver gráfico na secção 2).

O tipo de acções mais frequentes são os *roubos armados* (61% do total), *agressões físicas com ou sem arma* (20%), *roubos comuns* (8%) e *vandalismo* (6%).

Este fenómeno criminal parece também estar eivado de um certo sentimento de revolta pela alegada marginalização económica e social de que são alvo⁴. Também a existência de um relativamente elevado número de agressões físicas, com ou sem arma e de actos de puro vandalismo, bem como o facto de praticamente todas as vítimas serem de raça branca (99% dos casos), apontam nessa direcção.

Esse sentimento de revolta, é também sentido, e cada vez mais, pelos agentes de autoridade quando se deslocam a uma qualquer ocorrência que envolva esse tipo de delinquentes ou quando executam diligências, por mais simples ou inofensivas que sejam, em zonas ou bairros maioritariamente habitados por imigrantes africanos, consubstanciado em agressões físicas, injúrias, disparos com armas de fogo, apedrejamentos, etc.

A idade aparente da maioria dos indivíduos situa-se entre os 16 e os 29 anos (90% dos casos), embora seja nossa convicção que o escalão etário real seja algo inferior, predominando a menoridade⁵.

² Todos os crimes praticados por grupos com três ou mais indivíduos.

³ Apesar de a dimensão mais comum dos grupos ser de 3 ou 4 elementos (respectivamente 40% e 22% do total), o certo é que há registo de várias ocorrências envolvendo grupos de 20, 30, 50 e até uma com 100 elementos!

⁴ Habitam em zonas degradadas, tipo "ghettos", com graves dificuldades económicas, manifestando alguma desintegração cultural e, segundo se crê, apresentando altas taxas de insucesso escolar, sendo também muito precário o controlo parental.

⁵ Esta convicção fundamenta-se no facto de grande parte dos indivíduos que acabam por ser identificados/denidos têm, oficialmente, menos de 16 anos, sendo portanto penalmente inimputáveis - situação que eles bem conhecem e até fazem questão de salientar. O que acontece é que esta estatística é recolhida maioritariamente com base nas declarações das vítimas, que poderão ser iludidas pela compleição física dos meliantes. É que, muitas vezes, a idade real dos mesmos é diferente da idade oficial, devido ao hiato temporal que existe entre a data de nascimento e a data de registo. Aliás, não é

Em termos geográficos, há a referir que este tipo de criminalidade está concentrada praticamente nos distritos de Lisboa e Setúbal (85% e 14% do total nacional, respectivamente), sendo os concelhos de Lisboa (71% do total de ocorrências), Amadora (14%) e Almada (5%) os mais problemáticos, o primeiro e o último como área de acção privilegiada e o segundo como principal local de origem destes grupos⁶.

Para finalizar, e apesar de ter sido dito que este tipo de delinquência não reveste as características próprias da criminalidade organizada, existem já elementos que apontam para a existência de determinados grupos com carácter duradouro, sistematicamente dedicados ao crime, com uma liderança estável e com símbolos e sinais de identificação comum (nome e indumentária característica), o que, juridicamente, e numa primeira análise, poderá enformar o conceito de associação criminosa (embora, na nossa opinião, ainda sem poder ser considerada criminalidade organizada).

Caso este fenómeno continue a evoluir desta maneira, não é de excluir a hipótese destes bandos começarem a ser utilizados pelos traficantes de droga de média-grande dimensão como retalhistas, sendo responsáveis pela venda directa ao consumidor, prescindindo assim, de forma gradual e parcial, dos tradicionais traficantes-consumidores, muito mais vulneráveis e desorganizados. A surgir este cenário, poder-se-á correr o risco desses grupos acabarem por aperfeiçoar o seu nível de organização e de acentuarem o grau de violência utilizado⁷.

(4) A delinquência juvenil.

Intimamente associada, ao que se pensa, ao anterior fenómeno criminal, a delinquência juvenil⁸ voltou a aumentar, reafirmando a tendência verificada desde 1992 e que deverá ser difícil de contrariar nos próximos tempos. No final de 1997, este tipo de crime subiu 45% face ao ano anterior, tendo passado para 3.565 ocorrências.

Registou-se um aumento na generalidade dos crimes patrimoniais por parte de menores de 16 anos (em contraposição com os crimes contra as pessoas, que vêm continuamente a decrescer), sendo de destacar os furtos por escalamento, arrombamento ou chaves falsas em edifícios, habitações e estabelecimentos de ensino - o crime mais frequente de todos, com 16% do total de ocorrências -, o furto/roubo por esticção - a rubrica que mais aumentou - e o furto / roubo de e no interior de viaturas⁹. De destacar igualmente o aumento verificado nos casos de danos voluntários e nas situações em que foram referenciados como consumidores de droga (39 casos).

de excluir a hipótese de existir uma forte correlação entre a evolução da criminalidade grupal e a da delinquência juvenil.

⁶ *Amadora é um concelho com forte densidade populacional, onde proliferam desordenadamente bairros degradados habitados maioritariamente por imigrantes africanos e seus descendentes.*

Refira-se que, mesmo assim, durante o ano em análise, cerca de 70% das acções criminosas foram perpetradas com utilização de armas, figurando em primeiro lugar as armas brancas (70% do total), seguidamente as armas de fogo (17% do total, maioritariamente pistolas ou revólveres) e diversos objectos contundentes e similares (correntes, tacos de baseball, "boxeurs", etc.).

Delinquência juvenil, para estes efeitos, considera-se os delitos cometidos por jovens com menos de 16 anos.

⁹ *O significativo aumento dos roubos/furtos de viaturas por menores poderá vir ao encontro do que parece ser uma tendência actual: as organizações de tráfico de viaturas, tal como as de tráfico de droga, utilizam cada vez mais os menores para executarem tarefas de maior risco, embora de menor pericia.*

Para além disso, há que ter em conta as actividades marginais ou desviantes para onde os menores são muitas vezes encaminhados - como a prostituição, a arrumação de carros, a mendicidade, etc - e que são portas de entrada no mundo da criminalidade.

Preocupante é também a percepção de que os jovens delinquentes, devido ao já referido esbatimento do factor de controlo parental e à debilidade dos mecanismos institucionais de acompanhamento e enquadramento social (por exemplo, há casos de fugas sucessivas de menores, no mesmo dia, de centros de recuperação), aliada ao conhecimento empírico que adquirem quanto à moldura penal relativamente suave que enquadra os seus actos delituosos, acabam por consolidar um certo sentimento de impunidade, com todas as consequências que daí advêm, e do qual, aliás, chegam a vangloriar-se perante as autoridades policiais.

(5) Problemática do tráfico/consumo de droga.

O número de situações detectadas pela PSP referentes a tráfico e a consumo de droga tiveram comportamentos evolutivos antagónicos. Assim, enquanto no primeiro caso ocorreu uma diminuição (-5%), no segundo caso registou-se um aumento sensível (+9%).

A diminuição dos casos de tráfico de droga detectados poderá ter a ver com aquilo que se tem vindo a verificar no passado recente: as micro-redes dedicadas a essa actividade (distribuição de nível básico - essencialmente venda directa) continuam a aperfeiçoar os seus *modus operandi*. Assim:

- Continua a ser cada vez mais frequente a utilização de menores para o transporte de droga;
- Existe por vezes uma criteriosa divisão de tarefas entre os seus membros (vigias, armazenistas, angariadores de clientes, distribuidores directos, etc);
- Os cabecilhas das organizações são juridicamente apoiados com uma frequência crescente;
- O produto estupefaciente é guardado em domicílios privados (onde permanece em segurança durante a noite) ou, pelo contrário, na via pública, com mudança constante dos locais de armazenamento (para dificultar a atribuição da propriedade do mesmo e evitar a criação de rotinas - expediente mais utilizado por grupos de traficantes nómadas);
- Os *dealers* transportam consigo quantidades de droga cada vez mais diminutas (para serem conotados, caso algo corra mal, com consumidores ou, no máximo, traficantes-consumidores);
- Estão apetrechados com modernos e sofisticados meios de transporte, de comunicações e de intercepção de comunicações policiais;
- Devido à sua estrutura eminentemente familiar¹⁰ e/ou etnicamente afim, as organizações são relativamente coesas, funcionando como células autónomas;

¹⁰ É elucidativo o facto de 85% dos suspeitos que armazenavam o produto estupefaciente no domicílio viverem na companhia de familiares o que, só por manifesta (e incompreensível) falta de atenção, não se aperceberiam da actividade do coabitante.

- Implantam-se em locais com características geográficas e urbanísticas propícias à actividade, normalmente bairros degradados, onde, por motivos diversos, gozam da protecção, tolerância ou simples passividade dos habitantes¹¹.

Todos estes factores, entre outros, fazem com que tenham que ser empenhados cada vez mais recursos humanos, materiais e temporais para a realização de diligências investigatórias no combate, que se pretende eficaz, ao tráfico de estupefacientes. Por outras palavras, em relação ao passado (não muito distante), para se conseguirem os mesmos resultados despendem-se muitos mais meios - daí a diminuição das situações detectadas e investigadas pela PSP.

No que concerne ao consumo de droga, refira-se que o aumento de 9% verificado este ano, na linha do que já acontecera no ano anterior, poderá dever-se essencialmente ao efeito conjugado de dois factores:

- À recente atribuição de competência de investigação do pequeno tráfico à PSP, gerando uma maior preocupação por parte dos investigadores na referenciação formal de consumidores, no sentido de reforçar a prova contra os seus fornecedores em sede processual;
- Ao possível agravamento efectivo dos índices de consumo de droga na área da PSP - facto que parece ser confirmado empiricamente por uma grande parte dos responsáveis operacionais que lidam com o problema no terreno -, aumentando assim a visibilidade do fenómeno, o que, por sua vez, obriga a uma intervenção policial¹².

No que respeita a apreensões de estupefacientes, é significativo o facto de o volume total ter aumentado 17%, em virtude do aumento verificado na quantidade de *cannabis* e de heroína apreendida, pese embora o facto da quantidade de cocaína ter diminuído consideravelmente. Esta situação confirma o estatuto de "droga urbana" habitualmente conferido à heroína, estando a cocaína cada vez mais a ser consumida nas duas maiores cidades portuguesas.

Refira-se que, no que concerne à heroína, o aumento constante do seu volume de apreensões, que parece ser acompanhado por uma relativa estabilização ou pequena diminuição do seu preço médio de mercado e de uma evidente diminuição média do grau de pureza do produto, leva-nos a pensar que a quantidade daquele estupefaciente introduzida no mercado constituído pelas áreas urbanas tem-se mantido mais ou menos constante, embora tenha aumentado o número de distribuidores¹³ e, possivelmente, os níveis de distribuição (o que constitui um acréscimo de segurança para produtores e grandes distribuidores).

¹¹ Os habitantes que vivem normalmente, com uma actividade lícita remunerada, preferem ignorar a situação, com receio de represálias.

¹² A este propósito, cabe dizer que o número de consumidores de droga sem antecedentes neste domínio passou de 77% em 1995 para 80% este ano, indiciando, aparentemente, que há mais iniciantes nesse tipo de actividade.

¹³ A este respeito, refira-se que a percentagem de traficantes detidos ou identificados neste primeiro semestre do corrente ano sem antecedentes criminais na área da droga subiu para 73%, quando no ano de 1995 se cifrava nos 71%, o que leva a crer que, de facto, a quantidade de distribuidores aumentou.

Refira-se o aparecimento e aparente vulgarização de um tipo de droga, derivado da cocaína - o chamado CRACK ¹⁴-, com especial incidência na região do Porto, sendo englobado, no âmbito desta taxinomia, juntamente com a cocaína em pó.

Existe também uma tendência para aumentarem as apreensões de drogas sintéticas - *ecstasy* e LSD - cuja oferta parece intensificar-se, embora a PSP não tenha feito muitas apreensões¹⁵ e, as que fez, foram quase todas por arrasto, envolvendo pequenas quantidades de produto. No entanto, há que ter em atenção a emergência da Espanha como um dos principais novos países produtores e exportadores de *ecstasy*.

(6) Assaltos a taxistas.

Crime muito mediatizado durante o ano de 1997 e início do corrente, os assaltos a motoristas de táxis têm vindo a aumentar praticamente desde 1993, não tendo o ano em análise fugido à regra: agravamento de 28% (160 casos).

A especial atracção que este tipo de vítimas oferece aos delinquentes - ao ponto de já figurarem no vasto repertório do calão do mundo criminal com a denominação de "os tarifas" - parece derivar fundamentalmente de dois factores:

- Existe alta probabilidade de obterem quantias em numerário de valor superior, por exemplo, à de que um qualquer cidadão transporta normalmente consigo¹⁶ com a possibilidade adicional de roubar, se assim o pretenderem, o próprio táxi (como aconteceu este ano por cinco vezes) ou outros valores importantes (telemóvel, arma de defesa pessoal, auto-rádio, etc.);
- É uma vítima que está *disponível* a qualquer hora e que pode ser atraída facilmente para locais propícios à consumação do roubo (locais isolados e/ou pouco policiados, bairros degradados, etc.), bastando para tal que o "cliente" o determine e que, preferencialmente, se trate de uma corrida proveitosa para o taxista (têm ocorrido de facto situações em que o suposto cliente aponta como destino da corrida locais previamente estudados, onde já se encontram outros comparsas à espera da vítima).

Em 88% dos assaltos a taxistas foram exibidas armas, sendo que só em 5% das situações as mesmas foram efectivamente utilizadas. Nos restantes 12% das situações o roubo foi consumado através de coacção ou emprego da força física. As armas brancas foram referenciadas em 65% dos casos, seguindo-se as pistolas / revólveres (28%) e, com menor frequência, as seringas e spray's.

Na área da PSP, durante o ano de 1997, há a registar a morte de um taxista (em Alfragide), o que, nos últimos dez anos, só aconteceu por mais três vezes (uma em 1992, no Porto, e duas em 1993, em Lisboa e no Porto). É de referir que em 15% das situações

¹⁴ Muito conhecido e consumido nos Estados Unidos, acaba por ser cocaína misturada com bicarbonato de sódio e amoníaco, cozida de seguida e vendida em pequenos cubos com aproximadamente 3 mm², sendo consumida através do processo de inalação.

¹⁵ São produtos de fácil ocultação (são de dimensões reduzidas, possibilitando o transporte de grandes quantidades sem levantar suspeitas), de fácil dissimulação (podem passar por comprimidos vulgares, especialmente se começarem a ser descaracterizados, isto é, sem as figuras típicas nas suas faces - como parecem já estar a ser) e de difícil referência pelas autoridades policiais (os *kir's* de detecção rápida não satisfazem as necessidades, embora estejam em estudo outras alternativas).

¹⁶ Este ano, no que concerne a assaltos a táxis, foi furtado, em média, 24 contos em numerário por ocorrência:

ocorridas em 1997 apenas resultaram ferimentos ligeiros (em 83% dos casos, não resultaram quaisquer consequências físicas para os motoristas de táxis). O período crítico dos assaltos situou-se entre as 00h00 e as 06h00 (52% dos casos).

O perfil típico dos assaltantes de táxis, durante o ano em análise foi o seguinte:

- Actuação maioritária em grupos de dois (42% dos casos) ou isoladamente (32% dos casos);
- Escalão etário compreendido entre os 16 e os 29 anos (83% das situações);
- Em 65% dos casos os mesmos eram de raça branca, em 23% dos casos eram de raça negra e em 11% das ocorrências foram referenciados indivíduos de etnia cigana;
- Actuam sem luvas e, obviamente, sem cobertura facial.

É também revelador da existência de algum planeamento por parte dos assaltantes o facto de, em algumas situações, ser patente uma criteriosa divisão de tarefas entre os membros do grupo de assaltantes, em especial em determinadas zonas críticas (bairros degradados, como a Azinhaga dos Besouros, Cova da Moura, 6 de Maio, entre outros). Assim, enquanto uns ameaçam com uma arma o motorista, outros bloqueiam a viatura - interpondo-se à sua frente -, outros retiram o dinheiro e/ou os valores e há ainda quem esteja encarregue de retirar a chave da viatura.

(7) Furto de Viaturas.

À semelhança do que tem vindo a suceder nos últimos anos, o número de veículos automóveis furtados em 1997 voltou a sofrer um agravamento, desta feita na ordem dos 20%, traduzindo agora a média de 33,4 furtos diários.

O maior volume de furtos, cerca de 75% do total, reporta-se a veículos ligeiros, maioritariamente de passageiros, tendo-se registado igualmente agravamentos sucessivos, embora mais suaves, no volume de viaturas pesadas e de motociclos.

A abertura de fronteiras no espaço comunitário e a consequente abolição dos controlos intra-comunitários, para além do contínuo crescimento do parque automóvel nacional, em quantidade e em qualidade, tem beneficiado este crime, em particular a colocação das viaturas nos circuitos de tráfico, actividade aparentemente cada vez mais lucrativa e revestindo quase sempre características de criminalidade organizada, obedecendo a encomendas e às exigências dos mercados de colocação.

Factor de influência neste tipo de criminalidade foi o desmoronar da antiga estrutura da Europa de leste e o surgimento de novos Estados, terreno fértil para a criminalidade se implantar, face ao consequente abrandamento do controlo do Estado que quase sempre acontece nestas situações.

Efectivamente, o aparecimento de novas organizações criminosas - vulgo máfias - e o anseio por novos produtos por parte dos mercados de consumo de alguns novos países, têm levado a que os ex-países comunistas do leste europeu constituam um novo e importante mercado para os veículos furtados no resto da Europa. Paralelamente, têm-se mantido e desenvolvido os tradicionais mercados de veículos furtados do médio-

oriente, do Japão e de África, com especial destaque para os PALOP, no caso dos veículos furtados em Portugal e de parte dos furtados em Espanha.

De referir, no entanto, que nem todos os veículos têm como destino os circuitos de tráfico internacional. Uma boa parte dos veículos furtados e não recuperados vai abastecer o mercado das peças de substituição, através do seu desmantelamento. Outros ainda, uma boa parte dos quais furtados por encomenda, destinam-se a ser falsificados com vista à sua colocação no mercado em substituição de salvados, aproveitando os documentos destes últimos.

Quanto aos circuitos de saída de viaturas, existem indícios que apontam para que muitas das viaturas de tipo todo o terreno e ligeiros de passageiros de 9 lugares furtadas em Portugal e algumas em Espanha saiam de território nacional circulando pelos seus próprios meios ou em contentores por via marítima embarcados em portos nacionais ou espanhóis, com destino ao mercado africano, em especial dos PALOP, onde estas viaturas servem para o transporte colectivo e se adaptam melhor ao terreno.

Outros indícios apontam para a saída pelas fronteiras portuguesas de veículos de gama alta e elevada cilindrada para os mercados do médio oriente e da Europa de Leste, onde são mais requisitados. Normalmente seguem por via terrestre e pelos seus próprios meios, embora por vezes sejam transportados em veículos de transporte próprios ou saiam por via marítima para aqueles países, procurando iludir as autoridades à cerca da sua real proveniência.

De salientar ainda que neste campo Portugal não é só ponto de saída de veículos furtados. Também é destinatário de veículos furtados noutros países, principalmente da Europa Comunitária, com destaque para os veículos de gama média alta oriundos da Alemanha, Bélgica e França, situação que tem sido agravada pelas facilidades de importação directa de veículos e pela dificuldade de confrontação de características entre o veículo e os documentos do mesmo.

Não obstante tudo isso, a taxa de recuperação de veículos tem vindo a aumentar ligeiramente nos últimos anos, o que é justificado, por um lado, pelo aumento da eficácia, oportunidade e volume das acções policiais, designadamente no controlo dos itinerários de acesso às rotas de tráfico e, pelo outro lado, pelo aumento do número de veículos furtados para utilização temporária (simples divertimento ou para a prática de outros crimes, como assaltos a bombas de gasolina).

A taxa global de recuperação de veículos, incluindo os ciclomotores e velocípedes, tem rondado os 60% no período entre 1990 e 1996, tendo em 1997 apresentado um valor de 64%, o que representa um acréscimo de 2 pontos percentuais face ao ano anterior.

No campo da recuperação de veículos há que salientar o contributo muito importante dado pelo Sistema de Informação Schengen, que possibilitou em 1997 a recuperação, só pela PSP, de 50 veículos automóveis furtados noutros países membros e a recuperação nesses mesmos países de 90 viaturas furtadas em Portugal (65 das quais na área da PSP).

(8) A questão dos repatriados nos Açores.

A partir de 1989 os Estados Unidos da América e o Canadá começaram a repatriar para a Região Autónoma dos Açores emigrantes portugueses, condenados com a pena acessória de expulsão, após terem cumprido pena de prisão pela prática de crimes, maioritariamente relacionados com tráfico de droga, assaltos e violações.

A maioria há muito que deixou de ter família nos Açores, deixou de ter contacto com esta ou ainda os seus familiares não querem manter qualquer ligação com indivíduos expulsos pela prática de crimes.

As dificuldades linguísticas de muitos e as diferenças culturais entre a sociedade açoreana e as dos países de onde foram expulsos contribuem para um acentuado desenraizamento social, com a agravante de depararem com o facto de nenhum empresário querer dar emprego a indivíduos marcados e rotulados tão negativamente.

A insuficiência de apoios e de estruturas que os integrem na sociedade - apesar dos esforços que têm sido dados nesse sentido -, a ociosidade provocada pelo desemprego, as práticas marginais das quais faziam modo de vida nos países de onde foram expulsos, têm atráido alguns destes indivíduos para a marginalidade e criminalidade como forma, por um lado, de sobrevivência e, pelo outro lado, de se sentirem "realizados", pois muitos anseiam ir mais longe nas suas práticas criminosas, o que os leva a querer deixar o arquipélago logo que possam e a partir para o continente onde, segundo dizem, a vida se encontra de alguma maneira facilitada.

A exclusão social de que são vítimas tem criado, entre estes, forte espírito de grupo, não só porque as circunstâncias em que se encontram são semelhantes, mas também pela afinidade linguística, já que muitos apenas falam inglês. Isto tem levado a que se reunam em determinados locais, especialmente *cafés*, e que deambulem em grupo por algumas zonas do arquipélago dos Açores, revelando aspectos organizativos e de protecção/reacção conjunta que podem indiciar a criação de *gangs*, os quais, aos olhos da população, já existem.

A sociedade local, por observação directa e por influência dos Órgãos de Comunicação Social, tem nutrido e continua a nutrir um sentimento de rejeição relativamente aos repatriados, o que dificulta a sua integração e motiva um sentimento de insegurança e instabilidade que é subjacente à sua presença e para o qual estes, pelas suas acções, também contribuem.

Na verdade, alguns vangloriam-se publicamente dos seus actos criminosos e de marginalidade praticados nos Açores e noutros países, assumindo-se como heróis e ridicularizando a sociedade e as instituições.

Segundo dados do Gabinete de Emigração dos Açores referentes a Setembro de 1997, o número de deportados ascendia a 228, 148 dos quais foram repatriados dos Estados Unidos, 52 do Canadá e os restantes de um destes países sem que tenha sido possível determinar qual. Neste número há apenas duas mulheres.

Do total de repatriados, cerca de 68,7 % (158) fixaram-se na Ilha de São Miguel, principalmente em Ponta Delgada e povoações mais próximas, tendo cerca de 10% já sido detidos e passado pela prisão após a deportação, condenados pela prática de

crimes de furto, roubo, consumo e tráfico de droga, assalto a estabelecimentos, residências e à mão armada.

Dos restantes, 20 fixaram-se na Ilha Terceira, 10 na Ilha do Faial, 7 na Ilha de São Jorge, 6 na Ilha da Graciosa, 3 na Ilha das Flores e 3 na Ilha de Santa Maria, sendo desconhecido o paradeiro de outros 21 havendo a possibilidade de se encontrarem no continente, onde de resto alguns já terão procurado assistência junto de locais e entidades que apoiam os denominados *sem abrigo*.

Segundo dados do mesmo Gabinete, haverá um total de 332 portugueses na iminência de serem deportados dos Estados Unidos para o continente e Açores, 114 dos quais são considerados casos criminais, tendo 86 já recebido ordem de expulsão.

A actividade destes indivíduos tem levado a um aumento da criminalidade na região¹⁷, em especial na Ilha de São Miguel e, principalmente, em localidades onde era praticamente desconhecida. Merecem destaque os assaltos a estabelecimentos e habitações.

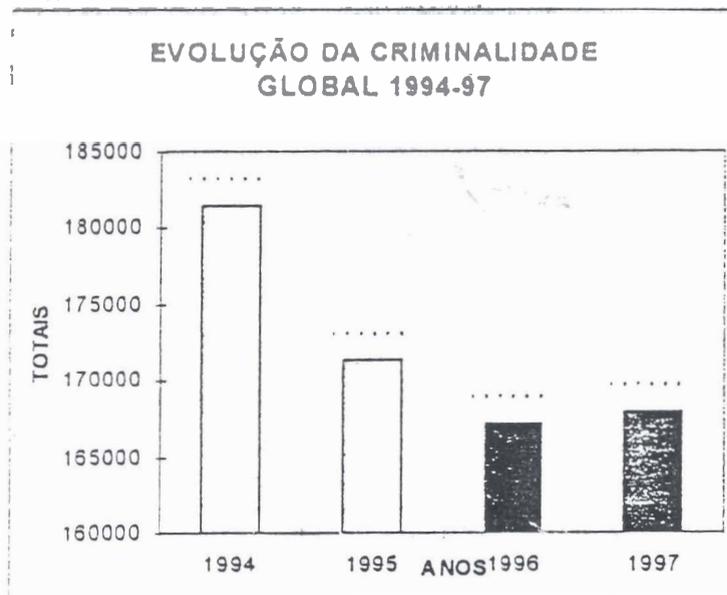
Tal situação, geradora de um clima de insegurança em zonas tradicionalmente brandas, tem sedimentado um sentimento de revolta que se tem traduzido em alguns casos de *justiça pelas próprias mãos*, materializados em diversos espancamentos, alegadamente encomendados a troco de dinheiro por comerciantes lesados e que, segundo os mesmos, têm produzidos "bons resultados". Este estado de espírito popular poderá originar situações de conflito aberto, do tipo acção/reacção, tornando-se de facto um problema sério de ordem e segurança públicas.

¹⁷ Muito embora a criminalidade tenha diminuído, na globalidade, no arquipélago, alguns crimes patrimoniais, como o furto de viaturas, os assaltos a residências, roubos/furtos comuns a pessoas, furtos no interior de viaturas, etc., registaram um agravamento sensível.

2. CARACTERIZAÇÃO PARTICULAR - *Estatística criminal detalhada.*

a. Generalidades.

A criminalidade global aumentou 0,4% em 1997 face ao ano anterior, tendo-se registado um total de 167.902 ocorrências, o que confirma a tendência de estabilização que já se vinha a verificar desde inícios de 1995.



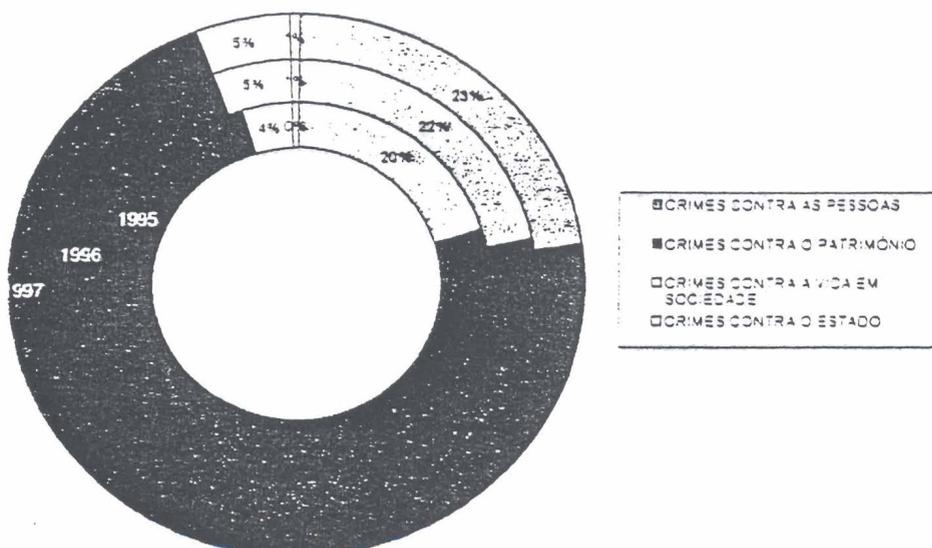
Os crimes que mais influenciaram esta evolução da criminalidade foram os seguintes

TIPOS DE CRIME	NÚMERO DE OCORRÊNCIAS	VARIAÇÃO 1997/1996	FACTOR ALAVANCA	TIPO DE INFLUÊNCIA
Roubos/Furtos de viaturas	12201	20%	+2.85	Agravamento
Danos	11469	10%	+1.51	Agravamento
Ofensas corporais voluntárias	20436	5%	+1.41	Agravamento
Emissão de cheques sem provisão	7824	-26%	-3.83	Desagravamento
Roubos/furtos simples a pessoas	13234	-13%	-2.91	Desagravamento

Conforme já foi referido, a tendência para o aumento gradual dos crimes contra as pessoas em detrimento dos crimes contra o património mantém-se.

ESTRUTURA DA CRIMINALIDADE

GRANDES GRUPOS DE CRIME



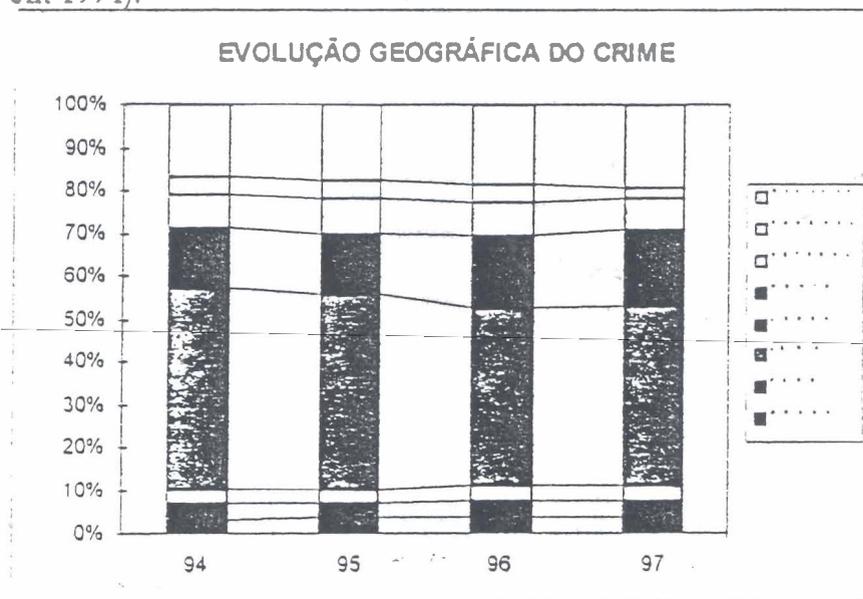
Percentualmente, as rubricas criminais que mais aumentaram foram os roubos armados a estabelecimentos (+56%, passando de 155 para 242 ocorrências), os roubos armados a habitações (+48%, passando de 31 para 46 ocorrências), a delinquência juvenil (+45%, passando de 2.453 para 3.565 ocorrências), os raptos / sequestros (+42%, passando de 91 para 129 ocorrências) e os assaltos a bancos (+37%, passando de 60 para 82 ocorrências).

As rubricas criminais que mais diminuíram foram a emissão de cheques sem provisão (-26%, passando de 10.499 para um total de 7.824 ocorrências), os fogos postos (-17%, passando de 374 para 312 ocorrências) e a detenção / posse de armas proibidas (-13%, passando de 310 para 271 ocorrências).

Em termos geográficos, o comando policial onde foi registado o maior aumento foi o da Guarda (+37%, passando de 446 para um total de 610 ocorrências, sendo especialmente influenciado pelo aumento nas ofensas corporais voluntárias, com um f.a. de +0.28), logo seguido de Aveiro (+16%, passando de 4.696 para um total de 5.468 ocorrências, sendo especialmente influenciado pelo aumento nas ofensas corporais voluntárias, com um f.a. de +0.18) e Vila Real (+13%, passando de 1.275 para um total de 1.444 ocorrências, sendo especialmente influenciado pelo aumento nos roubos/furtos de viaturas, com um f.a. de +0.25),

Lisboa registou uma diminuição de 0.6% na criminalidade, registando 69.111 ocorrências, quando no ano anterior registara 69.508, devido essencialmente ao decréscimo que verificou nos roubos/furtos simples a pessoas (f.a. de +5.25) e na emissão de cheques sem provisão (f.a. de +4.80). Também Setúbal registou uma diminuição, desta feita na ordem dos 6%, passando de 13.701 para 12.947 ocorrências, devido essencialmente ao desagrevamento verificado nas ofensas corporais involuntárias (f.a. de +0.44) e em grande parte dos crimes contra o património.

Por sua vez, o distrito do Porto registou um aumento de 4% na criminalidade, essencialmente devido ao agravamento sofrido nos roubos/furtos de viaturas. À custa desse agravamento, o distrito do Porto intensificou o seu peso relativo no total da criminalidade, representando agora 17% do total de criminalidade (14% em 1995 e 1994), enquanto Lisboa perdeu peso relativo, representando agora 41,2% (45,6% em 1995 e 47% em 1994).



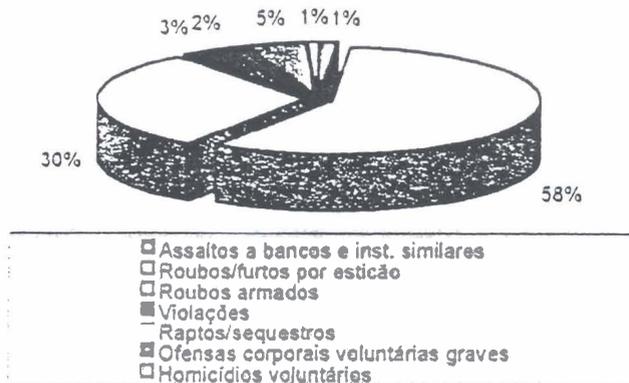
b. Crime violento.

(1) Generalidades.

Conforme já foi referido, o crime violento, ao contrário do que sucedeu no ano anterior, sofreu um *agravamento* de 15% na sua globalidade.

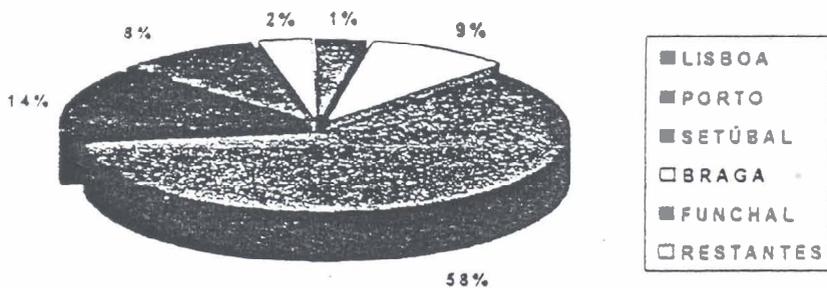
Ao todo, registaram-se 7.914 ocorrências, maioritariamente roubos/furtos por esticção (58% do total) e roubos armados a pessoas, em estabelecimentos e em habitações (estes três perfazendo 29% do total). A rubrica criminal que mais contribuiu para o agravamento do crime violento foi, sem dúvida, a dos roubos/furtos por esticção, embora os roubos armados, na globalidade, tenham também verificado um significativo aumento, como adiante veremos.

CRIME VIOLENTO
RÚBRICAS MAIS SALIENTES



Em termos macro-geográficos, pode dizer-se que, por distritos, o de Lisboa apresenta uma especial tendência para o *crime violento* (60% do total), decorrendo naturalmente das suas características sócio-demográficas (população residente e presente, concentração de pontos de comércio e de serviços, etc.), seguindo-se o do Porto (14%) e de Setúbal (9%).

CRIME VIOLENTO
NÍVEL DISTRITOS



Em termos meso-geográficos, refira-se que o concelho de Lisboa concentra 50% do crime violento, seguindo-se o concelho do Porto com 11%, da Amadora (6%), Almada, com 5%, aparecendo depois concelhos como Cascais, Funchal e Setúbal.

Finalmente, em termos micro-geográficos, focalizando a análise em zonas tradicionalmente críticas por diversas razões (condições urbanísticas, taxa de desemprego, desenraizamento socio-cultural, baixo nível económico, etc.) - os chamados *bairros degradados* -, pode dizer-se que os mais problemáticos são a Azinhaga dos Besouros (Amadora), Alto dos Moinhos (Benfica), Musgueira e Bairro do Zambujal.

(2) Homicídios voluntários.

Registou-se um aumento de 20% dos homicídios voluntários, passando de 54 para 65 casos, dos quais 32% ocorreram em Lisboa (50% no ano anterior) e 14% em Setúbal (15% no ano anterior).

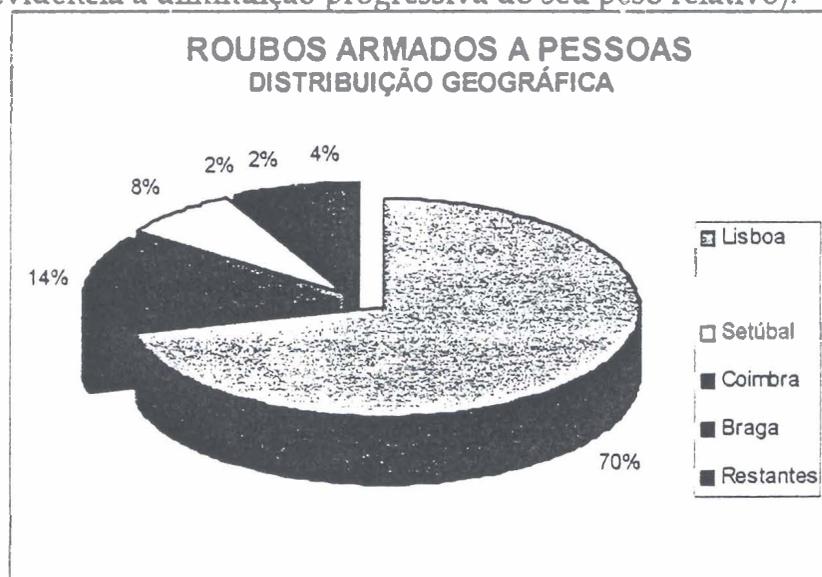
(3) Colocação de engenhos explosivos.

Registaram-se 9 casos de engenhos explosivos improvisados: dois em Castelo Branco, Funchal e Setúbal, um em Lisboa, Évora e Faro. No ano passado haviam ocorrido sete casos.

(4) Roubos com arma a pessoas.

Os roubos com arma a pessoas aumentaram 9%, passando de 1.870 para um total de 2.035 ocorrências, destacando-se o distrito de Aveiro (+129%, passando de 7 para 16 ocorrências).

Lisboa, com um aumento de 15% (passou de 1.254 para um total de 1.447 ocorrências), viu reforçado o seu peso relativo (71% do total de crimes deste tipo, contra 58% em 1995), em detrimento do Porto (13.5%, contra os 15.7% no ano passado e os 20.8% em 1994, o que evidencia a diminuição progressiva do seu peso relativo).



As armas brancas, como decorre naturalmente da sua fácil acessibilidade e disponibilidade, continuam a ser as mais utilizadas neste tipo de criminalidade, concretamente em 76% dos casos (77% em 1996), logo seguidas das seringas, utilizadas em 10% dos casos (igual valor em 1996) e das armas de fogo (12% dos casos em 1997 e 11% em 1996). Registaram-se 25 situações de uso de spray's de gás lesivo (asfixiante, tóxico ou vesicante), quando em 1996 se tinham registado 11.

As vítimas continuam a ser maioritariamente do sexo masculino (75.4% do total, contra 73,5% no ano anterior), sendo 18.5% do sexo feminino (21% no ano anterior), 4,3% menores de 16 anos (4,5% no ano anterior) e 1.9% casais (1% no ano anterior). Refira-se que se registaram 195 casos de estrangeiros vítimas de roubos armados, tantos quanto

no ano passado, contrariando a tendência registada no final do primeiro semestre de 1997, que apontava para um agravamento substancial.

(5) Roubos armados a estabelecimentos.

Os roubos armados a estabelecimentos registaram um aumento de 56%, passando de 155 para um total de 242 ocorrências, muito à custa do agravamento verificado em Lisboa (+110%, passando de 68 para 143 ocorrências).

Os alvos preferidos continuam a ser, embora com menor intensidade, as estações de combustível, já que se registaram 63 casos, ou seja, 28% do total, quando no ano anterior se verificaram 73 (39% do total), merecendo especial atenção o grande aumento verificado nos roubos a estabelecimentos comerciais (passaram de 19 para 73 casos) e a farmácias (14 casos, quando no ano anterior apenas se tinha verificado uma única ocorrência).

No período em análise, o típico roubo armado a estações de combustível revestiu as seguintes características:

- O(s) delinquent(e)s fugiram a pé (69% dos casos) ou de automóvel (27%);
- Praticado por uma única pessoa (53% dos casos) ou por grupos de dois (33%);
- Praticado sem cobertura facial (68% das situações);
- Tendência para ser praticado entre 22 e as 23 horas (período crítico, englobando 24% das ocorrências);
- Utilização de armas de fogos (49% dos casos), essencialmente pistola ou revólver;
- Foi subtraído em média 108 contos em dinheiro por ocorrência.

(6) Assaltos a bancos.

Registaram-se 82 assaltos a bancos e instituições de crédito similares, quando no ano passado se tinham verificado 60, dos quais 67% ocorreram em Lisboa (55 casos) e 15% em Setúbal (12 casos).

Uma das possíveis explicações para o agravamento deste tipo de crime reside na particularidade de, muitas vezes, um mesmo indivíduo cometer uma série de crimes numa área geográfica restrita e num curto espaço de tempo, patenteando um certo amadorismo e obtendo poucos proveitos em termos económicos (quantias diminutas). A criação de rotinas, dada a aparente eficácia dos sucessivos assaltos, tem estado na base de algumas detenções de autores isolados.

Para além disso, o agravamento registado neste tipo de crime não pode ser alheado da proliferação de agências bancárias, tornando-as um alvo cada vez mais disponível.

O Perfil-tipo dos assaltos a bancos e instituições similares no período em análise revestiu as seguintes características:

- Maioritariamente o delinquente actuou sozinho e fugiu apeado;
- Utilizou armas de fogo ou imitações (89% dos casos) ou, menos frequentemente, armas brancas (11%);
- Utilizou normalmente cobertura facial (58% dos casos - gorro ou meia de senhora);
- Período crítico situou-se entre as 11 e as 12 horas (21% dos casos).

(7) Roubos/furtos por esticção.

O roubo/furto por esticção registou um aumento de 17% face ao ano anterior (4.598 casos), sendo de destacar o agravamento verificado no Funchal (+253%, tendo passado de 15 para 53 casos), em Aveiro (+226%, tendo passado de 42 para 137 casos) - sendo significativo o aumento do seu peso relativo desde 1995, altura em que detinha 0,4%, para os actuais 3% do total nacional - e em Évora (+260%, tendo passado de 10 para 36 casos).

A partir de uma amostra de casos, podemos dizer que no ano de 1997 o roubo por esticção apresentou maioritariamente o seguinte *perfil-tipo*:

- Praticado por jovens dos 16 aos 29 anos (92% dos casos);
- O delinquente actua apeado, podendo no entanto recorrer a automóvel (14% dos casos);
- Praticado por uma única pessoa (59% dos casos) ou por grupos de dois (28%);
- Tendência para ser praticado entre 16 e as 22 horas (período crítico, englobando 44% das ocorrências);
- Dirigido especialmente a senhoras com mais de 25 anos de idade;
- Foi subtraído em média 52 contos em dinheiro e/ou valores por ocorrência.

(8) Raptos / sequestros.

Os raptos / sequestros sofreram um agravamento de 42% em relação ao ano anterior, tendo-se registado 129 casos (91 no ano anterior), dos quais 25% ocorreram em Lisboa e 20% no Porto. No entanto, há que ter em conta que muitos casos denunciados correspondem a factos de natureza meramente familiar (questões ligadas à custódia de filhos de pais separados / divorciados)

Este tipo de delito surge muitas vezes como meio para concretizar ou potenciar outros crimes, como a violação, roubo de dinheiro e valores (forçando a revelação de códigos de cartões de débito ou de crédito - já que o chamado *dinheiro de plástico* possibilita aos cidadãos a posse de quantidades menos significativas de numerário) ou de viaturas.

Geralmente as vítimas potenciais circulam apeadas e sós por locais relativamente ermos ou, se a conduzir viaturas, os meliantes aproveitam o momento em que se encontram temporariamente imobilizados em virtude de sinalização semafórica ou outra, sendo

quase sempre coagidas sob ameaça de arma.. É possível que alguns casos se relacionem com cobranças de dívidas e ajustes de conta em sede de actividades menos lícitas.

(9) Violações.

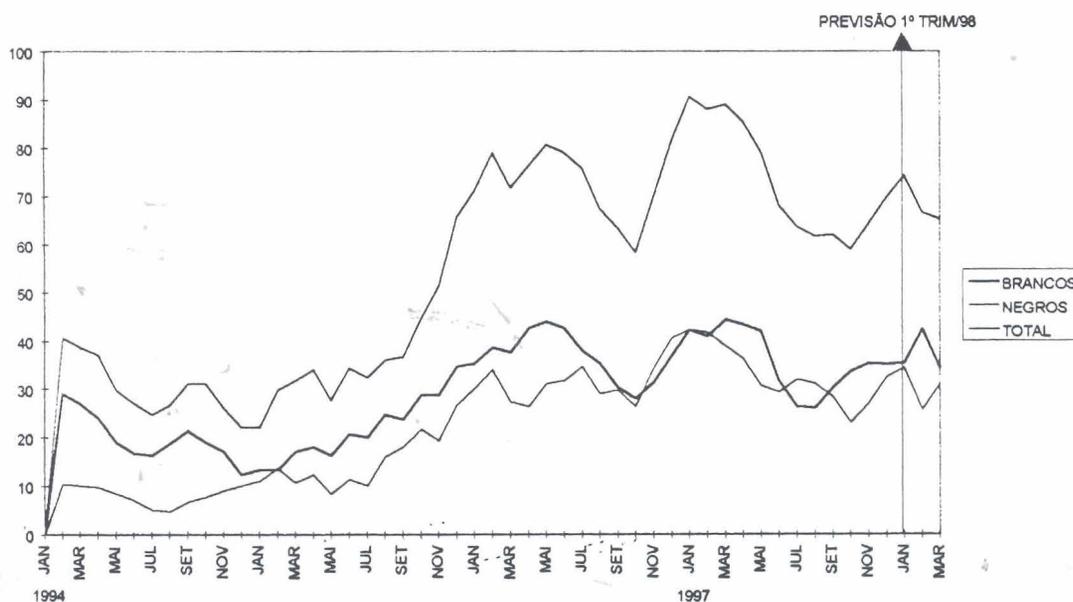
Registou-se um aumento de 28%, passando de 205 para 263 casos, dos quais 43% ocorreram em Lisboa (35% no ano anterior), 11% no Porto (o mesmo valor que no ano anterior) e 10% em Setúbal (7% no ano anterior).

Esta evolução, podendo também ter por base um aumento real, não é também de excluir a hipóteses de as respectivas cifras negras (situações não denunciadas às autoridades) terem decrescido, em virtude do maior volume de informação e de apoio técnico-jurídico disponibilizado por instituições existentes para o efeito, como a *comissão para a igualdade dos direitos da mulher ou a associação portuguesa de apoio à vítima*, a quem um crescente número de pessoas acorre.

(10) Criminalidade Grupal.

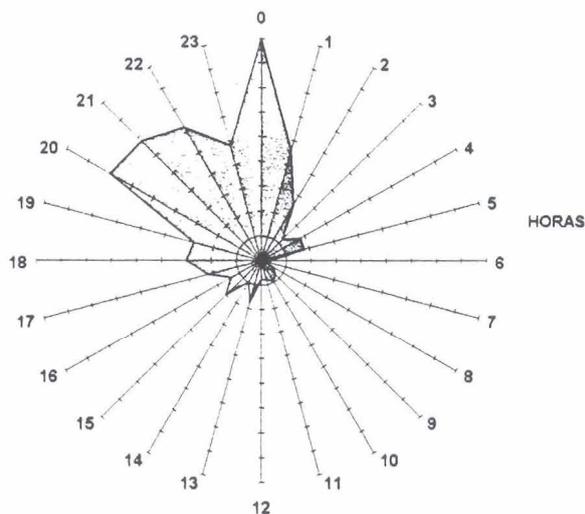
A criminalidade praticada por grupos de três ou mais indivíduos (delinquência grupal) registou, na globalidade, um aumento de 21%, passando de 879 para um total de 1.053 ocorrências.

EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE GRUPAL



RADIOCRONOGRAMA DE RISCO

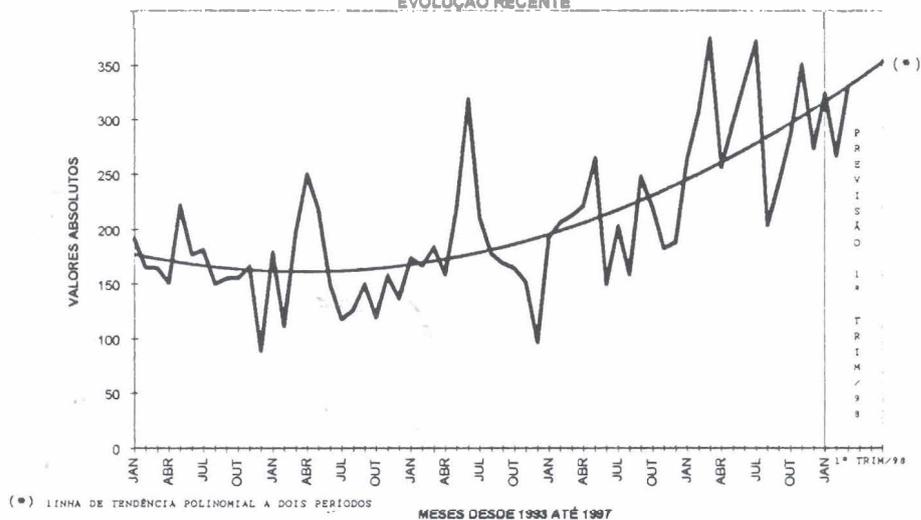
GRUPOS ASCENDÊNCIA AFRICANA



(11) Delinquência juvenil.

A delinquência juvenil sofreu um agravamento de 45%, tendo sido registados 3.565 ocorrências, o que se insere na tendência marcadamente crescente verificada desde 1994.

DELINQUÊNCIA JUVENIL
EVOLUÇÃO RECENTE



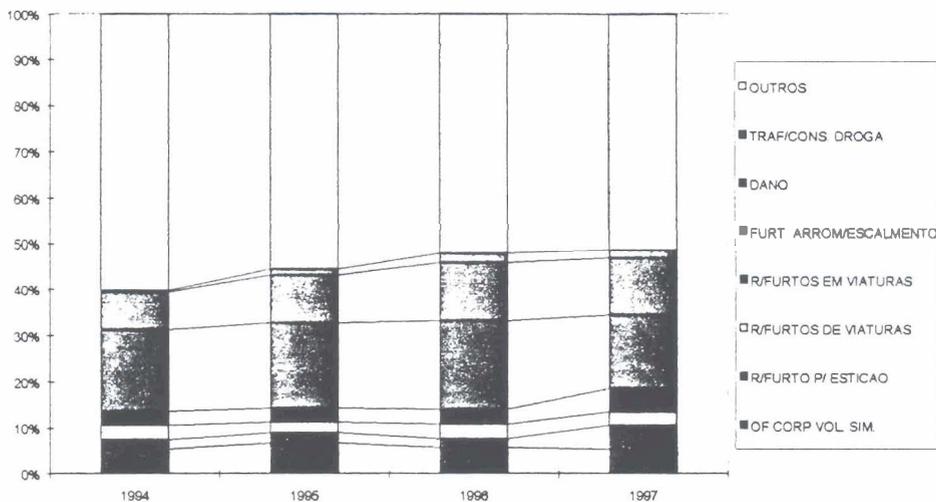
Em termos geográficos, cabe especial referência à situação verificada no distrito de Lisboa (+163%, tendo passado de 705 para 1.854 ocorrências), Leiria (+61%, passando de 36 para 58 ocorrências) e Porto (+32%, passando de 230 para 304 ocorrências).

À custa do agravamento significativo ali ocorrido, o distrito de Lisboa, à semelhança da tendência anteriormente verificada, aumentou o seu peso relativo no total nacional,

representando agora 52%, enquanto que em 1993 representava 20%. Este facto não pode ser dissociado da proliferação na sua periferia dos bairros com população culturalmente desintegrada e economicamente desfavorecida, conforme já foi referido.

Dentro dos crimes praticados por jovens delinquentes, o que mais se intensificou foi o roubo/furto por esticção (+249%, passando de 55 para 192 casos), logo seguido do furto no interior de viaturas (+120%, passando de 82 para 180 casos) e do carteirismo (+85%, passando de 33 para 61 casos).

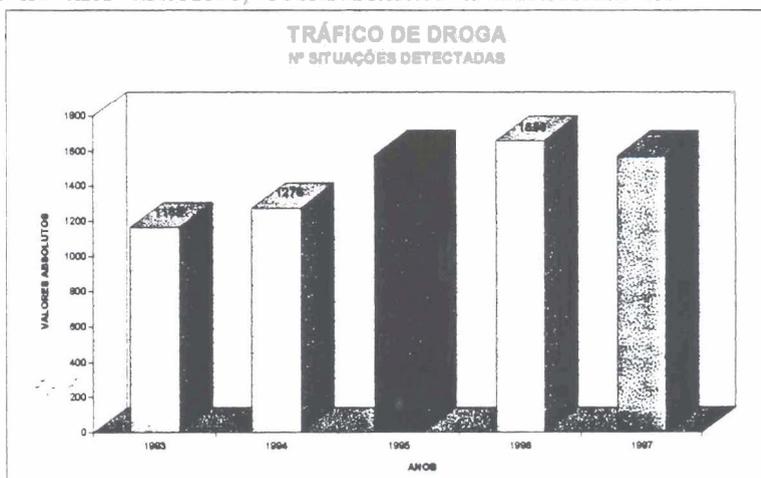
DELINQUÊNCIA JUVENIL
EVOLUÇÃO RECENTE DA ESTRUTURA



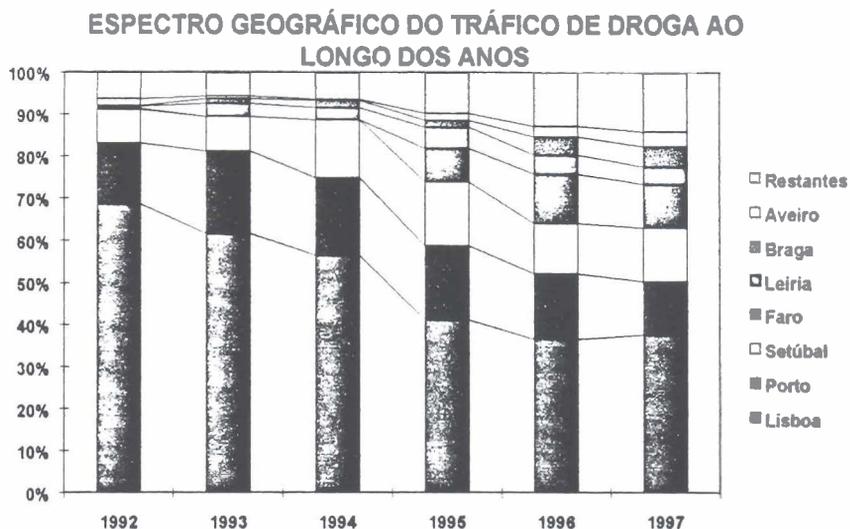
(12) Tráfico de droga.

Durante o ano em apreço foram detectadas 1.571 situações de tráfico de droga, o que representa uma diminuição de 5% face ao ano anterior, contrariando a tendência de contínuo crescimento que se vinha verificar desde há vários anos.

Analisando em termos de evolução geográfica, podemos dizer que os dados de 1997 vão ao encontro da tendência recente na geografia da droga no país: Lisboa a perder peso relativo no todo nacional (em 1992 tinha mais 24 pontos percentuais que no período em análise - 37.5%), assim como o Porto (representa agora 12.6% do total nacional, contra os 19.6%



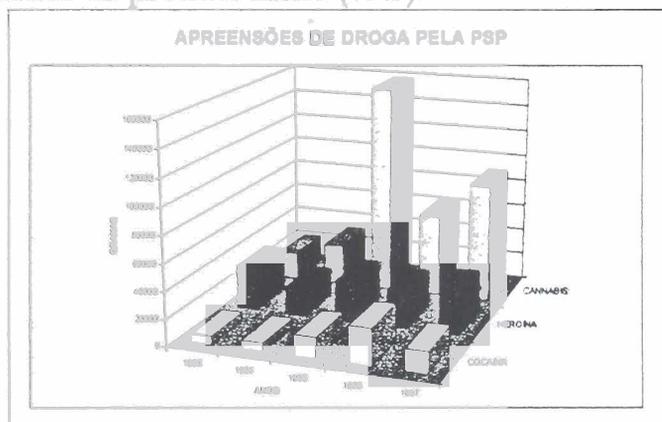
registados em 1993), enquanto outros distritos, como Faro, Braga, Setúbal (embora de forma irregular), Aveiro e até Bragança têm vindo a crescer de importância relativa no que concerne a este tipo de crime.



A PSP deteve 3.000 indivíduos ligados ao narcotráfico, dos quais 1.278 foram considerados traficantes e 1.732 traficantes-consumidores.

O típico traficante de droga com que a PSP lidou neste ano em análise - o pequeno e médio traficante - é maioritariamente do sexo masculino, solteiro e sem filhos, idade compreendida entre os 19 e os 24 anos, de nacionalidade portuguesa¹⁸, tem a profissão de operário da construção civil¹⁹ (27,4%) - embora na situação de desemprego - e frequenta ou frequentou o ensino secundário²⁰. Vive na companhia de familiares num andar ou moradia, não tem antecedentes criminais em matéria de droga (73%) e desempenhava ele próprio as funções de vendedor do produto ilícito (83%).

Do total de apreensões de estupefacientes realizadas pela PSP (137,415 Kg), 89% referiram-se a pequenas apreensões, 9% a médias apreensões e 2% a grandes apreensões²¹. Esta disposição parece corresponder a uma certa lógica de proporcionalidade, por um lado, e, pelo outro lado, está consonante com as competências legalmente atribuídas à PSP nesta matéria e ao actual *modus operandi* dos



¹⁸ É significativo o facto de terem sido referenciados 37 angolanos, 35 cabo-verdianos, 18 guineenses, 7 moçambicanos e 3 são-tomenses ligados a esta actividade.

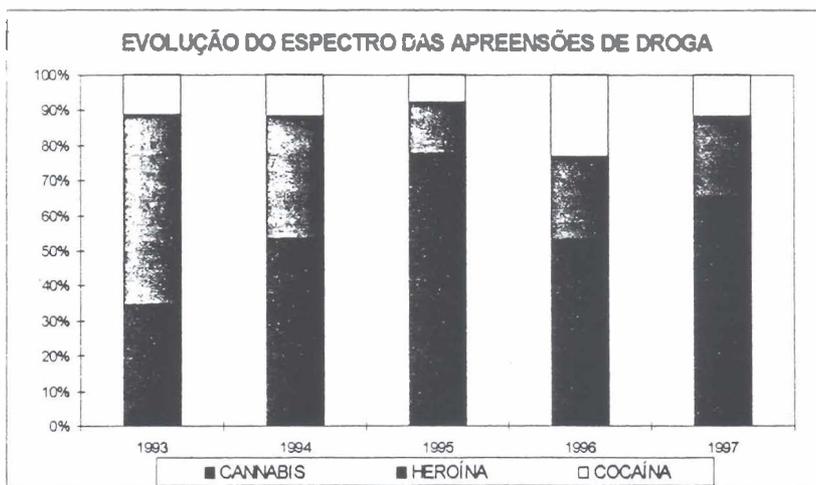
¹⁹ Refira-se que, para além do número de supostos jornalistas detidos/identificados já mencionado atrás, foram também alvo de referenciação policial 12 elementos de corpos/empresas de segurança privada, 15 empregados de bares/discotecas (incluindo seguranças) e 11 motoristas de táxis.

²⁰ Foram referenciados cerca de 30 suspeitos com curso ou frequência universitária.

²¹ Pequenas apreensões, segundo a tipologia perfilhada pela ONU, abrange quantidades inferiores a 10 gr. para a heroína e cocaína e 100 gr. para o haxixe. Médias apreensões convencionou-se abranger quantidades de 10 a 100 gr. para as duas primeiras drogas e de 100 a 1000 gr. para a última, enquanto as grandes apreensões referem-se a valores superiores a estes.

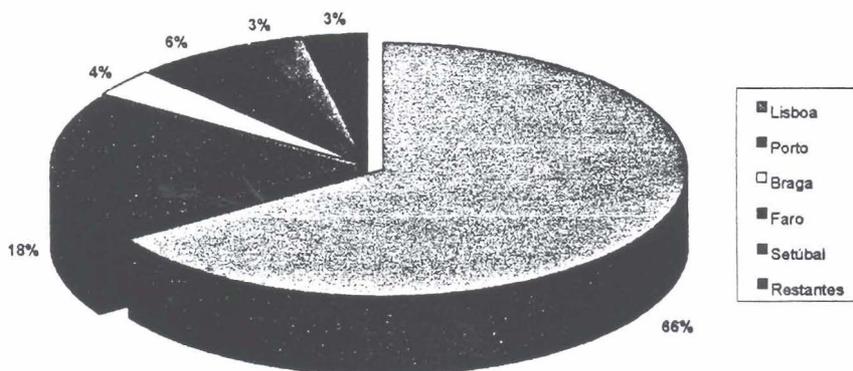
traficantes (transporte de quantidades pequenas de estupefacientes de cada vez).

Durante o ano de 1997 registou-se um aumento de 44% do volume de *cannabis* apreendida e de 15% da heroína, enquanto que a quantidade de cocaína apreendida diminuiu 41%.

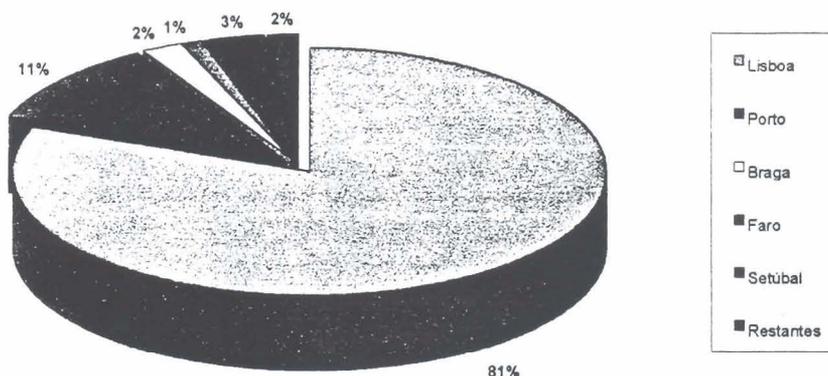


Conforme se pode ver nos dois gráficos seguintes, Lisboa concentra 66% de heroína e 81% da cocaína apreendida em todo o país, sendo visível que a primeira, ao contrário da segunda, é mais comum em regiões fora do bloco Lisboa-Porto.

QUANTIDADE DE HEROÍNA APREENDIDA POR



QUANTIDADE DE COCAÍNA APREENDIDA POR

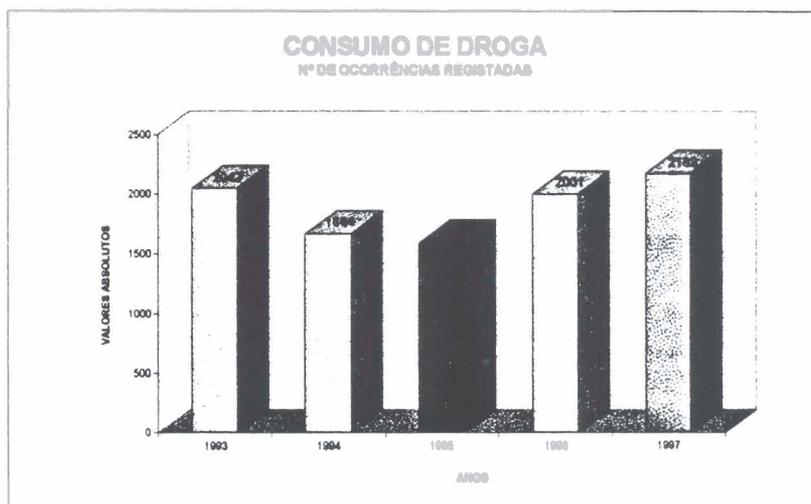


(13) Consumo de droga

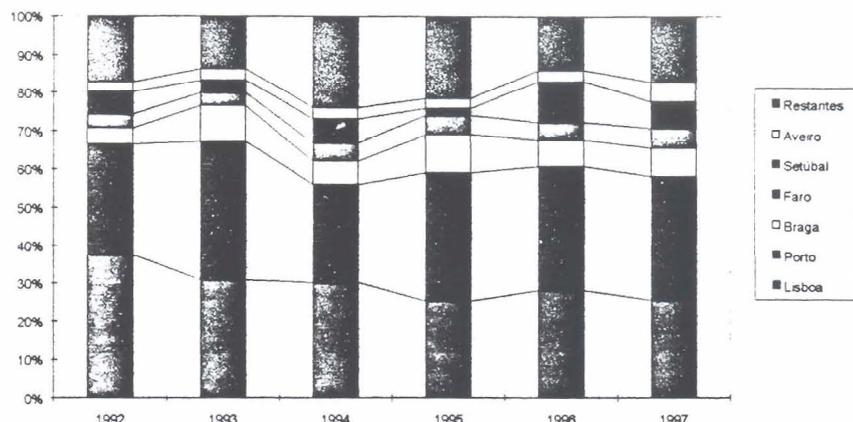
Os casos de consumo de droga detectados pela PSP subiram 9% (2.182 casos), confirmando a tendência crescente aparentemente iniciada no ano anterior.

Em termos geográficos, é de destacar o agravamento verificado no Funchal (+135%, tendo passado de 17 para 40 casos), Aveiro (+89%, tendo passado de 61 para 115 casos) e Leiria (+63%, tendo passado de 30 para 49 casos).

A evolução do consumo de droga parece algo semelhante à do tráfico de droga: perda gradual de importância relativa do bloco Porto-Lisboa, essencialmente a favor de determinados distritos com importância crescente, como Faro, Funchal, Aveiro e Viana do Castelo, os dois primeiros devido à sua componente fortemente turística, absorvendo altas taxas de população flutuante.



EVOLUÇÃO DA GEOGRAFIA DO CONSUMO DE DROGA



Foram detidos pela PSP cerca de 1.630 indivíduos por consumo de estupefacientes os quais, maioritariamente, apresentaram o seguinte perfil-tipo:

- Idade compreendida entre os 20 e os 28 anos (52%);
- Não possui antecedentes relacionados com consumo de droga (80%);
- É solteiro e vive na companhia de familiares (77%);
- Possui o ensino secundário (65%) ou básico (30%)²²;
- É operário de construção civil (27,2%), embora na situação de desemprego (40%).

c. Crime comum.

(1) Roubos/furtos a pessoas.

Registou-se uma diminuição de 13% face ao ano anterior, tendo passado de 15.265 para 13.234 ocorrências.

Em termos geográficos, destaque para o Funchal (+1200%, tendo passado de 6 para 78 casos) e Vila Real (+430%, tendo passado de 10 para 53 casos).

Refira-se que também os furtos por carteiristas - um sub-tipo dentro daquele - também diminuiu, desta feita em 10%, atingindo 9.315 ocorrências.

(2) Roubos/furtos a habitações.

Este tipo de crime verificou uma diminuição de 2%, passando de 10.958 para um total de 10.763 ocorrências, sendo contudo de destacar os agravamentos verificados em Évora (+111%, tendo passado de 57 para 120 ocorrências) e em Angra do Heroísmo (+73%, tendo passado de 130 para 225 ocorrências).

²² Refira-se que cerca de 4% dos suspeitos possui curso ou frequência universitária.

(3) Roubos/furtos a estabelecimentos comerciais.

Este tipo de crime registou uma **diminuição de 5%**, tendo passado de 11.302 para 10.697 ocorrências, sendo contudo de destacar o agravamento verificado na **Guarda (+93%**, tendo passado de 29 para 56 ocorrências), em **Portalegre (+87%**, tendo passado de 54 para 101 ocorrências) e em **Viseu (+23%**, tendo passado de 128 para 157 ocorrências).

(4) Roubos/furtos no interior de viaturas.

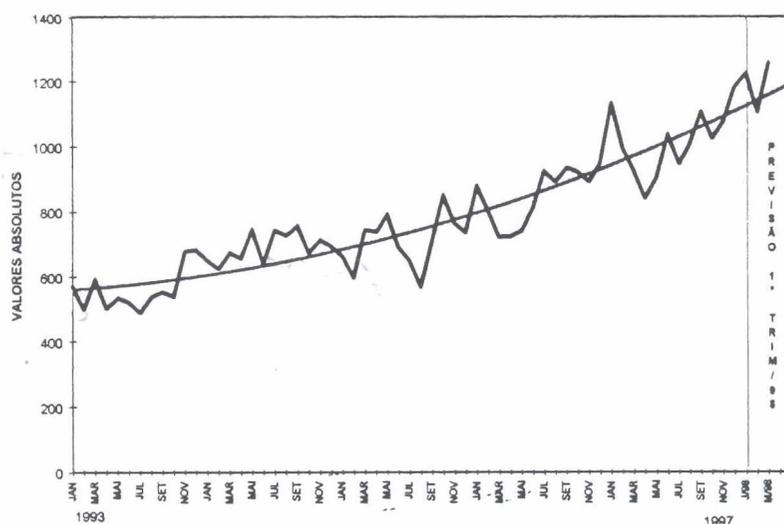
Os roubos/furtos no interior de viaturas registaram uma **diminuição de 2%**, tendo passado de 26.239 para 25.701 ocorrências, embora continue a ser, de longe, o tipo de crime mais frequente, sendo denunciada uma **situação em cada vinte minutos**.

Em termos geográfico, é de destacar o agravamento verificado no arquipélago dos Açores no seu conjunto (+47%, tendo passado de 478 para 704 ocorrências), em **Viana do Castelo (+28%**, tendo passado de 113 para 145 ocorrências) e em **Aveiro (+14%**, tendo passado de 426 para 484 ocorrências).

(5) Roubos/furtos de viaturas.

Os roubos/furtos de viaturas (excluindo ciclomotores e velocípedes com motor) aumentaram 20%, passando de 10.206 para um total de 12.201 ocorrências. Em termos geográficos, destaque para o agravamento verificado em **Castelo Branco (+107%**, passando de 27 para 56 ocorrências), **Bragança (+74%**, passando de 35 para 61 ocorrências), **Coimbra (+73%**, passando de 144 para 249 ocorrências) e no arquipélago dos Açores (+70%, tendo passado de 157 para 267 ocorrências).

ROUBO / FURTO DE VIATURAS



(6) Roubos/furtos de armas.

Os roubos/furtos de armas, quase sempre um tipo de criminalidade acessória²³, registaram uma diminuição de 14%, tendo passado de 722 para 619 ocorrências.

De referir que o decréscimo dos furtos de armas de defesa (-18%) foi mais significativo que os das armas de caça (-6%), sendo também de salientar o facto do número de furtos de armas de caça que estavam guardadas no domicílio e em viaturas sofrerem um aumento (12% e 18%, respectivamente).

Em termos geográficos, destaque para o aumento verificado em Braga (+171%, tendo passado de 17 para 46 ocorrências) e em Setúbal (+35%, tendo passado de 62 para 84 ocorrências).

(7) Detenção/posse de armas proibidas.

Este tipo de criminalidade registou um decréscimo de 13%, tendo passado de 310 para 271 ocorrências, sendo contudo de destacar o agravamento verificado no distrito do Porto (+24%, tendo passado de 54 para 67 ocorrências).

(8) Notícias alarmantes.

Em termos globais, o número de notícias alarmantes registou um desagravamento de 10% face a 1996, passando de 804 para 725 ocorrências, sendo de salientar o aumento verificado em Setúbal (+32%, passando de 78 para 98 ocorrências).

Os estabelecimentos de ensino continuaram a ser - e, segundo parece, cada vez mais - o alvo privilegiado, tendo mesmo aumentado a sua importância relativa para 62% do total (21% em 1995), seguidos dos estabelecimentos comerciais (9% do total, o mesmo que no ano anterior) e dos diversos departamentos públicos (5% do total, contra os 8% do ano anterior).

(9) Desrespeito à autoridade

Os casos de desrespeito à autoridade²⁴ registaram uma diminuição de 9%, passando de 715 para 650 ocorrências, sendo contudo de destacar o agravamento sentido em Aveiro (+111%, passando de 18 para 38 ocorrências).

Atendendo a que a instabilidade social ter-se-á agravado ligeiramente em 1997, conforme já foi referido, a diminuição global deste tipo de criminalidade poderá dever-se, entre outras coisas, a uma melhor preparação técnica e psicológica dos agentes policiais para evitar, minimizar ou sanar situações de conflito na sua interacção com os cidadãos.

²³ Quer dizer, não é autónoma, surgindo no decurso da prática de outros crimes, como os assaltos a habitações ou os furtos no interior de viaturas. Já seria uma forma de crime autónoma se, por exemplo, se traduzisse por um assalto a um armeiro, caso muito raro.

²⁴ Considera-se aqui como situações de desrespeito à autoridade as injúrias, desobediência e agressões várias às autoridades policiais.

(10) Emissão de cheques sem provisão.

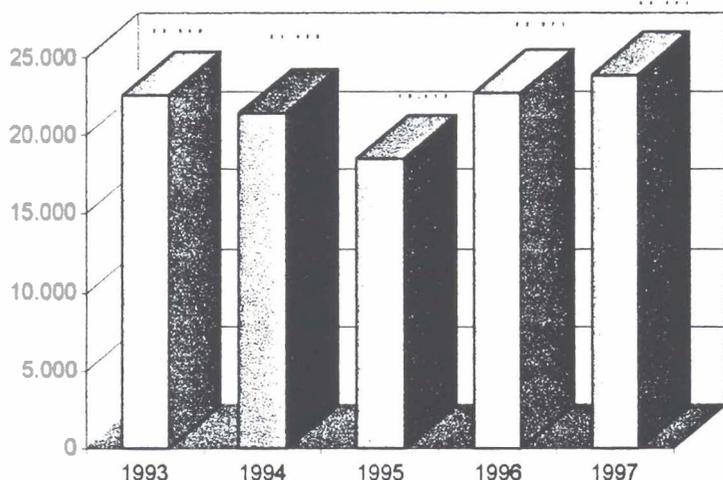
Os casos denunciados de emissão de cheques sem provisão **diminuíram 20%**, passando de 10.499 para 7.824 casos, o que poderá resultar, em parte, da crescente utilização de outros meios de pagamento complementares por parte dos consumidores (v.g. cartões de débito e de crédito, operações bancárias automáticas, etc.) e de uma política mais rigorosa de aceitação de cheques por parte dos comerciantes.

B - ACTIVIDADE OPERACIONAL

1 - Detenções

Em 1997 a PSP efectuou um total de 23.771 detenções, o maior número de sempre, mais 1.100 do que no ano transacto, o que representa um **aumento de 4,9%**. Este aumento foi induzido pelos aumentos no número de detenções efectuadas por mandado judicial (+17,1%) e de detenções por crimes contra o Estado (+21,3%), já que nos restantes grandes grupos de crime verificou-se diminuição do numero de detenções.

TOTAL DETENÇÕES 1993-1997



Nas

verifica-se que as diminuições mais significativas referem-se às detenções por furto em supermercado (-110 detenções), por furto em veículos (-92) e por furto em edifícios comerciais ou industriais (-86).

Nestes dois últimos tipos de crime, a redução do número de detenções acompanha a tendência da diminuição do número de crimes denunciados.

Nas **detenções por crimes contra as pessoas** houve redução devido, sobretudo, ao menor número de detenções por violação de domicílio e lugar vedado ao público (-58 detenções) e por ofensas corporais simples (-22). Em contrapartida registou-se um aumento das detenções por difamação, calúnia e injúrias (+29 detenções) e por violação (+14).

Em relação aos **crimes contra o património**, em que as detenções diminuíram 6,4%,

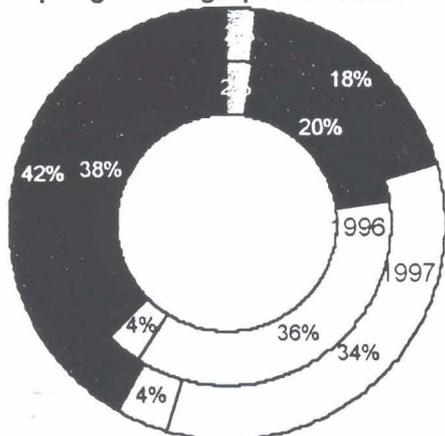
Ainda em relação aos crimes contra o património, verifica-se um aumento do número de detenções por furto de veículo (+77 detenções, correspondendo a um aumento de 13,4%), e por furto em habitação (+41 detenções; +22%).

A diminuição do número de detenções por crimes contra a vida em sociedade foi especialmente induzida pela diminuição das detenções por tráfico de estupefacientes (-101 detenções, correspondendo a uma diminuição na ordem dos 5%) e por detenção e porte de armas não licenciadas (-45 detenções).

O número de detenções por consumo de estupefacientes foi praticamente igual ao do ano transacto (2.292 contra 2.289 em 1996) Verificou-se ainda um aumento das detenções por condução de veículos com TAS superior a 1,2 g/l (+38 detenções, que representa um aumento de 1,3%) e por falsificação de documentos (+18 detenções).

Detenções por tipo de crime	1996	1997	Difª %
Crimes contra as pessoas	563	551	-2,1 %
Crimes contra o património	4613	4318	-6,4 %
Crimes contra a vida em sociedade	8254	8051	-2,5 %
Crimes contra o Estado	797	967	21,3 %
Mandados de detenção	8444	9884	17,1 %
TOTAL	22671	23771	4,9 %

DETENÇÕES
por grandes grupos de crime



- Crimes contra as pessoas
- Crimes contra o património
- Crimes contra a vida em sociedade
- Crimes contra o Estado
- Mandados de detenção

Embora se tenha verificado um ligeiro aumento na maioria dos tipos de crime englobados no grupo de crimes contra o Estado, o aumento de 21,3% , no número de detenções decorre fundamentalmente do aumento das detenções por coacção /ofensa a funcionário (539 em 1997, contra 413 no ano anterior).

Numa análise por distritos, verifica-se um aumento no número total de detenções em Beja (+19%), Aveiro (+15%) e Viseu (+8%). Os distritos de Vila Real (-34%), Portalegre (-16%), Angra do Heroísmo (-16%) e Coimbra (-14%) foram os que registaram as maiores diminuições no número e detenções efectuadas.

Relativamente às detenções efectuadas no distrito de Lisboa, verificou-se uma ligeira diminuição de 2%, enquanto no Porto o número de detenções aumentou cerca de 1%.

2 Serviço de Assistência "112 / 115"

O número de solicitações efectuadas à PSP através dos números nacionais de socorro, continua a aumentar. Registe-se que desde o início da década de 90, como se pode analisar no gráfico junto, quadruplicou o número de cidadãos que recorre a este sistema. Em 1997 o aumento em relação ao ano anterior foi de 8,4%.



Com estes números, a **média diária** de solicitações recebidas ultrapassou as 2 mil, das quais metade originam o accionamento de meios-auto da PSP (carros-patrolha, brigadas de acidentes, brigadas anti-crime, etc e ambulâncias da PSP/INEM). As restantes chamadas são redirigidas para os Bombeiros, GNR ou outras entidades.

Solicitações via "115"	1996	1997	Dif. %	Média dia
Âmbulâncias da PSP/INEM	172.927	198.502	14,8%	544
Ocorrências policiais	157.736	171.779	8,9%	471
Redirigidas para os Bombeiros	184.387	181.405	-1,6%	497
Redirigidas para a GNR e outras entidades	196.936	220.148	11,8%	603
Total	711.986	771.834	8,4%	2115

3 Operações policiais e empenho do CI e GOE

Relativamente a operações policiais pré-planeadas - rusgas, operações de fiscalização e operações "Stop" -, o número de acções efectuadas durante o ano de 1997 e respectivos resultados, estão resumidas no quadro ao lado.

Refira-se ainda as acções das Brigadas de Minas e Armadilhas (BMA) que, durante o período em análise realizaram 1.835 acções, tendo sido inactivadas 6 engenhos explosivos improvisados. Além de acções preventivas, as BMA's agiram na sequência de chamadas de emergência. Neste âmbito efectuaram-se cerca de 300 acções em estabelecimentos de ensino.

As equipas cinotécnicas da PSP registaram igualmente uma intensa

Nº de operações policiais efectuadas	1996	1997	Dif. (%)
Rusgas	1.801	1.704	-5,4%
Indivíduos controlados	35.827	29.123	-18,7%
Detenções	947	1.306	37,9%
Fiscalização	2.474	2.089	-15,6%
Estabelecimentos fiscalizados	14.154	14.442	2,0%
Infracções detectadas	2.802	2.416	-13,8%
"STOP"	4.146	4.349	4,9%
Viaturas fiscalizadas	239.939	274.647	14,5%
Infracções detectadas	131.715	50.297	-61,8%
Viaturas apreendidas	1.047	941	-10,1%
Total de Operações	8.421	8.142	-3,3%

actividade com 767 intervenções, sendo as mais frequentes efectuadas no âmbito do policiamento a espectáculos desportivos e em acções de busca de estupefacientes.

A actividade operacional das Unidades Especiais da PSP registou, no ano em análise, um considerável incremento.

O empenho do Corpo de Intervenção (CI) em acções de reforço de policiamento aumentou quase 150%, passando de 555 acções em 1996 para 1.374 acções em 1997. Esta unidade foi também mais empenhada em policiamentos a manifestações desportivas e em segurança a Aeroportos. Apesar do aparente agravamento da conflitualidade social em 1997, as intervenções do CI em matéria de Ordem Pública registaram um decréscimo.

Também o Grupo de Operações Especiais (GOE) aumentou a sua actividade operacional, em especial em missões de segurança a Embaixadas ou outras instalações oficiais. Refira-se ainda que, durante todo o ano de 1997, esta unidade manteve equipas na segurança aos Embaixadores e Embaixadas de Portugal em Luanda, Argel, Sarajevo e Kinshasa. Esta última missão terminou em finais de Dezembro.

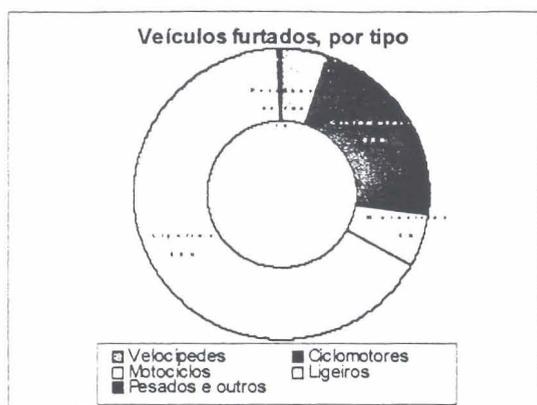
CI - Intervenções	1996	1997	Diff. (%)
Manifestações desportivas	15	29	93,3%
Alterações de Ordem Pública	11	6	-45,5%
Segurança a Aeroportos	35	62	77,1%
Outras situações	555	1.374	147,6%
Total	616	1.471	138,8%

GOE - Missões	1996	1997	Diff. (%)
Combate ao terrorismo	0	0	
Combate à criminalidade	1	0	
Segurança a Embaixadas / outras instalações	46	74	60,9%
Segurança pessoal a A.E.	23	17	-26,1%
Acções de auxílio a outras Forç. Segurança	11	10	-9,1%
Atiradores especiais	1	0	
Outras situações	7	8	14,3%
Total	89	109	22,5%

4 Recuperação e apreensão de viaturas

Em 1997, verificou-se um aumento na ordem dos 20% no número de veículos recuperados, enquanto o aumento percentual de veículos furtados foi apenas de 17%. Assim, verificou-se um ligeiro aumento na taxa global de recuperação que passou de 62,6% em 1996 para 64% em 1997. Estes dados referem-se ao total de veículos furtados (15.654) e ao total de veículos recuperados (10.020, englobando assim todos os tipos de veículos (velocípedes, ciclomotores, motociclos, ligeiros, pesados e outros tipos).

	1996	1997	Diff. %
Veículos Furtados	13.354	15.654	17,2%
Veículos Recuperados			
Pela PSP	5.697	7.288	27,9%
Por outros (GNR, outros, etc.)	2.645	2.732	3,3%
Total	8.358	10.020	19,9%
Taxa de recuperação	62,6%	64,0%	1,4%



Apenas em relação aos velocípedes se verificou uma diminuição do número de furtos, enquanto os furtos de veículos ligeiros aumentou 23% (+1961 furtos) o de motociclos 10%, e o de ciclomotores 8%. Refira-se ainda que o número de furtos de veículos pesados passou de 24 para 39 (+15).

Relativamente a viaturas apreendidas, o ano de 1997 registou-se uma diminuição de 14,4 por cento em relação ao ano anterior.

	1996	1997	Dif. %
Veículos apreendidos	12.155	10.404	-14,4%

Aumentaram, no entanto, o número de apreensões de veículos por falta de seguro (+597 apreensões do que em 1996, representando um aumento de 21%) e por circularam com matrículas não válidas no país (131 casos, quando em 1996 apenas se tinham verificado 36)

5 Armamento recuperado

Em 1997 foi menor o número de armas apreendidas e recuperadas em relação ao ano transacto. O mesmo se verificou em relação às munições apreendidas e recuperadas. Refira-se que em 1996 tinha-se verificado, nesta rubrica,

Munições	1996	1997	Dif. (%)
apreendidas /recuperadas /entregues	14.214	13.601	-4,3%

um substancial aumento em relação a anos anteriores.

ARMAS DE FOGO			
Apreendidas	1996	1997	Dif. (%)
de defesa	548	347	-36,7%
de caça	190	118	-37,9%
outras armas de fogo	161	140	-13,0%
Total	899	605	-32,7%

Entregues / recuperadas	1996	1997	Dif. (%)
de defesa	565	526	-6,9%
de caça	343	279	-18,7%
outras armas de fogo	54	65	20,4%
Total	962	870	-9,6%

6. Seguranças específica diversas

a. Segurança a entidades diversas

Durante o ano de 1997, o Corpo de segurança Pessoal, bem como os Comandos Metropolitanos, Regionais e de Polícia, continuaram a corresponder a um elevado índice de solicitações de segurança pessoal a entidades diversas, designadamente

entidades de risco, instalações diplomáticas estrangeiras, organismos públicos diversos, pedidos de segurança a tribunais e pedidos de protecção policial a diligências diversas.

Os Comandos efectuaram segurança a 728 entidades e a 663 residências de entidades de risco. Por sua vez, o Corpo de Segurança Pessoal garantiu a segurança pessoal permanente a 24 altas entidades, nacionais ou residentes, tendo empregue, em média 141 agentes/mês no cumprimento desta missão. Esta subunidade garantiu ainda a segurança pessoal a 171 altas entidades estrangeiras, durante o período em que permaneceram em território nacional.

b. Segurança a acontecimentos desportivos

O policiamento a espectáculos desportivos continua a empenhar um elevado número de efectivos. No período em análise foram efectuados 22.332 policiamentos, número semelhante ao do ano transacto, que envolveram um total de 78.150 agentes.

Em 1997 verificaram-se dois incidentes que tiveram um maior relevo mediático: a agressão à equipa de hóquei em patins do F.C. Porto, verificada na área do estádio do S.L. Benfica e os incidentes com adeptos ingleses aquando da realização do jogo de futebol entre o F.C. Porto e o Manchester United F.C. a contar para a "Champions League".

Refira-se que para esse encontro, em que se deslocaram ao estádio das Antas 12 mil adeptos ingleses, como para outros jogos de risco semelhante, deslocou-se a Portugal uma equipa de elementos de ligação da polícia de Manchester que colaborou com a acção da PSP. Este sistema de cooperação policial no âmbito da EU, que consiste em trocar de informações com os serviços congéneres de outros países e, sempre que necessário, enviar oficiais de ligação, tem sido utilizado com óptimos resultados para todas as competições internacionais em que participam os clubes portugueses.

c. Segurança a estabelecimentos de ensino

A Polícia de Segurança Pública tem atribuído, no quadro das suas missões genéricas, um carácter prioritário à vigilância e segurança dos estabelecimentos de ensino.

No ano transacto registou-se uma nova dinâmica, através da implementação do Programa "Escola Segura", verificando-se a distribuição aos Comandos Metropolitanos e Comandos de Polícia, pelos Governos Cívicos dos diversos distritos, de veículos automóveis caracterizados especificamente para o efeito, com vista ao policiamento de estabelecimentos escolares englobados no protocolo MAI / ME.

No início do ano lectivo de 1997 / 1998 foi alterada a denominação anteriormente atribuída às escolas, tendo as mesmas sido subdivididas da seguinte forma :

- **Escolas com segurança específica** (anteriores estabelecimentos de ensino abrangidos pelo Protocolo MAI / ME). O programa de segurança específica é orientado para um patrulhamento permanente com recurso a um agente policial ou às tripulações dos veículos distribuídos pelos Governos Cívicos na área envolvente do estabelecimento escolar.

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

- **Escolas em observação inicial.** O programa de observação inicial destina-se aos novos estabelecimentos de ensino consistindo no desenvolvimento de um plano de prevenção de riscos, a concretizar pela Direcção do Ensino Escolar e pela autoridade policial local.
- **Escolas com segurança reforçada.** O programa de segurança reforçada consiste no reforço da segurança no interior do estabelecimento escolar, recorrendo para esse efeito a funcionários do Ministério da Educação, sob coordenação do Gabinete de Segurança deste Ministério.

Verificou-se igualmente a continuação do desenvolvimento de programas de formação e sensibilização das populações escolares para as questões da segurança, salientando-se a realização de diversas iniciativas implementadas a nível dos diversos Comandos da PSP, designadamente através da divulgação de medidas de auto protecção a adoptar pelos jovens, professores, funcionários e encarregados de educação, e segurança rodoviária.

O programa de segurança específica engloba 70 escolas especialmente seleccionadas em áreas da responsabilidade da PSP, além da cobertura geral de todas as outras. Este programa envolve importantes meios humanos e materiais, já que a PSP empenha em média 300 agentes e 41 veículos automóveis e 8 ciclomotores, cedidas aos diversos Comandos pelos Governos Cívicos no âmbito do programa " Escola Segura ". A PSP empenha ainda carros patrulha e ciclomotores que para além da missão normal de policiamento da via pública nas diversas localidades, efectuem o patrulhamento de estabelecimentos de ensino não abrangidos nos programas atrás referidos.

A PSP continuou a proceder à recolha de informações sobre a segurança das escolas sobretudo em dois vectores: a actualização das " Cartas de Situação de Segurança " de todos os estabelecimentos de ensino na área de actuação da PSP, onde é feita uma descrição dos vários aspectos e factores que afectam as condições de segurança de cada escola ; a elaboração de um relatório mensal que recolhe os dados sobre as ocorrências de carácter delituoso verificadas nas escolas e denunciadas à PSP.

Os resultados da segurança efectuada aos estabelecimentos de ensino são positivos, já que de acordo com os dados disponíveis, na maioria dos estabelecimentos de ensino não se verificaram no ano de 1997 actos delituosos significativos que aumentassem o sentimento de insegurança por parte das comunidades escolares. Neste âmbito, salienta-se a importância do policiamento específico em termos preventivos e dissuasores da criminalidade e de outras ocorrências que perturbem as comunidades escolares. Verifica-se uma tendência para a diminuição dos crimes de dano e dos furtos com arrombamento às instalações escolares.

No entanto, no entender deste Comando Geral, é premente uma participação mais activa de outras entidades com responsabilidades nesta área. Com efeito, com o alargamento do elenco de escolas abrangidas pelo programa de segurança específica, face aos efectivos disponíveis e ao crescente número de missões que lhe são atribuídas, poder-se-ão colocar à PSP dificuldades em conseguir corresponder satisfatoriamente ao solicitado e em conseguir manter os níveis positivos de segurança nas escolas.

O programa " Escola Segura " aposta na prevenção primária e na segurança activa, primordialmente virado para a comunidade escolar, mas visando a crescente participação das comunidades locais e dos cidadãos em geral (Ministério da Educação, Câmaras Municipais, Escolas, professores, associações de pais, empresas de transportes públicos. Neste âmbito, só através duma colaboração estreita destas entidades com as Forças de Segurança se conseguirão atingir os níveis de segurança e tranquilidade pretendidos.

É ainda de referir que a PSP tem desencadeado várias acções no sentido de transmitir à população escolar conselhos de segurança rodoviária e de prevenção criminal. Além dos agentes da PSP realizarem sessões nos estabelecimentos de ensino, várias turmas de alunos têm-se deslocado às unidades policiais para melhor conhecerem a missão e a actividade diária da Polícia. Neste âmbito, em 1997, visitaram os diferentes Comandos da PSP mais de 12 mil alunos e perto de mil professores.

d. Segurança nas redes de transporte públicos

Os problemas da criminalidade e da perturbação da ordem nas redes de transporte públicos da capital têm diminuído significativamente desde que, em Maio de 1995 foi activada Divisão de segurança CP e Metro. No entanto, e como esta unidade apenas actua na rede do Metropolitano e nas linhas da CP de Sintra, Cascais e do Norte (apenas até V.F.Xira) verificou-se a transferência de alguma pequena criminalidade para os transportes públicos rodoviários.

e. Segurança a bairros degradados

Atenta à situação sócio-criminal de alguns bairros nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, a PSP difundiu ao seu dispositivo a Directiva Operacional nº9/97, de 17/11/97 que fixou como missão incrementar acções policiais nos bairros degradados que registam maiores preocupações de segurança, incidindo especialmente nas áreas de Lisboa, Porto e Setúbal. Esta directiva, que está a ser executada em permanência, prevê a adequação dos meios humanos e materiais empregues às realidades próprias de cada bairro e o complemento das acções de policiamento com medidas que permitam uma maior aproximação e contacto com as populações locais através das suas estruturas sociais.

Nas acções de policiamento e em operações diversas os Comandos têm contado com o reforço em pessoal por parte do Corpo de Intervenção.

As operações desencadeadas tiveram em consideração as circunstâncias concretas e as características de cada área de intervenção, privilegiando acções de patrulhamento preventivo no interior dos bairros (transmitindo assim um maior sentimento de confiança às populações aí residentes) e as operações anti-crime (essencialmente dirigidas para o combate ao tráfico de droga, à recuperação de viaturas furtadas, etc.)

7. Consequências das intervenções e actuações policiais

a. Agentes da PSP

Das actuações policiais durante o ano de 1997 resultou 1 morto, 22 agentes feridos com gravidade (10 em Lisboa e 10 no Porto) e 173 feridos ligeiros. É com alguma preocupação que se verifica um aumento no número de agentes feridos em relação a 1996.

Registaram-se ainda 173 agressões a agentes sem que tivesse havido necessidade de os mesmos serem submetidos a tratamento médico.

O total de dias de baixa derivados de ferimentos em ocorrências policiais situa-se próximo dos 1.000.

No que respeita à utilização das armas de fogo, o número de ocorrências em que se verificaram disparos foi de 270. A maioria dos disparos foram de intimidação.

Das 90 viaturas policiais que sofreram danos durante a resolução de ocorrências, 17 ficaram bastante danificadas.

b. Outros (civis, delinquentes, etc.)

O número de vítimas que resultaram de actuações policiais decresceu em 1997. Verificou-se, assim, 1 vítima mortal (6 em 1996), 3 feridos graves (9 no ano anterior) e 61 feridos ligeiros (87 em 1996). Apenas em 12 destes casos as vítimas foram causadas por armas de fogo distribuídas aos agentes.

8. Fiscalização de trânsito

a. Autuações por infracções de trânsito

O número de autuações por infracção à legislação rodoviária aumentou 6,3%, embora tenham diminuído o número de autuações por infracções graves e muito graves. A fiscalização ao regime das inspecções periódicas obrigatórias tem sido incrementada, tendo as autuações nesta área aumentado mais de 80%.

Quanto às infracções mais frequentes verificou-se o seguinte:

Autuações	1996	1997	Dif.
Infracções leves (CE + RCE + RTA)	567.554	607.611	7,1%
Infracções graves	50.975	48.299	-5,2%
Infracções muito graves	1.614	1.268	-21,4%
Inspeção periódica obrigatória	2.714	4.972	83,2%
Total	622.857	662.150	6,3%

Relativamente às infracções leves, as autuações mais frequentes são por paragem e estacionamento proibido (458.836),

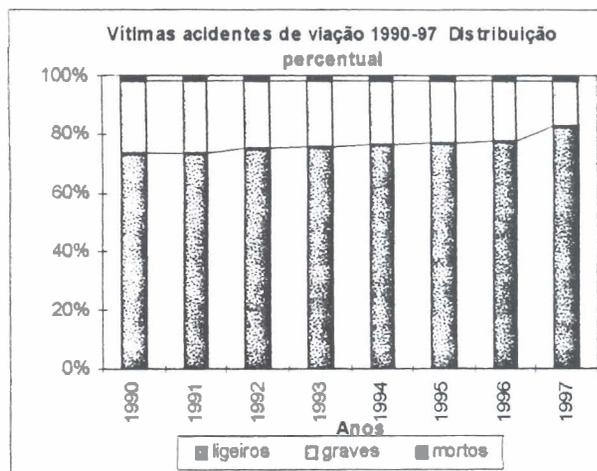
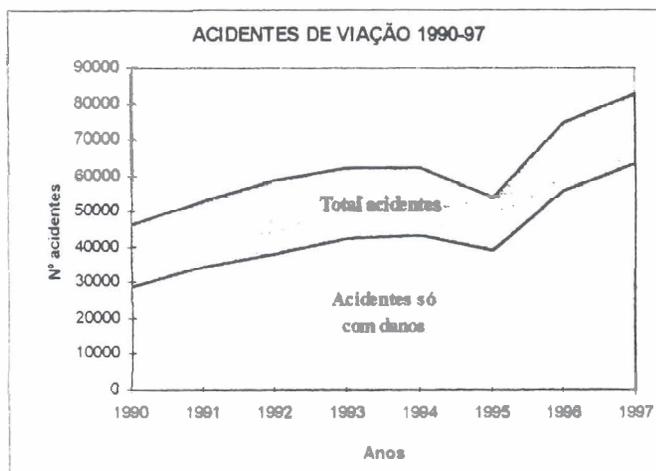
desrespeito à sinalização (31.000); falta de apresentação de documentos (18.164). Registe-se ainda o elevado número de condutores que não utilizam o cinto de segurança (11.159 autuações) e que não têm seguro automóvel (5.536 autuações). Por este último motivo foram apreendidas mais de 3.500 viaturas.

O excesso de velocidade (13.989) continua a ser a autuação mais frequente por infracções graves. O desrespeito aos sinais de paragem (agente, sinal vermelho e STOP) mantêm-se como a segunda mais frequente (16.361). Assinala-se ainda o elevado número de condutores que transpõem o traço contínuo (5.278 autuações) e que não respeitam as regras da prioridade de passagem (3.282 autuações)

Das infracções muito graves, a mais frequente é o excesso de velocidade (814 autuações).

b. Acidentes de viação

O número total de acidentes de viação (82.927) ocorridos na área sob responsabilidade da PSP aumentaram 11,3%. Em mais de 76% destes acidentes não se registaram quaisquer vítimas, verificando-se assim a mais elevada taxa de acidentes só com danos na corrente década.



Quanto às vítimas, assinala-se uma diminuição de 21,1% nos feridos graves, registando-se no entanto um ligeiro aumento no número de vítimas mortais (+ 9) e de feridos ligeiros (+1.617).

A causa mais frequente continua a ser o excesso de velocidade, seguido do desrespeito às regras de prioridade e de mudança de direcção e do desrespeito à sinalização.

Vítimas	1996	1997	Dif. (%)
Mortos	355	364	2,5%
Feridos graves	4.771	3.764	-21,1%
Feridos ligeiros	18.010	19.717	9,5%
Total	23.136	23.845	3,1%

No testes de alcoolémia realizados após os acidentes 2779 condutores apresentaram uma TAS superior a 0,5 gr/l. Aproximadamente 70% destes condutores excediam mesmo uma TAS de 1,2 gr/l.

c. Fiscalização de Taxa de Alcoolémia no Sangue (TAS)

Durante o ano em análise foram submetidos ao teste de alcoolémia no sangue (TAS)

88.853 indivíduos (incluindo 230 peões envolvidos em acidentes de trânsito). Relativamente ao ano de 1996 verificou-se um ligeiro aumento no número de condutores com uma TAS superior ao legalmente permitido para o exercício da condução, embora registando-se uma ligeira diminuição daqueles que apresentavam uma TAS superior a 1,2 gr/l.

Nível de Álcool no Sangue (TAS)	1996	1997	Dif. (%)
Taxa > 1,2 gr/l	2.777	2.740	-1,3%
Taxa >0,8 e <1,19 gr/l	572	693	21,2%
Taxa > 0,5 gr/l e < 0,79 gr/l	340	395	16,2%
Taxa < 0,5 gr/l	72.215	85.028	17,7%
Total	75.904	88.856	17,1%

Os indivíduos com uma TAS superior ao permitido representam 4,3% do total de indivíduos controlados.

9. Actividade processual

a. Diligências e solicitações diversas

Em 1997 o número de diligências judiciais efectuadas ultrapassou o milhão. É importante referir que, além do aumento no número total, verifica-se um aumento nas taxas de crescimento deste tipo de diligências (16,5% em 1996 contra 18,3% em 1997).

O maior número de solicitações judiciais prende-se com mandados de notificação (412.747), pedidos de paradeiro (85.201) e pedidos de situação económica (68.123), rubricas onde em relação ao ano anterior se registaram grandes aumentos percentuais (19%, 11% e 22%, respectivamente).

Diligências e solicitações	1996	1997	Dif. (%)
Diligências judiciais	975.852	1.154.648	18,3%
Solicitações de outros organismos e F.S.	85.819	117.657	37,1%
Total	1.061.671	1.272.305	19,8%

O número de mandados de condução cumpridos aumentou 19% em relação a 1996, aumentando igualmente a percentagem de mandados cumpridos em relação aos mandados solicitados (a taxa de mandados cumpridos elevou-se de 35% em 1996 para 40% no ano em análise).

Relativamente a solicitações diversas, efectuadas por outras forças e serviços de segurança ou por outros organismos públicos, verificou-se um aumento de cerca de 37%, ultrapassando-se as 100 mil solicitações/ano.

Considera-se importante equacionar formas alternativas de realização destes actos processuais que estão a empenhar um elevado número de recursos da PSP.

b. Inquéritos

No âmbito da organização processual, constata-se que o número total de inquéritos, de diferentes naturezas, aumento 4%. À excepção dos inquéritos relacionados com a prática de transgressões, que diminuíram naturalmente em resultado de muitos ilícitos daquela natureza terem passado a constituir contra-ordenações, todos os outros tipos de inquérito registaram aumentos em relação ao ano transacto.

INQUÉRITOS concluídos	1996	1997	Dif. (%)
Criminais	112.452	115.737	2,9%
Transgressões	1.180	150	-87,3%
Contra-ordenações	7.954	8.956	12,6%
Acidentes de trânsito	21.766	24.224	11,3%
Total	143.352	149.067	4,0%

Este tipo de actividade processual, que muitas vezes poderia ser efectuado por funcionários judiciais ou por outras entidades administrativas, continua a desviar um elevado número de agentes policiais de missões de natureza operacional.

c. Comparências em Tribunais

Em 1997 continuaram a aumentar o número de comparências de agentes da PSP em tribunal para audiências em julgamento, e conseqüentemente o número de horas dispendidas nestes actos.

O número de horas dispendidas por comparência para outros actos processuais diminuiu significativamente durante o período em análise.

Comparências de agentes policiais em processos crime	1996	1997
Em Tribunal (para audiências em julgamentos)	18.355	20.265
Nº de horas dispendidas	48.985	65.094
Outros actos processuais	10.062	9.001
Nº de horas dispendidas	56.260	19.552
Total de agentes	28.417	29.266
Total de horas dispendidas	105.245	84.646

d. Expediente elaborado

Relativamente a expediente diverso de natureza não criminal, foram elaborados, em 1997, 139.720 participações e 22.534 autos de natureza contra-ordenacional (não incluindo a área de trânsito).

Estes números representam aumentos de 11% e 47%, respectivamente, em relação ao volume de expediente elaborado no ano transacto

10. Missões no estrangeiro

No ano de 1997 verificou-se um aumento do empenho da PSP em operações internacionais de manutenção de paz ao serviço de diferentes organizações internacionais.

No âmbito da ONU, e por solicitação desta organização, o contingente da PSP na Bósnia aumentou de 50 para 60 elementos no início do 2º semestre; Em Novembro, iniciou-se a participação da PSP, com um contingente de 10 elementos, na Missão da ONU para o Referendo no Sahara Ocidental (MINURSO).

A UEO solicitou a participação portuguesa no Elemento Multinacional de Aconselhamento Policial (MAPE) na Albânia, tendo a PSP enviado, em Junho, um oficial para esta missão. No final do ano a UEO solicitaria o reforço da participação nacional com mais um elemento, a que a PSP correspondeu já no início de 1998.

A PSP participou ainda, no âmbito da OSCE, na supervisão do processo eleitoral e da realização de eleições no território da ex-Jugoslávia, integrando contingentes internacionais de observadores às eleições municipais na Bósnia (Setembro) e às eleições parlamentares da Repubklica Srpska (Novembro).

Entre Abril e Julho, um graduado da PSP participou, também ao serviço da OSCE, nos trabalhos de supervisão do recenseamento eleitoral na Bósnia.

Já no final do ano a OSCE solicitaria a participação de polícias portuguesas como monitores policiais na missão que, está em curso na Croácia, de supervisão da actividade policial em relação às minorias étnicas. A PSP correspondeu este pedido, nomeando para o efeito um graduado.

Presentemente a actividade da PSP em missões internacionais de paz é a constante no seguinte quadro:

Missão	Território	Organização	CONTINGENTE DA PSP
UN IPTF	Bósnia	ONU	60 7 Oficiais 33 Subchefes 20 Guardas
MINURSO	Sahara Ocidental	ONU	10 3 Oficiais 4 Subchefes 3 Guardas
MAPE	Albânia	UEO	2 1 Oficial 1 Subchefe
Croácia	Croácia	OSCE	1 1 Subchefe

D. SEGURANÇA À EXPO 98

Durante o período em análise prosseguiram as acções de planeamento do sistema geral de segurança da EXPO 98. Além de se terem iniciado acções de formação de novos agentes, que concluirão a sua formação antes da abertura da exposição, e a aquisição de viaturas e outros meios, estão previstas as seguintes acções:

- ⇒ Activação de uma Divisão da PSP no recinto da EXPO, com um efectivo de cerca de 400 elementos;

- ⇒ Criação e activação de uma Esquadra na Gare Intermodal de Lisboa com, aproximadamente, 70 elementos;
- ⇒ A Divisão de Trânsito da PSP de Lisboa será reforçada com 80 elementos;
- ⇒ A divisão do Aeroporto de Lisboa será reforçada com cerca de 60 elementos;
- ⇒ O Corpo de Intervenção terá disponibilidade e prontidão permanente para ocorrer a qualquer solicitação
- ⇒ Na área da grande Lisboa serão tomadas todas as medidas adequadas de forma que a circulação e trânsito automóvel não sejam particularmente afectados dada a expectativa de grande número de visitantes durante os meses em que decorrer a EXPO 98.

E. CONCLUSÕES.

- Algum agravamento do grau de instabilidade social, essencialmente na área da educação.
- Registou-se um ligeiro aumento da criminalidade global, embora dentro da linha de estabilização anteriormente evidenciada.
- Aumento global da actividade operacional da PSP, alcançando-se resultados positivos no combate à criminalidade.
- Agravamento do crime violento, em especial os roubos armados em estabelecimentos, os roubos armados em habitações, os raptos/sequestros e assaltos a bancos.
- Diminuição do crime comum em geral, essencialmente nos roubos/furtos a pessoas, no interior de viaturas e em estabelecimentos comerciais.
- Intensificação da criminalidade do tipo oportunista praticada por grupos de ascendência africana, devendo ter uma correlação estreita com o comportamento evolutivo marcadamente ascendente da delinquência juvenil.
- Aparente aumento do consumo de droga nas áreas urbanas, em especial em zonas de menor índice populacional.
- Maior capacidade organizativa por parte das micro-redes, de tráfico de droga, dificultando a tarefa das autoridades policiais.
- Aproximação de um período de eventos importantes grande importância e que deverá influenciar, a curto e médio prazo, a segurança interna.

- Incremento e melhoria das acções da PSP relativas à segurança dos Estabelecimentos de Ensino e dos bairros degradados com maiores problemas de segurança.
- Crescente empenho da PSP em missões internacionais de Paz, ao serviço de diferentes organizações internacionais, na prossecução dos objectivos de política externa definidos.
- Aumento das solicitações judiciais e da actividade processual, empenhando um número elevado de agentes que assim são desviados de missões de policiamento.
- Intensificação da actividade de planeamento e preparação da segurança à EXPO 98.
- Continua a verificar-se a persistência de alguns factores que, de um ou outro modo, afectam a operacionalidade da PSP, como: a forte mediatização dos temas da criminalidade e da segurança que provocam algum desgaste da instituição; a morosidade da justiça e o grande empenho de pessoal da PSP em actividades de natureza processual; o desajustamento do *ratio* polícia/população em especial em alguma zonas das áreas de Lisboa, Porto e Setúbal; o consumo de agentes policiais em tarefas administrativas e logísticas devido à falta de um quadro adequado de pessoal com funções não policiais.

Anexos:

A - Quadro Global da Criminalidade - 1997

B - Quadro Global da Criminalidade - 1996

E - Quadro Estatístico Resumo da Actividade da PSP - 1996/1997

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CONFIDENCIAL

QUADRO GLOBAL DA CRIMINALIDADE
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS DURANTE O MÊS DE JANEIRO ATÉ DEZEMBRO DE 1997

DISTRITOS	CRIMES CONTRA PESSOAS										CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO										CRIMES CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE										TOTAL PARCIAL	TOTAL GLOBAL						
	HOMICÍDIOS VOLUNTARIOS					HOMICÍDIOS NEGIGENTES					OFENSAS CORPORAIS					OFENSAS CORPORAIS POR NEGLIGENCIA					RAPTO/SEQUESTROS					MULHOCES							OUTRAS CRIMES CONTRAS PESSOAS					TOTAL PARCIAL
	A PESSOAS		ESTABELC COMERCIAL		HABITACOES		CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO		DROGA		CRIMES CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE		DROGA		CRIMES CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE		TOTAL PARCIAL																					
AVEIRO	2	5	849	54	10	10	586	1519	1	137	136	16	3	481	291	484	373	340	414	352	612	3572	55	115	21	3	37	118	344	31	5468							
BEJA			137	8	1	1	69	215		4	6	1	1	76	27	94	29	5	20	91	119	423	19	11	27	1	1	69	114	7	759							
BRAGA	2	1	744	374	2	8	421	1552		86	272	44	11	518	2	216	1141	280	214	249	311	4276	74	156	51	9	2	438	16	6232								
BRAGAÇA	2	1	193	12	3	2	61	286		10	40	1	1	94	50	137	61	10	72	79	129	680	17	7	7	1	2	90	80	2	1068							
CASTELHO BRANCO			143	4			101	248		5	15	5	1	80	70	107	56	6	97	94	168	679	8	37	13	8	3	86	149	19	1095							
COIMBRA	4	16	715	69	6	5	540	1322	3	53	190	20	6	238	2	150	694	249	101	78	372	636	2676	17	43	17	2	70	150	30	4169							
ÉVORA	1	296	19	6	3	192	516		36	70	6	1	57	120	221	46	30	144	105	267	767	1105	17	11	6	2	61	108	17	1744								
FARO	2	6	832	36	7	9	563	1455		108	257	11	5	437	3	309	872	250	301	131	440	4066	164	112	32	0	70	203	539	61	8121							
GUARDA	1	1	140	8			7	61	213	1	42	1	1	56	43	60	18	3	6	69	59	357	4	4	1	1	2	25	33	7	610							
LEIRIA	4	18	694	50	4	19	443	1272	1	49	168	11	2	507	264	910	375	176	660	263	833	4169	65	49	47	3	13	197	369	35	5845							
LISBOA	21	52	6453	1175	32	113	4104	11950	55	2770	8753	1447	143	2746	22	3059	12635	6433	948	3064	4815	6494	54113	580	507	131	37	901	2596	457	69111							
PORTALEGRE	4	105	11				151	354		9	27	4		103	41	100	29	26	82	115	146	693	12	14	10	1	5	35	77	8	1132							
PORTO	5	9	3014	289	26	30	1785	5158	6	787	2692	215	43	3485	12	3156	4714	1034	642	695	1180	21827	198	108	97	67	13	309	1472	135	28382							
SAHARÉM	1	9	528	239	2	5	369	1153		42	303	8	1	216	1	155	512	231	110	212	498	2410	51	45	25	3	4	153	281	17	3801							
SETÚBAL	9	11	1744	691	17	27	1334	3823	12	346	495	153	71	637	3	540	1499	1134	374	405	987	1599	8189	201	151	61	71	735	838	97	12947							
VIANA DO CASTELO	1	96	2	1	3	96	202		1	24	1		84	31	147	65	7	49	86	167	658	26	45	5	4	5	15	102	2	964								
VIANA DO ALTO			251	7			2	166	426	15	53		1331	87	100	122	15	58	130	158	944	11	14	9	5	21	60	14	1444									
VISEU	1	3	190	22	1	1	186	412	1	19	100	2	157	70	219	101	9	258	136	250	1322	15	42	13	1	7	94	172	35	1841								
FURÇHAL	7	20	1762	117	4	11	1313	3234	1	53	78	9	258	419	387	249	112	100	879	512	3147	6	40	3	6	30	310	483	15	6803								
ANGRA DO HEROISMO	3	1	309	13	4	298	708		6	9	2	1	180	1	225	383	154	49	85	197	613	1995	2	3	5	2	13	59	84	5	2706							
MORTA	6	139	75	1	1	98	320		3		3		27	48	41	8	9	43	14	131	384	1	4	4	5	2	31	31	1	738								
PONTA DELGADA	7	932	77	7	6	619	1648		1	3	6	1	189	369	280	106	52	110	532	876	119873	1571	2182	793	271	312	3763	8892	46	4504								
TOTAL	65	171	20436	3381	128	283	13549	37897	82	4598	13234	2035	242	10697	46	10763	25701	12201	3453	7824	11489	17678	119873	1571	2182	793	271	312	3763	8892	1040	167802						

a) NESTA RUBRICA, ESTÃO INCLUIDOS CRIMES DE AMEAÇAS, DIFAMAÇÃO, CALÚNIAS, INJÚRIAS E OUTROS DE PEQUENA RELEVÂNCIA PESSOAL, QUE COMO TAL NÃO SÃO CONSIDERADOS INDIVIDUALMENTE
 b) NESTA RUBRICA, ESTÃO INCLUIDOS CRIMES DE ABUSO DE CONFIANÇA, BURLA, EXTORÇÃO E OUTROS DE PEQUENA RELEVÂNCIA SOCIAL, QUE COMO TAL NÃO SÃO CONSIDERADOS INDIVIDUALMENTE
 c) NESTA RUBRICA, ESTÃO INCLUIDOS CRIMES DE EMBECALAGEM, CONTRIBUIÇÃO COM FAVORA DE ALCOLICISMO OU SUPERENDÓRIO, 1.2.º E O. 1.º DE CONTRIBUIÇÃO RELEVÂNCIA SOCIAL, QUE COMO TAL NÃO SÃO CONSIDERADOS INDIVIDUALMENTE

ANEXO A

CONFIDENCIAL

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Anexo E - Quadro Resumo

TIPO DE ACTIVIDADE	TOTAIS		DIFERENÇA	
	1996	1997	(%)	Absoluta
CRIMINALIDADE				
CRIMES DENUNCIADOS	167.203	167.902	0,4%	699
DETENÇÕES	22.671	23.771	4,9%	1.100
ACTIVIDADE OPERACIONAL				
ASSISTÊNCIA 115	711.936	771.834	8,4%	59.898
OPERAÇÕES POLICIAIS				
OP. RUSGA	1.801	1.704	-5,4%	-97
OP. FISCALIZAÇÃO	2.474	2.089	-15,6%	-385
OP. "STOP"	4.146	4.349	4,9%	203
ACTUAÇÕES DAS BMA	1.873	1.835	-2,0%	-38
VIATURAS				
RECUPERADAS	8.358	10.020	19,9%	1.662
APREENDIDAS	12.164	15.654	28,7%	3.490
ARMAMENTO APREENDIDO/ENTREGUE				
ARMAS DE FOGO	1.861	1.475	-20,7%	-386
MUNIÇÕES	14.261	13.601	-4,6%	-660
ACTIVIDADE PROCESSUAL				
DILIGÊNCIAS JUDICIAIS	975.852	1.154.648	18,3%	178.796
INQ. CRIMINAIS	112.452	115.737	2,9%	3.285
INQ. TRANSGRESSÕES	1.180	150	-87,3%	-1.030
INQ. CONTRA-ORDENAÇÕES	7.954	8.956	12,6%	1.002
ELABORAÇÃO DE EXPEDIENTE				
PARTICIPAÇÕES	125.656	139.720	11,2%	14.064
AUTOS DE NOTÍCIA	15.379	22.534	46,5%	7.155
FISCALIZAÇÃO DE TRÂNSITO				
AUTUAÇÕES DE TRÂNSITO	622.857	662.150	6,3%	39.293
ACIDENTES DE TRÂNSITO				
Nº DE ACIDENTES	74.510	82.927	11,3%	8.417
FERIDOS LIGEIOS	18.010	19.718	9,5%	1.708
FERIDOS GRAVES	4.771	3.764	-21,1%	-1.007
MORTOS	355	364	2,5%	9
TAXA DE ALCOOLÉMIA				
INDIVÍDUOS FISCALIZADOS	75.904	88.856	17,1%	12.952
TAS > 0,5 g/l	3.689	3.828	3,8%	139

Relatório Anual de 1997

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE
DA
POLÍCIA JUDICIÁRIA
PJ

INDICE

A. APRECIACÃO NA GENERALIDADE

B. APRECIACÃO NA ESPECIALIDADE

B.1 CRIMINALIDADE VIOLENTA

B.2 CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA

B.3 ASSOCIAÇÕES CRIMINOSAS

B.4 CONSUMO E TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES

B.5 FURTOS

B.6 VIATURAS E CRIMINALIDADE

B.7 RESTANTE CRIMINALIDADE

Os dados analisados no presente relatório correspondem à criminalidade participada na Polícia Judiciária no ano global de 1997 em comparação com os números relativos a 1996. Os mesmos serão interpretados com o apoio de informação complementar relativa à evolução dos dados no período de 1987-1997.

A) APRECIACÃO NA GENERALIDADE

1. No global, a criminalidade participada apresentou uma diminuição de -8.4%. Nos anos globais de 1995 e 1996 também se verificaram decréscimos, na ordem dos -4.5% e -11.8%, respectivamente.

Relativamente aos grandes grupos de infracções, aqueles que apresentam acréscimos são os *Crimes Contra as pessoas*, com +8.7%, e os *Crimes Contra o Estado*, com +4.7%. No que respeita ao primeiro grupo, importa salientar que o aumento referido resulta sobretudo do acréscimo de 115.5% observado na categoria *Outros*.

Os restantes grupos apresentam os seguintes decréscimos: *Crimes Contra Valores e Interesses de Vida em Sociedade* - -2.7%; *Crimes Contra o Património* - -10.3%.

2. Os crimes mais participados continuam a ser o de *Emissão de Cheques Sem Cobertura*, com 13615 processos entrados, e o de *Furto Em Veículos*, com 11507, constituindo, em conjunto, 33.2% do total da criminalidade participada.

3. Os crimes com maior peso na estrutura global da criminalidade participada continuam a ser aqueles cujos processos compete ao Tribunal Singular julgar - ofensas corporais simples, ofensas corporais por negligência, furto simples, furto de coisa acessível, apropriação de achados, furto em veículos, emissão de cheques sem cobertura - e que ocupam 35.9% do total da criminalidade participada.

No que concerne ao peso da geralmente denominada *Criminalidade Violenta* - homicídio doloso, envenenamento, infanticídio, ofensas corporais graves, rapto de menores, rapto e sequestro, violação, tráfico de pessoas, crimes contra a vida e a liberdade, com o emprego de engenhos explosivos, com o emprego de substâncias tóxicas, pirataria aérea, terrorismo, subtracção de menores, roubo, assalto e rapto para tomada e retenção de reféns -, esta apenas ocupa 8.4% do total da criminalidade participada.

4. Relativamente ao peso de cada grupo de infracções na totalidade da criminalidade participada, o cenário não sofreu modificações, continuando o grupo dos *crimes contra o património* a apresentar o maior número de participações - 78.3% -, seguido dos *crimes contra valores de vida em sociedade* - 16.8% -, dos *crimes contra as pessoas* - 3.6% - e, finalmente, dos *crimes contra o Estado* - 1.3%.

5. Saliente-se, por último, a entrada na tabela de infracções da P.J. de três novas categorias: *Maus Tratos/Sobrecarga de Menores, Incapaz ou Conjuge* (com uma entrada de

22 processos), *Ofensas à Integridade Física Qualificada* (11 processos) e *Crimes Contra a Natureza e Ambiente* (5 processos).

B) APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE

B.1) CRIMINALIDADE VIOLENTA

1. Relativamente ao *Homicídio Consumado*, o número de processos entrados no período em análise apresenta um decréscimo de -13.5% (-37 processos). Este tipo de infracção tem apresentado, desde 1991, um ligeiro decréscimo no número de processos entrados.

No que respeita ao *Homicídio Tentado*, este apresenta, no período em análise, um decréscimo de -15.3% (-19 processos). Os dados relativos ao decénio de 1988-97 apresentam grandes oscilações, parecendo, contudo, apontar para um ligeiro decréscimo do número de processos entrados.

2. Relativamente ao crime de *Violação*, a variação apresentada - -7.6% (-13 processos) - enquadra-se na estabilidade característica deste tipo de infracção.

3. As *Ofensas Corporais*, na sua forma grave, apresentam um decréscimo de -17.6% (-36 processos), contrariamente às *Ofensas Corporais Simples*, em que se observa um aumento de 7.4%, correspondente a 39 processos.

4. No tocante ao crime de *Rapto e Sequestro* constata-se um aumento de 11.6% (+13 processos).

5. Os crimes com *Emprego de Engenhos Explosivos* apresentam um aumento de 27.9% (+17 processos).

6. No tocante aos *Assaltos*, salienta-se o aumento verificado nos *Assaltos a Bancos*, de +70.4% (+50 processos). No período de 1988-1997, apesar das oscilações verificadas, é possível observar um aumento de processos bastante significativo.

Os *Outros Assaltos à Mão Armada* apresentam uma diminuição de -44.8% (-26 processos). Depois de um aumento bastante significativo, ocorrido entre 1988 e 1992, a evolução tem sido de constante decréscimo.

7. No que concerne aos *Roubos*, salienta-se o aumento verificado no *Roubo a Motorista de Transportes Públicos*, de 92.7% (+51 processos). A evolução no período de 1987-1997 é de difícil análise, dado que esta categoria criminal só começou a constar das estatísticas da Polícia Judiciária a partir de 1993. Entre 1993 e 1996 os números apresentam estabilidade. Teremos de esperar pelos anos subsequentes para perceber se estamos perante um aumento deste tipo de criminalidade.

É possível observar diminuições nas seguintes categorias: *Roubo a Posto de Abastecimento de Combustíveis*, com -38.3% (-44 processos), *Roubo por Esticção*, com -23.9% (-453), e *Roubo em Via Pública Excepto Esticção*, com -5.8% (-181).

B.2) CRIMINALIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA

1. Nos *Crimes de Emissão de Cheques Sem Cobertura* verifica-se uma diminuição de -16.0% (-2588 processos). Depois de um aumento de processos, ocorrido entre 1987 e 1991, surge um período oscilatório que não permite retirar grandes conclusões.

2. O *Crime de Corrupção* apresentou um decréscimo de -7.2% (-11 processos). Este tipo de infracção tem vindo a apresentar aumento de processos desde 1992.

3. O crime de *Falsificação* apresenta uma diminuição de -16.4% (-357 processos). No ano de 1996, tomado no seu todo, os processos entrados registaram um decréscimo de -15.1%.

4. No tocante ao crime de *Moeda Falsa*, verifica-se uma oscilação de +6.9% (306 processos). Este tipo de infracção tem, desde 1992, apresentado um crescimento contínuo.

5. Os crimes de *Contrafacção/Falsificação de Títulos de Crédito* aumentaram 24.4% (+48 processos). De 1987 a 1991, registou-se um acréscimo constante de processos. A partir desta data, verifica-se um abrandamento do fenómeno em causa.

6. No tocante aos *Abusos de Confiança*, estes diminuíram em -32.6% (-14 processos), no montante *até 300 contos*, e aumentaram 14.9% (+26), no montante *igual ou superior a 300 contos*.

7. Pelo contrário, as *Burlas* diminuíram globalmente: as *Burlas de Valor Igual ou Superior a 300 Contos*, -23.0% (-51 processos) e as *Burlas Até 300 Contos*, -22.4% (-22 processos).

8. Os *Crimes de Desvio de Subsídios* e de *Receptação* diminuíram -31.1% (-38 processos) e -23.6% (-17 processos), respectivamente.

9. À *Fraude Com Dimensão Internacional* apresentou um aumento de 136.4% (+30 processos), contrariamente à *Fraude Contra o Estado*, cujos números revelam um decréscimo de -55.9% (-114). No período de 1991 a 1996, é possível observar um aumento contínuo de processos, ao nível das duas categorias referidas.

10. Relativamente ao *Crime Informático de Forma Organizada*, que ao longo do decénio 1987-1996 apresentou uma evolução bastante irregular, verifica-se uma variação positiva de 10.0% (+4 processos).

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DA POLÍCIA JUDICIÁRIA

A *Burla Através da Informática* apresenta números ainda bastante residuais, podendo observar-se um acréscimo de 5 processos, relativamente aos 4 casos participados em 1996.

11. No tocante ao *Branqueamento de Capitais* verifica-se uma subida de 33.3% (+15 processos). Relativamente a este tipo de infracção, os dados respeitantes a 1994 permitem registar um acréscimo bastante significativo, de 420% (de 1 para 43 processos), ao qual se seguiu, em 1995, um novo aumento, desta vez bastante mais reduzido, de dois processos.

B.3) ASSOCIAÇÕES CRIMINOSAS

No que respeita às *Associações Criminosas*, regista-se uma variação de -62.1%, correspondente a um decréscimo de 18 processos. Embora de forma irregular, o nº de associações criminosas constantes das estatísticas da P. J. tem vindo a apresentar tendência para o crescimento.

B.4) CONSUMO E TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES

Os crimes de *Tráfico* e de *Consumo de Estupefacientes* apresentam um decréscimo de processos, na ordem dos -17.0% (-269 processos) e -3.1% (-2 processos), respectivamente.

Este fenómeno, visível desde 1992 para o *Consumo* e desde 1995 para o *Tráfico*, resulta das alterações das competências de investigação concretizado pelo artº 2º do DL 81/95 de 22/04, que deu nova redacção ao artº 57º do DL 15/93 de 22/01. Com efeito, por força deste dispositivo legal, quer a GNR quer a PSP passaram a ter competência de investigação, nos crimes de consumo de estupefacientes e em certo tipo de crimes de tráfico de estupefacientes, deixando de remeter à Polícia Judiciária esses processos, como ocorria anteriormente.

B.5) FURTOS

Relativamente aos *Furtos*, verificaram-se os seguintes acréscimos: *Furto Simples* - 140.96% (+1029 processos); *Furto em Supermercado* - 43.7% (+7); *Furto em Edifício Comercial* - 5.4% (+274); *Furto em Residência* - 0.7% (+36).

Relativamente ao *Furto em Residência*, salientam-se os aumentos verificados na Directoria de Faro, no período de 1995-1997, de +106.2%

(+85 processos) e +615% (+407 processos). As Inspeções de Ponta Delgada, Funchal, Chaves e Guarda também apresentam, no mesmo período considerado, acréscimo de processos nesta área da criminalidade.

Os tipos de furto que apresentam diminuições, em 1997, são os seguintes: *Furto de Coisa Acessível* - -86.4% (-745 processos); *Furto de Outros Edifícios* - -34.8% (-766); *Furto Por Carteirista* - -32.1% (-1120); *Furto Qualificado* - -8.5% (-196); *Furto em Estabelecimento de Ensino* - -1.94% (-9 processos).

Também o *Furto em Veículos* apresentou um decréscimo de -15.2% (-2074 processos). Até 1995, os números apresentados revelam crescimento no número de participações. A partir desta data, os dados globais observáveis parecem apontar para o abrandamento do fenómeno, ao qual não correspondem os números apresentados pela Inspecção de Ponta Delgada, onde, a partir de 1991, se pode observar um aumento relevante de processos entrados.

B.6) VIATURAS E CRIMINALIDADE

O *Furto De Veículos* apresenta uma pequena variação de -7.7% (-377 processos).

No que respeita ao *Furto de Uso de Veículos* e de *Tráfico e Viciação de Veículos*, é possível observar, respectivamente, uma diminuição na ordem dos -50.7% (-69 processos) e um acréscimo de 43.4% (+227). Relativamente à segunda categoria, estes dados parecem enquadrar-se na tendência de crescimento visível desde 1992.

B.7) RESTANTE CRIMINALIDADE

1. Os crimes de *Incêndio e Fogo Posto* apresentam um decréscimo global.

O crime de *Incêndio e Fogo Posto Em Searas* apresenta uma variação de -70.0% (-42 processos), o de *Incêndio e Fogo Posto Em Florestas* de -36.2% (-313) e o de *Fogo Posto Urbano* um decréscimo pouco relevante de -1.1% (-10 processos). Os dados relativos a 1996 revelaram também uma diminuição de processos.

3. O crime de *Falsificação de Títulos de Transporte* apresenta um decréscimo de -39.2% (-169 processos).

4. No que respeita ao crime de *Falsificação de Cartas de Condução*, constata-se um aumento de 79.5% (+97 processos). Este tipo de infracção tem apresentado, desde 1990, ano em que começou a constar das estatísticas da P.J., tendência para o crescimento.

Grandes Grupos de Infracções

Peso Relativo na Criminalidade Total

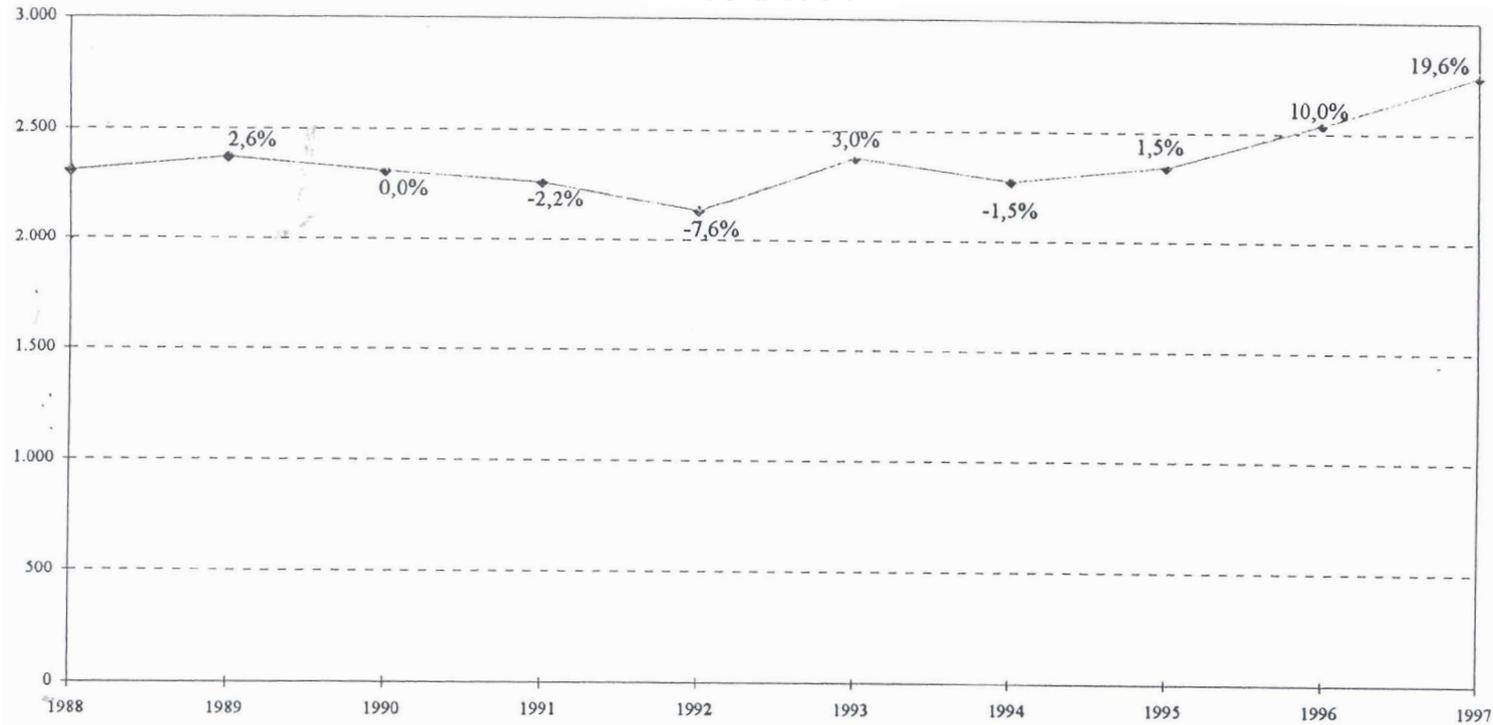
1988 a 1997



	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
Crimes Pessoais	3,2%	3,1%	2,8%	2,4%	2,3%	2,7%	2,3%	2,5%	3,1%	3,7%
Crimes Contra a Administração da Justiça	9,7%	11,4%	10,8%	13,2%	12,7%	14,8%	14,1%	14,9%	15,8%	16,8%
Crimes Contra a Vida e a Saúde	85,2%	83,4%	84,6%	83,3%	83,9%	81,2%	81,7%	81,6%	80,0%	78,3%
	2,0%	2,1%	1,8%	1,2%	1,1%	1,3%	1,9%	1,0%	1,1%	1,2%

Contra as Pessoas

Evolução Percentual 1988 a 1997



1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
2.309	2.369	2.308	2.259	2.133	2.378	2.274	2.344	2.541	2.761
2.309	2,6%	0,0%	-2,2%	-7,6%	3,0%	-1,5%	1,5%	10,0%	19,6%

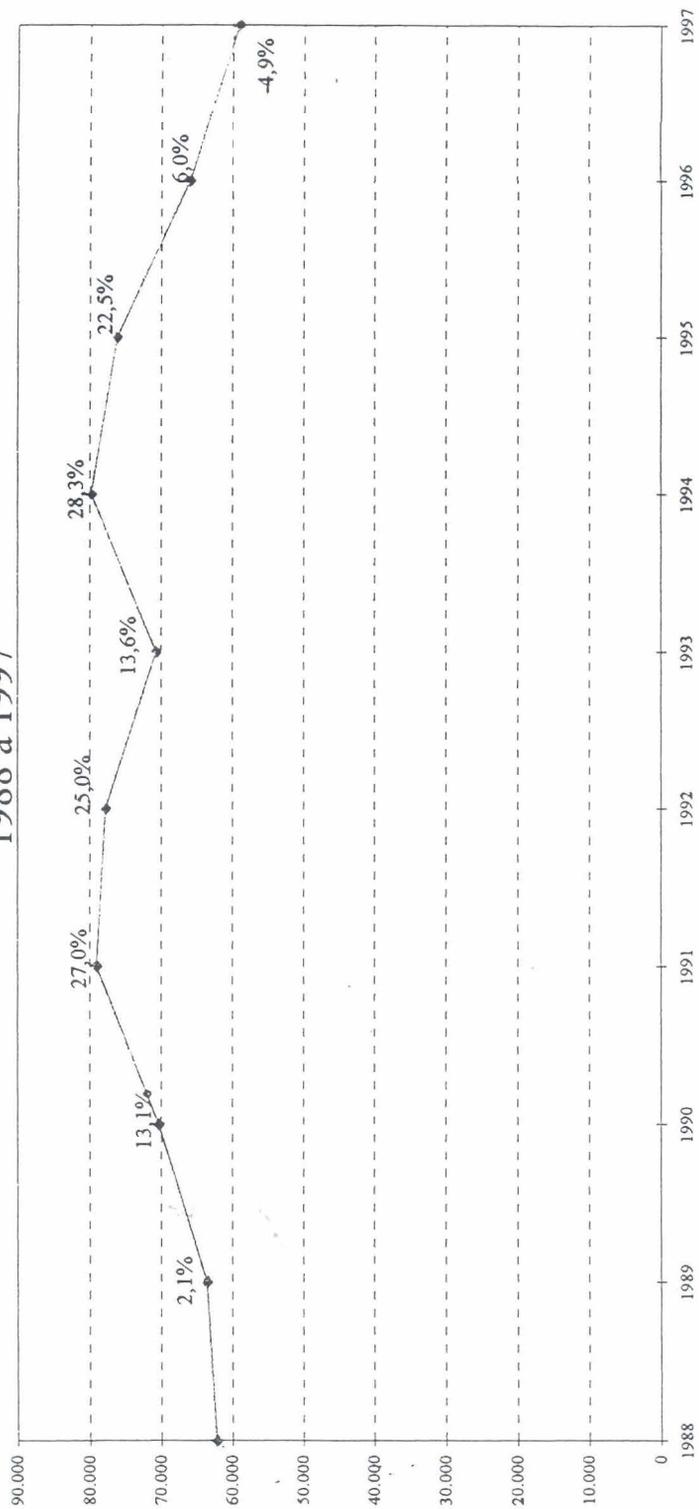
Contra os Valores e Interesses da Vida em Sociedade

Evolução Percentual 1988 a 1997



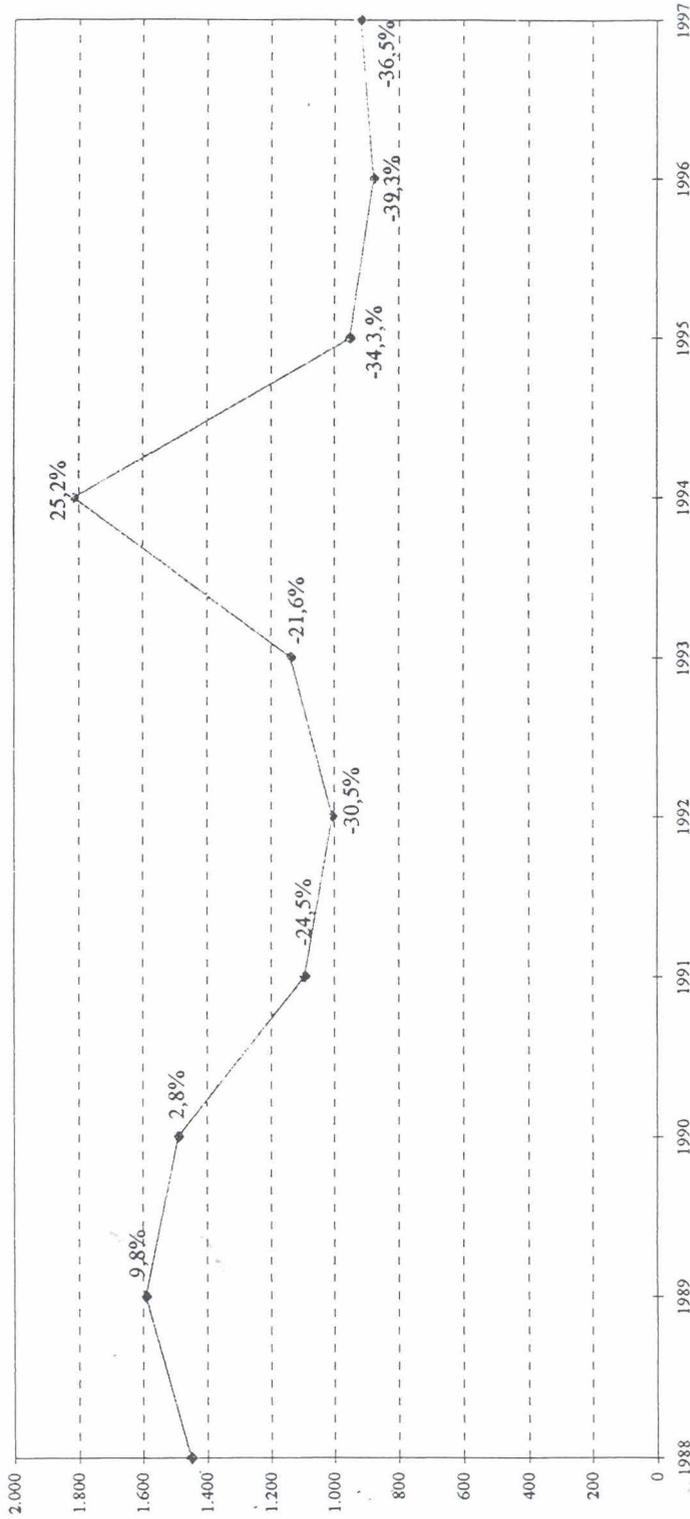
1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
7.094	8.663	9.002	12.518	11.750	12.892	13.823	13.888	13.067	12.705
7.094	22,1%	26,9%	76,5%	65,6%	81,7%	94,9%	95,8%	84,2%	79,1%

Contra o Património Evolução Percentual 1988 a 1997



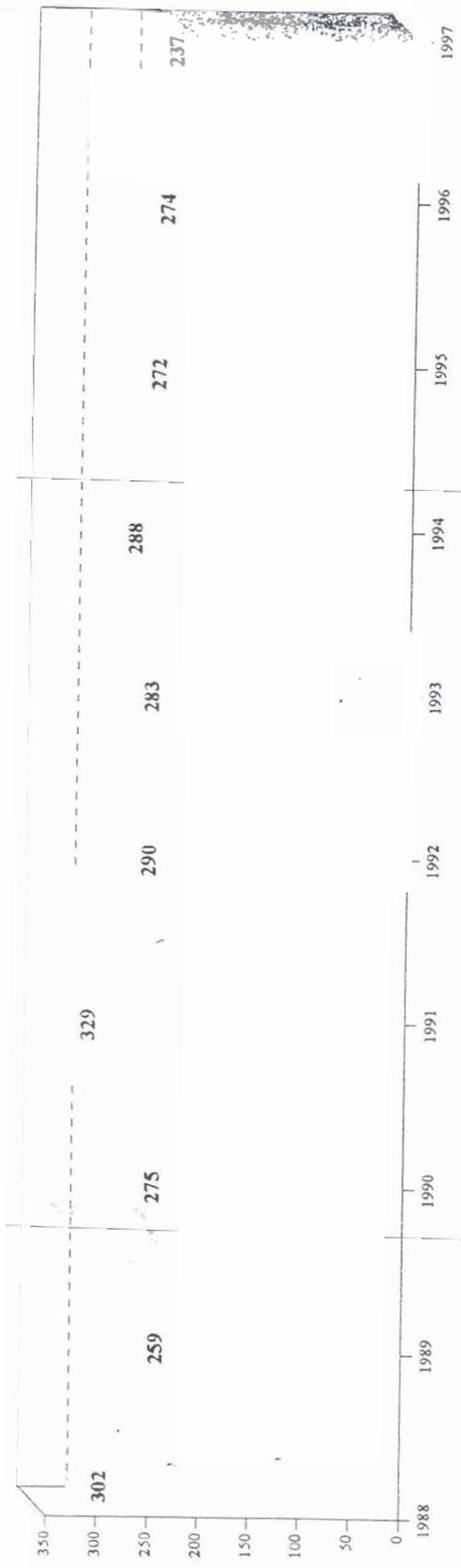
Ano	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
62.266	63.593	70.404	79.082	79.852	70.757	79.859	76.269	66.005	59.185	
62.266	2,1%	13,1%	27,0%	25,0%	13,6%	28,3%	22,5%	6,0%	-4,9%	

Contra o Estado
Evolução Percentual
1988 a 1997



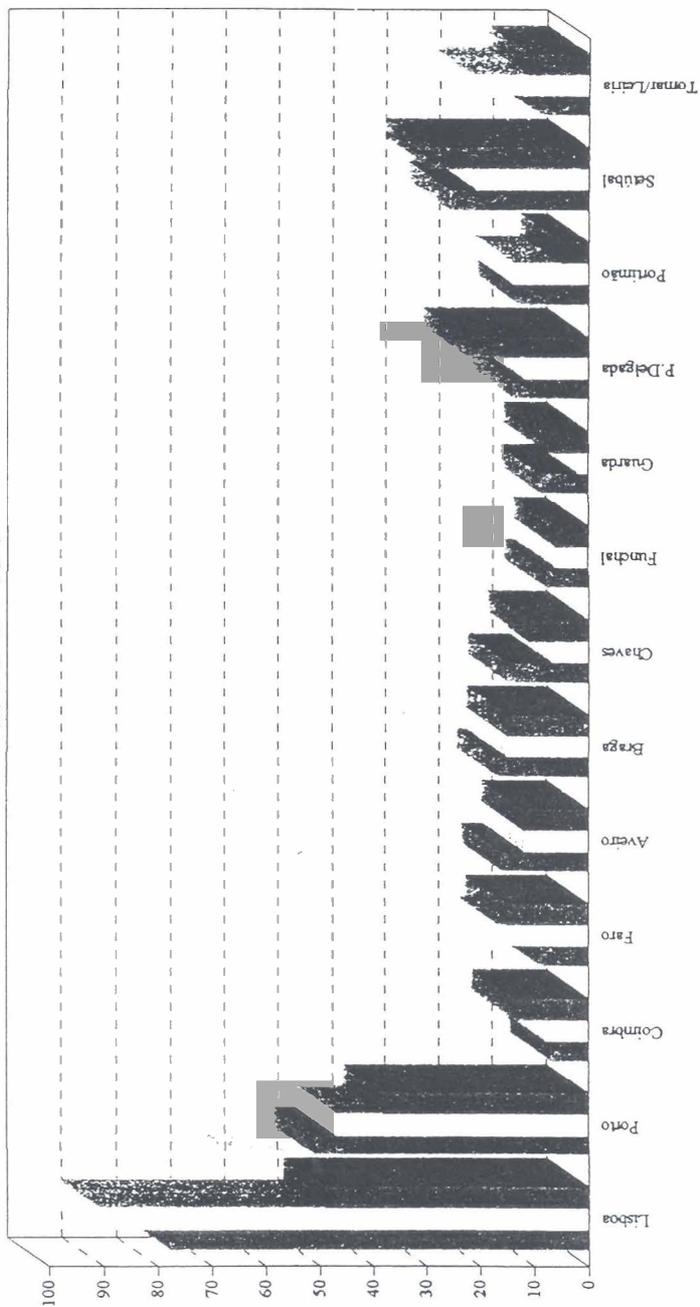
1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
1.451	1.593	1.491	1.095	1.009	1.138	1.817	954	881	922
1.451	9,8%	2,8%	-24,5%	-30,5%	-21,6%	25,2%	-34,3%	-39,3%	-36,5%

Homicídios Consumados 1988 - 1997



1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
302	259	275	329	290	283	288	272	274	237

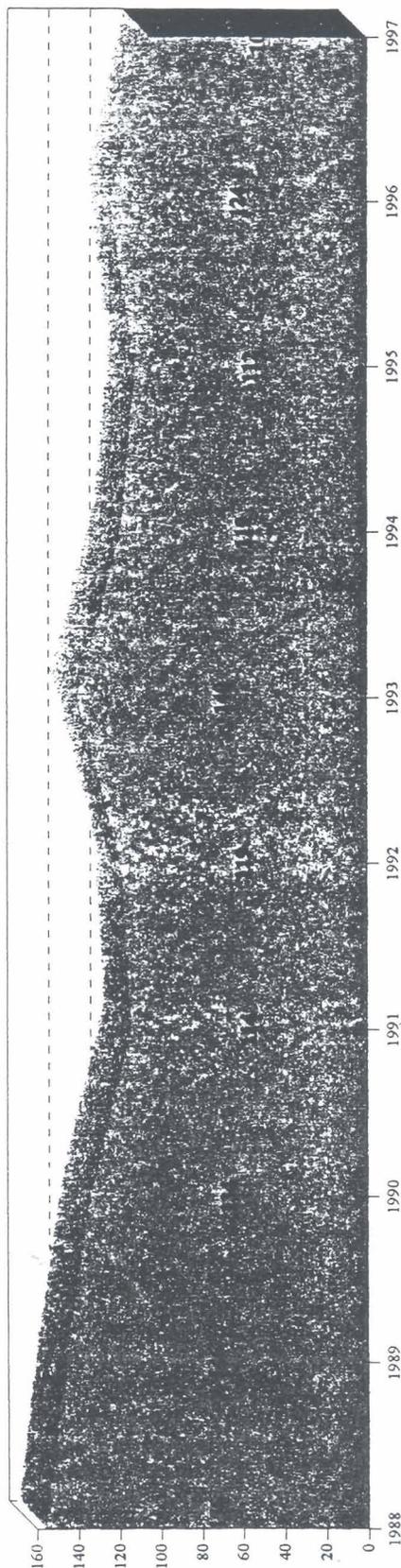
Homicídios Consumados Por Departamentos 1995 a 1997



	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Chaves	Funchal	Guarda	P. Delgada	Portimão	Setúbal	Tomar/Leiria
1995	78	51	7	9	16	17	15	8	9	14	13	26	9
1996	91	47	8	17	12	15	7	6	2	12	14	21	22
1997	49	38	14	15	12	15	11	6	8	23	5	30	11

A Inspeção de Tomar deixou de funcionar a 12 de Setembro, tendo entrado em funcionamento a de Leiria a partir de 15 de Setembro.

Homicídios Tentados 1988 - 1997

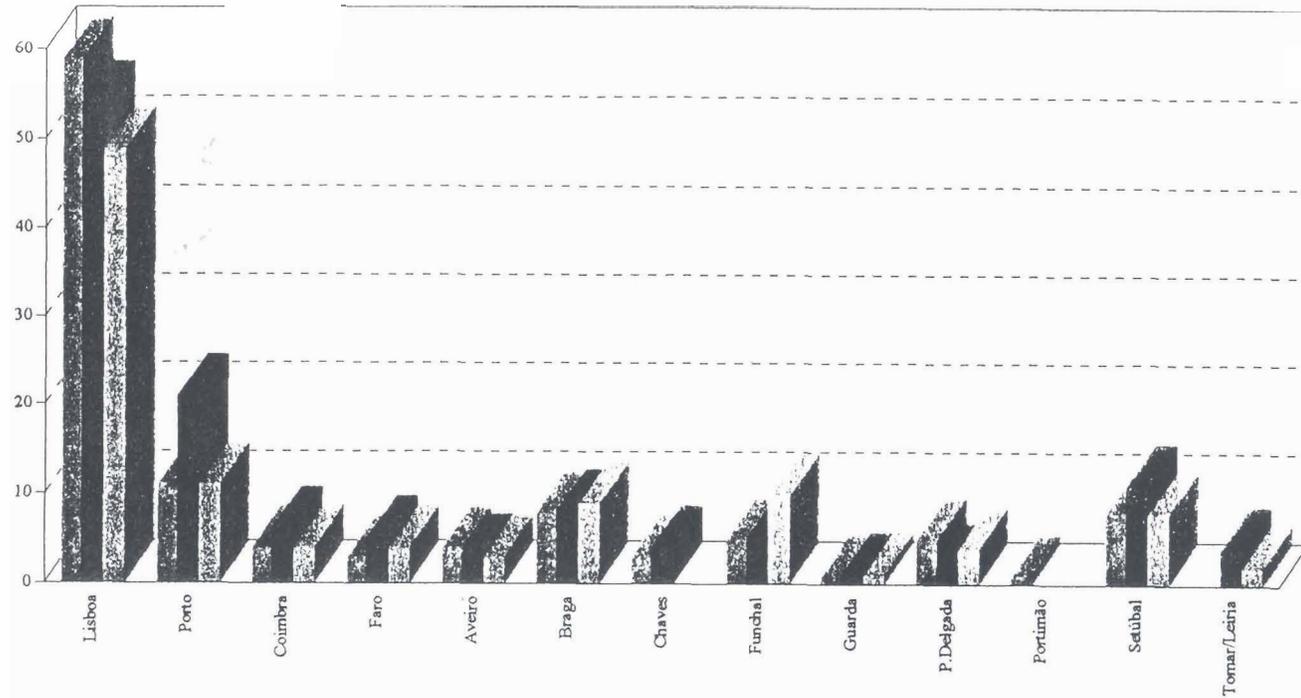


1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
156	146	134	114	119	140	119	112	124	105

Homicídios Tentados

Por Departamentos

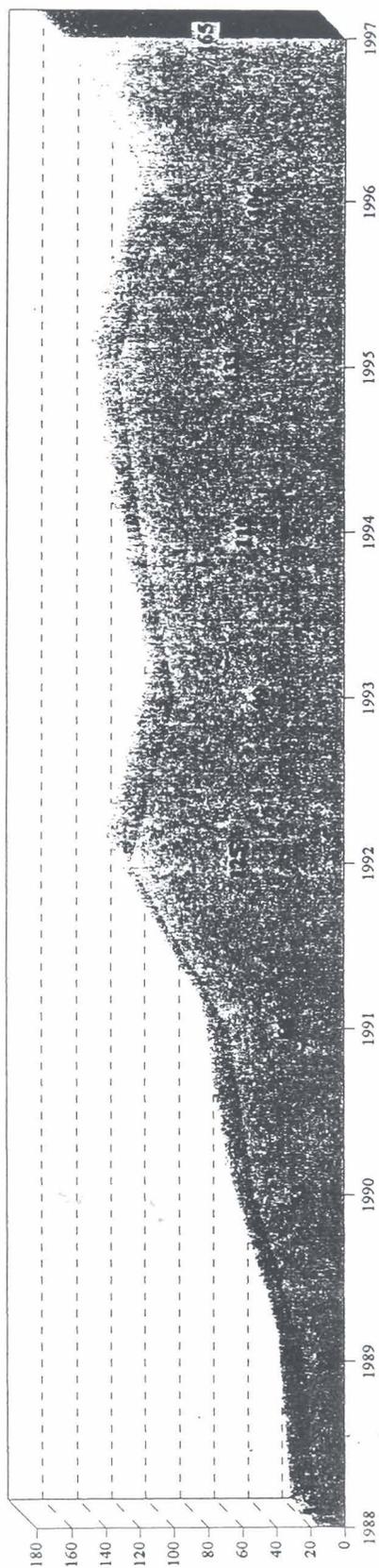
1995 a 1997



	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Chaves	Funchal	Guarda	P. Delgada	Portimão	Setúbal	Tomar/Leiria
1995	59	11	4	3	4	8	3	5	1	5	1	8	
1996	54	21	6	5	3	8	4	5	1	2		11	4
1997	49	11	4	4	3	9		10	1	4		8	2

A Inspeção de Tomar deixou de Funcionar a 12 de Setembro, tendo entrado em funcionamento a de Leiria a partir de 15 de Setembro.

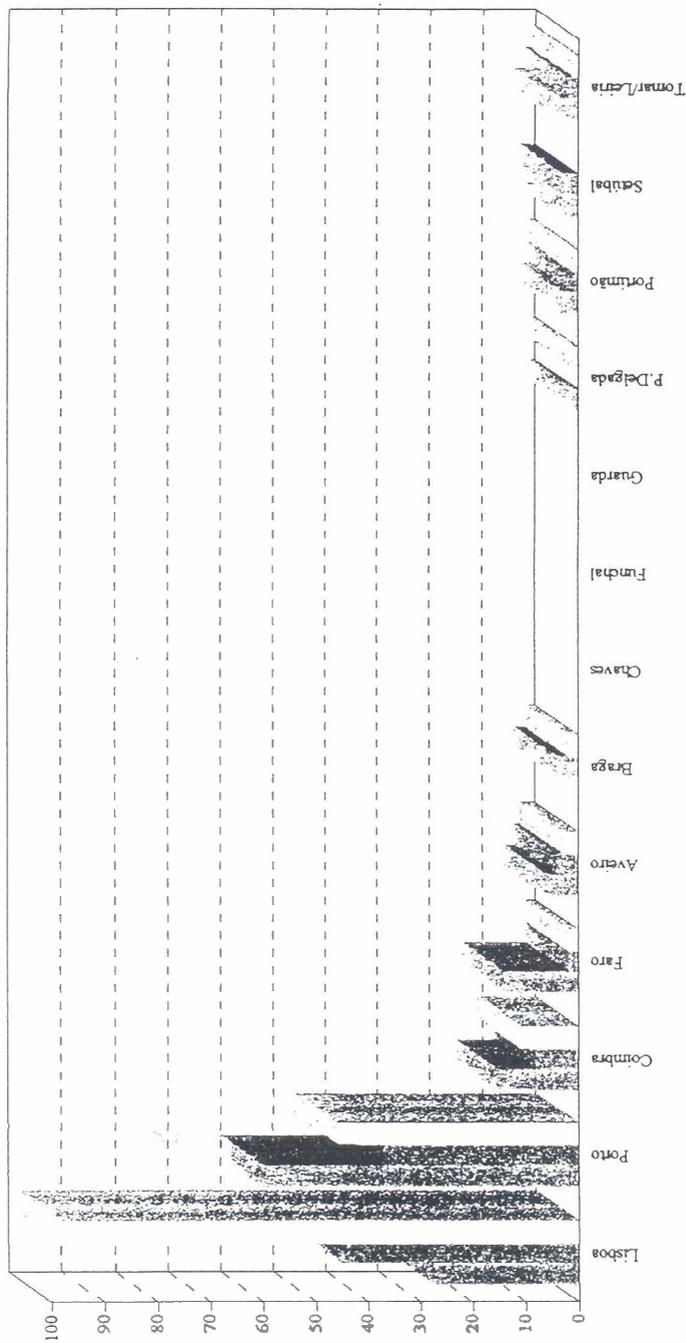
Assaltos a Bancos 1988 - 1997



1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
16	23	53	68	125	99	119	133	106	165

Nestes valores estão também incluídos os assaltos: a prospectores bancários; estações de correios e repartições de finanças.

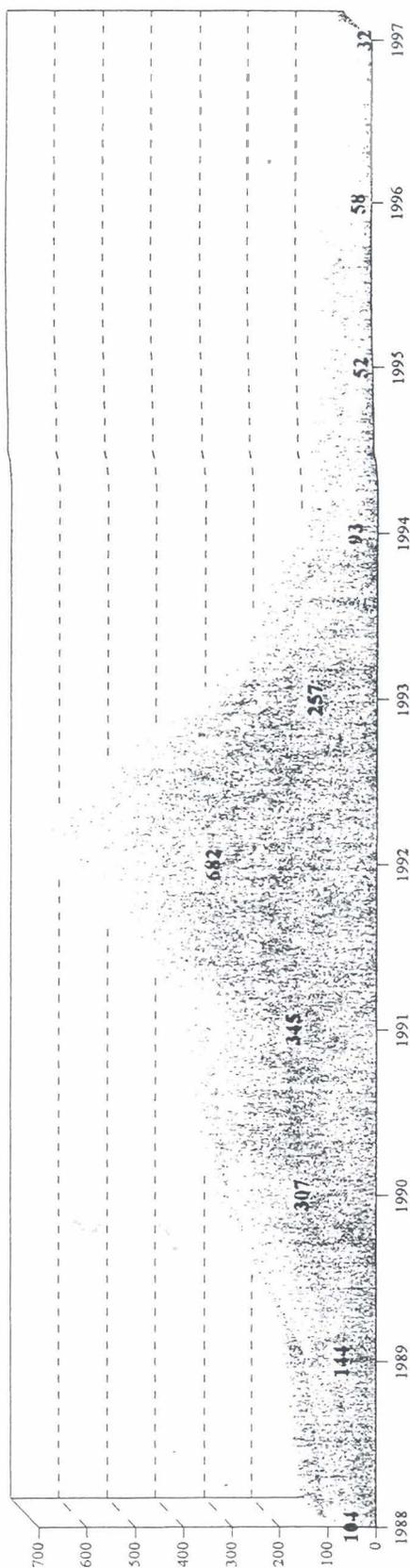
Assaltos a Bancos Por Departamentos 1995 a 1997



	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Chaves	Funchal	Guarda	P. Delgada	Portimão	Setúbal	Tomar/Leiria
1995	27	60	15	14	6	4	0	0	0	0	1	3	3
1996	45	37	8	2	4	4	0	0	0	0	0	1	3
1997	98	46	11	2	3	2	2	0	0	1	1	1	1

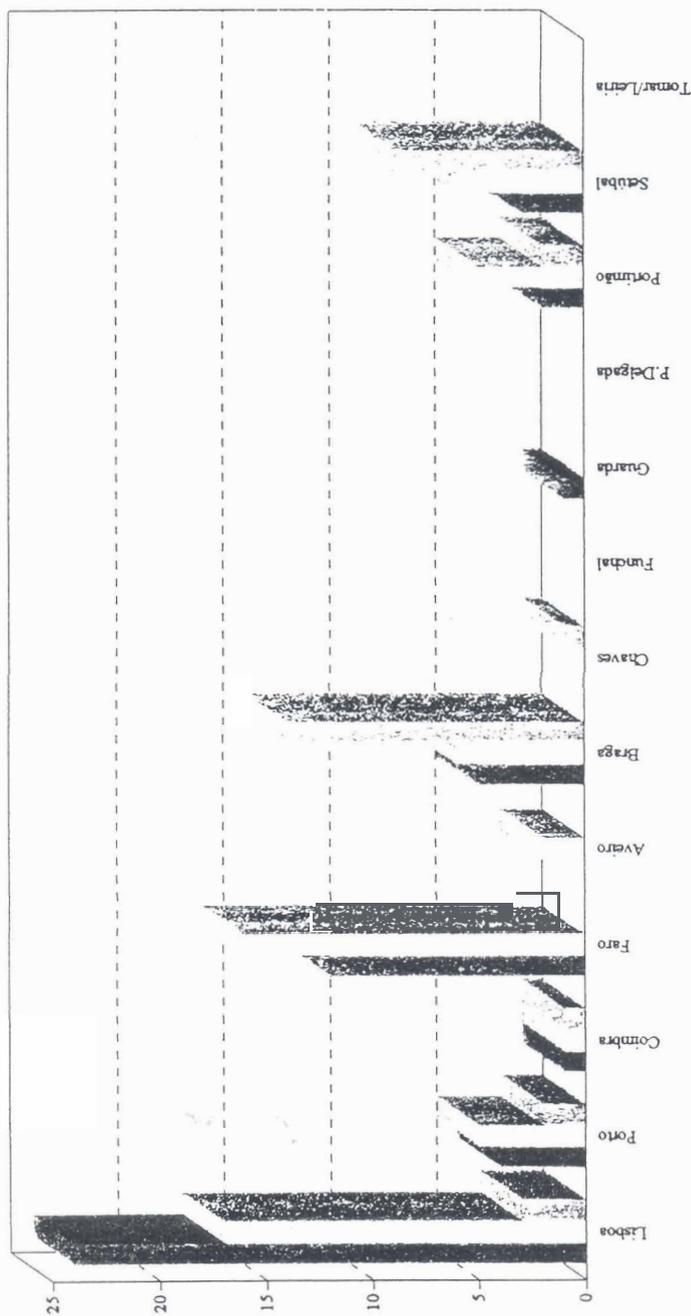
Nestes valores estão também incluídos os assaltos: a prospectores bancários, estações de correios e repartições de finanças.
A Inspeção de Tomar deixou de funcionar a 12 de Setembro, tendo entrado em funcionamento a de Leiria a partir de 15 de Setembro.

Assaltos á Mão Armada 1988 - 1997



1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
104	144	307	345	682	257	93	52	58	32

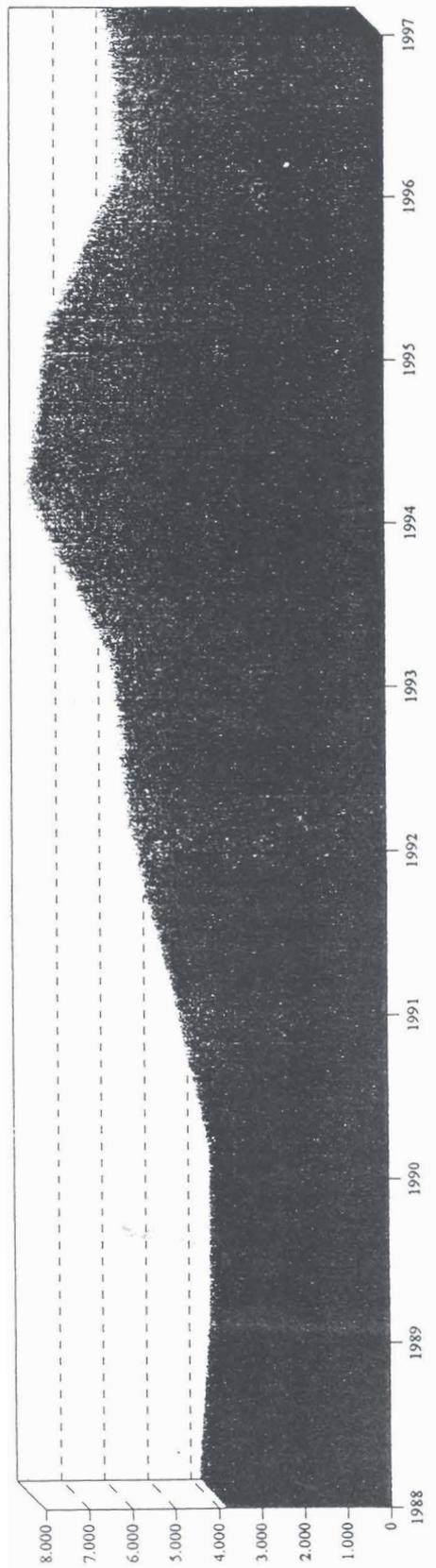
Assaltos á Mão Armada Por Departamentos 1995 a 1997



	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Chaves	Funchal	Guarda	P. Delgada	Portimão	Setúbal	Tomar/Leiria
1995	24	4	1	12		5				1	2	3	
1996	17	5	1	16	2	6					5	6	
1997	3	2	1			14	1				2	9	

A Inspeção de Tomar deixou de funcionar a 12 de Setembro, tendo entrado em funcionamento a de Leiria a partir de 15 de Setembro.

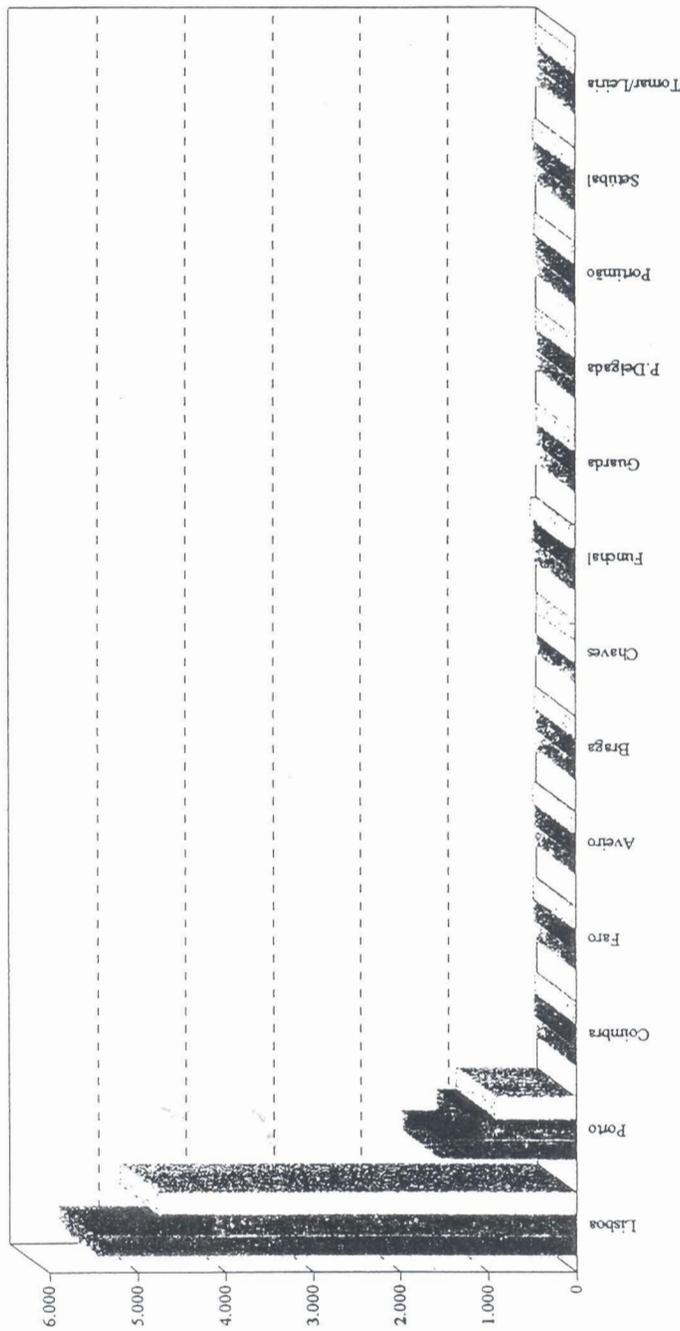
Roubo 1988 - 1997



1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
3.854	3.578	3.562	4.431	5.436	5.801	7.783	7.332	5.639	6.003

Nestes valores estão também incluídos os Roubos: Estação, Via Pública excepto Estação, Posto Abastecimento Combustíveis, Motorista de Transportes Públicos, Outros Roubos.

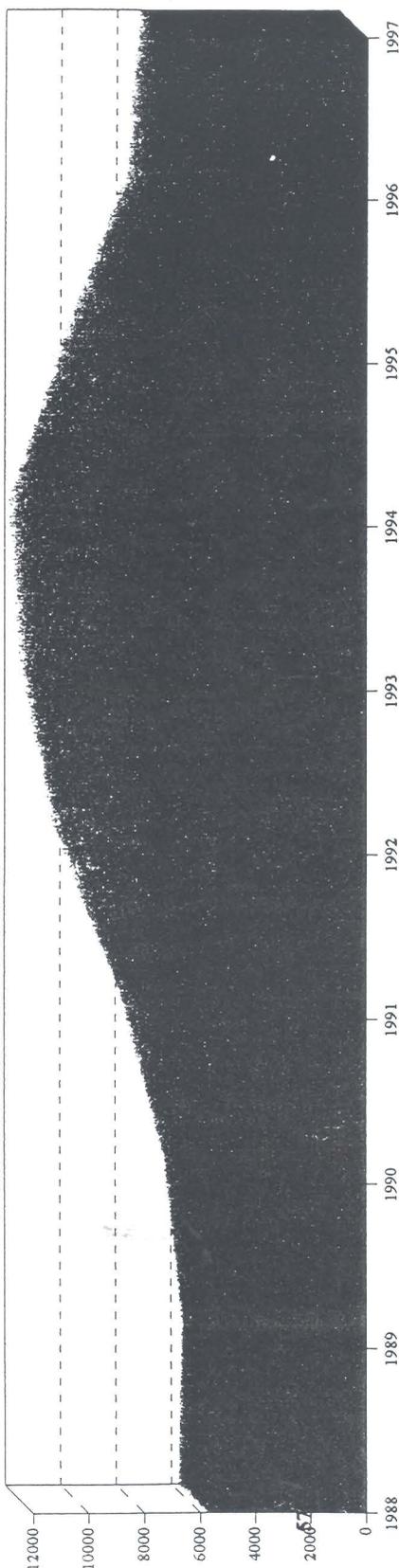
Roubo Por Departamentos 1995 a 1997



	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Chaves	Funchal	Guarda	P. Delgada	Portimão	Setúbal	Tomar/Leiria
1995	5.486	1.547	32	32	34	29	2	71	3	13	23	50	10
1996	4.157	1.153	44	54	43	33		54	4	12	32	44	9
1997	4.772	923	26	47	48	27	4	71	1	9	25	38	12

Nestes valores estão também incluídos os Roubos: Esticão, Via Pública excepto Esticão, Posto Abastecimento Combustíveis, Motorista de Transportes Públicos, Outros Roubos. A inspecção de Tomar deixou de funcionar a 12 de Setembro, tendo entrado em funcionamento a de leiria a partir de 15 de Setembro.

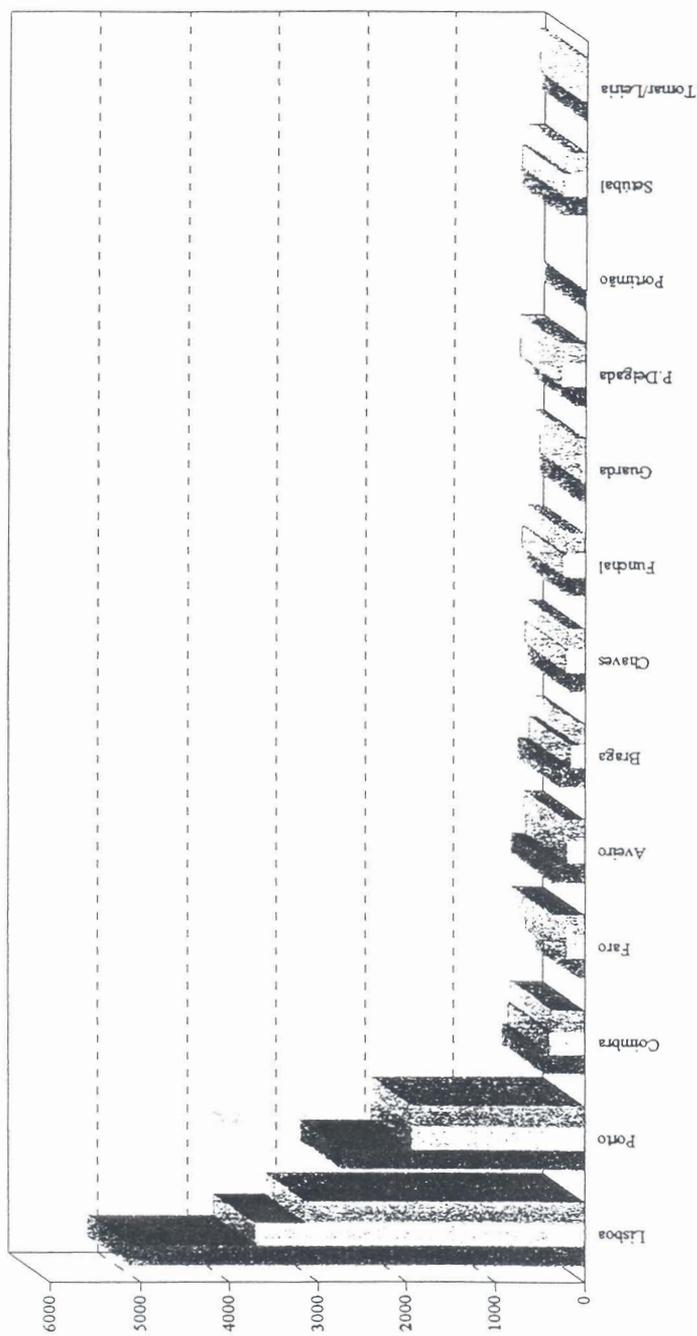
Furto a Estabelecimentos 1988 - 1997



1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
5755	5641	6304	7907	10254	11480	11861	9878	7712	7218

Nestes valores estão também incluídos os furtos em: Outros Edifícios, Estabelecimentos de Ensino e Supermercados.

Furto a Estabelecimentos Por Departamentos 1995 a 1997

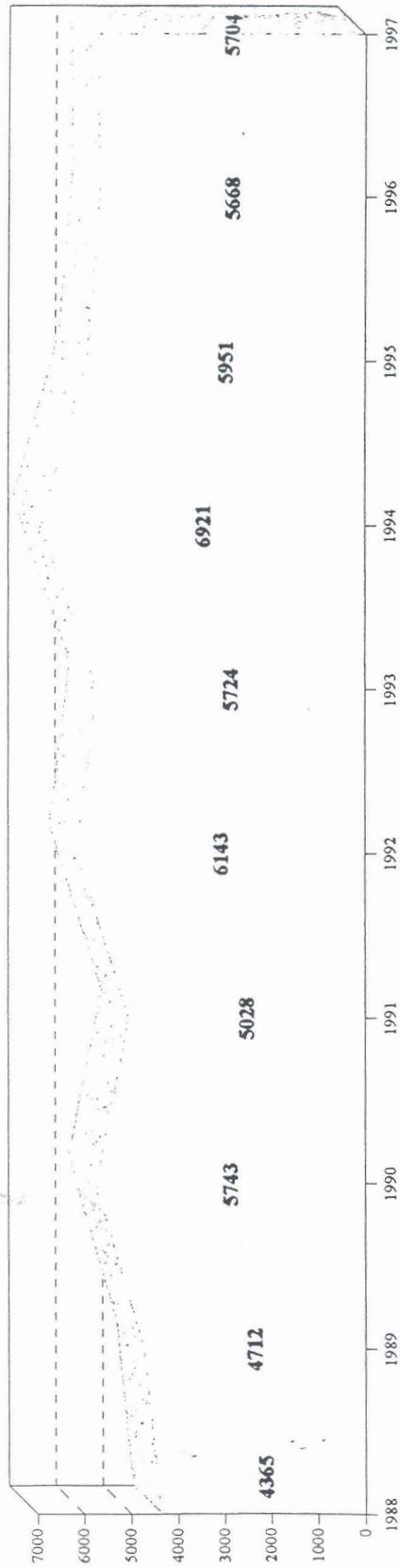


	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Chaves	Funchal	Guarda	P. Delgada	Portimão	Setúbal	Tomar/Leiria
1995	5111	2729	453	84	359	283	175	187	66	124	3	271	33
1996	3717	1935	393	203	200	163	214	245	50	270		259	63
1997	3146	1945	372	369	225	74	192	205	102	296		192	100

Nestes valores estão também incluídos os furtos em: Outros Edifícios, Estabelecimentos de Ensino e Supermercados.

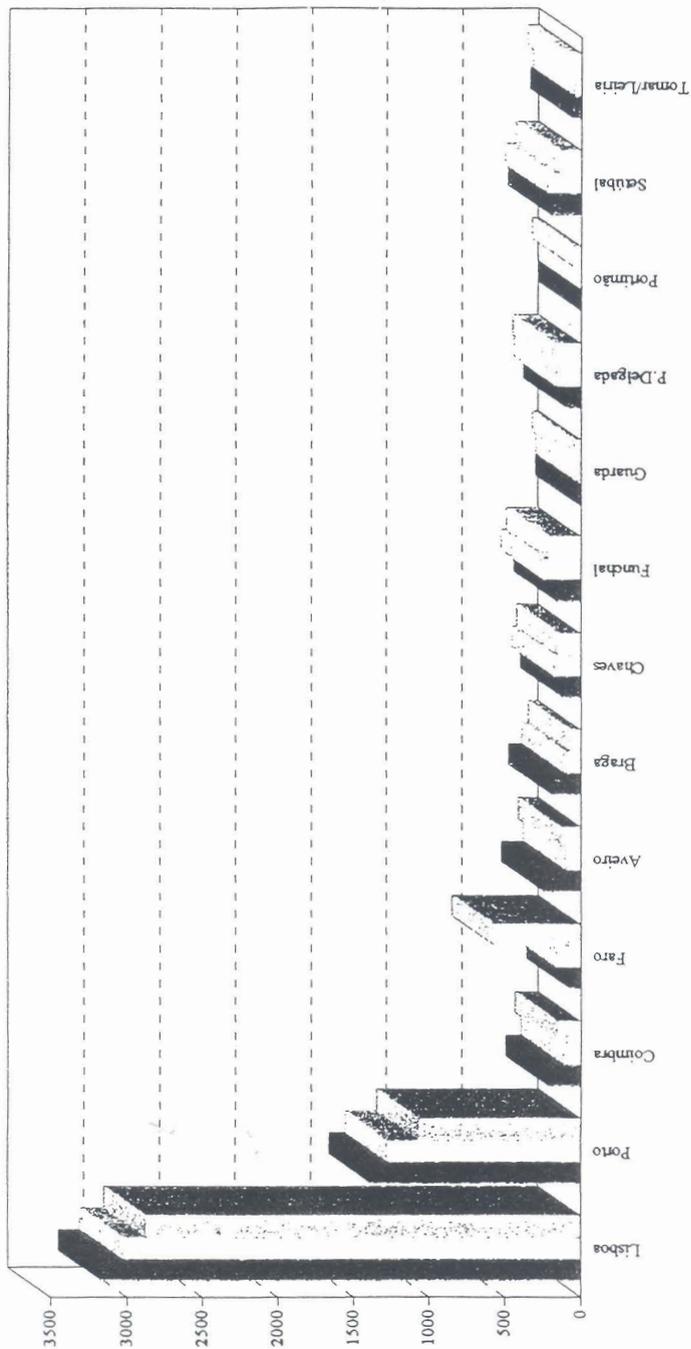
A Inspeção de Tomar deixou de funcionar a 12 de Setembro, tendo entrado em funcionamento a de Leiria a partir de 15 de Setembro.

Furto em Residências 1988 - 1997



1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
4365	4712	5743	5028	6143	5724	6921	5951	5668	5704

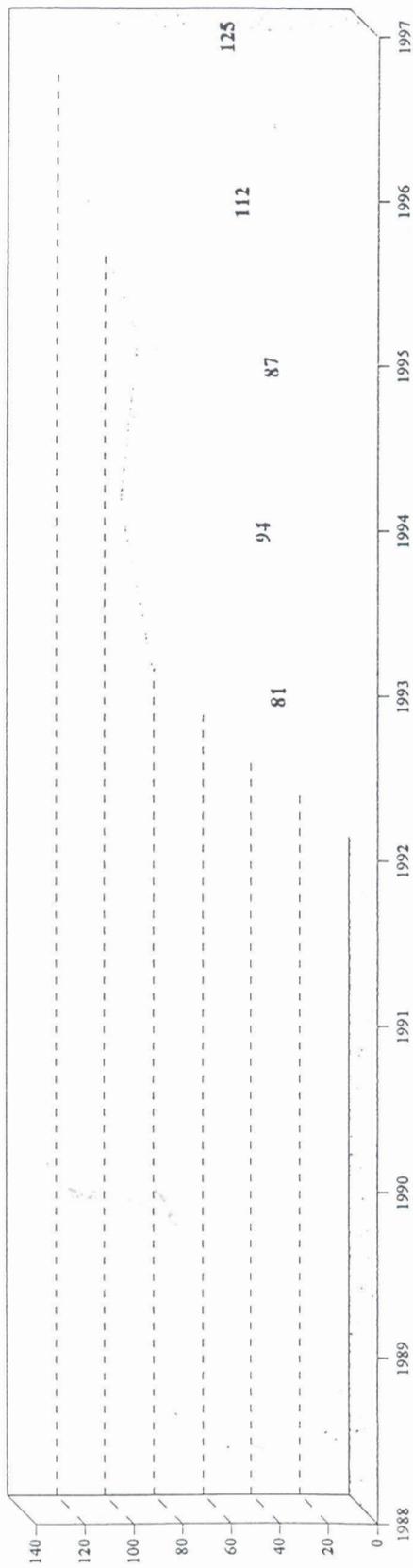
Furto em Residências Por Departamentos 1995 a 1997



	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Chaves	Funchal	Guarda	P. Delgada	Portimão	Setúbal	Tomar/Leiria
1995	3168	1384	216	80	244	196	119	162	20	101	2	202	57
1996	3033	1281	114	165	99	111	176	249	18	163		221	38
1997	2873	1068	155	572	134	68	144	212	41	170	43	149	75

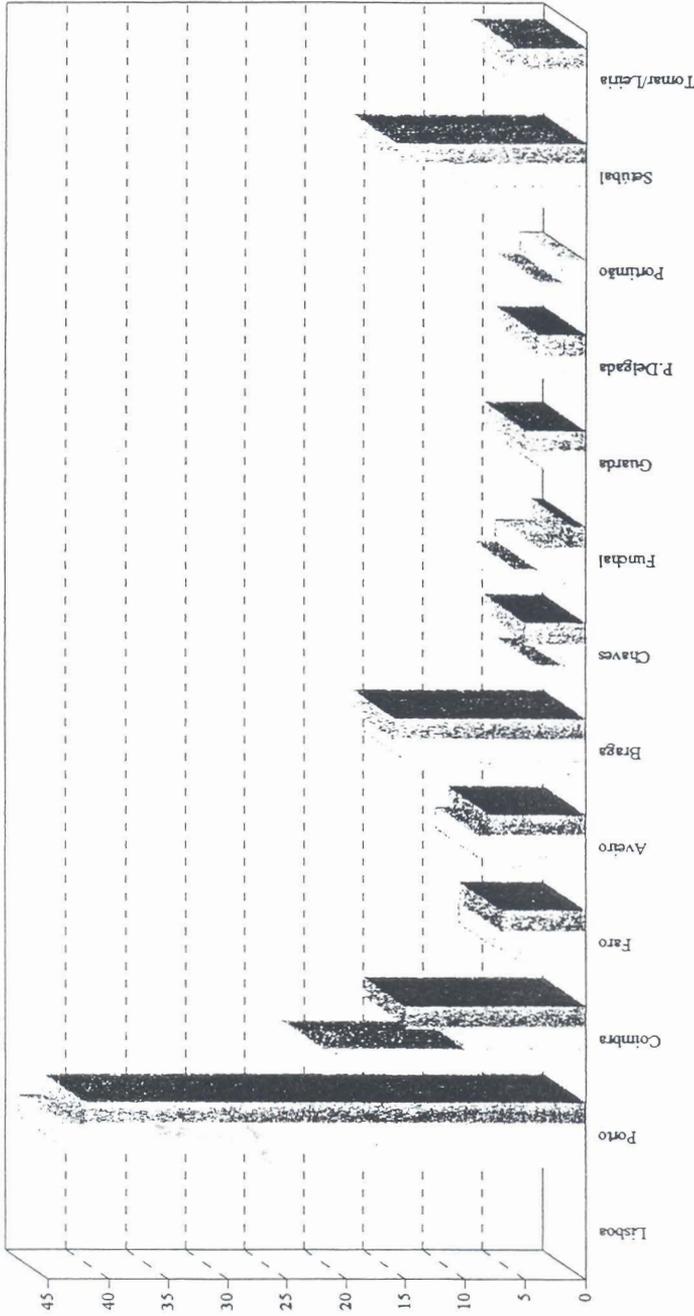
A Inspeção de Tomar deixou de funcionar a 12 de Setembro, tendo entrado em funcionamento a de Leiria a partir de 15 de Setembro.

Rapto e Sequestro 1988 - 1997



1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
				81	94	87	112	125	

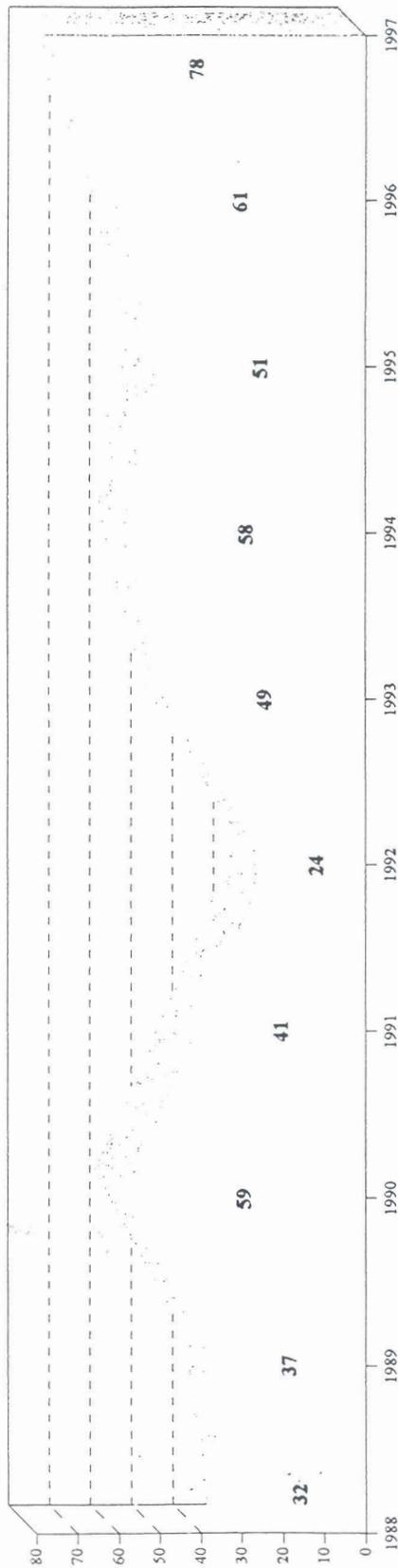
Rapto e Sequestro Por Departamentos 1995 a 1997



	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Chaves	Funchal	Guarda	P. Delgada	Portimão	Setúbal	Tomar/Leiria
1995	20	22	5	5	7	4	6	6	3	1	4	4	9
1996	44	10	7	9	15	2	4	4	5	1	2	10	10
1997	42	15	7	8	16	5	1	1	4	4	16	16	6

A Inspeção de Tomar deixou de funcionar a 12 de Setembro, tendo entrado em funcionamento a de Leiria a partir de 15 de Setembro.

Crimes com Emprego Engenhos Explosivos 1988 - 1997

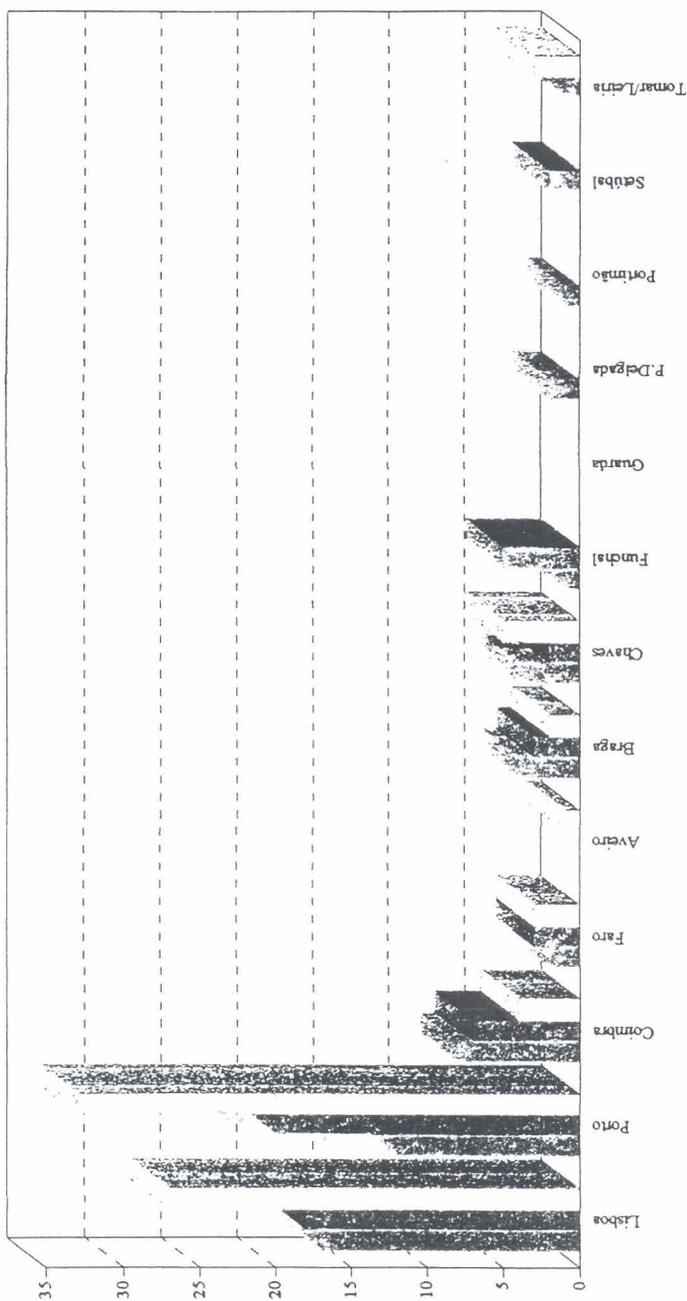


1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997
32	37	59	41	24	49	58	51	61	78

Crimes com Emprego Engenhos Explosivos

Por Departamentos

1995 a 1997



	Lisboa	Porto	Coimbra	Faro	Aveiro	Braga	Chaves	Funchal	Guarda	P. Delgada	Portimão	Setúbal	Tomar/Leiria
1995	17	12	8	2	0	4	4	1	0	0	0	0	0
1996	18	20	7	3	0	3	2	5	0	0	0	0	0
1997	27	33	4	3	1	2	5	0	0	0	2	1	0

A Inspeção de Tomar deixou de funcionar a 12 de Setembro, tendo entrado em funcionamento a de Leiria a partir de 15 de Setembro.

**MAPA COMPARATIVO DE PROCESSOS
ENTRADOS
TODOS OS DEPARTAMENTOS
1996/1997**

INFRACÇÕES

CONTRA AS PESSOAS	1996	1997	DIFE- RENÇA	%
Homicídio Consumado	274	237	-37	-13,5
Homicídio Tentado	124	105	-19	-15,3
Homicídio por Negligência Outra Circunstância	57	91	34	59,6
Envenenamento	15	3	-12	-80,0
Infanticídio	7	11	4	57,1
Aborto	16	23	7	43,8
Ofensas Corporais Graves	205	169	-36	-17,6
Ofensas Corporais Simples	529	568	39	7,4
Ofensas Corporais por Negligência Outra Circunstância	12	12	0	0,0
Rapto de Menores	16	16	0	0,0
Difamação e Injúrias	306	338	32	10,5
Abuso da Liberdade de Imprensa	58	61	3	5,2
Contra a Liberdade das Pessoas	10	12	2	20,0
Contra a Reserva da Vida Privada	0	0	0	0,0
Homicídio por Negligência Acidente de Viação	8	6	-2	-25,0
Ofensas Corporais por Negligência Acidente de Viação	7	8	1	14,3
Rapto e Sequestro	112	125	13	11,6
Ameaças	475	453	-22	-4,6
Violação Domicílio /Lugares Vedados ao Público	42	61	19	45,2
Devassa Vida Privada Violação Segredo	33	38	5	15,2
Maus Tratos/Sobrecarga de Menores, Incapazes ou Conjuge	0	22	22	0,0
Ofensas à Integridade Física Qualificada	0	11	11	0,0
Outros Contra as Pessoas	74	44	-30	-40,5
Outros	161	347	186	115,5
TOTAL DO GRUPO	2541	2761	220	8,7

Contra a Paz e Humanidade	0	4	4	0,0
---------------------------	---	---	---	-----

CONTRA VALORES INTERESSES VIDA SOCIEDADE	1996	1997	DIFE- RENÇA	%
Contra a Família	0	0	0	0,0
Violação	170	157	-13	-7,6
Outros Crimes Sexuais	66	98	32	48,5
Proxenetismo e Rufinaria	1	0	-1	-100,0
Exploração da Prostituição	37	31	-6	-16,2
Homossexualidade com Menores	2	5	3	150,0
Tráfico de Pessoas	10	10	0	0,0
Exploração da Mendicidade	0	0	0	0,0
Falsificações	2171	1814	-357	-16,4
Tráfico e Viciação de Veículos	523	750	227	43,4
Falsificação de Receitas p/Aquisição de Droga	10	3	-7	-70,0
Destruição, Danificação, Furto de Documentos	38	21	-17	-44,7
Moeda Falsa	4423	4729	306	6,9
Contrafacção/Falsificação de Títulos de Crédito	197	245	48	24,4
Falsificação de Lotaria Nacional	0	0	0	0,0
Contrafacção/Falsificação Valores Selados	3	2	-1	-33,3
Falsificação Selos, Cunhos, Chancelas	24	24	0	0,0
Tráfico Capitais e Outros Valores	2	1	-1	-50,0
Tráfico Viciação de Obras de Arte	8	4	-4	-50,0

**MAPA COMPARATIVO DE PROCESSOS
ENTRADOS
TODOS OS DEPARTAMENTOS
1996/1997**

INFRACÇÕES

CONTRA VALORES INT V SOCIEDADE	1996	1997	DIFE- RENÇA	%
Incêndio Fogo Posto Urbano	944	934	-10	-1,1
Incêndio Fogo Posto Searas	60	18	-42	-70,0
Incêndio Fogo Posto Florestas	864	551	-313	-36,2
Detenção Armas Brancas/Fogo não Proibidas	43	34	-9	-20,9
Outros de Perigo Comum	4	10	6	150,0
Associações Criminosas	29	11	-18	-62,1
Contra Vida e Liberdades das Pessoas	20	8	-12	-60,0
Contra Segurança de Equipamentos Colectivos	0	3	3	0,0
Crimes com Emprego Engenhos Explosivos	61	78	17	27,9
Crimes com Emprego de Substâncias Tóxicas	5	2	-3	-60,0
Pirataria Aerea Segurança Aviação Civil	0	0	0	0,0
Terrorismo	1	3	2	200,0
Tráfico de Estupefacientes	1581	1312	-269	-17,0
Consumo de Estupefacientes	64	66	2	3,1
Falsificação de Títulos de Transporte	431	262	-169	-39,2
Omissão Assistência a Família	26	31	5	19,2
Subratação de Menores	14	7	-7	-50,0
Outros Contra à Família	17	6	-11	-64,7
Falsificações de Cartas de Condução	122	219	97	79,5
Contra Liberdade Est Civ Pesso	0	0	0	0,0
Contra a Ordem e Tranquilidade Pública	0	2	2	0,0
Viciação de Cheques	744	850	106	14,2
Viciação de Vales	41	54	13	31,7
Branqueamento de Capitais	45	60	15	33,3
Crimes Contra a Saúde	8	7	-1	-12,5
Crimes Contra Direitos de Autor	7	2	-5	-71,4
Crimes Contra Propriedade Industrial	2	1	-1	-50,0
Caça e Pesca Ilegais	0	0	0	0,0
Crimes Fiscais	4	7	3	75,0
Especulação	0	0	0	0,0
Prisão Ilegal	2	0	-2	-100,0
Crimes contra a Natureza e Ambiente	0	5	5	0,0
Outros Valores Interesses da Vida em Sociedade	21	29	8	38,1
Outros	222	238	16	7,2
TOTAL DO GRUPO	13067	12704	-363	-2,8

CONTRA O PATRIMÓNIO	1996	1997	DIFE- RENÇA	%
Furto Simples	652	1236	584	89,6
Furto de Coisa Acessível	863	116	-747	-86,6
Apropriação de Achados	16	14	-2	-12,5
Furto Qualificado	1838	1523	-315	-17,1
Furto Qualificado com Arrombamento	0	0	0	0,0
Furto Qualificado com Escalamento	0	0	0	0,0
Furto Qualificado com Arrombamento Residências	0	0	0	0,0
Furto Qualificado com Escalamento Residências	0	0	0	0,0
Furto Obras de Arte e Bens Culturais	166	148	-18	-10,8
Furto Locais de Culto	15	19	4	26,7

**MAPA COMPARATIVO DE PROCESSOS
ENTRADOS
TODOS OS DEPARTAMENTOS
1996/1997**

INFRACÇÕES

CONTRA O PATRIMÓNIO	1996	1997	DIFE- RENÇA	%
Furto de Veículos	1113	1090	-23	-2,1
Furto em Veículos	2376	2140	-236	-9,9
Furto de Uso de Veículos	136	67	-69	-50,7
Roubo	0	0	0	0,0
Assaltos a Farmácias	1	2	1	100,0
Assaltos a Bancos	71	121	50	70,4
Assaltos a Prospectores Bancários	2	5	3	150,0
Assaltos Outros Estabelecimentos Crédito	5	7	2	40,0
Assaltos Estações de Correios	28	32	4	14,3
Assaltos Repartições Finanças, Tesourarias	0	0	0	0,0
Outros Assaltos Mão Armada	58	32	-26	-44,8
Danos	406	370	-36	-8,9
Abuso de Confiança	530	586	56	10,6
Abuso de Confiança Até 300 Contos	43	29	-14	-32,6
Abuso de Confiança Igual / Superior a 300 Contos	175	201	26	14,9
Burlas	1982	1472	-510	-25,7
Burlas Até 300 Contos	98	76	-22	-22,4
Burlas Valor Igual Superior a 300 Contos	222	171	-51	-23,0
Burla com Fraude Bancária	34	23	-11	-32,4
Emissão Cheques sem Cobertura	16203	13615	-2588	-16,0
Extorsão	60	46	-14	-23,3
Falência	39	45	6	15,4
Crimes Praticados na Actividade Comercial	10	15	5	50,0
Receptação	72	55	-17	-23,6
Desvio de Subsídios	122	84	-38	-31,1
Crime Informático Forma Organizada	40	44	4	10,0
Fraude com Dimensão Internacional	22	52	30	136,4
Fraude Contra o Estado	204	90	-114	-55,9
Fraude Forma Organizada contra Instituições Financeiras	2	3	1	50,0
Furto de Cortiça	0	0	0	0,0
Burla Através Informática	4	9	5	125,0
Abuso Cartão Garantia/Crédito	40	47	7	17,5
Furto Infiel Depositário	0	0	0	0,0
Desvio Automóvel Alugado	1	1	0	0,0
Furto Edifício Comercial c/Arromb/Escal/Chave Falsa	3709	2768	-941	-25,4
Furto Outros Edifícios c/Arromb/Escal/Chave Falsa	2192	739	-1453	-66,3
Furto Residência c/Arromb/Escal/Chave Falsa	5668	4063	-1605	-28,3
Furto Estabelecimento Ensino c/Arromb/Escal/Chave Falsa	462	275	-187	-40,5
Furto por Carteiristas	283	301	18	6,4
Furto em Supermercados	16	21	5	31,3
Outros Furtos	145	69	-76	-52,4
Roubo por Esticão	1897	1444	-453	-23,9
Roubo Via Publica Excepto Esticão	3132	2951	-181	-5,8
Roubo Posto Abastecimentos Combustiveis	115	71	-44	-38,3
Roubo Motorista Transportes Publicos	55	106	51	92,7
Outros Roubos	440	613	173	39,3
Outros Contra o Património	63	62	-1	-1,6
Outros	138	280	142	102,9
TOTAL DO GRUPO	45964	37349	-8615	-18,7

**MAPA COMPARATIVO DE PROCESSOS
ENTRADOS
TODOS OS DEPARTAMENTOS
1996/1997**

INFRACÇÕES

CONTRA O ESTADO	1996	1997	DIFE- RENÇA	%
Injúria, Resistência e Desobediência a Autoridade	110	158	48	43,6
Tirada, Evasão e Motim de Presos	9	21	12	133,3
Usurpação de Funções	40	27	-13	-32,5
Declarações e Testemunhos Falsos	76	105	29	38,2
Abuso de Poder e Excesso de Poder	34	19	-15	-44,1
Corrupção	153	142	-11	-7,2
Peculato	68	72	4	5,9
Contra Integridade Física Pessoal Diplomático	0	0	0	0,0
Contra Segurança do Estado	3	2	-1	-33,3
Rapto p/Tomada Retenção Reféns	0	0	0	0,0
Detenção Tráfico de Armas de Fogo Proibidas	26	17	-9	-34,6
Desobediência Código Processo Penal	0	0	0	0,0
Coacção de/ou Ofensa Funcionários	10	32	22	220,0
Desobediência Funcionário	17	25	8	47,1
Crimes Eleitorais	2	0	-2	-100,0
Violação de Providências Públicas	24	10	-14	-58,3
Peita, Suborno, Corrupção	0	0	0	0,0
Outros Contra o Estado	26	49	23	88,5
Outros	283	243	-40	-14,1
TOTAL DO GRUPO	881	922	41	4,7

PROCEDIMENTO DIFERIDO	1996	1997	DIFE- RENÇA	%
PD-Furto de Veículos	3768	3414	-354	-9,4
PD-Furto em Veículos	11205	9367	-1838	-16,4
PD-Furto Simples	78	523	445	570,5
PD-Furto por Carteiristas	3213	2075	-1138	-35,4
PD-Furto Qualificado	443	562	119	26,9
PD-Furto Edifício Comercial c/Arromb/Escal/Chave Falsa	1324	2539	1215	91,8
PD-Furto Estabelecimento Ensino c/Arromb/Escal/Chave falsa	2	180	178	8900,0
PD-Furto Outros Edifícios c/Arromb/Escal/Chave Falsa	7	694	687	9814,3
PD-Furto Coisa Acessível	0	2	2	0,0
PD-Furto em Supermercado	0	2	2	0,0
PD-Danos	1	16	15	1500,0
PD-Furto Residência c/Arromb/Escal/Chave Falsa	0	1641	1641	0,0
PD-Outros Furtos	0	1	1	0,0
PD-Roubo por Esticção	0	818	818	0,0
PD-Destruição, Danificação, Furto, Documentos	0	1	1	0,0
PD-Apropriação de Achados	0	2	2	0,0
TOTAL DO GRUPO	20041	21837	1796	9,0

TOTAL	82494	75577	-6917	-8,4
--------------	--------------	--------------	--------------	-------------

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE
DO
SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS
SEF

INDICE

I - INTRODUÇÃO

II.- ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS.

1. CONTROLO PRÉVIO À ENTRADA DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS

1.1. *Movimento de Vistos Consulares e de Estudo*

1.2. *Colocação de oficiais de ligação*

2. CONTROLO DE FRONTEIRAS- REFORÇO DAS FRONTEIRAS EXTERNAS

2.1. *Movimento de fronteiras e recusas de entrada*

2.2 *Vistos e autorizações excepcionais de entrada*

3. CONTROLO DA PERMANÊNCIA E ACTIVIDADES DE ESTRANGEIROS

3.1. *Autorizações de residência*

3.2. *Actividades de Investigação e Fiscalização*

3.2.1. *Inquéritos*

3.2.2. *Expulsões*

3.2.3. *Acções de fiscalização*

3.2.4. *Readmissões*

3.2.5. *Medidas cautelares*

3.2.6. *Fraude documental*

4. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

4.1. *Países CPLP*

4.2. *Macau*

4.3. *Espanha*

4.4. *Marrocos*

5. SCHENGEN

6. OUTRAS

— 6.1. *Regularização extraordinária de imigrantes*

6.2. *Asilo*

ANEXO I - Mapa de residentes (distribuição por distritos)

ANEXO II - Recusas de entrada e respectivos fundamentos

I - INTRODUÇÃO

O presente relatório diz respeito às actividades conducentes ao reforço da segurança interna desenvolvidas nas áreas específicas cometidas ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, durante o ano de 1997.

II - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. CONTROLO PRÉVIO DA ENTRADA DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS

1.1. Movimento de vistos consulares

O regime de estrangeiros actualmente em vigor prevê a obrigatoriedade de consulta prévia ao SEF nos casos de pedidos de vistos de residência. No que respeita aos restantes tipos de visto, as representações consulares solicitam também parecer ao Serviço, ainda que esta solicitação não tenha um carácter regular e sistemático. No ano de 1997, o movimento de vistos consulares decorrentes desta consulta prévia foi o seguinte:

RESIDÊNCIA	TRABALHO	ESTUDO	CURTA DURAÇÃO	TRÂNSITO
3095	214	2314	5480	90

Deste total geral destacaram-se as seguintes nacionalidades:

RESIDÊNCIA

BRASIL	640
CABO VERDE	632
E.U.A.	317
GUINÉ-BISSAU	272
CHINA	122

ESTUDO

ANGOLA	640
CABO VERDE	484
GUINÉ-BISSAU	151
S.TOMÉ E PRÍNCIPE	149
ROMÉNIA	93

CURTA DURAÇÃO

ARGÉLIA	903
RUSSIA	713
IRÃO	495
INDIA	352
ANGOLA	268

TRABALHO

REP. CHECA	69
RUSSIA	40
BRASIL	37
BULGÁRIA	14
LÍBIA	13

1.2. Oficiais de ligação

O SEF manteve o oficial de ligação colocado na Guiné-Bissau, tendo-lhe sido impossível, atenta a actual dotação de pessoal, promover a colocação de outros oficiais em locais nevrálgicos de proveniência de imigrantes, pese embora seja um dos objectivos deste Serviço.

2. CONTROLO DE FRONTEIRAS - REFORÇO DAS FRONTEIRAS EXTERNAS

2.1. Movimento de fronteiras e recusas de entrada (Anexo II)

O movimento de fronteiras externas registou um fluxo total de passageiros na ordem dos 168 285¹, correspondendo a este número um total de 1 358 recusas de entrada, destacando-se, nestas, as nacionalidades **angola na, brasileira e guineense** e sendo os aeroportos e as companhias transportadoras de maior risco, respectivamente **Abidjan, Luanda, Dakar e S.Paulo e TAAP, TAAG e VARIG**.

A maioria das recusas de entrada têm por fundamento legal a posse de documentos falsos ou falsificados, a ausência de vistos ou vistos caducados e a ausência de meios de subsistência e são efectuadas, na sua grande maioria, no posto de fronteira 001 (Aeroporto da Portela), posto de fronteira que regista também o maior fluxo de passageiros (127 950).

¹ O número referido reporta-se apenas aos passageiros de voos internacionais, isto é, provenientes de países terceiros e dos países comunitários não Schengen.

2.2. *Vistos e autorizações excepcionais de entrada concedidos em postos de fronteira*

Sendo possível ao responsável pelos postos de fronteira conceder vistos de curta duração e de trânsito e, excepcionalmente, permitir a entrada, por razões humanitárias ou de interesse nacional, a cidadãos estrangeiros que não reúnam os requisitos legais exigíveis para o efeito, entraram em território nacional cerca de 3 000 estrangeiros nestas condições.

V. CURTA DURAÇÃO	<i>V. TRÂNSITO</i>	<i>AUT. EXCEP. ENTRADA</i>
682	<i>1848²</i>	<i>473</i>

3. CONTROLO DA PERMANÊNCIA E ACTIVIDADES DE ESTRANGEIROS

3.1. *Autorizações de residência*

Importa relevar, neste ponto, o facto de terem sido formulados, ao abrigo do artº 64º do mesmo diploma, 5 851 pedidos, sendo que 4 672 respeitam a cidadãos oriundos dos Países lusófonos, destacando-se, entre estes, as seguintes nacionalidades:

- ANGOLA
- CABO VERDE
- BRASIL
- GUINÉ- BISSAU

De facto, tendo em conta que se realizou um processo de regularização extraordinária de imigrantes em 1996, este número é preocupante e deverá obrigar a um controlo prévio de entrada mais rigoroso e articulado, bem como a uma intensificação da investigação e fiscalização em território nacional.

De entre os requerentes não lusófonos, são de referir os indianos (123), os venezuelanos³ (117) e os cidadãos dos E.U. A (84) e de fazer menção aos nacionais do Senegal (80), Paquistão (78), China (54) e Bangladesh (51).

3.2. *Actividades de investigação e fiscalização*

3.2.1. *Inquéritos*

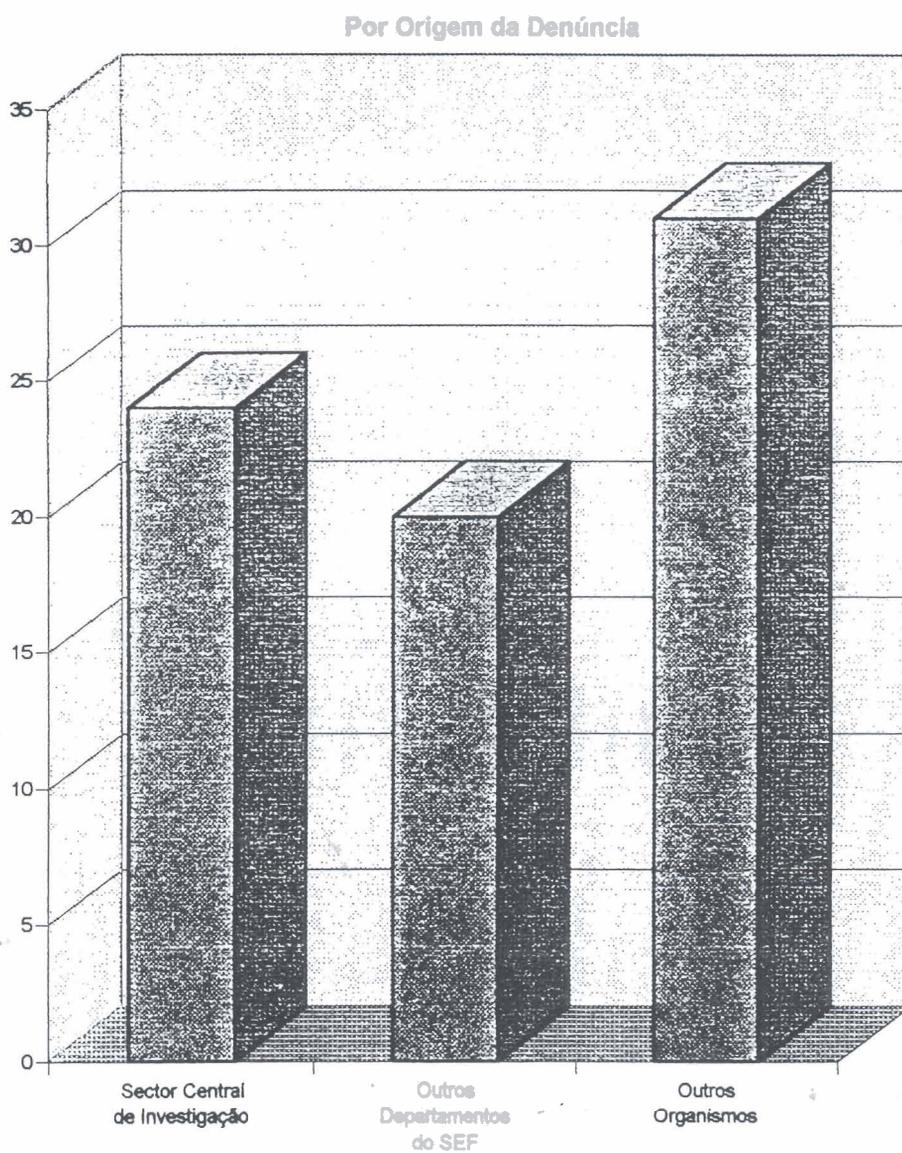
²O número avultado de vistos de trânsito deve-se sobretudo ao movimento de marítimos.

³O peso dos venezuelanos neste ponto deve-se ao facto destes serem filhos de portugueses.

Inquéritos Registados em 1997

Por Origem da Denúncia

Sector Central de Investigação	24
Outros Departamentos do SEF	20
Outros Organismos	31
TOTAL	75

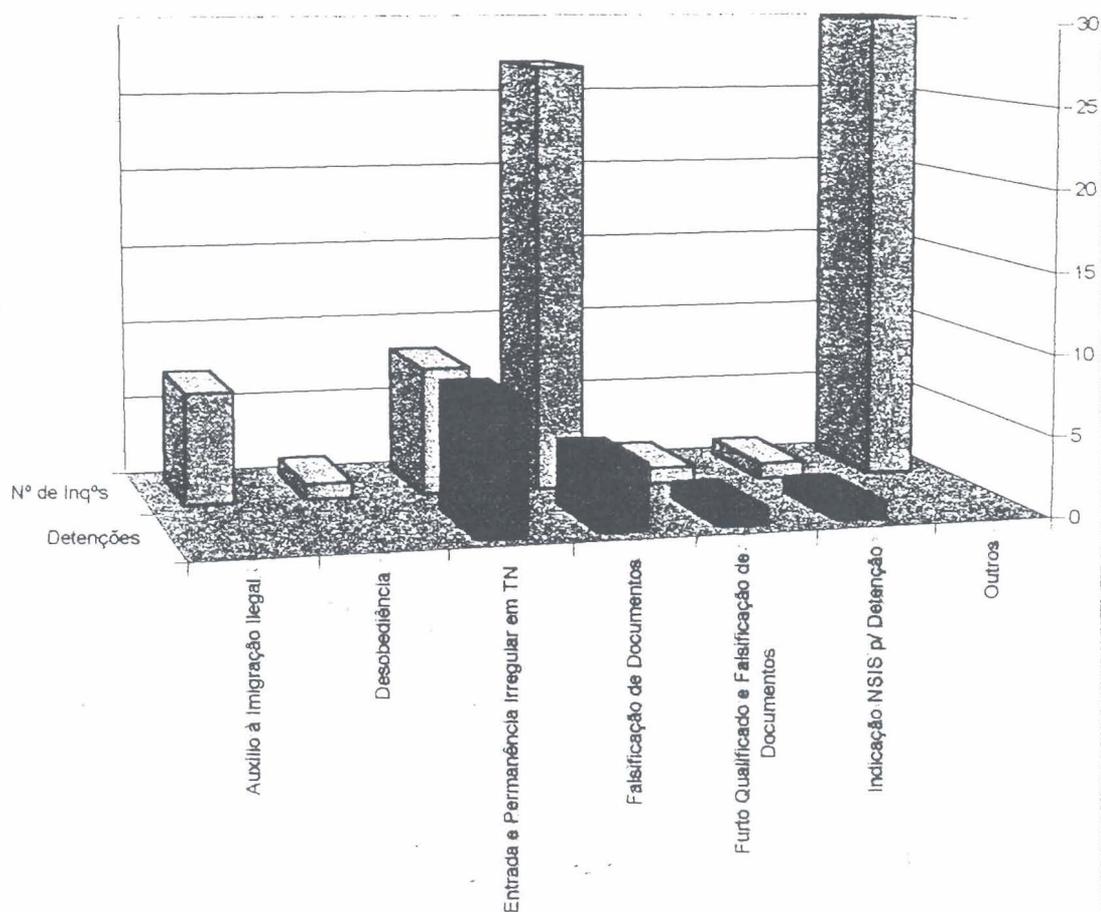


Inquéritos Registados em 1997

Por Tipo de Crime

	Nº de Inq's	Detenções
Auxílio à Imigração Ilegal	7	
Desobediência	1	
Entrada e Permanência Irregular em TN	8	8
Falsificação de Documentos	27	4
Furto Qualificado e Falsificação de Documentos	1	1
Indicação NSIS p/ Detenção	1	1
Outros	30	
TOTAL	75	14

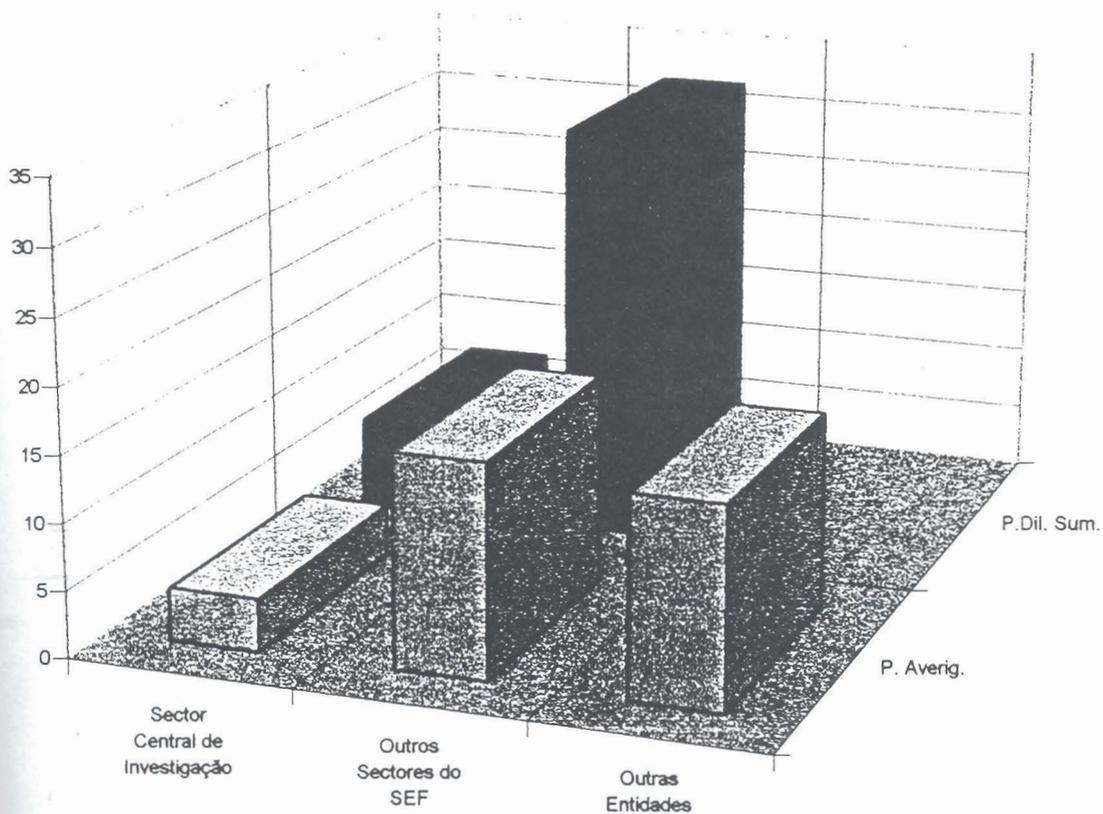
Por Tipo de Crime



Processos de Averiguações e de Diligência Sumária Registados em 1997

Por Origem da Informação

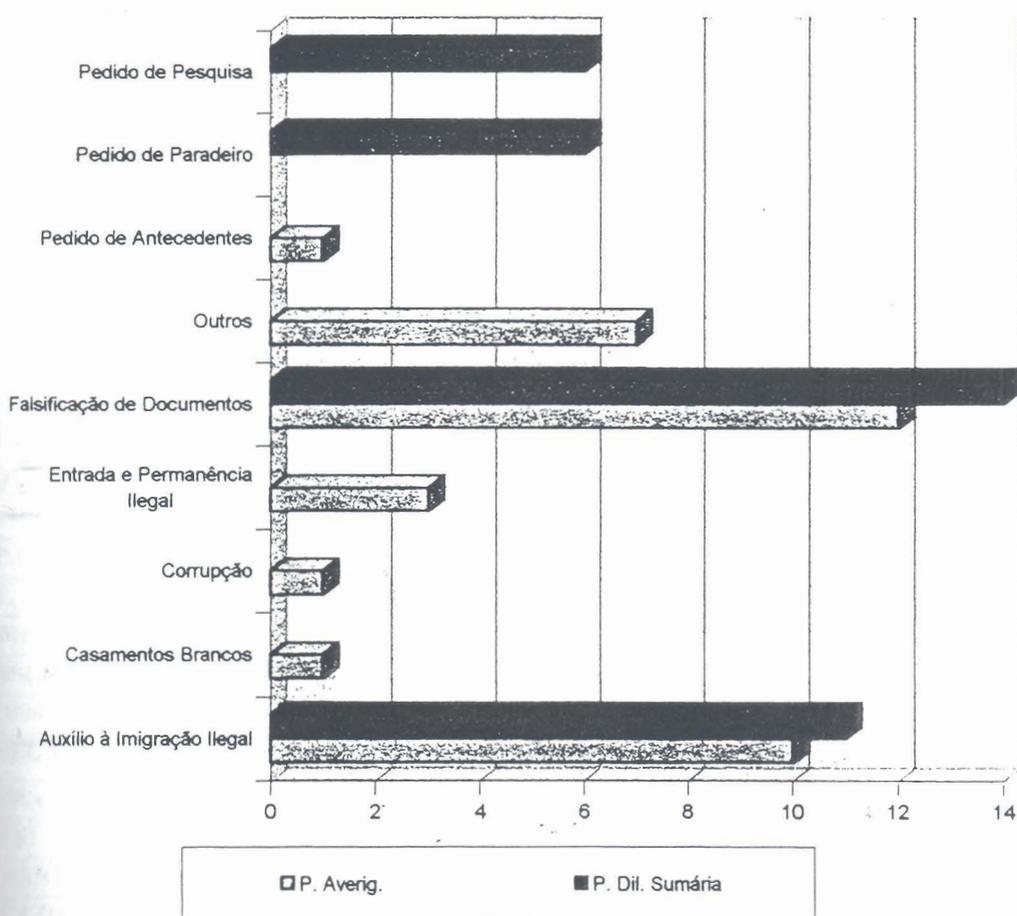
	P. Averig.	P.Dil. Sum.
Sector Central de Investigação	4	7
Outros Sectores do SEF	16	32
Outras Entidades	15	
TOTAL	35	39



Processos de Averiguações e de Diligância Sumária

Por Tipo de Indício

	P. Averig.	P. Dil. Sumária
Auxílio à Imigração Ilegal	10	11
Casamentos Brancos	1	
Corrupção	1	
Entrada e Permanência Ilegal	3	
Falsificação de Documentos	12	14
Outros	7	
Pedido de Antecedentes	1	
Pedido de Paradeiro		6
Pedido de Pesquisa		6
Terrorismo		2
TOTAL	35	39



3.2.2. Expulsões

EXPULSÕES EXECUTADAS EM 1997

	Artº 68º	Artº 84º e seguintes	TOTAL
ALBANIA		3	3
ALEMANHA	2		2
ANGOLA	12	17	29
ARGENTINA	1		1
ARMÉNIA		1	1
BANGLADESH		3	3
BOLÍVIA	2		2
BRASIL	11	2	13
CABO VERDE	33	12	45
CHINA	2	4	6
COLÓMBIA	3	3	6
COSTA MARFIM	1		1
CUBA		1	1
ESPAÑA	3		3
ESTÓNIA		1	1
E.U.A.		1	1
FRANÇA	2		2
GABÃO		1	1
GUINÉ-CONACRI		1	1
HOLANDA	2		2
INDIA	1	5	6
ITÁLIA	3		3
LIBÉRIA		2	2
MARROCOS	1	7	8
MOÇAMBIQUE	1		1
MOLDÁVIA		8	8
NIGÉRIA	3	1	4
NORUEGA		1	1
PAQUISTÃO		3	3
PERÚ	1	3	4
REP.DEM.CONGO		6	6
REP. KIRIBATI	1		1
ROMÉNIA	4	7	11
RÚSSIA		4	4
S. TOMÉ PRINCIPE	1	1	2
SENEGAL		2	2
SERRA LEOA		1	1
TOGO		2	2
UCRÂNIA		1	1
URUGUAI	1		1
VENEZUELA	1		1
VIETNAME		1	1
TOTAL	94	109	203

EXPULSÕES EXECUTADAS EM 1997

	Associação criminosa	Burla	Falsif. doc./uso doc. falsif.	Furto/Furto qualificado	Homicídio	Ofensas corporais	Passagem moeda falsa	Resistencia a funcionário	Roubo	Tráfico de estupefacientes	Violação de ordem de expulsão	Artº 84º do DL 59/93	TOTAL
ALBÂNIA											3		3
ALEMANHA								1		1			2
ANGOLA		1		2	1	1			2	4	1	17	29
ARGENTINA	1												1
ARMÉNIA												1	1
BANGLADESH												3	3
BOLÍVIA										2			2
BRASIL		3							1	7		2	13
CABO VERDE				1	2					29	1	12	45
CHINA			1								1	4	6
COLOMBIA										3		3	6
COSTA DO MARFIM										1			1
CUBA												1	1
ESPAÑA				1						2			3
ESTÓNIA												1	1
E.U.A.												1	1
FRANÇA							1			1			2
GABÃO												1	1
GUINÉ-BISSAU										2		4	6
GUINÉ-CONACRI												1	1
HOLANDA										2			2
ÍNDIA			1									5	6
ITÁLIA										3			3
LIBÉRIA												2	2
MARROCOS											1	7	8
MOÇAMBIQUE										1			1
MOLDÁVIA												8	8
NIGÉRIA										3		1	4
NORUEGA												1	1
PAQUISTÃO												3	3
PERÚ										1		3	4
REP. KIRIBATI						1							1
REP. POP. CONGO												6	6
ROMÉNIA				4								7	11
RÚSSIA												4	4
S. TOMÉ E PRÍNC.						1						1	2
SENEGAL												2	2
SERRA LEOA												1	1
TOGO												2	2
UCRÂNIA												1	1
URUGUAI										1			1
VENEZUELA										1			1
VIETNAME												1	1
TOTAL	1	4	2	8	3	3	1	1	3	64	4	109	203

PROCESSOS DE EXPULSÃO ADMINISTRATIVA

PROCESSOS INSTAURADOS EM 1997
POR NACIONALIDADES

AFEGANISTÃO.....	2
ÁFRICA DO SUL.....	3
ALBÂNIA.....	3
ANGOLA.....	67
ARGÉLIA.....	3
ARGENTINA.....	1
ARMÉ니아.....	1
BANGLADESH.....	3
BRASIL.....	14
BULGÁRIA.....	1
CABO VERDE.....	30
CAZAQUISTÃO.....	1
CHINA.....	12
COLOMBIA.....	10
COSTA MARFIM.....	1
CUBA.....	1
EGIPTO.....	1
ESTÓNIA.....	1
GABÃO.....	1
GÂMBIA.....	1
GUINÉ-BISSAU.....	24
GUINÉ-CONACRI.....	4
HÚNGRIA.....	2
ÍNDIA.....	5
LÍBANO.....	8
LIBÉRIA.....	5
MALI.....	2
MARROCOS.....	19
MAURITÂNIA.....	1
MÉXICO.....	1
MOÇAMBIQUE.....	3
MOLDÁVIA.....	9
NIGÉRIA.....	4
NORUEGA.....	1
PAQUISTÃO.....	7
PERÚ.....	3
REP. DEM. CONGO.....	10
ROMÉLIA.....	33
RÚSSIA.....	4
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE.....	2
SENEGAL.....	10
SERRA LEOA.....	4
SRI LANKA.....	3
TCHETCHENIA.....	1
TOGO.....	2
TUNÍSIA.....	1
VENEZUELA.....	1
VIETNAME.....	1
APÁTRIDA.....	1
TOTAL.....	328

3.2.3. *Acções de Fiscalização*

ACTIVIDADES	DIRECÇÕES REGIONAIS					
	PORTO DELGADA	COIMBRA	LISBOA	FARO	FUNCHAL	P.
Estabelecimentos hoteleiros fiscalizados	103	574	285	263	620	856
Autos notícia/transgressão/declarações	136	934	684	771	100	24
Pedidos de paradeiro	11	113	368	67	214	632
Notificações	323	180	1428	616	95	935
Processos contra-ordenação	870	254	788	778	155	6
Controlos Móveis	15	365	239	155		

3.2.4. *Readmissões*

No que concerne às readmissões passivas, importa referir que se verificou um aumento de pedidos, comparativamente com o ano anterior, em cerca de 20%, enquanto que a readmissão activa registou um decréscimo de cerca de 38%.

As nacionalidades mais significativas para efeitos de readmissão passiva continuam a ser as da **Africa Lusófona**, emergindo já, com números de algum significado, a **nacionalidade chinesa**.

READMISSÃO PASSIVA

TOTAIS DE 1997

AFEGANISTÃO	1	-	-	-	1
ANGOLA	23	88	-	-	111
ARGÉLIA	1	-	-	-	1
AZERBEIJÃO	-	1	-	-	1
BANGLADESH	1	10	-	-	11
BENIN	1	-	-	-	1
BRASIL	-	3	-	-	3
CABO VERDE	19	76	-	-	95
CHINA	16	30	-	-	46
COSTA DO MARFIM	1	-	-	-	1
EGIPTO	-	2	-	-	2
GABÃO	-	2	-	-	2
GANÁ	6	2	-	-	8
GAMBIA	-	1	-	-	1
GUINÉ-BISSAU	21	136	1	-	158
GUINÉ-CONACRI	1	4	-	-	5
INDETERMINADO	-	1	-	-	1
INDIA	5	17	-	-	22
LIBÉRIA	-	4	-	-	4
MALI	-	5	-	-	5

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

MARROCOS	-	9	-	-	9
MAURITÂNIA	-	2	-	-	2
MOÇAMBIQUE	-	2	-	-	2
MOLDÁVIA	-	10	-	-	10
NIGÉRIA	-	1	-	-	1
PAQUISTÃO	7	29	-	-	36
POLÓNIA	-	1	-	-	1
PORTUGAL	1	-	-	-	1
REP. DOMINICANA	-	1	-	-	1
ROMÉNIA	-	5	-	2	7
S.TOMÉ E PRINCÍPE	-	2	-	-	2
SENEGAL	8	32	-	-	40
SERRA LEOA	1	3	-	-	4
SOMÁLIA	1	-	-	-	1
SUDÃO	-	1	-	-	1
TUNÍSIA	-	1	-	-	1
-VENEZUELA	-	3	-	-	3
ZAIRE	3	4	-	-	7

READMISSÃO ACTIVA

TOTAIS DE 1997

ANGOLA	34	2	-	1	37
ARGÉLIA	7	-	1	-	8
ARGENTINA	1	-	-	-	1
BANGLADESH	11	-	-	-	11
BRASIL	3	-	1	-	4
BULGÁRIA	4	-	-	-	4
CABO VERDE	13	2	-	-	15
CHINA	12	-	-	-	12
COLOMBIA	8	-	-	-	8
CONGO	2	-	-	-	2
CROÁCIA	1	-	-	-	1
CUBA	5	-	-	-	5
EGIPTO	-	1	-	-	1
EQUADOR	3	-	-	-	3
FRANÇA	-	1	-	-	1
GABÃO	1	-	-	-	1
GUATEMALA	8	-	-	-	8
GUINÉ-BISSAU	15	1	-	-	16
GUINÉ-CONACRI	21	1	1	-	23
GUINÉ-EQUATORIAL	3	-	-	-	3

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

INDIA	17	-	-	-	17
LIBANO	1	-	-	-	1
LIBÉRIA	3	-	1	-	4
MACEDÓNIA	11	-	-	-	11
MALÁSIA	4	-	-	-	4
MARROCOS	27	-	-	-	27
MAURITÂNIA	3	-	-	-	3
NIGÉRIA	4	-	-	-	4
PAQUISTÃO	20	1	2	-	23
POLÓNIA	3	-	-	-	3
REP.CHECA	1	-	-	-	1
REP.DOMINICANA	1	-	-	-	1
ROMÉNIA	25	6	-	-	31
RUANDA	2	-	-	-	2
RUSSIA	5	-	2	-	7
SENEGAL	19	-	-	-	19
SERRA LEOA	10	-	-	-	10
SRI-LANKA	-	2	3	-	5
UCRÂNIA	2	-	-	-	2
VIETNAME	-	-	1	-	1
ZAIRE	15	-	-	-	15

READMISSÃO ACTIVA

5 PAÍSES MAIS REPRESENTATIVOS

<i>NACIONALIDADES</i>	<i>TOTAL</i>
ANGOLA	37
ROMÉNIA	31
MARROCOS	27
GUINÉ-CONACRI	23
PAQUISTÃO	23

READMISSÃO PASSIVA

5 PAÍSES MAIS REPRESENTATIVOS

<i>NACIONALIDADES</i>	<i>TOTAL</i>
GUINÉ-BISSAU	158
ANGOLA	111
CABO VERDE	95
CHINA	46

3.2.5 . Medidas cautelares

MEDIDAS CAUTELARES INSERIDAS NO ANO DE 1997*

TIPO DE MEDIDA CAUTELAR	DESIGNAÇÃO	TOTAL
ADULTO DESAPARECIDO	AD	297
AUTORIZAÇÃO DE SAÍDA	AS	3
DECLAR. CONTUMÁCIA	DC	176
INTERDIÇÃO DE ENTRADA	IE	198
INTERDIÇÃO DE SAÍDA	IS	296
MANDADO DE CAPTURA	MC	2411
MENOR DESAPARECIDO	MD	156
PARADEIRO P/ASILO	PA	148
PARADEIRO Artº 84ºREPSE	PE	170
PARAD. AUTORIDADE JUDICIAL	PJ	224
PARAD. AUTORIDADE POLICIAL	PP	1544
VIGILÂNCIA DISCRETA	VD	62

TOTAL GERAL

5685

* Excluem-se as medidas cautelares que foram anuladas em 1997

MEDIDAS CAUTELARES VÁLIDAS

TIPO DE MEDIDA CAUTELAR	DESIGNAÇÃO	TOTAL
ADULTO DESAPARECIDO	AD	845
AUTORIZAÇÃO DE SAÍDA	AS	5
DECLAR. CONTUMÁCIA	DC	439
INTERDIÇÃO DE ENTRADA	IE	2078
INTERDIÇÃO DE SAÍDA	IS	1040
MANDADO DE CAPTURA	MC	16539
MENOR DESAPARECIDO	MD	302
PARADEIRO P/ASILO	PA	741
PARADEIRO Artº 84ºREPSE	PE	588
PARAD. AUTORIDADE JUDICIAL	PJ	694
PARAD. AUTORIDADE POLICIAL	PP	6502
VIGILÂNCIA DISCRETA	VD	740
CAPTURA MILITAR	CM	179
DETECÇÃO SIMPLES	DS	2042
PARAD.artº 62º REPSE	PN	10

TOTAL GERAL

32

744

MEDIDAS CAUTELARES DETECTADAS DURANTE O ANO DE 1997

	1997	PF001	PF002	PF003	PF004	PF005	DRL	NRL	DRC	DRF	DRF	DRP	TOTAL
MC	11			6	2			2	3				24
PP	19	3		1	1	1		10	77	3	5	4	124
PJ	2		1					3	22				28
PE	2								9	1	3		15
PA				1					8				9
DC													
DS									4				4
IE									1				1
IS			1										1
VD													
TOTAL	34	4	9	3	1	15	124	4	8	4	4	206	

Legenda:

- MC-Mandado de Captura
- PP-Paradeiro Autoridade Policial
- PJ-Paradeiro Autoridade Judicial
- PE-Paradeiro Artº 84º .REPSE
- PA-Paradeiro p/Asilo
- DC-Declaração de Contumácia
- DS-Deteção Simples
- IE-Interdição de Entrada
- IS-Interdição de Salida
- VD-Vigilância Discreta

Conforme decorre dos quadros atrás, registou-se um aumento bastante significativo de medidas cautelares detectadas. De facto, às 36 detectadas no ano transacto contrapõem-se, este ano, 206.

3.2.6. *Fraude documental*

Em termos gerais registou-se, relativamente ao ano anterior, um decréscimo de 3% (925 vs 954, respectivamente) no total de fraudes detectadas em documentos de viagem.

Todavia, os totais acima referidos respeitam apenas às situações detectadas no controlo de fronteiras e em acções de fiscalização em território nacional, sendo ainda de acrescentar as peritagens feitas nesta matéria e que ascenderam a 163 relatórios periciais, de onde resultaram confirmadas 100 fraudes.

A tendência de o maior número de ocorrências se verificar no posto de fronteira do aeroporto de Lisboa manteve-se, sendo, no entanto, significativo o número de ocorrências em território nacional.

No respeitante à nacionalidade do documento, os aumentos mais significativos e cuja detecção se revestiu de alguma relevância, foram do Gana, Nigéria, Benim, China e Canadá.

Relativamente ao tipo de documentos com maior incidência de fraude, destacaram-se os passaportes, seguidos das autorizações de residência e dos bilhetes de identidade. De entre os documentos da União Europeia, Portugal assume um lugar de destaque, com 173 documentos, seguido da França com 71 e da Espanha com 68. No que concerne aos PALOP, Angola ocupa o topo dos documentos apreendidos, seguida da Guiné-Bissau.

No tocante aos fluxos de passageiros, mantêm-se os destinos problemáticos dos E.U.A e Canadá, sendo, no entanto, de destacar o forte incremento que tiveram o Reino Unido e a Espanha. Já relativamente à proveniência, o destaque vai para a Costa do Marfim, Senegal, Angola, Zaire, e Espanha.

No que respeita a nacionalidade do portador de documentos fraudulentos, Angola aparece em primeiro lugar, seguindo-se a Guiné-Bissau e o Zaire. Os cidadãos angolanos usam preferencialmente documentos da própria nacionalidade ou documentos portugueses, à semelhança da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Os zairenses utilizam sobretudo documentos franceses e belgas. Saliente-se, ainda, um considerável acréscimo da utilização de documentos fraudulentos por parte de cidadãos chineses.

Relativamente ao tipo de falsificação, tem a primazia a substituição de fotografia, com 259 casos, seguido do uso de documento alheio, com 207 casos.

Continua a verificar-se o uso de documentos emitidos indevidamente, por parte de angolanos e guineenses, registando-se um decréscimo substancial no uso de documento alheio por parte dos cabo-verdianos.

TIPO DE DOCUMENTO

NACIONALIDADE DO DOCUMENTO

1997	PAS.	B.L.	A.R.	TÍTULO DE VIAGEM	VISTOS	OUTROS	TOTAL
ÁFRICA DO SUL	5					1	6
ARG+MÉX+CHL	4						4
BENIN	15		1				16
BOL+COL	3						3
BOTSUANA	2						2
BRA+CRI+ECU	3						3
CAMARÕES	3						3
CANADÁ	6						6
CHINA	12						12
CONGO	3						3
COSTA MARFIM	8						8
DZA+MAR+EGY	4						4
FANTASISTAS						2	2
GÂMBIA	12						12
GANÁ	69						69
GUINÉ	4						4
GUINÉ EQUATOR	4						4
JAPÃO	1						1
KEN+NAM+SWA	5						5
LIBÉRIA	6						6
MALAWI	6						6
MALI	4					1	5
NIGER	3						3
NIGÉRIA	52						52
PALOPS	151	5				11	167
PHL+SGP	5						5
REP.S.DOMINGO	3						3
SENEGAL	35	1					36
SRI LANKA+BGD	7						7
SUIÇA			3				3
TOGO	9						9
U.E.	137	49	182	22		4	394
U.S.A.	5		2			1	8
URUGUAI	1						1
VENZUELA	4	2				1	7
ZAIRE	45	1					46
TOTAL	636	58	188	22	0	21	925

PAS : PASSAPORTE
 B.L. : BILHETE DE IDENTIDADE
 A.R. : AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA

TIPO DE DOCUMENTO

NACIONALIDADE EUROPEIA	1997	PAS.	B.I.	A.R.	TÍTULO DE VIAGEM	VISTOS	OUTROS	TOTAL
	ALEMANHA		1	1	5	2		
BÉLGICA		3		22	1			26
ESPAÑA		10	2	59				71
FRANÇA		20	4	28	15		1	68
GRÉCIA		4						4
HOLANDA		9	2					11
ITÁLIA		4	3	4			1	12
PORTUGAL		68	37	63	3		2	173
REINO UNIDO		18		1	1			20
TOTAL		137	49	182	22	0	4	394

ANGOLA	101	3					5	109
CPV+STP+MOZ	17						1	18
GUINÉ BISSAU	33	2					5	40
TOTAL	151	5	0	0	0	0	11	167

PAS : PASSAPORTE
 B.I. : BILHETE DE IDENTIDADE
 A.R. : AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA

TIPO DE FALSIFICAÇÃO

NACIONALIDADE

UNIAO EUROPEIA

DOCUMENTO

PALEOPS

1997	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
ALEMANHA	1				3		5		9
BÉLGICA	2				3		13	8	26
ESPAÑA	14	1			54		2		71
FRANÇA	13	1			8		44	2	68
GRÉCIA	4								4
HOLANDA	4		3				4		11
ITÁLIA	1				1		5	5	12
PORTUGAL	54	4	2		19		55	39	173
REINO UNIDO	5		8		1		5	1	20
TOTAL	98	6	13		89		133	55	394

ANGOLA	52	13	5	17	1		13	8	109
CPV+STP+MOZ	2	1		5			10		18
GUINÉ BISSAU	6	2	3	7			12	10	40
TOTAL	60	16	8	29	1		35	18	167

- A : SUBSTITUIÇÃO DE FOTOGRAFIA
 B : ALTERAÇÃO DE DADOS
 C : SUSTITUIÇÃO DE PÁGINA
 D : VISTOS/SELOS e CARIMBOS
 E : CONTRAFACÇÃO
 F : DOCUMENTO FANTASISTA e/ou DE CAMUFLAGEM
 G : USO DE DOCUMENTO ALHEIO
 H : EMISSÃO INDEVIDA / AQUISIÇÃO FRAUDULENTA

TIPO DE FALSIFICAÇÃO

NACIONALIDADE DO DOCUMENTO

1997	A	B	C	D	E	F	G	H	TOTAL
ÁFRICA DO SUL	4			2					6
ARG+MÉX+CHL			4						4
BENIN	7			5			4		16
BOLÍVIA+COLÔMBIA	1		2						3
BOTSUANA	2								2
BRA+CRI+ECU	1		1		1				3
CAMARÕES	1			2					3
CANADÁ			4				2		6
CHINA				11			1		12
CONGO	1			2					3
COSTA MARFIM	3			2				2	7
DZA+MAR+EGY				4					4
FANTASISTAS						2			2
GÂMBIA	4			8			1		13
GANÁ	24		2	29			6	8	69
GUINÉ				1			3		4
GUINÉ EQUATORIAL	1			3					4
JAPÃO			1						1
KEN+NAM+SWA	1				4				5
LIBÉRIA		1	5						6
MALAWI	2		3		1				6
MALI	3							2	5
NIGER	3								3
NIGÉRIA	6	1	16	24			5		52
PALOPs	60	16	8	29	1		35	18	167
PHL+SGP	2		1	2					5
REP.S.DOMINGO	2		1						3
SENEGAL	6	2	2	18	1		6	1	36
SRI LANKA+BGD		1		6					7
SUIÇA	1						2		3
TOGO	6		2				1		9
U.E.	98	6	13		89		133	55	394
U.S.A.	5			1	2				8
URUGUAI	1								1
VENEZUELA			1		2			4	7
ZAIRE	14	2	1	18			8	3	46
TOTAL	259	29	67	167	101	2	207	93	925

- A : SUBSTITUIÇÃO DE FOTOGRAFIA
- B : ALTERAÇÃO DE DADOS
- C : SUSTITUIÇÃO DE PÁGINA
- D : VISTOS/SELOS e CARIMBOS
- E : CONTRAFACÇÃO
- F : DOCUMENTO FANTASISTA e/ou DE CAMUFLAGEM
- G : USO DE DOCUMENTO ALHEIO
- H : EMISSÃO INDEVIDA / AQUISIÇÃO FRAUDELENTA

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

DESTINO / PROVENIÊNCIA

1997	Total de Docs	ARG	BRA	CPV	CND E S	COG E S	CIV	GNB STP	USA E S	FRAN D NLD	ESP E S	MAC THA	ESP E S	PRT (TN)	MAR GRC	RUS	MOZ	GBR E S	DOM	SEN E S	SWE SUE	CHE E S	VEN E S	ZAR E S	Ind										
AFRICA DO SUL	6																								2										
ALEMANHA	9						3						2								1				3										
ANGOLA	109	86	3										5	2			1	2			4				2										
ARG-MEX-CHL	4		2																	1															
BELGICA	26	1			1					1			5		1										17										
BENIN	16						16																												
BOL-COL	3		2																					1											
BOTSWANA	2																			2															
BRA-CRI-ECU	3		1																			1	1												
CABO VERDE	16			3							2		4	2							5														
CAMARÓES	3																				3														
CANADA	6		1		3		1		1																										
CHINA	12											11					1																		
CONGO	3						1																		2										
COSTA MARIIM	8						8																												
DZA-MAR-EGY	4											3			1																				
ESPAÑA	71		5				2	9	5						1			1		3	37	1	1	2											
FANTANSTAN	2														2																				
FRANÇA	68				6		11	10	1	1	9		4	1		1	1		1	1	5			16											
GÂMBIA	12						1														11														
GANÁ	69						66					1									1		1												
GUINE	4						1					3																							
GUINE BISSAU	40							30					1								7	1													
GUINE EQUATOR	4						4																												
HOLANDA	11				1	1				1			4								2				1										
ITALIA	12			1			6		1	2															2										
JAPÃO	1								1																										
KEN-NAM-SWA	5																				3				2										
LIBERIA	6						3																		3										
MALAWI	6																				2				4										
MALI	5						2																		3										
NIGER	3						2																		1										
NIGERIA	52						51																		1										
PHI-SGP	5						1																		1										
PORTUGAL	173	15	1	6			1	31			14		1	42	14			1		1	11	12		13	1										
R.S. DOMINGO	3																								3										
REINO UNIDO	20						2	2	1	1	2		3							2	1	1		3	1										
SENEGAL	36						2									1									32										
SRI LANKA +	7											6					1																		
STP+MOZ	2		1																						1										
SUICA	3		1																						2										
TOGO	9						8																		1										
U.S.A.	8		1				2	1																	2										
VEN-CRY	8			2													4								2										
ZAIR	46						2						2												46										
TOTAL	925	105	18	10	0	11	1	0	197	83	3	10	28	5	19	75	15	4	3	6	7	12	19	17	7	133	6	6	10	0	7	2	84	0	16

85: Valores registados à saída de Território Nacional

ARG	ANGOLA	ESP	ESPAÑA	MLD	HOLANDA	DOM	R.S. DOMINGO	IND	INDONÉSIA
BRA	BRASIL	USA	EUA	MAC	MACAU	SEN	SENEGAL	RUS	RUSSIA
CPV	CABO VERDE	FRA	FRANÇA	TUN	TUNIS	SWE	SUECIA		
CAN	CANADA	GHA	GANÁ	MAR	MARROCOS	CHE	CHÉQUIA		
COG	CONGO	MEX	MEXICO	MOZ	MOZAMBIQUE	VEN	VENEZUELA		
CIV	COSTA MARIIM	GNB	GUINE BISSAU	GBR	REINO UNIDO	ZAR	ZAIR		

4. COOPERAÇÃO

4.1. Países da CPLP

O SEF reputa de extrema importância esta cooperação, nas suas várias vertentes, pelo que definiu como um dos objectivos do ano transacto a intensificação das relações com os serviços congéneres e a execução dos acordos celebrados em matéria de segurança interna.

De facto, considera que se deve assumir uma atitude preventiva, corresponsabilizando os países de proveniência dos fluxos migratórios no combate à imigração ilegal e apetrechando-os com os conhecimentos e meios técnicos necessários ao seu controlo na origem.

Nesta conformidade foram promovidas, pelo Serviço, visitas recíprocas com alguns directores dos serviços de migração dos países da CPLP e, dando especial incidência às áreas da formação e do apoio técnico, executadas as seguintes acções:

- ☒ Assinatura de um protocolo de cooperação com a Direcção de Migração e Fronteiras de Cabo Verde, à semelhança dos já celebrados com outros países africanos lusófonos.
- ☒ Assinatura de um protocolo de cooperação com a Divisão de Polícia Marítima/Aérea e de Fronteiras do Brasil.
- ☒ Três sessões do Curso de formação "Controlo de estrangeiros", respectivamente nas segundas quinzenas de Fevereiro, Junho e Novembro, tendo este como destinatários especialistas nas áreas da imigração de Angola⁴, de Cabo Verde⁵, da Guiné-Bissau⁶ e de Moçambique⁷.
- ☒ Duas deslocações de técnicos de informática com o objectivo de efectuar um estudo das necessidades de apoio técnico e material neste domínio.
- ☒ Aquisição e instalação de equipamento específico de detecção de fraude documental, designadamente um fotofone e um QDX, destinado ao serviço congénere de Cabo Verde, bem como fornecimento de equipamento e material de escritório diverso a este serviço e ao da Guiné-Bissau.
- ☒ Deslocação de uma formadora do SEF a Cabo Verde para ministrar localmente uma acção de formação específica sobre detecção de fraude documental.
- ☒ Participação nos dois encontros de Directores dos Serviços de migração e fronteiras da CPLP, no cumprimento das orientações definidas no 1º Encontro dos ministros responsáveis pela segurança, realizadas respectivamente em Lisboa e Maputo.

⁴ Tendo sido abrangidos um total de 16 formandos

⁵ Tendo sido abrangidos um total de 12 formandos

⁶ Tendo sido abrangidos 15 formandos

⁷ Tendo sido abrangidos apenas 4 formandos, dado estes só terem participado na 3ª e última sessão

4.2. Macau

A pedido do Serviço congénere de Macau, foram deslocados àquele território três formadores do SEF, tendo sido realizada, de 7 a 12 de Abril, uma acção de formação nas áreas da fraude documental e da imigração ilegal. Esta teve como destinatários dez funcionários do Serviço de Migração e dois funcionários dos Serviços de Identificação de Macau e inscreveu-se no esforço de preparação de responsáveis no âmbito do processo de localização de quadros.

4.3. Espanha

Foram realizados, neste âmbito, vários encontros entre responsáveis da polícia espanhola a nível local, regional e nacional, tendo em vista a dinamização dos acordos bilaterais de cooperação, designadamente os acordos sobre a criação de postos mistos e sobre controlos móveis.

Na sequência destes encontros, foi possível programar a abertura dos postos mistos de Vilar Formoso e do Caia, estando esta prevista para o primeiro trimestre do corrente ano.

4.4. Marrocos

No quadro de uma cooperação mais estreita entre os países do Mediterrâneo Ocidental e na sequência da 3^A Cimeira Luso- Marroquina, que teve lugar em Rabat nos dias 28 e 29 de Setembro, o SEF tomou a iniciativa de convidar o Responsável pelo Serviço congénere marroquino para se deslocar a Portugal, tendo em vista a celebração de um protocolo de cooperação entre os dois serviços e a discussão de um protocolo para facilitar o desembarque de marinheiros marroquinos que integrem a tripulação de embarcações de pesca que exerçam a sua actividade ao abrigo do Acordo de Pesca entre a Comunidade Europeia e Marrocos.

5. SCHENGEN

No quadro de Schengen, tendo o SEF assegurado a presidência do Grupo I- Polícia e Segurança é de realçar o dinamismo imposto na concretização de projectos de cooperação policial. designadamente a execução do projecto piloto sobre veículos, a preparação dos projectos piloto em matéria de estupefacientes e imigração ilegal (projectos ROTAS) e a aprovação, pelo Comité Executivo, do manual Schengen sobre a cooperação policial em matéria de ordem e segurança públicas.

Ainda no âmbito Schengen, convirá fazer referência aos dados carregados pelo SEF no Sistema de Informação (SIS), correspondendo os números que a seguir se indicam, ao total de 1995, 1996 e 1997. Neste período o SEF inseriu 1 060 indicações de estrangeiros inadmissíveis (artº 96 da CAS), 34 documentos furtados em branco (artº 100 nº 3 d) e 4 324 documentos furtados depois de emitidos (artº 100, nº 3, e), num total de 5 418 indicações.

No que toca às indicações do Sistema de Informação Schengen (SIS) inseridas pelas outras partes contratantes, o SEF efectuou 287 descobertas de estrangeiros inadmissíveis, sendo 180 indicados pela Alemanha, 52 pela Espanha, 39 pela França, 15 pela Itália e 1 pelos Países Baixos.

6. OUTRAS ACTIVIDADES

6.1. Regularização extraordinária de imigrantes

Dos 31 117 pedidos admitidos, encontram-se já instruídos, com proposta de deferimento, 26 205 processos, ou seja, 84% deste total, e emitidos 24 683 títulos de residência.

Acresce ainda referir que todos os processos foram já alvo de uma primeira análise, restando por instruir cerca de 5 000, que se encontram pendentes, nomeadamente por indícios de irregularidades, por falta de documentos e por revelarem contradições que carecem de averiguação. Acrescente-se que, nestes casos, uma das principais dificuldades do SEF é contactar com os cidadãos que não comparecem no serviço, apesar das várias convocatórias, verificando-se, a maior parte das vezes que não se encontram em território nacional ou que apresentaram moradas fictícias.

Por último, saliente-se que entraram no SEF, até 15 de Janeiro deste ano, 2 891 pedidos de renovação dos títulos de residência emitidos ao abrigo da Lei nº 17/96, sendo que já foram emitidos 1 013 novos títulos. Prevê-se que no dia 31 de Janeiro serão emitidos os restantes.

6.2. Asilo

Comparativamente com os restantes países da União Europeia, Portugal não é um país especialmente procurado por requerentes de Asilo. Foram registados na Divisão de de Refugiados, durante 1997, 251 processos, incluindo-se neste número os processos acelerados e normais, os pedidos de autorização de residência por motivos humanitários e os pedidos de tomada a cargo efectuados por Portugal ao abrigo das Convenções de Schengen e Dublin. De referir, ainda, que ao número adiantado, acresce o relativo ao agregado familiar dos requerentes (47).

De relevar os factos de o número de processos acelerados ser significativamente mais elevado por comparação com os restantes e de se destacarem, entre os requerentes, os cidadãos da Libéria (51), da Roménia (28) e da Serra Leoa (25).

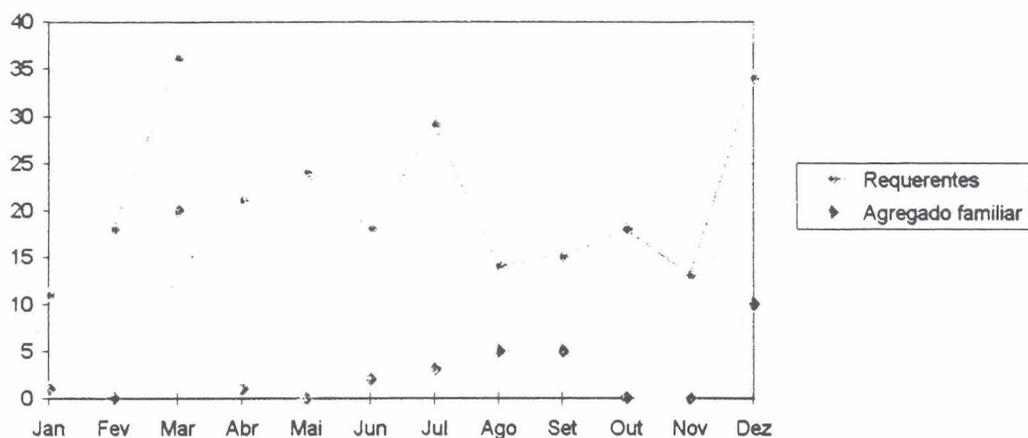
Total de Processos em 1997
Distribuição por nacionalidade e tipo de processo

Nacionalidade	P. Acelerados	P. Normais	P. Aut. Res.*	SCH/DUB**
Afr. do Sul	1			
Albânia	3			
Alemanha	1			
Angola	7			
Apatrida	1			
Argelia	3	2		
Armenia				1
Bangladesh	2			
Bielorussia				2
Bulgaria	1			
China	1			
Costa Marfim	1			
Cuba	1			
Gâmbia	1	1		
Gana	5			
Georgia	1			
Hungria				2
Irão	1			1
Iraque	1			1
Kazaquistão				1
Libano	1			
Liberia	53			1
Lituania	1			
Moldavia	1			
Nigeria	19	2		
Paquistão	1			
RDC	23	7	1	2
Rep. Guine	4			
Rep. Checa				1
RFJ	1		4	
Romenia	28			
Ruanda	2			
Russia	4	1		2
S. Leoa	30		1	1
Senegal	1			
Sri Lanka	3			
Sudão	3	2		
Togo	4			2
Ucrânia	3			
Total parcial	213	15	6	17
Total global				251

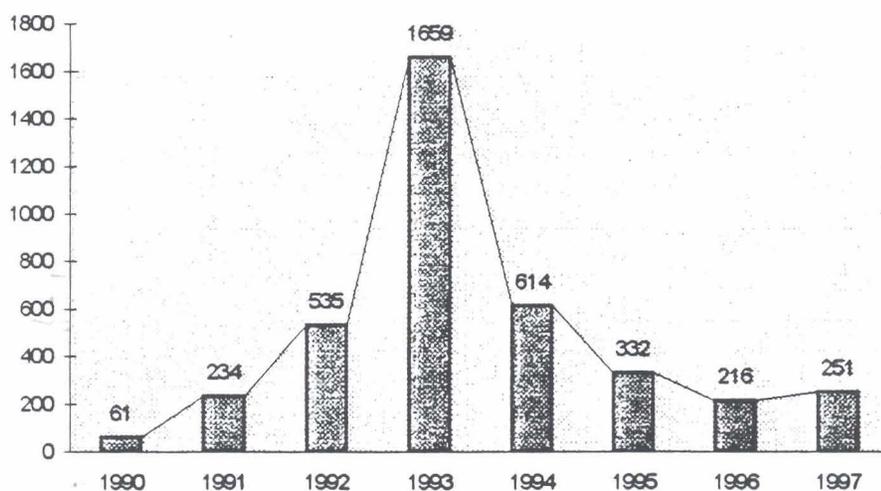
* Pedidos de autorização de residência por motivos humanitários

** Pedidos de tomada a cargo efectuados por Portugal ao abrigo das Conv. de Schengen/Dublin

Evolução anual do número de processos registados em 1997



Evolução do número de processos da DR nos anos 90-97



Nota: A partir de Dezembro de 1997 a D. Refugiados passou a instruir os pedidos autónomos de concessão de AR ao abrigo do artº 10º da Lei 70/93 de 29,09, conjugado com o artº 64º do DL 59/93 de 03,03. Assim, no total de 251 processos de 97, incluem-se 6 pedidos ao abrigo deste regime.

Processos registados em 1997(requerentes e Agr.familiar)
Distribuição por nacionalidade e tipo de processo

Nacional.	Req.		Ag. F.		Total Requerentes	Total Ag.Familiar
	AR	Asip	AR	Asip		
Afr. do Sul		1			1	
Albânia		3			3	
Alemanha		1			1	
Angola		7		1	7	1
Apatrida		1			1	
Argelia		5			5	
Armenia		1			1	
Bangladesh		2			2	
Bielorussia		2			2	
Bulgaria		1		1	1	1
China		1			1	
Costa Marfim		1			1	
Cuba		1			1	
Gâmbia		2			2	
Gana		5			5	
Georgia		1			1	
Hungria		2		4	2	4
Irão		2		4	2	4
Iraque		2			2	
Kazaquistão		1			1	
Kosovo	3	0			3	
Libano		1			1	
Liberia		54			54	
Lituania		1			1	
Moldavia		1			1	
Nigeria		21		3	21	3
Paquistão		1			1	
RDC	1	32		3	33	3
Rep.Checa		1		4	1	4
Rep.Guiné		4			4	
RFJ	1	1	4	4	2	8
Romenia		28		18	28	18
Ruanda		2			2	
Russia		7		1	7	1
S.Leoa	1	31			32	
Senegal		1			1	
Sri Lanka		3			3	
Sudão		5			5	
Togo		6			6	
Ucrânia		3			3	
Total parcial	6	245	4	43	251	47
Total global						298

Fonte: DSE/Divisão de Refugiados

Distribuição por nacionalidade e local de apresentação do pedido

Nacionalidade	TN	PFA's	PFM's	EP's	SCH/DUB
Afr. do Sul	1				
Albânia					3
Alemanha	1				
Angola	2	1		1	3
Apatrida					1
Argélia					5
Arménia	1				
Bangladesh				2	
Bielorússia	2				
Bulgária		1			
China		1			
Costa Marfim	1				
Cuba	1				
Gâmbia		2			
Gana	5				
Geórgia	1				
Hungria	2				
Irão	2				
Iraque				1	1
Kazaquistão	1				
Libano		1			
Liberia	51	2	1		
Lituânia	1				
Moldávia	1				
Nigéria	7	14			
Paquistão					1
RDC	1	25	1	2	3
Rep. Checa	1				
Rep. Guiné	4				
RFJ	5				
Romenia	28				
Ruanda	1	1			
Rússia	7				
S. Leoa	25	6		1	
Senegal		1			
Sri Lanka		3			
Sudão	5				
Togo	1	4		1	
Ucrânia	3				
Total Parcial	162	62	2	8	17
Total Global					251

TN: Interior do território nacional

PFA: Postos de Fronteira Aérea

PFM: Postos de Fronteira Marítima

EP: Estabelecimentos Prisionais

SCH/DUB: Transferências para Portugal ao abrigo das Conv. de SCHENGEN /DUBLIN

Total de processos em 1997
Distribuição por nacionalidade e sexo

Nacionalidade	Homens	Mulheres
AFRICA SUL	1	
ALBANIA	3	
ALEMANHA	1	
ANGOLA	6	1
ARGELIA	4	1
ARMENIA	1	
BANGLADESH	2	
BIELORUSSIA	2	
BULGARIA	1	
CHINA	1	
CONGO	1	
COSTA MARFIM	1	
CUBA	1	
GAMBIA	2	
GANÁ	5	
GEORGIA	1	
HUNGRIA	1	1
IRAQ	1	1
IRAQUE	2	
KAZAQUISTÃO	1	
LIBANO	1	
LIBERIA	49	5
LITUANIA	1	
MOLDAVIA	1	
NIGERIA	20	1
PAQUISTÃO	1	
R.F. JUG.	5	
REP. CHECA	1	
REP. GUINE	4	
ROMENIA	16	12
RUANDA	2	
RUSSIA	4	1
SENEGAL	1	
SERRA LEOA	27	5
SIRIA	1	
SRI LANKA	3	
SUDÃO	5	
TAJIKUISTAO	1	
TCHETCHENIA	1	
TOGO	5	1
UCRANIA	2	1
ZAIRE	21	11
TOTAL PARCIAL	210	41
TOTAL GLOBAL		251

Fonte: DSE / Divisão de Refugiados

Total de processos em 1997
Distribuição por Nacionalidade e Faixa Etária

Nacionalidade	Menores	15-30	31-40	41-50	50+
AFRICA SUL			1		
ALBANIA		3			
ALEMANHA			1		
ANGOLA	1	4	2		
ARGELIA		3	1	1	
ARMENIA		1			
BANGLADESH		1	1		
BIELORUSSIA		2			
BULGARIA		1			
CHINA			1		
CONGO				1	
COSTA MARFIM		1			
CUBA		1			
GAMBIA		2			
GANA	1	1	2	1	
GEORGIA		1			
HUNGRIA			1		1
IRAO		1		1	
IRAQUE		1	1		
KAZAQUISTÃO					1
LIBANO		1			
LIBERIA	3	40	10	1	
LITUANIA		1			
MOLDAVIA		1			
NIGERIA	1	12	7	1	
PAQUISTÃO				1	
R.F.JUG.		2	3		
REP.CHECA				1	
REP.GUINE	1	2	1		
ROMENIA		16	5	5	2
RUANDA		2			
RUSSIA		5			
SENEGAL		1			
SERRA LEOA	8	16	5	2	1
SIRIA				1	
SRI LANKA		3			
SUDÃO		3	2		
TAJIKUISTAO		1			
TCHETCHENIA			1		
TOGO		4	2		
UCRANIA		2		1	
ZAIRE	2	18	6	2	4
TOTAL PARCIAL	17	153	53	19	9
TOTAL GLOBAL					251

Fonte: DSE/ Divisão de Refugiados

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Processos de Asilo em 1997
Situação Processual em 31.12.97

Nacional.	A Ped.	B Notif.	C Transf.	D Desist.	Concluídos B+C+D	E PLP 1	F PLP 2	G Em Instr.	Pendentes E+F+G
Afr. do Sul	1	1			1				
Albânia	3	3			3				
Alemanha	1							1	1
Angola	7	4		2	6		1		1
Apatrida	1			1	1				
Argelia	5	1		3	4			1	1
Armenia	1			1	1				
Bangladesh	2	2			2				
Bielorussia	2		2		2				
Bulgaria	1	1			1				
China	1			1	1				
Costa Marfim	1					1			
Cuba	1			1	1				
Gâmbia	2	1			1			1	1
Gana	5	3			3			2	2
Georgia	1							1	1
Hungria	2			2	2				
Irão	2	1	1		2				
Iraque	2	1			1			1	1
Kazaquistão	1							1	1
Libano	1	1			1				
Liberia	54	42			43			11	11
Lituania	1							1	1
Moldavia	1							1	1
Nigeria	21	9		5	14		1	6	7
Paquistão	1	1			1				
RDC	33	23	1	1	25		5	2	8
Rep.Checa	1			1					
Rep.Guiné	4						1	3	4
RFJ	5							5	5
Romenia	28	7		4	11	1	15	1	17
Ruanda	2	1			1		1		1
Russia	7	3	1		4		1	2	3
S.Leoa	32	20	1		22		3	7	10
Senegal	1	1			1				
Sri Lanka	3	2			2			1	1
Sudão	5	5			5				
Togo	6	4	1		5			1	1
Ucrânia	3	3			3				
TOTAL	251	140	7	22	172*	2	28	49	79

*Inclui ainda um falecimento (Liberia)
DSE/ Divisão de Refugiados

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Decisões proferidas em 1997, independentemente do ano de apresentação do pedido

Nacionalidade	Conc. de asilo	Recusa de asilo	Ind.Liminar do pedido	Conc. de AR	Req. AR
África Sul			1		
Albânia					3
Angola	4		5		
Argélia				1	
Arménia				2	
Bangladesh			3		
Bósnia			2		
Bulgária			1		
Congo			1		
Croácia			8		
Gambia			1		
Gana			4		
Índia			2		
Irão			1		
Iraque				1	
Libano			1		
Libéria			29	1	19
Nigéria		1	10		
Paquistão		1	2		
RFJ			3		
Rep Guiné			1		
Roménia		1	25		
Ruanda			2		
Rússia		1	4		
Senegal			1		
Serra Leoa		1	22	2	4
Sérvia		1			
Sudão			1	4	
Togo			4		
Turquia			1		
Ucrânia			3		
Vietnam			2		
Zaire(RDC)		4	28	1	1
TOTAL	4	10	168	12	27

Decisões proferidas em 1997, por ano de apresentação do pedido

Ano do pedido	Conc. de asilo	Recusa de asilo	Ind.Liminar do pedido	Conc. de AR	Req. AR
1991					
1992					
1993	4	1			
1995				2	
1996		5	30		9
1997		4	138	10	18
TOTAL	4	10	168	12	27

Movimento Processual em 1997
Divisão de Refugiados/ Comissário Nacional para os
Refugiados / MAI

Nacionalidade	Envio a:		
	C.N.R.(Parecer)	M.A.I.(Decisão)	M.A.I.(AJ)
Africa Sul	2	1	1
Albania	5		
Albânia	5	3	
Alemã	1		
Angola	18	9	1
Argelia	1		
Argélia	14	2	
Arménia			3
Bangladesh	4	2	2
Bielorússia	2		
Bulgária	2	1	1
China	1		
Congo	1	1	
Croácia	3	5	1
Cuba	2		
Desconhecida	1		
Espanha			1
Gambia	3	1	
Gana	4	4	
Guiné Bissau	1		
India	1	2	4
Irão	3	3	
Iraque	3	1	2
Kazaquistão			1
Libano ..	2	1	

Cont.

Nacionalidade	Envio a:		
	C.N.R.(Parecer)	M.A.I.(Decisão)	M.A.I.(AJ)
Libéria	89	46	3
Macedónia		1	
Mauritânia	1		
Nigéria	26	9	3
Paquistão	8	5	1
Peru	3		
Rep Fed Jugosl	4	12	5
Rep Guiné	6	1	
Rep. Fed.Jugosl	1		
Rep. Guiné	2		
Rep.Fed.Jugosl			1
Roméia	27	32	8
Ruanda	4	2	
Russia	11	5	
Senegal	3	1	
Serra Leoa	41	30	3
Sérvia		1	
Sri Lanka	3		
Sudão	10	5	
Togo	10	2	
Turquia	2	1	
Ucrania	4	3	1
Ucrânia		1	
Vietnam	2	2	
Zaire	80	37	8
TOTAL	416	232	50

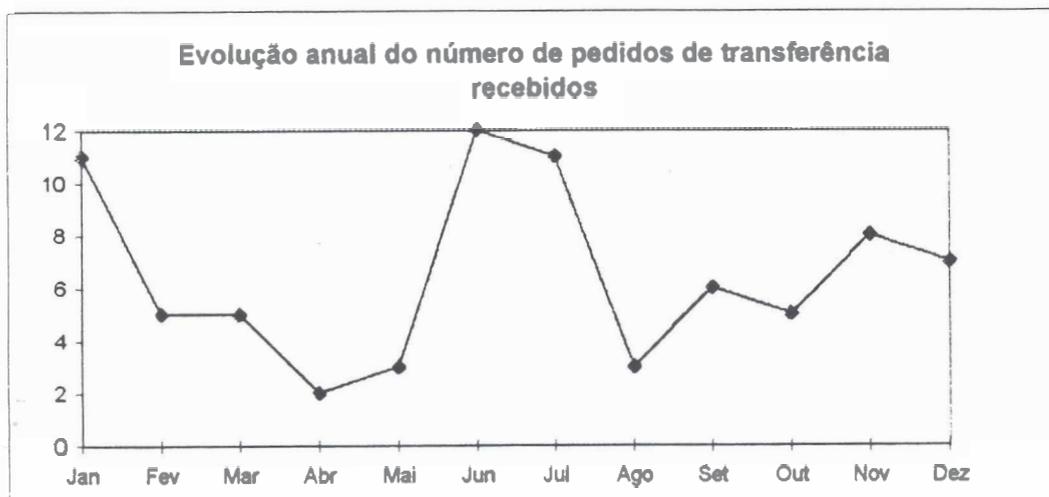
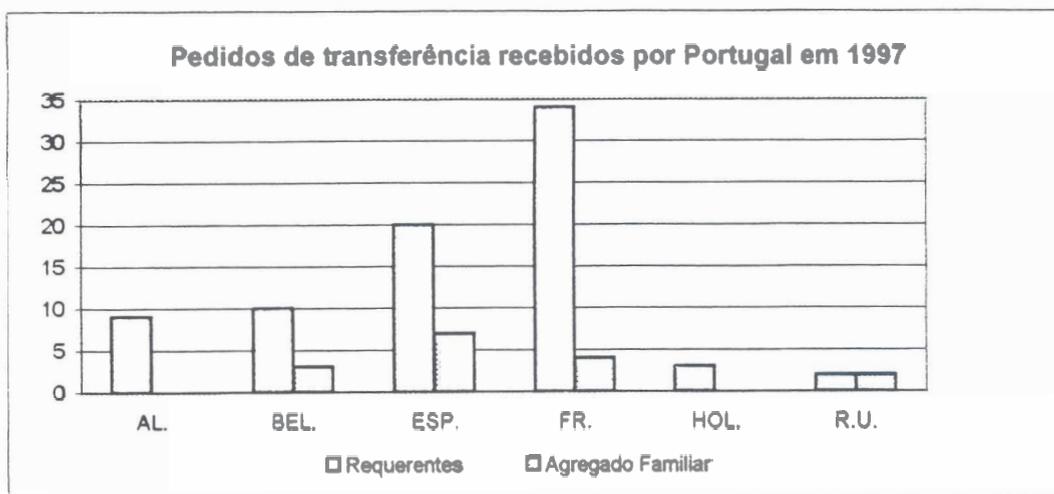
DSE/ Divisão de Refugiados

Pedidos de transferência SCHENGEN/DUBLIN recebidos por Portugal em 1997

Nacionalidade	Dados	Estados Requerentes						Total
		AL.	BEL.	ESP.	FR.	HOL.	R.U.	
Afeganistão	Req				1			1
	A F							0
Albânia	Req			7				7
	A F							0
Angola	Req	3		4	2			9
	A F			5	1			6
Apátrida	Req	1						1
	A F							0
Argélia	Req				9	2		11
	A F							0
Bangladesh	Req				1			1
	A F							0
China	Req				1			1
	A F							0
Croácia	Req			1				1
	A F							0
Cuba	Req			2				2
	A F							0
Desconhecida	Req	1						1
	A F							0
Guiné Bissau	Req			1			1	2
	A F						2	2
Índia	Req	2			1			3
	A F							0
Mauritânia	Req				1			1
	A F							0
Paquistão	Req		1	2	2			5
	A F							0
Peru	Req		1	2				3
	A F			2				2
Roménia	Req		1					1
	A F							0
Ruanda	Req		1					1
	A F							0
Rússia	Req	1						1
	A F							0
Senegal	Req			1	1			2
	A F							0
Sri Lanka	Req				3			3
	A F							0
Turquia	Req	2					1	3
	A F							0
Zaire	Req		6		12	1		19
	A F		3		3			6
Total Req		9	10	20	34	3	2	78
Total A F		0	3	7	4	0	2	16

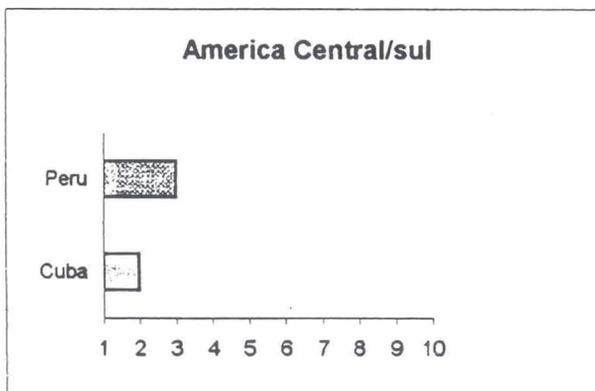
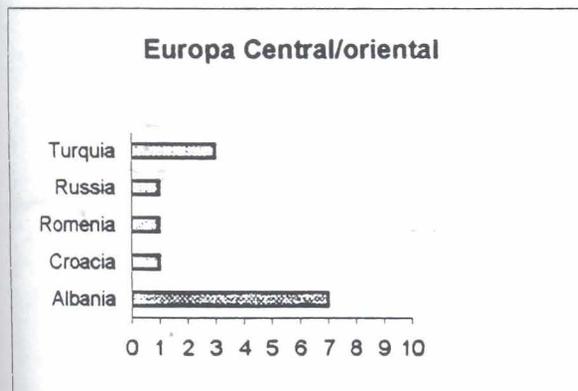
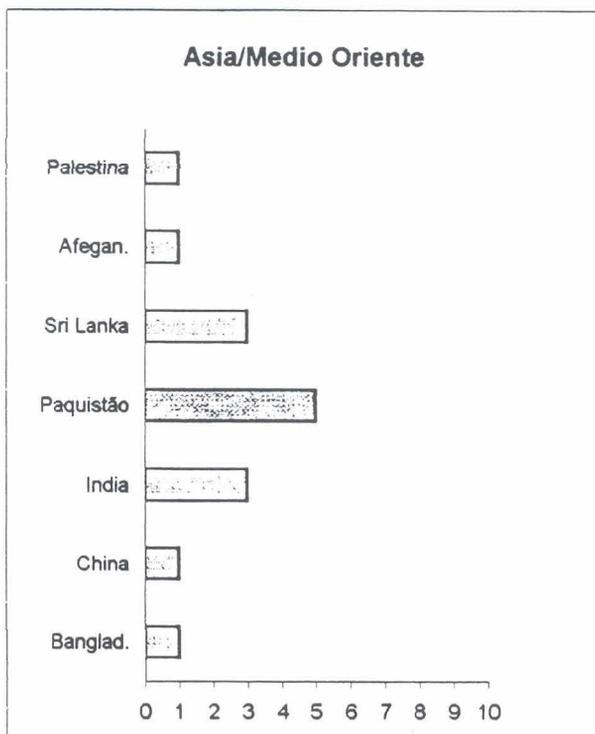
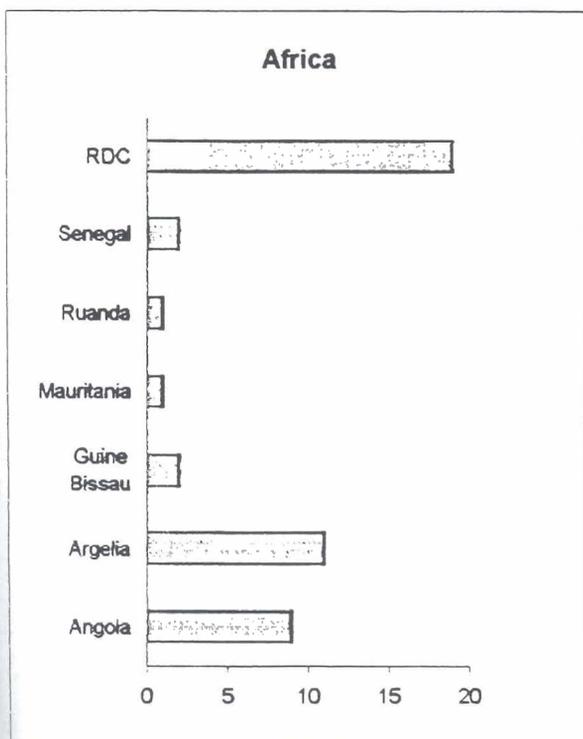
Req = Requerentes A F = Agregado Familiar

Fonte: DSE/ Divisão de Refugiados



DSE/ Divisão de Refugiados

Pedidos de transferência recebidos em Portugal em 1997
Distribuição por continente de origem dos requerentes de asilo



DSE/Divisão de Refugiados

Total de decisões de aceitação e não aceitação proferidas sobre pedidos de transferência Schengen/Dublin recebidos por Portugal em 1997

Nacionalidade		Estados Requerentes							Total
		AL.	BEL.	ESP.	FR.	HOL.	R.U.		
Albânia	Dec. Positivas			7				7	
	Dec. Negativas							0	
Angola	Dec. Positivas	3		3	1			7	
	Dec. Negativas				1			1	
Apátrida	Dec. Positivas	1						1	
	Dec. Negativas							0	
Argélia	Dec. Positivas				8	2		10	
	Dec. Negativas							0	
Bangladesh	Dec. Positivas							0	
	Dec. Negativas				1			1	
China	Dec. Positivas							0	
	Dec. Negativas				1			1	
Croácia	Dec. Positivas			1				1	
	Dec. Negativas							0	
Cuba	Dec. Positivas			2				2	
	Dec. Negativas							0	
Guiné Bissau	Dec. Positivas						1	1	
	Dec. Negativas							0	
India	Dec. Positivas							0	
	Dec. Negativas	1						1	
Mauritânia	Dec. Positivas							0	
	Dec. Negativas				1			1	
Paquistão	Dec. Positivas		1	1	1			3	
	Dec. Negativas			1				1	
Peru	Dec. Positivas		1	2				3	
	Dec. Negativas							0	
Roménia	Dec. Positivas		1					1	
	Dec. Negativas							0	
Ruanda	Dec. Positivas		1					1	
	Dec. Negativas							0	
Rússia	Dec. Positivas							0	
	Dec. Negativas	1						1	

Cont.

Nacionalidade		Estados Requerentes						
		AL.	BEL.	ESP.	FR.	HOL.	R.U.	Total
Senegal	Dec.Positivas			1				1
	Dec.Negativas				1			1
Sri Lanka	Dec.Positivas							0
	Dec.Negativas				3			3
Turquia	Dec.Positivas	1					1	2
	Dec.Negativas							0
Zaire	Dec.Positivas		3		5	1		9
	Dec.Negativas		3		7			10
Total Dec.Positivas		5	7	17	15	3	2	49
Total Dec.Negativas		2	3	1	15	0	0	21

Nota: No final do ano encontravam-se ainda pendentes 8 pedidos

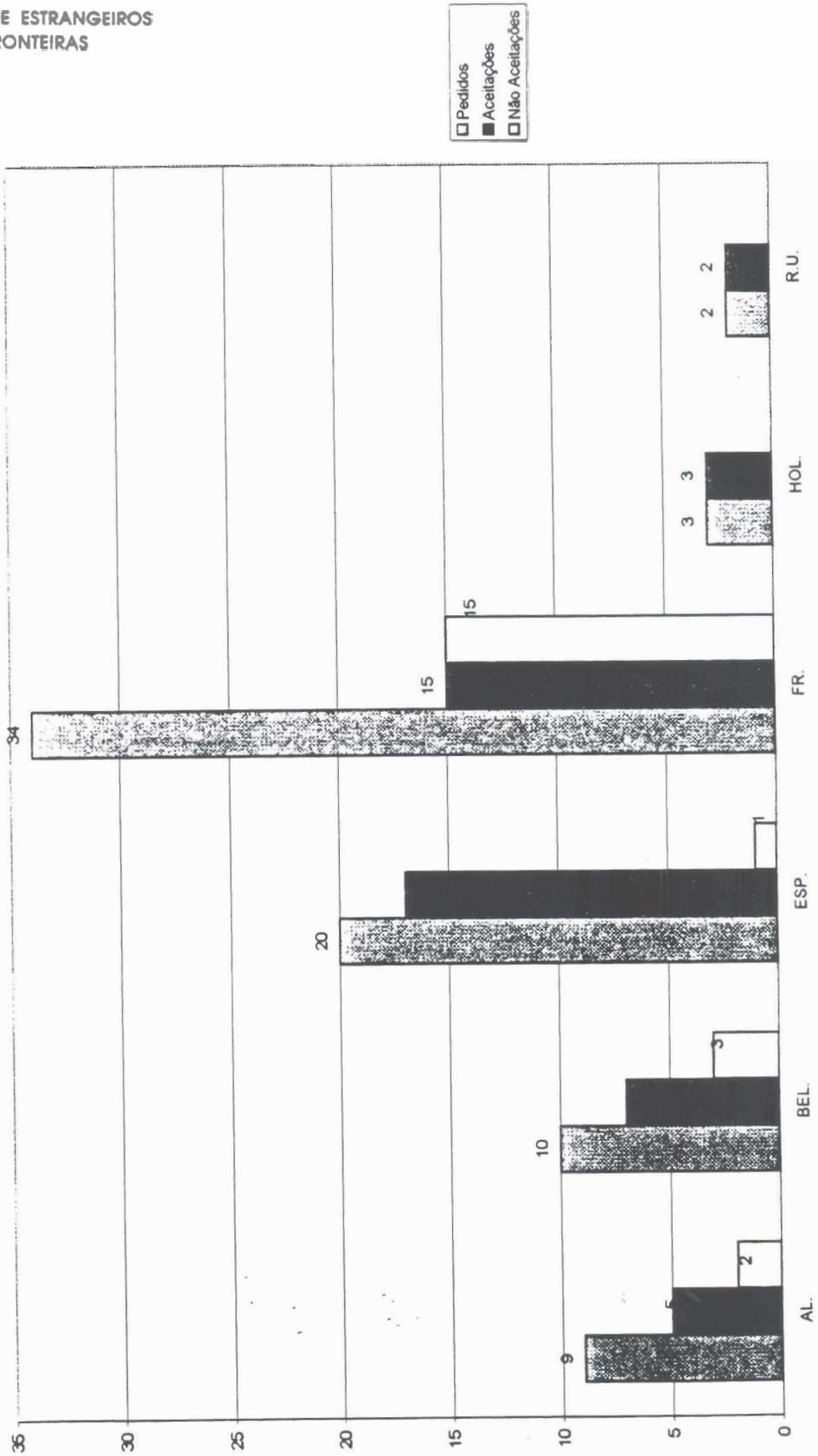
**Total de decisões de aceitação e não aceitação proferidas em 1997,
distribuídas por ano do pedido de transferência recebido por Portugal**

Ano Pedido		Estados Requerentes						
		AL.	BEL.	ESP.	FR.	HOL.	R.U.	Total
1996	Dec.Positivas	1		3	1	1		6
	Dec.Negativas				1			1
1997	Dec.Positivas	5	7	17	15	3	2	49
	Dec.Negativas	2	3	1	15			21
Total Dec.Positivas		6	7	20	16	4	2	55
Total Dec.Negativas		2	3	1	16	0	0	22

DSE/Divisão de Refugiados

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS
E FRONTEIRAS

Pedidos recebidos em 1997 e respectivas decisões proferidas por Portugal até ao final do ano



Total de transferências executadas em 1997, relativas a pedidos recebidos por Portugal no mesmo ano

Nacionalidade		Estados requerentes						Total
		AL.	BEL.	ESP.	FR.	HOL.	R.U.	
Albânia	Dec.Positivas			7				7
	Transf.			3				3
Angola	Dec.Positivas	3		3	1			7
	Transf.			2				2
Apátrida	Dec.Positivas	1						1
	Transf.	1						1
Argélia	Dec.Positivas				8	2		10
	Transf.				6			6
Croácia	Dec.Positivas			1				1
	Transf.							0
Cuba	Dec.Positivas			2				2
	Transf.							0
Guiné Bissau	Dec.Positivas						1	1
	Transf.							0
Paquistão	Dec.Positivas		1	1	1			3
	Transf.		1		1			2
Peru	Dec.Positivas		1	2				3
	Transf.							0
Roménia	Dec.Positivas		1					1
	Transf.							0
Ruanda	Dec.Positivas		1					1
	Transf.							0
Senegal	Dec.Positivas			1				1
	Transf.							0
Turquia	Dec.Positivas	1					1	2
	Transf.	1						1
Zaire	Dec.Positivas		3		5	1		9
	Transf.		1		2			3
Total Dec.Positivas		5	7	17	15	3	2	49
Total transferências		2	2	5	9	0	0	18

Total de transferências executadas para Portugal no ano de 1997

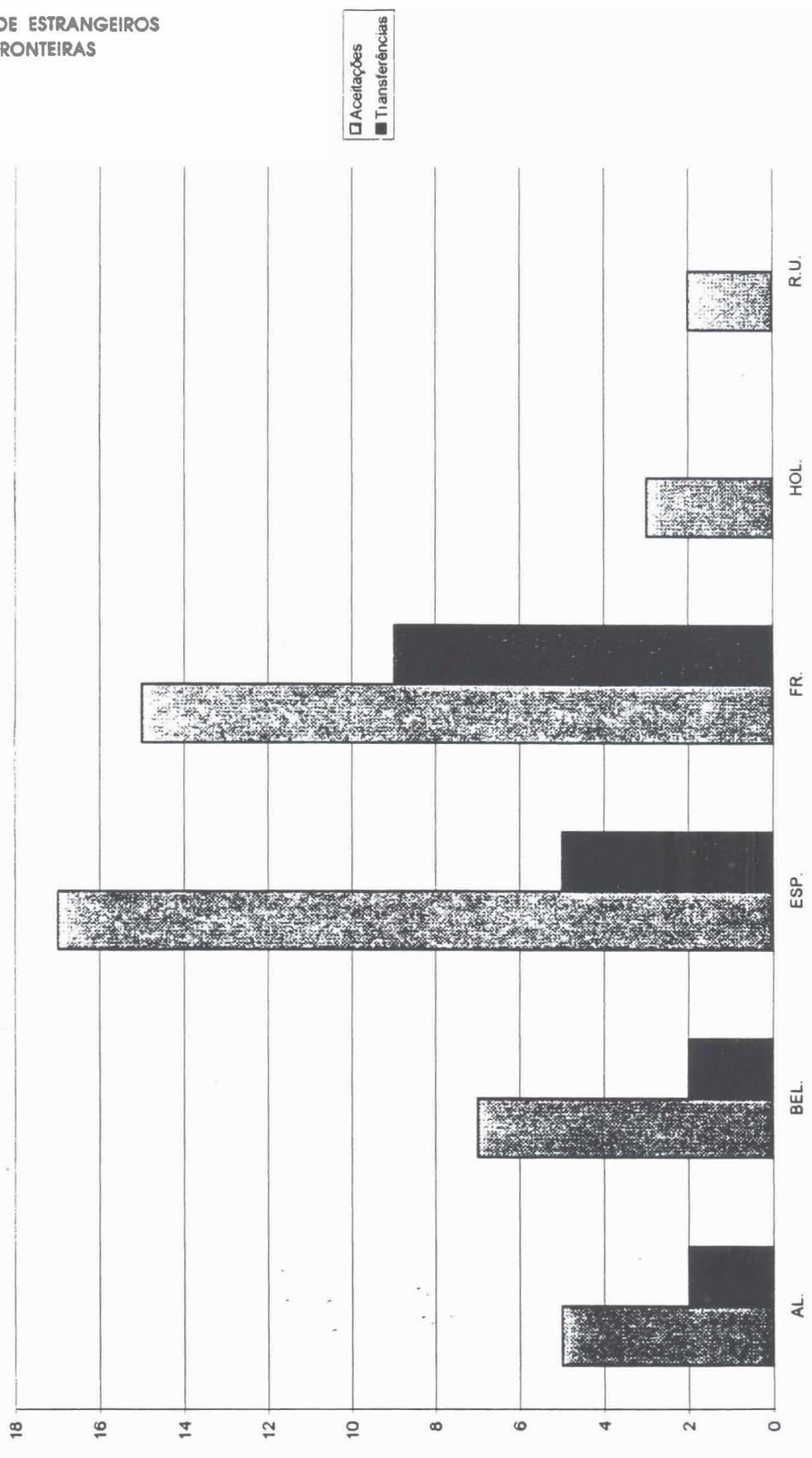
Ano pedido		Estados requerentes						Total
		AL.	BEL.	ESP.	FR.	HOL.	R.U.	
1995	Transf.				1			1
1996	Transf.			1		1		2
1997	Transf.	2	2	5	9			18
Total Transferências		2	2	6	10	1	0	21

DSE/Divisão de Refugiados

Nota: Do total de 18 transferências executadas foram abertos na DR 17, dado que um dos requerentes (Argélia) desistiu do seu pedido à chegada a Portugal

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS
E FRONTEIRAS

Total de transferências executadas em 1997 sobre pedidos recebidos em Portugal no mesmo ano



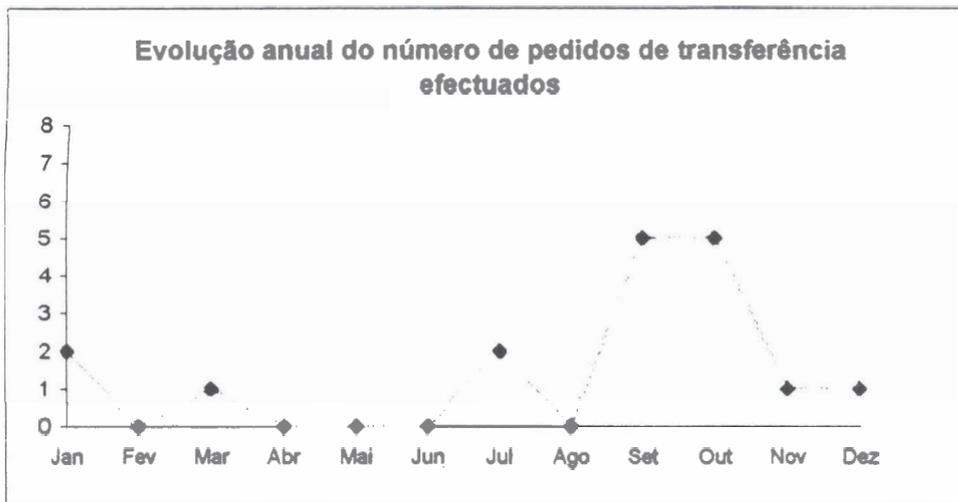
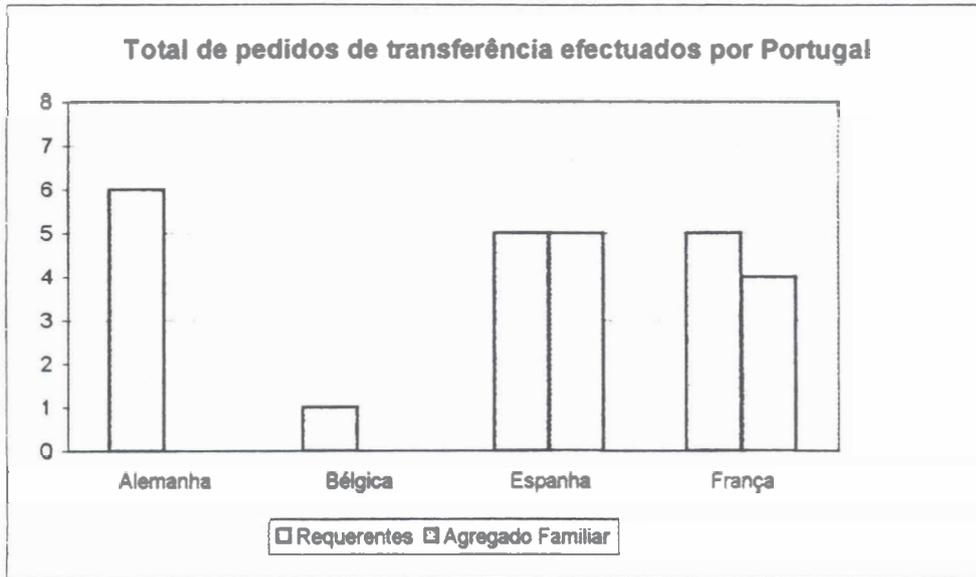
Pedidos de transferência SCHENGEN/DUBLIN efectuados por Portugal em 1997

Estados Requeridos						
Nacionalidade	Dados	Alemanha	Bélgica	Espanha	França	Total
Arménia	Req				1	1
	A F					0
Bielorússia	Req	2				2
	A F					0
Hungria	Req				2	2
	A F				4	4
Irão	Req			1		1
	A F			1		1
Iraque	Req			1		1
	A F					0
Kazaquistão	Req	1				1
	A F					0
Libéria	Req			1		1
	A F					0
Rep. Checa	Req			1		1
	A F			4		4
Rússia	Req	1				1
	A F					0
Serra Leoa	Req			1		1
	A F					0
Togo	Req	1			1	2
	A F					0
Zaire	Req	1	1		1	3
	A F					0
Total Req		6	1	5	5	17
Total A F		0	0	5	4	9

Req = Requerentes

A F = Agregado Familiar

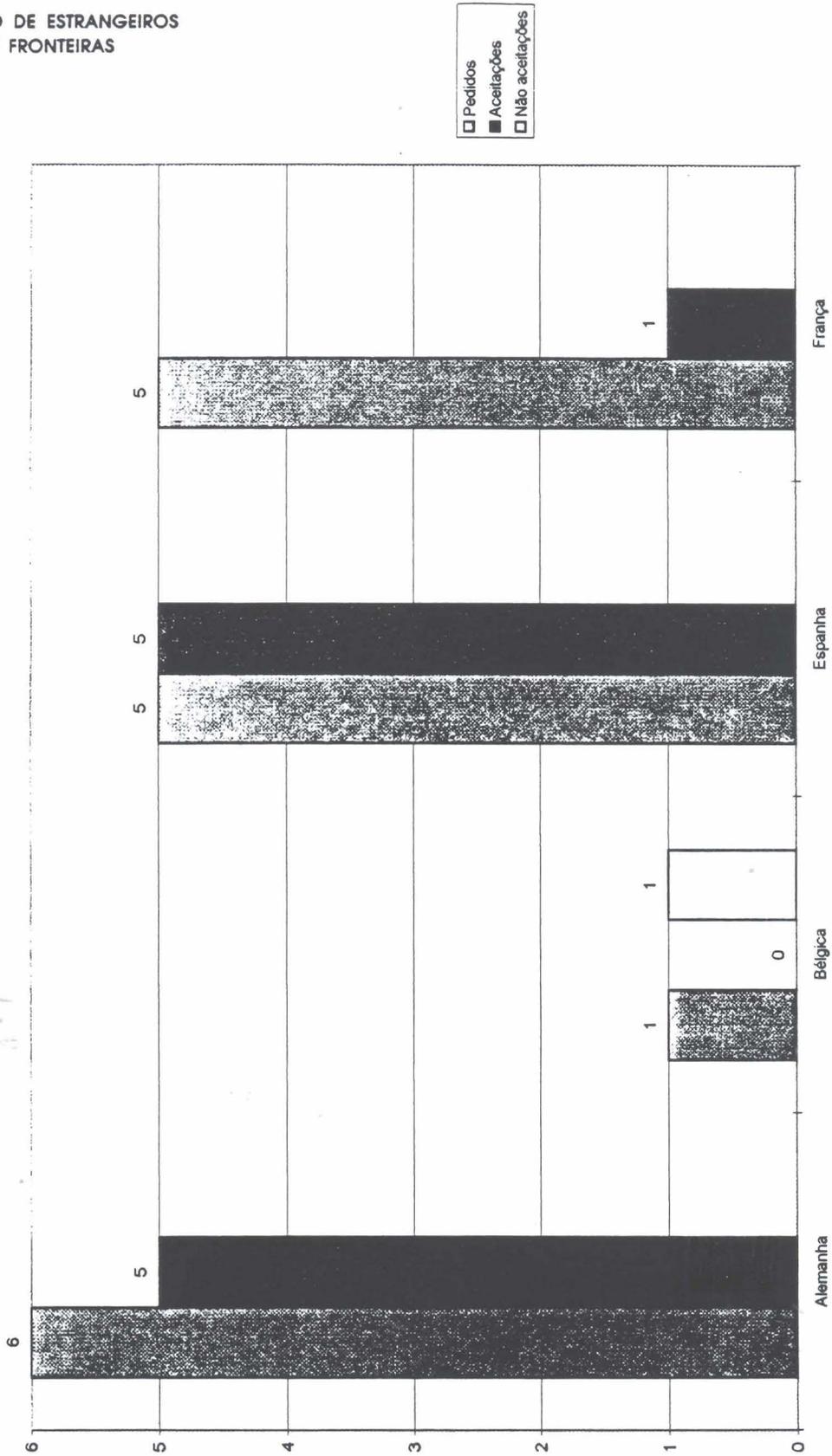
II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIÇAS



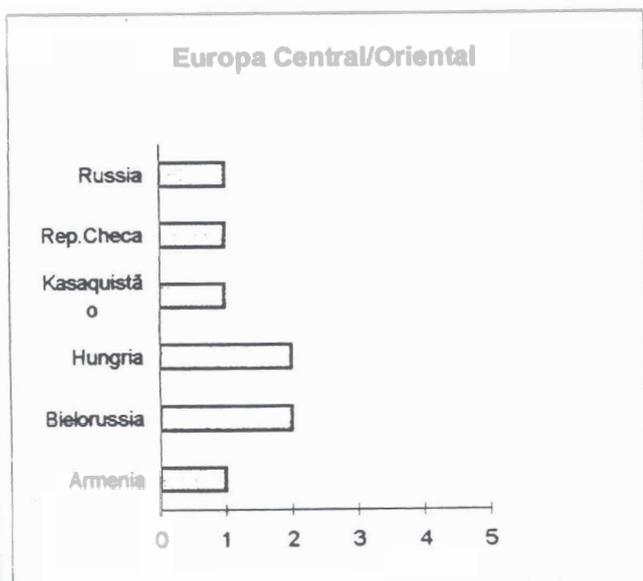
DSE/ Divisão de Refugiados

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS
E FRONTEIRAS

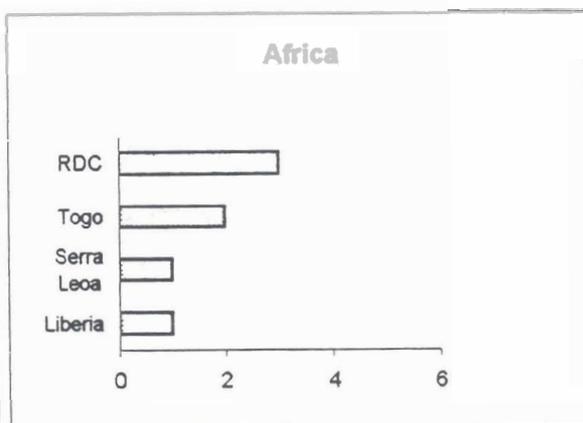
Pedidos efectuados em 1997 e respectivas aceitações/não aceitações até final do mesmo ano



Pedidos de transferência efectuados por Portugal em 1997
Distribuição por continente de origem dos requerentes de asilo



Total Europa: 8



Total Africa: 7

Irão: 1
Iraque: 1

DSE/ Divisão de Refugiados

Total de decisões de aceitação e não aceitação proferidas sobre pedidos de transferência Schengen/Dublin efectuados por Portugal em 1997

		Estados Requeridos				
Nacionalidade		Alemanha	Bélgica	Espanha	França	Total
Bielorrússia	Dec. Positivas	2				2
	Dec. Negativas					0
Irão	Dec. Positivas			1		1
	Dec. Negativas					0
Iraque	Dec. Positivas			1		1
	Dec. Negativas					0
Kazaquistão	Dec. Positivas	1				1
	Dec. Negativas					0
Libéria	Dec. Positivas			1		1
	Dec. Negativas					0
Rep. Checa	Dec. Positivas			1		1
	Dec. Negativas					0
Rússia	Dec. Positivas	1				1
	Dec. Negativas					0
Serra Leoa	Dec. Positivas			1		1
	Dec. Negativas					0
Togo	Dec. Positivas	1				1
	Dec. Negativas					0
Zaire	Dec. Positivas				1	1
	Dec. Negativas		1			1
Total Dec. Positivas		5	0	5	1	11
Total Dec. Negativas		0	1	0	0	1

Nota: No final do ano Portugal ainda aguardava resposta a 5 pedidos

Total de decisões de aceitação e não aceitação proferidas em 1997, distribuídas por ano do pedido de transferência efectuado por Portugal

		Estados Requeridos				
Nacionalidade		Alemanha	Bélgica	Espanha	França	Total
1996	Dec. Positivas	1				1
	Dec. Negativas					0
1997	Dec. Positivas	5		5	1	11
	Dec. Negativas		1			1
Total Dec. Positivas		6	0	5	1	12
Total Dec. Negativas		0	1	0	0	1

Total de transferências executadas em 1997, relativas a pedidos efectuados por Portugal no mesmo ano

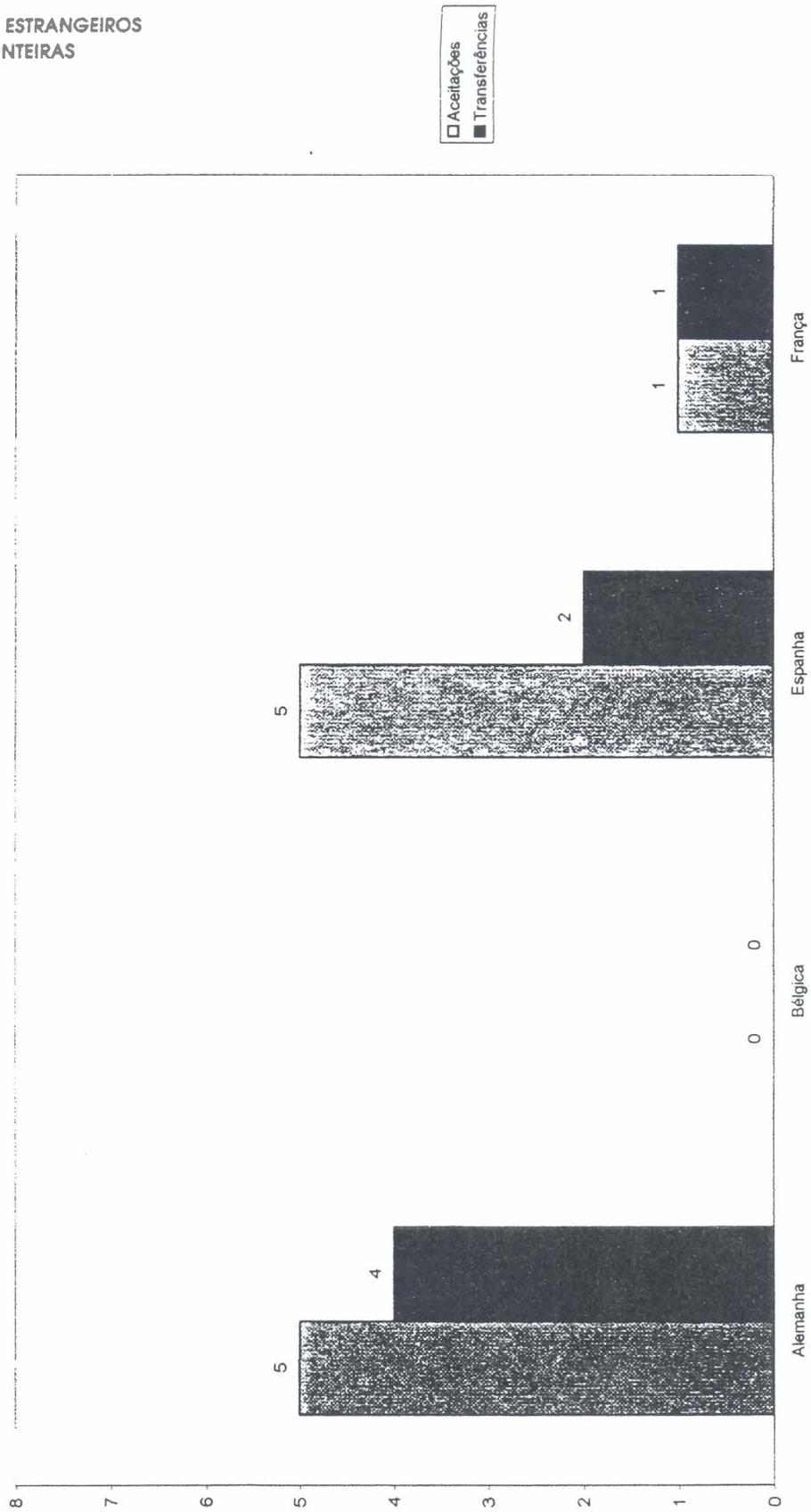
		Estados Requeridos				
Nacionalidade		Alemanha	Bélgica	Espanha	França	Total
Bielorússia	Dec. Positivas	2				2
	Transf.	2				2
Irão	Dec. Positivas			1		1
	Transf.			1		1
Iraque	Dec. Positivas			1		1
	Transf.					0
Kazaquistão	Dec. Positivas	1				1
	Transf.					0
Libéria	Dec. Positivas			1		1
	Transf.					0
Rep. Checa	Dec. Positivas			1		1
	Transf.					0
Rússia	Dec. Positivas	1				1
	Transf.	1				1
Serra Leoa	Dec. Positivas			1		1
	Transf.			1		1
Togo	Dec. Positivas	1				1
	Transf.	1				1
Zaire	Dec. Positivas				1	1
	Transf.				1	1
Total Dec. Positivas		5	0	5	1	11
Total Transf.		4	0	2	1	7

Total de transferências executadas para outros Estados SCH/DUB no ano de 1997

		Estados Requeridos				
Ano Pedido		Alemanha	Bélgica	Espanha	França	Total
1996	Transf.	0	0	0	0	0
1997	Transf.	4	0	2	1	7
Total Transferências		4	0	2	1	7

SERVIÇO DE ESTRANGEIROS
E FRONTEIRAS

Transferências executadas em 1997 para outros Estados SCH/DUB na sequência de pedidos efectuados no mesmo ano



ANEXO I

MAPA DE RESIDENTES (DISTRIBUIÇÃO POR DISTRITOS)

(Contém os dados recolhidos até Novembro, inclusivé)

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

ANEXO III - 1997

TOTAL GERAL ACUMULADO 1997

PAISES	DISTRITOS																TOTAL GERAL				
	AVESU	BEJA	BRAGA	BRAGAÇA	C. BRAGANÇA	LISBOA	EVORA	FARO	GUARDA	LEIRIA	PORTELAZ	PORTO	SANTARÉM	SETÚBAL	V. ALGARVE	V. ALGARVE					
TOTAL GERAL	6942	775	2843	262	534	4794	794	22412	647	2370	96646	506	10672	1222	16188	1143	635	1202	2780	2299	175116
EUROPA	1069	608	982	88	221	1430	453	12780	169	838	21374	305	4075	449	2769	540	127	251	520	1077	49825
EUROPAU E	907	575	898	82	200	1334	440	12136	162	770	19621	282	3762	418	2089	515	173	228	463	943	45938
ALEMANHA	152	175	213	8	38	165	80	2274	30	144	2820	21	872	51	508	44	17	41	184	283	8320
AUSTRIA	20	10	16	2	4	18	187	7	2	6	187	2	24	3	9	1	2	4	3	25	423
BELOGA	38	37	41	2	6	110	20	408	10	38	721	6	80	8	91	12	4	16	12	13	1670
DINAMARCA	34	39	3	0	0	13	3	180	5	6	244	3	84	6	25	6	0	0	5	25	875
ESPAÑA	159	94	214	42	43	214	118	245	48	161	6121	155	1001	128	308	228	42	61	28	41	9769
FINLANDIA	13	1	5	0	0	11	0	182	0	6	148	0	38	1	9	0	1	0	2	19	436
FRANCA	278	19	187	18	28	225	28	332	46	159	2824	11	453	71	239	105	22	31	128	59	5400
GRECIA	1	0	4	0	1	6	0	10	0	51	0	0	7	1	1	2	0	1	0	1	96
IRLANDA	6	1	5	0	0	7	0	123	1	6	168	0	9	9	11	0	0	0	0	5	252
ITALIA	71	6	68	6	14	69	17	156	9	52	1121	12	228	24	180	19	12	27	31	47	2189
LUXEMBURGO	1	0	1	0	0	5	0	8	0	9	30	1	2	0	0	0	0	7	0	0	60
PAISES BAXOS	43	67	28	0	21	98	68	1344	11	64	871	31	169	54	145	18	6	12	26	52	3144
REINO UNIDO	73	118	105	4	23	266	10	6224	0	101	3802	37	708	43	265	68	6	33	37	369	12220
SUECIA	10	3	8	0	1	37	0	225	0	8	572	3	10	5	49	7	1	0	5	4	1074
EUROPA OUTROS	162	33	84	6	21	96	13	644	7	68	1753	23	313	31	180	25	14	23	57	134	3687
ALBANIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
ARMENIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	12
BIELORUSSIA	3	0	0	0	0	2	0	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
BOSNIA-HERZ	4	0	1	1	0	2	0	0	0	6	64	4	0	0	4	0	0	0	0	0	88
BULGARIA	34	0	9	0	-1	8	1	44	0	5	142	0	38	7	15	4	0	4	-2	10	310
CHECA (REP.)	2	0	2	1	0	0	0	3	0	0	8	0	4	0	1	0	0	1	0	0	22
CHIPRE	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
CROACIA	7	0	11	0	0	0	0	10	0	26	0	0	10	2	4	1	7	0	0	7	80
ESLOVAQUIA	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	8
ESLOVENIA	0	0	-1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
ESTONIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
EX-CHECOSLOVACIA	8	0	2	0	2	1	0	0	0	34	2	18	0	0	0	0	4	1	0	2	69
EX-JUGOSLAVIA	1	0	7	1	0	2	0	23	0	86	0	0	31	3	6	0	4	1	1	6	155
EXCURSOS	1	0	12	0	2	6	0	0	4	274	0	0	38	0	5	8	0	1	1	0	308
HUNGRIA	1	0	1	0	0	0	0	5	0	50	0	0	13	0	7	0	0	0	0	12	50
ISLANDIA	4	0	0	0	0	0	0	10	0	12	1	0	-7	0	1	0	0	0	0	0	35
LICHTENSTEIN	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
LITUANIA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0	0	3	0	0	2	0	0	0	0	10
MACEDONIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MALTA	0	0	-2	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	3
MARACO	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
NORUEGA	15	2	1	0	2	15	0	101	0	3	196	2	15	1	22	2	0	1	3	17	399
POLONIA	13	0	4	2	-4	2	0	14	3	113	1	14	2	17	2	0	0	0	2	3	186
ROMENIA	11	0	4	1	0	12	1	0	0	3	98	0	4	0	9	0	0	-1	0	1	141
RUSSIA	24	0	6	0	9	22	0	33	0	110	0	17	6	10	0	-2	0	0	7	8	348
REINO UNIDO (REP.)	8	0	1	0	0	4	0	0	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	57
SUIÇA	19	31	13	1	11	18	5	377	4	15	418	11	91	5	51	6	1	15	12	42	1179
TURQUIA	4	0	8	0	0	0	2	5	0	1	46	0	11	0	4	0	0	-1	0	0	80
UCRANIA	3	0	-1	-1	0	0	1	2	0	1	28	0	2	0	4	0	0	0	31	11	81

Fonte: SEF-Div.Planeamento

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

TOTAL GERAL ACUMULADO 1997

ATÉ 31 DE MARÇO 1997

PAISES	MIS ITITOS														TOTAL GERAL							
	ASRIBU	BBIA	BRAGA	BRANDELA	CERRACH	CUMBRA	EVIRA	FARGO	UIRARIA	LEBIA	LEBRIA	PONTALEUR	FORTE	SABIEBEM	SETUBAL	S/CARRASU	S/REAI	VINHU	AVIUBA	MAIUBA	IGAL	GERAL
AFRICA	1049	98	694	95	129	1304	210	6451	117	592	55023	142	2177	467	12218	118	127	160	336	162		81643
AFRICA DO SUL	72	3	17	0	2	17	1	508	6	15	911	2	84	6	77	8	2	8	12	27		1724
ANGOLA	316	23	232	55	28	383	52	485	46	150	13258	72	640	152	1970	51	51	84	14	30		16294
ARGELIA	5	1	7	0	0	0	2	7	0	6	23	0	12	3	6	3	4	0	0	0		74
BEHIN	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		4
BOTSWANA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0		3
BURUNDI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		1
BURKINA FASO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		2
BURKINA FASO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		2
CABO VERDE	183	10	107	27	74	380	101	2718	43	295	26538	37	808	188	7817	26	30	52	220	33		39750
CAMARÕES	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	3	0	3	0	0	0	0	0		12
CONGO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0		3
COSTA MARFIM	14	0	0	0	1	1	0	8	0	0	41	0	3	0	0	0	0	0	0	0		8
DJIBOUTI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		78
EGIPTO	3	0	0	1	0	3	0	7	0	0	22	0	8	1	4	1	0	0	0	0		1
ETIÓPIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	1	0	0	0	0	0		50
GAMBIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		6
GAMBIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		2
GUINE BISSAU	318	19	111	6	2	391	16	2222	-1	55	8246	8	322	44	859	18	23	18	78	38		12772
GUINE CONACRI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		21
LESOTO	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	160	0	0	0	0	0	0	0	0	0		202
LIBERIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		4
LIBERIA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		37
LIBERIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		36
MADAGASCAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		4
MALAWI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		4
MALI	1	0	2	0	0	1	0	4	1	-1	20	0	3	1	13	7	7	0	1	1		22
MARROCOS	5	11	0	0	1	2	1	58	5	7	158	4	14	4	13	0	3	0	0	0		60
MAURICIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		289
MAURITÂNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		12
MOÇAMBIQUE	48	5	57	1	11	100	21	88	0	44	2160	4	119	33	714	6	4	7	8	8		24
NIGERIA	1	2	0	0	0	1	0	2	0	1	47	0	4	0	0	0	0	0	0	0		4423
QUÊNIA	1	0	0	0	0	11	0	9	0	1	238	2	1	0	19	0	0	1	0	0		60
R. CENTRO AFRICANA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		2
RUANDA	0	0	2	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0		2
S. TOMÉ E PRÍNCIPE	48	3	36	1	4	85	13	48	4	15	3238	17	81	21	856	0	0	0	0	0		18
SENECAL	2	0	3	2	1	2	0	33	0	0	281	0	10	3	4	1	0	1	0	0		4293
SEYCHEL IHAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		335
SERRALEDA	0	0	0	0	1	1	0	2	0	0	78	0	2	0	0	0	0	0	0	0		1
SUÁZILÂNDIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		86
SUDÃO	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	4	0	1	0	1	0	0	0	0	0		7
TANZÂNIA	0	0	0	0	0	26	0	3	0	0	10	0	0	0	1	0	0	0	0	0		12
TOGO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	248	0	1	1	45	0	0	0	0	0		324
TUNISIA	2	0	0	0	0	1	0	0	0	1	12	0	4	1	1	0	0	0	0	0		6
UGANDA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		28
ZAMBIA	21	0	13	7	3	4	0	5	8	27	1	1	71	1	15	1	0	0	0	0		6
ZAMBIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		198
ZIMBABUÉ	4	1	0	0	0	7	1	10	0	0	35	0	2	1	7	0	0	0	0	0		85

/MLR.

Page 2

Fonte: SEF-Div.Planeamento

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

ANEXO I

TOTAL GERAL ACUMULADO 1997

DISTritos

PAISES	DISTRITOS																TOTAL GERAL				
	AVERO	BEJA	BRAGA	BRAGANÇA	C. BRANCO	COIMBRA	ÉVORA	FARO	GUARDA	LEIRIA	LIBROIA	PORTALEGRE	PORTO	SANTARÉM	SETÚBAL	V. CASTELO		V. REAL	VISEU	ÁGUDES	MADEIRA
AMÉRICA	4671	64	1182	62	161	1381	109	2222	360	842	14873	62	3932	270	1173	468	379	761	1897	1036	36875
AMÉRICA DO N.	768	15	126	9	52	311	24	832	187	400	4906	13	327	129	232	188	83	141	1757	82	10592
CANADÁ	144	-2	40	4	70	113	8	317	7	162	523	-1	32	47	78	13	1	12	611	8	2218
E.U.A.	624	17	86	5	32	198	16	515	180	238	4393	14	215	87	153	175	12	179	1088	74	8374
AMÉRICA DO SUL	3903	49	1058	53	109	1076	85	1390	153	442	8847	38	3805	141	841	270	286	620	140	954	25283
ARGENTINA	8	3	2	-1	12	8	2	80	4	25	183	0	30	8	18	4	0	6	4	8	404
BARBADOS	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
BELIZE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
BERMUDAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
BOLÍVIA	1	0	0	0	0	0	1	2	0	0	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
BRASIL	2021	38	982	50	81	815	77	912	136	373	8795	37	3231	117	800	249	288	555	117	208	19586
CHILE	4	0	3	0	1	2	0	12	1	4	113	0	8	1	14	0	1	1	1	7	168
COLÓMBIA	10	0	1	0	0	6	0	11	1	1	173	0	27	0	15	1	0	0	0	4	201
COSTA RICA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	1	0	0	0	0	0	10
CUBA	4	0	0	0	1	3	0	2	0	8	67	0	7	0	8	3	0	0	0	0	11
EL SALVADOR	2	0	1	0	0	0	0	2	0	0	4	0	2	0	0	0	0	0	0	0	7
EQUADOR	1	1	3	0	0	0	0	1	0	0	18	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
GRANADA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
GUATEMALA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
GUINÉIA	0	1	0	0	0	2	0	0	0	2	8	0	1	2	4	1	0	0	0	0	20
HAITI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	6
HONDURAS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
JAMAICA	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	3	0	0	0	0	0	7
MEXICO	1	2	3	0	0	3	1	4	1	9	104	0	-1	0	0	0	0	1	1	2	147
NICARÁGUIA	0	0	0	0	-1	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
PANAMÁ	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	0	0	1	0	0	0	0	0	0	4
PARAGUAI	0	0	5	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-4	7	0	0	0	0	3	33
PERU	13	0	0	0	3	6	0	7	0	0	85	0	17	2	9	1	0	0	0	0	18
R. DOMINICANA	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	24	0	3	0	0	0	3	4	0	0	159
SURINAME	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31
TRINDADE TOBAGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
URUGUAI	1	0	3	0	0	1	0	6	0	0	3	0	0	0	0	0	1	0	0	0	17
VENEZUELA	1038	3	47	1	0	158	1	341	9	17	108	0	285	11	34	5	3	23	10	718	3800
ÁSIA	138	5	88	14	20	150	17	753	15	36	5013	0	485	39	377	25	3	28	20	5	7212
AFEGANISTÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
ARÁBIA SAUDITA	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	8	0	1	0	4	1	0	0	0	0	19
BAHREIN	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	8	0	1	0	0	0	0	0	16
BANGLADESH	0	0	7	0	0	0	0	2	0	0	82	0	6	0	4	0	1	0	0	0	104
CATAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
CHINA	110	2	69	4	10	85	3	191	5	17	1541	0	232	8	48	6	2	16	6	5	2410
COREIA DO NORTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24

Fonte: SEF-Div.Planejamento

ATE NOVEMBRO 1997

TOTAL GERAL ACUMULADO 1997

PAISES	DISTRITOS														TOTAL GERAL						
	AVERO	BEJA	BRAGA	BRAGANÇA	CERANCO	COIMBRA	ÉVORA	FARO	GUARDA	LEIRIA	LIBROA	PORTALEGRE	PORTO	SANTARÉM		SETUBAL	V. CASTELO	V. REAL	VISEU	ACORES	MADERA
COREIA DO SUL	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	126	0	28	0	0	0	0	0	1	1	161
EMIR AR UNIDOS	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
FILIPINAS	2	0	1	0	0	1	25	0	0	8	131	0	8	8	11	1	0	5	1	7	209
HONG KONG	0	0	0	0	0	0	285	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	294
ÍEMEN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
ÍNDIA	4	0	0	0	3	17	5	49	9	3	400	1	56	6	87	4	0	5	4	3	1080
INDONESIA	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	8	0	1	0	0	0	0	0	0	0	9
IRAQUE	1	0	0	0	5	12	1	34	0	0	441	2	12	6	43	1	0	1	5	1	565
ISRAEL	2	0	0	2	0	0	0	6	0	0	98	0	3	2	45	0	0	0	0	0	159
JAPÃO	15	0	0	0	0	10	1	11	1	1	518	7	72	6	48	9	0	1	0	0	700
JORDÂNIA	0	0	0	0	0	0	0	32	0	1	38	0	2	0	0	0	0	0	0	0	74
KUWAIT	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	13	0	1	1	3	0	0	0	0	0	19
LIBANO	0	0	0	0	0	3	0	38	0	6	122	0	1	0	7	0	0	0	0	0	177
MALÁSIA	0	1	0	0	0	0	0	11	0	0	12	0	0	0	1	0	0	0	0	0	25
MYANMAR	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
PALESTINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	7	0	0	0	0	0	10
PAGUISTÃO	0	0	7	0	0	8	7	16	0	0	778	0	7	1	80	0	0	0	0	7	891
SINGAPURA	0	0	2	0	2	0	0	3	0	0	24	0	6	2	1	1	0	0	0	0	41
SÍRIA	0	0	0	0	0	0	0	17	0	1	45	0	0	0	4	7	0	0	0	2	71
SRI LANKA	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	11	0	0	0	1	0	0	0	0	0	12
TALMÍNIA	3	1	1	0	0	0	0	3	0	1	71	0	4	0	0	0	0	0	1	0	35
TAWATI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
VIETNAM	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
OCEÂNIA	13	0	5	1	3	28	5	170	0	4	190	1	12	7	31	1	0	1	4	11	487
AUSTRÁLIA	11	0	5	1	3	28	5	181	0	4	166	1	12	7	30	1	0	0	3	11	441
NOVA ZELÂNDIA	2	0	0	0	0	2	0	9	0	0	30	0	0	0	1	0	0	1	1	0	46
APÁTIDAS	2	0	2	2	0	1	0	36	1	8	172	0	11	0	25	1	1	1	4	8	273

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE

TOTAL ENTRADAS-SAÍDAS EM 1997 - ATÉ NOVEMBRO

PAÍSES	DISTRITOS																								TOTAL GERAL																							
	AVEIRO		BEJA		BRAGA		BRAGANÇA		C. BRANCO		COIMBRA		ÉVORA		FARO		GUARDA		LEIRIA		LISBOA		PORTALGREL		PORTO		SANTARÉM		SILVARES		V. CASTELO		V. REAL		VISEU		AÇORES		MAD. HA		TOTAL GERAL							
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M						
TOTAL GERAL	9	30	25	26	58	51	3	0	-10	-28	80	65	15	12	356	396	-5	-10	37	18	711	583	13	15	-15	-3	18	9	101	191	-35	-58	-22	-38	-28	-15	-14	-13	-147	-66	1121	1082						
EUROPA	51	41	23	24	26	28	3	4	-5	-1	59	59	14	10	346	371	4	0	43	40	361	249	14	15	167	107	17	7	76	47	10	-9	1	-2	6	14	19	12	37	22	1272	1038						
EUROPA/UE	48	33	23	26	32	37	3	4	-2	2	68	67	14	10	326	355	4	-1	41	32	243	220	14	15	160	108	16	8	78	44	11	-7	0	-3	7	12	18	6	30	26	1223	983						
ALEMANHA	17	5	11	12	2	9	0	0	3	2	11	6	1	1	91	92	1	-2	9	5	24	19	2	0	36	19	0	-1	16	11	-2	2	-2	-4	2	6	15	7	12	9	249	194						
ÁUSTRIA	3	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	-1	0	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	13	12				
BÉLGICA	1	2	5	1	5	1	0	0	2	1	6	1	2	0	13	15	0	0	1	2	16	10	0	0	4	4	0	0	5	6	1	0	0	0	2	0	0	0	0	3	1	66	42					
DINAMARCA	2	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	3	-1	0	0	0	10	2	0	0	4	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	1	17	14				
ESPAÑA	3	7	-1	0	7	11	2	4	0	0	13	16	4	2	10	8	3	3	2	8	125	55	3	5	50	43	3	3	29	8	8	-1	5	-1	2	5	0	-1	4	8	272	183						
FINLÂNDIA	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	6	0	0	1	0	2	4	0	0	1	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	14	14				
FRANÇA	9	10	2	2	7	7	0	0	-3	-1	6	5	2	2	19	25	1	-2	14	6	69	52	1	0	14	13	5	4	9	4	1	-3	0	2	2	4	0	1	6	3	164	134						
GRÉCIA	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4				
IRLÂNDIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	7	0	0	0	0	0	3	5	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	8	13			
ITÁLIA	8	5	0	2	4	2	1	0	0	0	8	9	2	0	7	10	1	0	5	0	35	19	4	4	17	6	0	1	5	1	0	-1	-3	-1	0	-1	4	1	1	4	99	61						
LUXEMBURGO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2		
PAÍSES BAIXOS	1	0	4	5	1	3	0	0	0	0	4	7	2	5	49	48	0	0	6	4	17	17	4	4	12	4	5	1	5	4	3	0	0	0	1	2	0	0	2	1	116	101						
REINO UNIDO	2	0	0	1	4	4	0	0	0	0	5	7	1	0	118	127	-1	0	1	7	38	32	0	2	18	9	2	0	5	5	1	0	1	0	-2	-1	3	-1	0	-1	190	191						
SUÉCIA	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3	1	0	0	4	7	0	0	0	0	3	5	0	0	3	1	0	0	2	4	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	13	18			
EUROPA/OUTROS	5	8	0	-1	-5	-9	0	0	-7	-3	3	2	0	0	17	16	0	1	2	8	19	29	0	0	7	-1	2	-1	-2	3	-1	-2	1	1	-1	2	3	6	7	-4	49	55						
ALBÂNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
ARMÉNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	3				
BIELORRÚSSIA	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3		
BÓSNIA-HERZ	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	5		
BULGÁRIA	2	3	0	0	-3	-4	0	0	-2	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	3	0	0	-1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	-1	-3	4				
CHECA (REP.)	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6			
CHIPRE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
CROÁCIA	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	0	-1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	-2			
ESLOVÁQUIA	0	0	0	0	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0			
ESLOVÉNIA	0	0	0	0	-2	-2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-2	-2			
ESTÓNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
EX-CHECOSLOVÁQUIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
EX-JUGOSLÁVIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	-1		
EX-URSS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
HUNGRIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	3	4	
ISLÂNDIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
LICHTENSTEIN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0		
LITUÂNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
MACEDÓNIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
MALTA	0	0	0	0	-1	-1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-1	-1			
MÓNACO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
NORUEGA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	1	3	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
POLÓNIA	0	0	0	-1	0	0	0	5	-1	0	0																																					

ANEXO II

**MAPAS DE RECUSAS DE ENTRADA E RESPECTIVOS
FUNDAENTOS**

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Núcleo de Fronteiras

RECUSAS DE ENTRADA ANO 97																		
NACIONALIDADES	Pf 001	Pf 002	Pf 003	Pf 004	Pf 005	Pf 006	Pf 007	Pf 008	Pf 206	Pf 208	Pf 209	Pf 211	Pf 212	Pf 214	Pf 216	Pf 223	Pf 224	TOTAL
Africa do Sul	8	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Albânia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Angola	246	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	250
Apátida	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Argentina	2	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Argélia	13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
Austrália	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Bangladesh	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Benin	31	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	31
Bolívia	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Botswana	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Brasil	145	0	63	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	208
Bulgária	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Burkina Faso	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Cabo Verde	65	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	67
Camarões	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Canadá	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Chile	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
China	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Colombia	7	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Congo	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Costa Marfim	19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19
Cuba	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Desconhecida	40	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	41
Egipto	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
El Salvador	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Eslováquia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Eslóvenia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Equador	7	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
EUA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Etiopia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Filipinas	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Gâmbia	21	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	21
Gana	79	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	79
Guiné Bissau	109	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	110
Guiné Equatorial	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Guiné Konakry	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Ilhas Seycheles	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
India	11	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	14
Indonésia	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS

Núcleo de Fronteiras

Japão	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Jordânia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Jugoslávia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Libéria	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Malawi	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Mali	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Malásia	6	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7
Marrocos	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Mauritânia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
México	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Moçambique	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Namibia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Niger	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Nigéria	65	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	65
Nova Zelândia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Paquistão	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17
Perú	8	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Polónia	2	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Quênia	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Rep. Checa	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Rep. Dominicana	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Rússia	5	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
S. Tomé e Príncipe	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Senegal	81	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	81
Serra Leoa	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Singapura	8	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Somália	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Sri Lanka	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Suazilândia	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Suiça	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Turquia	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Togo	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Trinidae-Tobago	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Uruguai	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Venezuela	15	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15
Zimbawe	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Rep. D. Congo (Zaire)	75	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	77
TOTAL	1247	14	93	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	1358

FUNDAMENTOS DE RECUSAS DE ENTRADA ANO 97

Fundamentos	PF 001	PF 002	PF 003	PF 004	PF 005	PF 006	PF 007	PF 008	PF 206	PF 208	PF 209	PF 211	PF 212	PF 214	PF 216	PF 223	PF 224	TOTAL	
Ausência Doc. viagem ou Doc. caducado.(03)	34	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	38
Doc. falso ou falsificado (04)	407	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	411
Utilização Doc. alheio (05)	89	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	90
Ausência visto ou visto caducado (06)	277	6	43	0	0	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	330
Visto falso ou falsificado (07)	61	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	61
Ausência motivos que justifiquem entrada (08)	120	2	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	135
Ausência de meios de subsistência (09)	207	2	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	235
Indicações para efeitos de não admissão em espaço Schengen (10)	45	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	49
Estrangeiros menores desacompanhados (11)	4	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Outros (16)	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Total	1247	14	93	0	0	0	0	0	1	1	2	0	1358						
%	91,80%	1,00%	6,80%						0,10%	0,10%	0,20%								100%
PF 001 - Aeroporto de Lisboa	PF 007 - Aeroporto João Paulo II						PF 212 - Cais de Vila do Porto												
PF 002 - Aeroporto de Faro	PF 008 - Aero PF 206 Porto da Figueira Foz						PF 214 - Marina de Vilamoura												
PF 003 - Aeroporto Sá Carneiro	PF 206 - Porto PF 208 Marina do Funchal						PF 216 - Marina de Lagos												
PF 004 - Aeroporto Sta Catarina	PF 208 - Marin PF 209 Cais de Ponta Delgada						PF 223 - Porto de Porto Santo												
PF 005 - Aerogare das Lajes	PF 209 - Porto PF 211 Cais de S. Cruz da Horta						PF 224 - Porto Angra Heroismo												
PF 006 - Aeroporto Sta Maria	PF 211 - Cais de Sta Cruz da Horta						/ Praia da Vitória												

RELATORIO DA ACTIVIDADE
DO
SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA
SIS

INDICE

A. APRESENTAÇÃO

B. SITUAÇÃO GLOBAL DO ANO DE 1997

1. TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES
2. TRÁFICO/EXPLORAÇÃO DE MENORES
3. TRÁFICO DE VEÍCULOS
4. TRÁFICO DE MATERIAL RADIOACTIVO
5. BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS
6. FRAUDE FINANCEIRA
7. REDES DE IMIGRAÇÃO ILEGAL
8. MÁFIAS
 - a. LESTE EUROPEIAS
 - b. NIGERIANAS
 - c. CHINESAS (TRÍADES)
10. TERRORISMO DOMÉSTICO
11. TERRORISMO INTERNACIONAL
12. PERSPECTIVAS SOBRE O TERRORISMO
13. ESPIONAGEM
14. FOCOS DE INSEGURANÇA E DE CONFLITUALIDADE

C. ACTIVIDADE LEGISLATIVA

A - APRESENTAÇÃO

O Serviço de Informações de Segurança (SIS) é o organismo incumbido da produção de informações que contribuam para a salvaguarda da segurança interna e a prevenção da sabotagem, do terrorismo, da espionagem e a prática de actos que, pela sua natureza, possam alterar ou destruir o Estado de direito constitucionalmente estabelecido.

B - SITUAÇÃO GLOBAL DO ANO DE 1997

1. Tráfico de Estupefacientes

Numa primeira análise do ano de 1997, tendo em conta os dados disponíveis e comparando-os com os de 1996, verifica-se que, apesar do número de acções policiais não ter subido, há um acréscimo da quantidade de estupefacientes apreendidos.

A sua evolução, em termos percentuais, aproximar-se-á dos seguintes valores:

- O haxixe com uma variação de cerca de +73%;
- A cocaína com uma variação na ordem de +404%;
- A heroína com uma variação de +14%.

No que se refere às zonas de maior risco, refira-se que a Grande Lisboa, apesar de ter apresentado em 1997 uma quebra no número de apreensões, intensificou a sua preponderância na quantidade de estupefacientes apreendidos, principalmente em desfavor da zona Sul.

Por outro lado, são as variações das quantidades de *cannabis* apreendidas que modelam o quadro das apreensões totais de estupefacientes, o que realça a importância do território nacional como "porta de entrada" do tráfico desta substância.

Dada a variação positiva (+404%) nos totais de cocaína apreendida nos períodos em confronto (1996-1997), é de admitir que Portugal, especialmente as suas fronteiras marítimas, tem vindo a ser utilizado com maior frequência pelas organizações de tráfico de droga, na sua grande maioria de origem galega.

No que respeita às quantidades de heroína apreendida, verifica-se que a variação entre 1996 e 1997 não é significativa. Admite-se ainda que a distribuição desta substância, ao contrário das outras drogas, se encontra disseminada por todo o país. A explicação reside no facto de a heroína ser tradicionalmente uma droga de consumo, não existindo indícios relevantes que apontem para que o território nacional seja parte integrante de qualquer rota de tráfico internacional desta substância.

2. Tráfico/Exploração de menores

No que respeita ao tráfico e/ou exploração de menores, os elementos disponíveis permitem-nos concluir pela actuação de redes internacionais de pedofilia e pornografia infantil no nosso país.

Durante o ano em apreço, surgiram diversas notícias de alegados casos de pedofilia a nível nacional, sendo de salientar as referentes à actuação de uma rede internacional de pedofilia e pornografia infantil na região da Madeira, a qual teria ramificações na Bélgica e na Holanda.

Na região de Lisboa, foram detectadas situações que podem configurar casos de exploração de menores, nomeadamente para a prática de prostituição, com carácter organizado e possíveis ligações a outros países.

Dada a pressão operada pela opinião pública e pela acção das forças policiais contra a actividade deste tipo de organizações criminosas, é de prever uma sofisticação do seu *modus operandi*.

Saliente-se que a maior parte destas organizações recorre já às novas tecnologias, nomeadamente à INTERNET, o que lhes permite actuar num quase total anonimato.

3. Tráfico de veículos

No que respeita ao furto de automóveis, continua a ser motivo de alguma preocupação a quantidade de veículos furtados e não recuperados, constando ser o seu principal destino África.

Também ao nível do tráfico de veículos, parece assistir-se a uma maior especialização das organizações criminosas, já que o furto e viciação de determinadas marcas e modelos de viaturas parece depender de uma específica procura no exterior e não do acaso. Por exemplo, só na área de Lisboa e zonas limítrofes, foram furtadas e não recuperadas, desde Janeiro a Novembro de 1997, cerca de 200 viaturas da marca TOYOTA HIACE. Trata-se de um tipo de viatura que, pelas suas características, tem grande procura nos mercados africanos.

Uma vez que se trata de um tipo de criminalidade bastante lucrativa e que apresenta poucos riscos, a tendência vai no sentido de a mesma ser, cada vez mais, controlada por redes internacionais altamente organizadas, que dirigem e coordenam todas as fases do processo, desde o furto, passando pela descaracterização e pela falsificação de documentos, até à colocação dos veículos nos mercados de destino.

4. Tráfico de material radioactivo

Ao nível do tráfico de matérias radioactivas ou nucleares, registaram-se tentativas de oferta de urânio, que parecem configurar situações de fraude.

5. Tráfico de Armamento

Não se detectou qualquer situação concreta da actuação ilegal de empresas portuguesas na venda de armas.

Todavia, é de admitir que Portugal possa estar a ser utilizado como local de trânsito no tráfico de armas para África.

6. Branqueamento de capitais

No que se refere ao branqueamento de capitais em Portugal, não existem indícios de que a situação assuma uma dimensão preocupante. Existem, no entanto, elementos que apontam para a existência de situações pontuais de branqueamento nos sectores financeiro e imobiliário.

No que se reporta ao centro *off-shore*, tem-se constatado ultimamente que algumas organizações criminosas estão a utilizar fundações, que previamente instalam nestes centros, para desenvolverem actividades de lavagem de dinheiro.

Relativamente ao mercado de capitais, têm-se registado sinais que indiciam que as organizações criminosas estão a utilizar este mercado como instrumento de lavagem de dinheiro.

7. Fraude financeira

Quanto à fraude financeira, foram detectadas, em Portugal, sociedades de intermediação financeira a actuar ilegalmente no mercado internacional de capitais, através da venda de acções de empresas fictícias ou falidas (envolvendo, na maior parte dos casos, títulos alegadamente falsificados).

O facto das redes estarem a captar capitais em diferentes países, a partir de Lisboa, permite-lhes dificultar o exercício de queixa por parte dos lesados no estrangeiro.

As consequências negativas destas actividades financeiras fraudulentas foram mais visíveis nos investidores, que se viram espeliados dos capitais investidos. No entanto, actividades desta natureza também são prejudiciais para os mercados de capitais, bem como para os países que acabam por serem envolvidos, deixando transparecer para o exterior a ideia de um certo laxismo e permissividade.

8. Redes de imigração ilegal

O termo do período extraordinário de regularização, em finais de 1996, tornou visível um recrudescimento das actividades das redes que se dedicam ao tráfico de migrantes. Tendo em consideração as limitações do nosso país, nas fronteiras, quanto a instrumentos de controlo à entrada, aliadas à legislação laboral - menos inibidora à contratação de clandestinos do que nos outros países do espaço Shengen - continuou a registar-se a tradicional movimentação das redes africanas, tal como não cessou a actividade das redes asiática e sul-americana.

Relativamente a África, surgiram notícias sobre a diversificação dos pontos de entrada no espaço europeu dos imigrantes oriundos dos países do Magrebe, tradicionalmente utilizando o estreito de Gibraltar e, desta feita, tentando a entrada em Portugal pelas costas algarvias. Esta alteração ter-se-á ficado a dever a um maior esforço repressivo por parte das autoridades espanholas.

Por outro lado, decorrente da passagem da soberania de Hong-Kong e, futuramente, de Macau para a China, o crime organizado terá em curso um processo de transferência para alguns países da Europa de Leste, designadamente para a República Checa, procurando diversificar as portas de acesso ao espaço europeu, com vista ao desenvolvimento das suas actividades de tráfico de droga, prostituição e mão-de-obra clandestina.

Quanto à imigração ilegal oriunda do Leste, decorrente da distância geográfica que nos separa, não tem sido expressiva. Mesmo em relação à de cidadãos romenos - que em 1995 e 1996 afluíram ao nosso país em quantidade considerável - em 1997 não foi digna de registo.

9. Máfias

a) - Leste Europeias

O estabelecimento de acordos estratégicos entre vários grupos do crime organizado e as máfias do Leste da Europa tornam esta região, na realidade, uma das fronteiras da segurança externa europeia e parte importante das rotas de penetração dos vários tráficos no espaço europeu.

De resto, assiste-se em Portugal à actuação de grupos sem grande envergadura, estrangeiros, nomeadamente, sul-americanos, espanhóis, ingleses e romenos, ou mistos, integrando, estes, indivíduos portugueses. A sua entrada em Portugal terá a ver com a liberalização dos controlos fronteiriços no espaço europeu.

b) - Nigerianas

A burla internacional conhecida pelas "Cartas Nigerianas", detectadas um pouco por todo o mundo, tem tido reflexos no nosso país, com a perda de dezenas de milhares de contos por parte de empresários portugueses. A sofisticação da estrutura e do *modus operandi* destas máfias, inicialmente referenciadas em fraudes bancárias, sugere o seu envolvimento com os traficantes de drogas nigerianos e em actividades de lavagem de dinheiro e de emigração clandestina.

c) - Chinesas (Tríades)

Em relação às tríades chinesas, existem indícios de que possuem alguma operacionalidade em Portugal.

10. Terrorismo doméstico

No que se refere ao terrorismo doméstico, não é possível afirmar a existência de organizações terroristas nacionais.

A antiga organização terrorista "FP-25" deixou de representar qualquer ameaça. Todos os implicados nas actividades deste grupo estão em liberdade e, na sua maioria, reinseridos socialmente, não havendo notícias referentes nem ao seu envolvimento em actividades criminosas, nem de que pretendam um eventual retorno à violência. Alguns deles aguardam, no âmbito do processo "FUP/FP-25", o resultado dos processos judiciais relativos aos crimes de homicídio e de ofensas corporais graves, não contemplados pela Lei de Amnistia.

No âmbito doméstico, merecem ainda referência diversas ameaças dirigidas a representantes, tanto de instituições nacionais como de estrangeiras, em território nacional, designadamente Embaixadas, em nome de organizações extremistas, as quais não foram concretizadas.

11. Terrorismo internacional

Relativamente à ameaça terrorista externa, continuaram a não ocorrer em Portugal atentados imputáveis a grupos terroristas internacionais.

Quanto à organização terrorista basca ETA, mantém-se a níveis reduzidos a probabilidade de a mesma perpetrar acções violentas em Portugal.

No concernente aos reflexos no nosso país das actividades do partido independentista basco Herri Batasuna (HB) e respectivo "Complexo de Apoio" da ETA, em prol da independência do País Basco, salienta a continuação da presença em Portugal do cidadão basco Tellechea Maya e a realização de algumas acções de apoio ao mesmo.

De referir ainda a passagem por Portugal, em 28 de Julho de 1997, de José Luis Caso Cortines, Conselheiro Municipal do Partido Popular (PP), morto pela ETA, em 11 de Dezembro de 1997, o qual já naquela altura, por ocasião da geminação da cidade de Lousada com a cidade basca de Renteria, tinha sido alvo de ameaças de morte por parte da ETA.

Relativamente ao PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão), se bem que até ao momento ainda não tenha sido detectada em Portugal a entrada de clandestinos curdos, salienta-se a vinda anual de elementos de organizações de cobertura do PKK e da ERNK para contactos de natureza política, recolha de ajudas para a causa do Curdistão e eventual criação de um Comité de Apoio ao povo curdo no território nacional.

Até ao momento, não foi detectada a passagem pelo nosso país de elementos ligados a grupos islâmicos radicais. Também não existem indícios de envolvimento de elementos das comunidades oriundas do Norte de África e Médio Oriente em actividades directa ou indirectamente ligadas ao terrorismo integrista islâmico argelino.

12. Perspectivas sobre o terrorismo

Continua a não ser previsível a constituição de qualquer grupo terrorista nacional e, também, não se prevê que Portugal venha a constituir, no curto prazo, um alvo de organizações terroristas estrangeiras.

Contudo, a realização da EXPO98, de 22 de Maio a 20 de Setembro, e das cimeiras da OTAN e ibero-americana no nosso país são factores potenciadores da ameaça terrorista, sobretudo pela presença de elevado número de altas entidades, algumas delas alvos apetecíveis e remuneradores, em termos de mediatização, para diferentes grupos terroristas.

13. Espionagem

Foi possível detectar a actuação pontual de serviços hostis, com destaque para os pertencentes a alguns países do Médio Oriente, de África, do Leste Europeu e da Ásia Oriental.

Os principais interesses desses serviços centram-se, conforme os casos, na recolha de informações de natureza política, económica e tecnológica, no apoio a actividades comerciais e na detecção e acompanhamento de grupos de dissidentes.

14. Focos de insegurança e de conflitualidade

Seja isoladamente, seja de forma organizada, o ano de 1997 não mostrou a existência de ameaças graves à segurança interna ou ao Estado de direito constitucionalmente estabelecido. Todavia, persistem alguns focos de instabilidade susceptíveis de alimentarem sentimentos de insegurança, destacando-se os seguintes: grupos *skinhead*, racistas e neonazis; violência desportiva (hooliganismo); "grupos de autodefesa"; grupos pseudo-religiosos.

- a) - No âmbito dos grupos *skinhead* e neonazis, é de ter em conta que os períodos de inactividade prolongada são de molde a incutir grande tensão, sobretudo nos elementos mais jovens. Por outro lado, o reforço do espírito militarista, o incremento da actividade editorial, de conteúdo marcadamente xenófobo e o previsível fim do recuo a que foram remetidos pelo julgamento dos implicados no caso "10 de Junho" (morte de Alcino Monteiro) podem implicar o regresso destes grupos à violência, sobretudo com organizações de sinal contrário e com negros e ciganos, mormente se estes forem acusados de envolvimento em ilícitos criminais.
- b) - Conquanto a violência desportiva haja decrescido em 1997, a imprevisibilidade de actuação das claques e a manutenção dos "núcleos duros" dificultam a previsão para o ano em curso. No entanto, a reacção dos elementos mais agressivos à legislação anunciada para as claques, conjugada com outros factores potenciadores, poderá pretextar o desencadeamento de incidentes dentro e fora dos recintos desportivos.
- c) - A manutenção dos riscos inerentes à segurança de pessoas e bens, sobretudo os ligados à pequena delinquência, ao vandalismo e à actuação de grupos criminosos poderá ser explorada por sectores extremistas ou meramente contestatários para acções "justicialistas", sobretudo se acompanhada por críticas à actuação das Forças de Segurança. Por outro lado, o envolvimento de membros de minorias étnicas em ilícitos criminais é de molde a pretextar o desencadeamento de acções xenófobas e racistas e o surgimento de grupos de autodefesa. Neste âmbito, deverão ser consideradas áreas críticas os concelhos do Grande Porto e de Lisboa.
- d) - Admite-se que a ameaça representada pelas organizações ultra-nacionalistas se circunscreva à exploração mediática de ilícitos praticados por membros de minorias étnicas, procurando incutir e explorar sentimentos xenófobos e racistas, bem como a acções de polarização e agravamento da conflituosidade social e infiltração de partidos políticos.

II PARTE - RELATÓRIO DA ACTIVIDADE DO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA

g) - A realização da EXPO98 poderá ocasionar a eclosão de focos de instabilidade e de conflitualidade.

C - ACTIVIDADE LEGISLATIVA

Foi publicada a Lei n.º 75-A/97, de 22 de Julho, que alterou a redacção do artigo 7.º n.º 3 da Lei n.º 30/84, de 5 de Setembro (Lei Quadro do SIRP).

RELATÓRIO DA ACTIVIDADE
DO
SISTEMA DE AUTORIDADE MARÍTIMA
SAM

INDICE

1. SITUAÇÃO GERAL

2. PRINCIPAIS ASPECTOS DA ACTIVIDADE

2.1 FURTOS E ROUBOS

2.2 SINISTROS MARÍTIMOS

2.3 ALTERAÇÕES DA ORDEM PÚBLICA E ACÇÕES CONTRA AGENTES DA AUTORIDADE

2.4 DROGA

ANEXOS

1. SITUAÇÃO GERAL

No âmbito da actividade do policiamento geral na área de intervenção da Autoridade Marítima, visando a vigilância e a protecção de pessoas e de bens, há a salientar que o dispositivo manteve a configuração de anos anteriores e que na época balnear foi reforçado com militares da Marinha nas actividades de vigilância do litoral em praias de banhos.

Esta última circunstância, que decorreu de um complemento financeiro extraordinário à dotação orçamental do SAM de cerca de 75000 contos, constituiu o retomar de uma tradição que remontava a várias décadas, e que havia sido interrompida em 1996 por carência de recursos. O reforço em apreço expressou-se em cerca de 140 homens nos meses de Julho e Agosto, e cerca de 45 homens nos períodos de 15 a 30 de Junho e de 1 a 15 de Setembro.

Os constrangimentos de natureza orçamental a que o Sistema tem sido sujeito ao longo da última década e o conseqüente envelhecimento do parque automóvel e de embarcações, tem vindo a criar acrescidas dificuldades para se obter, com o dispositivo implantado, índices desejáveis de prevenção da criminalidade nos espaços geográficos de actuação do SAM, criminalidade essa que tem maior expressão relativamente a furtos em áreas portuárias e marinas, e tráfico de droga ao longo do litoral.

A desejável actuação em termos de prevenção da criminalidade terá de passar pela disponibilização ao Sistema de apropriados recursos materiais e financeiros, que sejam geradores de uma maior mobilidade dos agentes da Polícia Marítima e conseqüente rentabilização do modelo de implantação geográfica do dispositivo, que se caracteriza, na generalidade, pela existência de um órgão local do Sistema em cada um dos portos do litoral oceânico.

2. PRINCIPAIS ASPECTOS DA ACTIVIDADE

A apreciação dos dados relativos a ocorrências de ilícitos de natureza criminal constantes no quadro em anexo, permitem inferir que os furtos têm vindo a ter um continuado aumento, com particular realce nos que objectivam bens existentes em embarcações.

Os restantes dados, relativamente a ilícitos criminais, tiveram reduzida expressão quantitativa e foram da mesma ordem de grandeza dos verificados em anos anteriores.

2.1. FURTOS E ROUBOS

Os dados registados em 1997 no âmbito da globalidade dos furtos apresentam uma variação +7% relativamente a 1996 e +11% relativamente à média anual do período 1992/1996. Neste item, embora com variações opostas, merecem maior saliência os furtos de embarcações e os relativos a bens embarcados e acessórios de embarcações, assim:

a) As variações de furtos de embarcações situaram-se em -44% relativamente a 1996, e -40% relativamente ao quinquénio anterior;

b) As variações de furtos em embarcações assumiram a expressão de +51% relativamente a 1986, e +29% relativamente ao período 1992/1996.

Os dados relativos a outros furtos e a roubos situaram-se em valores da mesma ordem de grandeza dos de anos anteriores.

Neste aspecto da criminalidade (roubos e furtos tomados duma forma integrada), merece realce o facto da área de jurisdição do Departamento Marítimo Sul (faixa litoral desde o Pinheiro da Cruz até Vila Real da S. António) ser a que regista maior percentagem de ocorrências apesar de ser a zona com a menor densidade demográfica.

Assim, desagregando os dados de 1997 pelas áreas dos Departamentos Marítimos obtém-se:

Norte	90 Ocorrências	<> 16.7%
Centro	196 "	<> 36.4%
Sul	233 "	<> 43.2%
Açores	8 "	<> 1.5%
Madeira	12 "	<> 2.2%

2.2 SINISTROS MARÍTIMOS

A sinistralidade marítima, pela circunstância de estar fortemente relacionada com fenómenos de natureza meteorológica e oceanográfica, assume numericamente variações aleatórias nas análises estatísticas que se poderão efectuar. Os acidentes mortais estão fortemente associados a padrões comportamentais no âmbito das actividades de lazer - pesca desportiva e banhos de mar.

Tal como já havia sido constatado em 1996 os números relativos a mortes e desaparecidos em acidentes com embarcações manifestou ligeira tendência para diminuir (-31%), enquanto que nos acidentes com banhistas e com pescadores desportivos da orla marítima (falésias) teve acentuado crescimento (+17%).

2.3. ALTERAÇÕES DA ORDEM PÚBLICA E ACÇÕES CONTRA AGENTES DA AUTORIDADE

Neste item, embora se verifique um muito acentuado crescimento percentual, verificou-se reduzida expressão numérica, merecendo apenas saliência no âmbito da alteração da ordem pública o "bloqueio" do Porto de Lisboa ocorrido em Junho na decorrência de uma "crise" no sector das pescas.

A citada ocorrência cujos contornos de gestão apresenta similitude com outros bloqueios (aeroportos, estradas, pontes, linhas ferroviárias), revelou em toda a sua amplitude insuficiências de natureza legislativa e procedimental, condicionando a conveniente intervenção dos agentes da autoridade no acautelar dos interesses gerais do Estado.

2.4. DROGA

A actividade dos agentes do SAM nesta matéria não teve expressão significativa, e materializou-se em índices significativamente inferiores aos verificados quer em relação ao ano de 1996 quer ao período 1992/96.

SISTEMA DE AUTORIDADE MARÍTIMA

(REGISTO DE INDICADORES DE SEGURANÇA INTERNA)

1997

TIPO DE ACTIVIDADE	ANO 1996	ANO 1997	VARIAÇÃO QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
1. FURTOS	486	520	+34	+7
a. De embarcações	54	30	-24	-44
b. Em, embarcações	146	220	+74	+51
c. Outros	286	270	-16	-6
2. ROUBOS	17	19	+2	+11
a. Com armas de fogo	0	1	+1	
b. Em bancos e estabelecimentos afins	0	0	0	0
c. Outros	17	18	+1	+6
3. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS	7	1	-6	-86
4. DELINQUÊNCIA JUVENIL	1	2	+1	+100
5. ENGENHOS EXPLOSIVOS	2	2	0	0
6. ACTOS DE TERRORISMO	1	0	-1	-100
7. SINISTROS MARÍTIMOS	376	290	-86	-30
a. Acidentes com embarcações	181	179	-2	-1
(1) Mortos	26	21	-5	-24
(2) Desaparecidos	11	4	-7	-64
(3) Feridos	26	14	-12	-47
b. Acidentes com banhistas	134	63	-71	-53
(1) Mortos	45	48	+3	+7
(2) Desaparecidos	6	8	+2	+33
c. Outros	61	48	-13	-21
(1) Mortos	64	79	+15	+23
8. DROGA				
a. Traficantes	3	4	+1	+33
b. Consumidores	5	1	-4	-80
c. Tipo / Quantidade: cocaína kg	20	0	-20	—
haxixe kg	36,5	0,139	-36,3	—
heroína kg	0,002	0	-0.002	—
9. ACÇÕES CONTRA A AUTORIDADE / / AGENTES DA AUTORIDADE	16	13	-3	-19
10. ALTERAÇÕES DA ORDEM PÚBLICA (DECORRENTE:)	15	26	+11	+73
a. Conflitos laborais / sindicais	0	1	+1	—
b. Conflitos sociais	0	6	+6	—
c. Outros conflitos	15	19	+4	+30
11. FOGO POSTO	10	9	-1	-10
12. OUTROS INDICADORES	38	69	+31	+82